

ESPAÇO ABERTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 3

número 1

janeiro/junho 2013

Copyright© 2013 Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRJ

Coordenador: Nelson Ferreira Fernandes

Vice Coordenadora: Iná Elias de Castro

Agradecimentos

Ao Prof. Scott William Hoefle pela revisão dos resumos em inglês.

Apoio



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Editor

André Figueiredo

Editoração Eletrônica

Luciana Lima de Albuquerque

Responsabilidade: O Programa de Pós-Graduação em Geografia e os editores não são responsáveis pelo conteúdo, argumentos e uso de informações contidas nos artigos, estes são de inteira responsabilidade de seus autores.

E77 Espaço Aberto / PPGG-UFRJ. – Vol. 3, n. 1 (2013) – Rio de Janeiro : PublIt, 2013-
Semestral

ISSN 2237-3071

1. Geografia - Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-
Graduação em Geografia.

CDU 911

CDD 910

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Athos da Silveira Ramos nº 274

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-916

Caixa Postal 68537

<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>

ACEITA-SE PERMUTA

Editorial

Compomos neste número uma série de artigos que podem ser agrupados em dois conjuntos. Um que envolve seis artigos que são trabalhos de pesquisadores que participaram do projeto de pesquisa coordenado pela Prof. Bertha Koiffmann Becker, e por isso, seguem uma mesma base conceitual e pontos de convergência entre si ao analisarem cidades da Amazônia pela perspectiva histórica de surtos econômicos, além de dois artigos de temas livres de contribuições recebidas pelo sistema de submissão regular da revista. Todos os artigos, independentes da forma em que foram direcionados para publicação, foram apreciados por pares de avaliadores especialistas.

No caso dos trabalhos sobre cidades da Amazônia, os mesmos foram propostos pela Prof. Bertha Koiffmann Becker que havia planejado publicá-los inicialmente em formato de livro e, com mudanças de planos, quis contribuir com a revista Espaço Aberto. Para tanto, foi necessária a adequação dos trabalhos que seriam capítulos de livro ao formato de artigos e às normas da revista. Essa adequação foi realizada sob a supervisão intensa dos professores Scott William Hoefle e Ana Maria de Souza Melo Bicalho junto aos autores e na intermediação com a Prof. Bertha K. Becker.

A sequência deste número da revista, tem início com um artigo de autoria de Bertha K. Becker que introduz os demais cinco artigos sobre cidades da Amazônia. É apresentada a fundamentação da teoria de surtos e uma história regional do surgimento das cidades na Amazônia. Em seguida a este quadro introdutório, vem a sequência de artigos referentes a cada cidade. A primeira cidade analisada é Manaus, de autoria de Bertha K. Becker. Manaus é apresentada, por sua atual dinâmica de cidade industrial em meio à floresta, constituindo-se em metrópole regional, mas destacando-se, ao longo da histórica, por sua importância geopolítica, com posição estratégica na articulação e controle do território da Amazônia no interior da América do Sul. O artigo seguinte é de autoria de Scott William Hoefle tratando da cidade de Santarém no estado do Pará, demonstrando o papel assumido repetidas vezes por essa cidade no ordenamento da região sob sua influência direta em consonância com surtos econômicos ocorridos em diferentes momentos de sua história. Em seguida há um artigo sobre Parintins, estado do Amazonas, de coautoria de Bertha K. Becker e Amanda Cavaliere Lima. Parintins e Santarém são cidades ribeirinhas de tradição na região e sempre desempenharam um ponto estratégico intrarregional na conexão do interior com as capitais estaduais da região. Parintins, passando por diferentes surtos de crescimento e retração de suas atividades agroextrativas articuladas ao mercado internacional, se transforma nos dias atuais em polo turístico-cultural e na prestação de serviços, porém sem conseguir dinamizar economicamente a região circunvizinha.

Fora do eixo de circulação do rio Solimões /Amazonas ligando Manaus a Belém, como o caso das cidades já citadas, a cidade de Rio Branco, capital do Acre, é investigada no próximo artigo por Mariana Miranda. A autora destaca a importância da exploração do látex na origem e no desenvolvimento da cidade, tornando-se centro de controle e de conquista de território. Estagnada por muitos anos com o declínio da borracha, retoma importância econômica e estratégica com as políticas de integração nacional e com a

elevação da cidade à capital do estado. Prosseguindo, encontra-se o artigo sobre a cidade de Imperatriz no estado do Maranhão de autoria de Cláudia Romaneli Nogueira, a única cidade de terra firme e de dinâmica de estrada analisada, e que encerra a sequência dos trabalhos sobre cidades da Amazônia. Imperatriz, situada no contato entre a floresta amazônica e o cerrado, e ponto de passagem entre Goiás e a Amazônia, participou de ciclos das duas regiões. Localizada na Amazônia Oriental, foi impactada por grandes projetos de investimento e infraestrutura, em especial a construção da rodovia Belém-Brasília. A cidade cresce, torna-se um portal da Amazônia e centro econômico da região tocantina e do interior do Maranhão.

Os demais dois artigos fechando a revista abordam outros assuntos de relevância atual, um deles trazendo a debate questões étnicas sobre inclusão/exclusão de população negra no país e o outro, questões sobre qualidade da água em área rural-urbana na região metropolitana de Fortaleza na Ceará. O primeiro deles, de tríplice autoria de Diosmar M. Santana Filho, Guiomar Inez Germani e Dante Giudice, versa sobre a base histórica de exclusão da população negra no Brasil, perpetuada até os dias atuais. Os autores discutem questões de racismo e discriminação, identidade e composição étnica refletidas na configuração sócio-espacial do país na perspectiva geopolítica da identidade nacional e do atual movimento de afirmação de direitos e constituição de territórios étnicos, buscando reverter um processo histórico de discriminação da população negra no país. O artigo seguinte e último, de Francisco Otávio Landim Neto, Edson Vicente da Silva, Gledson Bezerra Magalhães e Narcélio de Sá Pereira Filho, analisa a qualidade da água subterrânea na periferia metropolitana de Fortaleza, onde a população é abastecida por poços artesianos, seja para o uso doméstico ou uso agrícola. Adensamento populacional crescente, contaminações de uso agrícola e de uso urbano são preocupantes e refletem na saúde da população local, carecendo de atenção dos órgãos públicos competentes.

Esperamos com artigos ora apresentados, contribuir não apenas para a divulgação de resultados de pesquisas, mas também para o aprofundamento de novos temas, novas matrizes teóricas e metodológicas na pesquisa geográfica, atingindo os objetivos a que nos propomos com a publicação dessa revista acadêmica.

Os Editores

ESPAÇO ABERTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 3

número 1

janeiro/junho 2013

Sumário

Cidades Amazônicas: Surtos Econômicos e Perspectivas.....	7
<i>Bertha Koiffmann Becker</i>	
Surtos de Crescimento de Manaus	19
<i>Bertha Koiffmann Becker</i>	
Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará.....	45
<i>Scott William Hoefle</i>	
Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM): Condicionantes à sua Organização Sócio-espacial e Estruturação Urbana	77
<i>Bertha Koiffmann Becker e Amanda Cavaliere Lima</i>	
Surtos de Crescimento de Rio Branco – Acre	101
<i>Mariana Miranda</i>	
Imperatriz: de Vila à Cidade Comercial e Ponto de Apoio no Desenvolvimento Amazônico.....	129
<i>Cláudia Romaneli Nogueira</i>	
O Estado Nacional e a População Negra: Relação Espaço e Tempo para os Territórios Étnicos.....	155
<i>Diosmar M. Santana Filho, Guiomar Inez Germani e Dante Giudice</i>	
Avaliação da Qualidade da Água Subterrânea em Poços da Comunidade do Trairussu Inserida no Litoral Oriental do Ceará, Brasil	173
<i>Francisco Otávio Landim Neto, Edson Vicente da Silva, Gledson Bezerra Magalhães e Narcélio de Sá Pereira Filho</i>	

Cidades Amazônicas: Surtos Econômicos e Perspectivas

Amazonian Cities: Perspectives on Economic Surges

Bertha Koifmann Beckerⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Apresentamos a investigação sobre cidades na Amazônia, reforçando o papel e a importância das cidades no planejamento regional da fronteira e através da história da região. Mesmo que não explícitas em pesquisas específicas, as cidades sempre estiveram presentes em nossos estudos e recentemente novas oportunidades fizeram com que retomássemos o estudo de cidades articulando-as ao desenvolvimento da Amazônia. As novas pesquisas introduzem a teoria de surtos das cidades aplicada a estudos empíricos específicos sobre seis cidades, Manaus, Belém, Rio Branco, Santarém, Parintins e Imperatriz. O estudo de cada uma dessas cidades foi conduzido por diferentes pesquisadores do Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro, articulados entre si em projeto do CNPq. Com exceção de Belém, os estudos das demais cidades compõem os artigos que seguem a este. Esta é, pois, uma apresentação introdutória e a contextualização teórica que fundamenta esses trabalhos e a história do surgimento das cidades na Amazônia.

Palavras-chave: Cidades, Amazônia, Surtos de cidades.

Abstract: Results from investigations on Amazonian cities are presented in five articles which appear in this number. Taken together we try to demonstrate the crucial role of cities in frontier regional planning over time. Even if not always explicit in my research, the articulation of Amazonian cities to regional development has been a constant theme in my studies. Recent research applies the theory of growth surges of cities to specific empirical studies of six Amazonian cities: Manaus, Belém, Rio Branco, Santarém, Parintins e Imperatriz. The study of each of these cities was undertaken by different researchers of the Laboratório de Gestão do Território of the Universidade Federal do Rio de Janeiro, who participated in a CNPq project. Except for Belém economic and growth surges of the other major historical cities of the Amazon are treated separately in the articles which follow. This introduction provides the theoretical basis of the studies and the rise of cities in the colonial period.

Keywords: cities, Amazon, growth surges of cities.

Introdução

Esta é uma contribuição geográfica ao estudo da Amazônia, dando continuidade à pesquisa de uma dimensão crucial de sua história que vem sendo continuamente negligenciada - as cidades - onde vivem 70% da população regional.

ⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

Desde os primeiros contatos com a Amazônia, ainda nos anos 1970, intrigou-nos o acelerado processo de urbanização numa região florestal e cujo planejamento enfatizava e subsidiava uma ocupação destinada à agropecuária. Logo ficou patente o papel das cidades na real meta do planejamento regional qual seja, finalmente, promover a ocupação da Amazônia. Não poderia haver ocupação nem uso dos recursos regionais sem os núcleos urbanos, que constituem o sustentáculo desse processo. Por essa razão, verdadeira fronteira urbana foi implantada pelo Estado na região, antes mesmo da expansão da fronteira agropecuária e mineral que caracterizou o processo de ocupação, à essa fronteira oficial associando-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros. Pois que os núcleos urbanos foram o lugar de mobilização e residência de mão de obra induzida a migrar de todos os rincões do país; constituíram o nó de articulação das redes implantadas para promover a conectividade da região e desta com o país; concentraram os serviços básicos necessários à mobilização dos recursos e ao uso da população.

A investigação detalhada sobre a origem e o papel dos núcleos urbanos nessa fronteira resultou em várias publicações. Destacam-se aqui a primeira delas “Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil”, (Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 160-184, 1978) e “Undoing myths: the Amazon, an urbanized forest” (Unesco/MAB, vol. 15, Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon Region, Ed. M. Clusener-Godt and I. Sachs, 1995), ambas de autoria de Bertha K. Becker.

Embora mantida a convicção sobre a importância das cidades nessa imensa área florestal e, embora as cidades sempre estivessem presentes em nossos estudos, a pesquisa específica sobre essa temática esmoreceu frente ao turbilhão de questões que emergiram com a preocupação ambiental. Foi ela retomada mais recentemente em novas oportunidades. Uma delas refere-se ao projeto “Amazônia: Desafios para o Século XXI”, desenvolvido sob nossa coordenação por demanda do então Ministro Mangabeira Unger quando na chefia da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Nesse estudo, nosso texto “Articulando o Complexo Urbano e Complexo Verde” apresenta um modelo de desenvolvimento para a Amazônia em que as grandes unidades formadas pela vegetação, suas formas de apropriação e as redes de cidades tem papel crucial (Becker, B. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: Becker, B. K; Costa, F. A; Costa, W. M. (orgs.). Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. 1ª Ed. Brasília, DF: CGEE, 2009, v. 1, p. 39-86).

A segunda oportunidade para retomar a questão com mais intensidade foi nossa estadia como Pesquisadora Visitante na Universidade de Loughborough, Inglaterra, em 2005, a convite do Professor Peter Taylor. O Professor nos estimulou a desenvolver na Amazônia a pesquisa sobre surtos econômicos de cidades por ele coordenada em escala mundial. Um projeto institucional apoiado pelo CNPq (Dinâmica das Cidades Amazônicas, Globalização e Desenvolvimento Regional) permitiu a retomada da pesquisa específica sobre cidades em três sub-projetos, um deles sobre os surtos econômicos de cidades amazônicas. O projeto “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” com apoio do CNPq reuniu pesquisadores do Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro na investigação das cidades de Manaus, Belém, Rio Branco, Santarém, Parintins e Imperatriz, ficando cada um responsável pelo estudo de uma das cidades selecionadas para investigação, seguindo a abordagem da teoria de surtos de cidades.

Na implantação desse projeto procurou-se seguir a metodologia do Professor Peter Taylor. Fundamentou-se ele, teoricamente, nos trabalhos de Jane Jacobs para a qual as cidades crescem por substituição de importações e/ou por inovações que introduzem “trabalho novo” capaz de alterar a divisão social do trabalho. As relações com outras cidades são básicas para promover a mudança. A execução da pesquisa se fez em três etapas: i) levantamento do crescimento das cidades amazônicas desde os primeiros dados registrados em 1872, década por década como “proxy” de identificação de seus surtos; ii) pesquisa bibliográfica e de campo pelos responsáveis por cada cidade¹ e iii) elaboração dos textos, com a preocupação de apontar o peso das condições econômicas e políticas no surto de crescimento das cidades.

A grande dificuldade em realizar o trabalho foi a total falta de dados estatísticos e mesmo históricos sobre a região. Vale registrar que numa região carente em historiografia como a Amazônia, os levantamentos de campo realizados foram fundamentais para o conhecimento das cidades. A disponibilidade de bibliografia e de informações influiu certamente na própria diversidade dos artigos, ora mais ora menos calcado na pesquisa direta. Frente a tais restrições, decidiu-se incorporar estudos, notas e/ou relatórios recentes de membros da equipe de pesquisa sobre as cidades selecionadas, aproveitando a oportunidade para difundir informações sobre essa temática tão negligenciada.

Verifica-se inicialmente irregularidade no crescimento, seguida de forte concentração nos centros aglutinadores e exportadores de borracha, e então de declínio e estagnação à exceção de pequenos surtos em algumas delas. Estagnação que perdurou até a nova fase da dinâmica regional deslançada pela política de integração regional iniciada com a construção da estrada Belém-Brasília nos anos de 1960 e a criação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Optando-se por cidades localizadas em área florestal, excluíram-se aquelas localizadas no Mato Grosso e no Maranhão. Exceção à essa escolha foi a cidade de Imperatriz, situada na borda da floresta, cujo estudo foi considerado importante como um caso de crescimento associado à estrada.

Ora, apresentamos os artigos da pesquisa sobre surtos econômicos das cidades selecionadas para investigação. Uma preocupação geral a todos é tratar de elementos comuns entre as diferentes cidades, respectivamente do contexto histórico amazônico em que surgiram e da problemática de desenvolvimento regional de que participam. Por razões que fogem ao nosso controle, não é possível incluímos no conjunto desta contribuição a pesquisa dos surtos econômicos da cidade de Belém, realizada, mas não disponível no momento oportuno para esta publicação. Os artigos sobre as demais cidades foram elaborados por diferentes colegas, e são por eles totalmente responsáveis².

Manaus foi pesquisada por Bertha K. Becker. A posição geográfica da cidade em relação à distribuição da vegetação e à rede de drenagem pesaram sobremaneira na origem e nos surtos econômicos da cidade. Surtos, aliás, raros. A pesquisa sobre Manaus, seu isolamento e fraco povoamento inspiraram uma nova visão sobre a diversidade da Amazônia, a ser explicitada na artigo específico sobre essa cidade. As grandes possibilidades dessa posição privilegiada e não aproveitada são apontadas em um texto atual de Becker que propõe o planejamento de Manaus como Cidade Mundial baseada nos serviços ecossistêmicos. Serviços importantes localizados em Belém e Manaus são: os serviços ligados ao Polo Industrial de Manaus, os que atendem as cadeias produtivas das matérias primas ex-

portadas – minério, madeira, pecuária – base da economia regional; a logística; os bancos e serviços financeiros; a formação de recursos humanos qualificados embora em número insuficiente; além de outros associados à conservação do meio ambiente, providos pelo governo brasileiro nas diferentes esferas, por ONGs, bancos e agências internacionais.

O professor Scott William Hoefle, pesquisou a cidade de Santarém, analisando os surtos econômicos que a cidade, graças à sua localização na foz do rio Tapajós com Amazonas entre Manaus e Belém, vivenciou associados aos ciclos econômicos regionais históricos com base ribeirinha bem como os ciclos recentes com base nas rodovias BR-163 e BR-230. Na interseção de sistemas fluviais e rodoviários Santarém surgiu e se desenvolveu como portal de vasta hinterlândia fluvial e interfluvial do oeste do Pará e, hoje, através de suas agroindústrias e porto promove a integração desses ecossistemas, sinalizando nova divisão de trabalho, agregação de valor e eventualmente autonomia política. Santarém, importante porto, igualmente *lócus* de vários surtos, é considerada uma cidade média. De marca portuguesa, a cidade atuou sempre como grande centro de exportação voltado para garantir o escoamento dos produtos extrativos em áreas interiores, e não tanto por atividades locais. Ainda hoje a cidade é ressentida com a dependência a Belém. Santarém cresce com o plano de asfaltamento da estrada Cuiabá-Santarém decorrente da chegada da frente agropecuária, que deu novo impulso ao porto e ao comércio. Mas procura gerar novos elementos de desenvolvimento, tirando partido de sua posição que favorece a articulação das porções oriental e ocidental da Amazônia.

Parintins foi outra cidade selecionada por sua originalidade e, também, pela curiosidade sobre sua história bastante desconhecida. A professora Bertha K. Becker orientou Amanda Cavaliere Lima, na época, bolsista, a pesquisar em bibliografia e em campo os surtos econômicos dessa cidade e, reconhecendo a qualidade de seu trabalho, atribuiu-lhe coautoria no texto. Em Parintins, localizada na área de influência de Manaus, o mix de curtos e variados surtos ao longo do tempo – cacau, juta, pau-rosa, pecuária de âmbito local – com populações diversas miscigenadas à base indígena e cabocla - gerou um trabalho novo e um surto original baseado numa indústria criativa local: indústria do turismo fundamentada em uma cultura específica. Parintins é, assim, uma cidade turística e um polo comercial pecuarista, atividades que também se beneficiam da proximidade de Manaus.

Surtos econômicos da cidade de Rio Branco foram estudados pela professora Mariana Miranda. Capital do estado do Acre, Rio Branco teve um intenso surto da borracha e um atual da pecuária. É habitada por comunidades tradicionais, agricultores extrativistas familiares, sobretudo descendentes de nordestinos, e grupos indígenas. A cultura local sustenta uma política original de consolidação da floresta como base de vida e da economia da cidade e do estado: o “Governo da floresta”. As tentativas nesse sentido são múltiplas tais como explorar o látex e a castanha, símbolos da geografia e da história da área, e práticas mais avançadas como a organização comunitária para o manejo florestal inclusive com certificação. O declínio violento do surto da *hevea brasiliensis* foi fatal. A base econômica atual não tem sido capaz de dinamizar a cidade, que registra muito baixos índices sociais. Novos processos emergem com a tendência de construção de estradas para promover a integração sul-americana. Por um lado, tal tendência tende a inserir Rio Branco num polo logístico, cujo núcleo central é Porto Velho (Rondônia). Por outro lado, a cidade torna-se ponto de apoio de imigração espontânea de pobres, sobretudo, de haitianos após o desastre ocorrido no Haiti.

Finalmente, Imperatriz, quanto aos seus surtos econômicos, foi pesquisada pela professora Claudia Nogueira. Essa cidade, assim como Parintins, não tiveram o maior surto de crescimento devido à borracha. Isolada durante séculos, Imperatriz cresceu aceleradamente como frente avançada da fronteira agropecuária originária do centro-sul do país, alcançando as maiores taxas de crescimento urbano na região com a chegada da rodovia Belém-Brasília. Hoje, é centro de serviços pouco dinâmico de uma vasta área de seu entorno. Todavia, Imperatriz é o segundo centro econômico do Maranhão, atrás apenas de São Luis e é também considerada cidade média. “Boca do Sertão” caracteriza-se como ponto de apoio para contínuas incursões em busca de riquezas. Estas, contudo, proporcionaram apenas crescimentos explosivos, tão curtos como nos casos do caucho, do quartzo e mesmo do arroz, que não mereceriam a denominação de surto. Como “boca do sertão” esteve sempre à mercê de forte imigração, atraindo mão de obra seja para sustentar o crescimento, seja com o declínio do crescimento, sobretudo, mas não apenas de nordestinos, e, particularmente com a construção da Belém-Brasília e o abastecimento e declínio da exploração de ouro em Serra Pelada. Ainda hoje é ponto de apoio para uma nova frente em expansão da soja, rumo ao Maranhão. A cidade conseguiu se elevar à condição de centro sub-regional - polo do sul maranhense – fornecendo bens e serviços para o oeste do estado, o norte do Tocantins e o sul do Pará. Acresce a sua participação num policentrismo de cidades estrategicamente localizadas no contato entre três estados e quatro eixos viários: Rodovia Belém-Brasília, Rodovia Transamazônica, Estrada de Ferro Carajás e Ferrovia Norte-Sul.

A pesquisa revelou a necessidade de melhor conceituar “surto” econômico e distingui-lo de “ciclo” econômico. Este é um processo de longa duração, que pode ou não ter um surto inicial de crescimento e não necessariamente declinar e desaparecer. Segundo Celso Furtado (1954), surtos econômicos ocorrem quando a economia nas suas diferentes dimensões passa a ter força de competição no âmbito local, regional, nacional ou global, acompanhado de uma maior demanda por determinados produtos, bens, funções ou processos. Propiciam lucro e divisas para as regiões, mas se não forem seguidos pelo desenvolvimento da economia como um todo, entram em decadência com a mesma intensidade com que ocorreram. Outra denominação para surtos que vem sendo difundida, sobretudo para a Amazônia, é a de *boom*, com o mesmo sentido de rápido crescimento.

Avançando na pesquisa verificou-se que muitos dos considerados surtos foram, na verdade, ciclos econômicos. Ciclos e surtos econômicos das cidades estudadas revelam um passado comum, marcado pela exploração de recursos exportados sem qualquer agregação de valor. Sobretudo, sem alterar a divisão social do trabalho, como diria Jacobs, ou sem afetar as outras dimensões da economia, diria Furtado. O denominador comum do maior surto econômico, à exceção de Imperatriz e Parintins, foi a exploração da borracha. Antes e depois da borracha, o isolamento, a baixíssima densidade da população concentrada nas cidades, a estagnação econômica são as marcas históricas das cidades amazônicas.

Forçoso é reconhecer que ainda hoje a economia regional permanece voltada para a exportação de recursos sem promover o desenvolvimento regional, a grande maioria das cidades permanecendo como meros entrepostos na região, sem o dinamismo necessário para mudar o padrão sócio-econômico regional, embora concentrando 70% de toda a população regional.

Se a economia foi uniformizadora da região, a geografia e a história das origens dessas cidades criaram diferenciações que, embora não foram reconhecidas e utilizadas até agora, podem constituir um conhecimento útil para seu futuro.

As Cidades na História da Região

É do conhecimento dos pesquisadores sobre a Amazônia que a região teve uma ocupação tardia em relação à do Brasil. Sabe-se, também, que muito do processo de povoamento europeu da região nos séculos XVII e XVIII ainda são eventos obscuros.

O que não é tão difundido é o fato de a região ter tido uma história diferente daquela do Brasil, permanecendo durante séculos sob processos ligados diretamente ao contexto internacional e à metrópole, à parte do Brasil. Uma história também mais recente um século do que a do Brasil, com riquíssimo povoamento, bastando lembrar, por exemplo, que em 1777 Santarém tinha apenas 737 habitantes (403 sendo indígenas), ainda assim mais do que Manaus onde em 1786 viviam 300 habitantes (243 dos quais indígenas).

Tampouco é difundido o fato de que a história da Amazônia é reveladora de que a expansão do sistema capitalista colonial não se fez mediante um só modelo. O processo de sua apropriação por múltiplos atores em disputa por quase dois séculos, aproxima-se mais de um modelo caribenho do que brasileiro. Com tais pressupostos elaborou-se a hipótese de que a Amazônia constitui uma fronteira-mundi, termo proposto para um espaço de grande valor estratégico na economia-mundo (Becker, 2009).

O projeto sobre os surtos econômicos de cidades amazônicas fortaleceu essa hipótese bem como a de que a expansão colonial do sistema colonial capitalista não se fez mediante um só modelo. Focalizando determinadas cidades, ele necessariamente induziu a buscar sua diferenciação, obrigando os pesquisadores a remontar às suas origens. Sem a menor pretensão de efetuar uma pesquisa histórica, um olhar geográfico sobre as origens e surtos econômicos das cidades contribuiu para maior compreensão da diversidade regional ao revelar processos muito distintos da ocupação colonial associados a diferentes condições econômicas, políticas e geográficas, mas que foram em grande parte aplainados por uma atividade econômica comum de longa duração.

Tendo tomado contato com a contribuição de outros autores, foi possível distinguir quatro grandes modelos de apropriação do espaço da atual Amazônia pelos europeus (Souza, M. 2009): i) o dos franceses, no extremo litoral do nordeste; ii) o dos portugueses na porção oriental da região que corresponde hoje ao Pará; iii) o espanhol que dominou na porção ocidental, a Nova Andaluzia e a Nova Granada; iv) o dos holandeses entre esses dois últimos domínios na costa nordeste da América do Sul, o menos conhecido mas que deixou marcas de uma Amazônia Caribenha (Oliveira, 2006).

Quando os reis católicos da Espanha solicitaram ao Papa Alexandre IV que reconhecesse as novas terras descobertas por Colombo e o Tratado de Tordesilhas realizou a primeira grande divisão geopolítica moderna, dividindo o novo mundo entre as duas coroas Ibéricas – Espanha e Portugal – em 1494, foram ignoradas as reivindicações de outros países emergentes na Europa, que também tinham pretensões a apropriação de terras e riquezas pertencentes à Ibéria. Tratava-se, sobretudo da Inglaterra, França e Holanda.

O século XVI foi um período de exploração, de reconhecimento físico por grandes expedições e invasões. A posse e o conhecimento do espaço configuraram um verdadeiro “loteamento” na corrida para conquista da Amazônia, o rei dos diferentes países distribuindo terras a seus súditos descobridores. Bases coloniais holandesas e inglesas iniciadas nas possessões antilhanas passaram à América do Sul chegando até o Vale do Amazonas antes mesmo das Ibéricas. É o caso, por exemplo, dos fortes holandeses de Nassau e Orange no rio Xingu implantados em 1559 (Silva, 2004).

É na passagem para o século XVII, quando se acirram os conflitos e se multiplicam as bases dos invasores, que se inicia efetivamente a conquista da Amazônia pela Ibéria e pelas Companhias de Comércio da França, Holanda e Inglaterra. Estas expressavam iniciativas privadas em ascensão. Por um lado competitivas com os Estados absolutistas mas, por outro lado, pelos próprios Estados apoiadas, as Companhias constituíram-se em forças políticas de um novo processo de hegemonia na Europa, que passava pela disputa dos territórios coloniais (Faoro, 1984; Silva, 2004; Becker, 2009). Na América do Sul, foram ativas as Companhias de Portugal (do Grão Pará e Maranhão) e da Holanda (das Índias Ocidentais).

Portugal e Espanha possuíam traços culturais comuns e tinham ambos, na catequese por missionários, a arma principal de sua colonização até 1750 quando o Tratado de Madri estabelece as fronteiras na América do Sul, iniciando uma nova fase na história do continente. Mas havia também grandes diferenças nas práticas das duas potências.

Portugal possuía experiência de três séculos de controle de um extenso império colonial. Em busca de riquezas os portugueses desenvolveram e refinaram uma série de técnicas comerciais e políticas para operar nas terras de que se apossavam, sobretudo as feitorias e as capitanias. As feitorias para comerciar com financiamento privado, quase sem custo para a coroa; as capitanias, com donatários construídos por militares, administradores, nobres menores, degredados, para controlar eventuais rebeliões. Os portugueses procuravam transformar a colônia em um prolongamento produtivo do reino e forçavam a adesão da colônia à ordem social da metrópole (Souza, 2009). Para tanto, quando possível, fomentavam a agricultura e estabeleciam vilas e cidades.

O Forte do Presépio de Santa Maria de Belém foi o marco histórico da conquista (1616) inaugurando uma série de fortins e feitorias que lhes asseguraram uma base geopolítica essencial para o controle de Bacia Amazônica. O esforço lusitano maior deu-se através de expansão territorial no Maranhão. Na época do apogeu do açúcar até o momento da fundação de Belém, o domínio português só estava consolidado ao sul da foz do Amazonas, linha de defesa da linha de ataque originária das Antilhas. Foram as intensificações dos ataques ao Nordeste e das incursões ao baixo Amazonas, isto é, a preocupação em defender o monopólio açucareiro do Nordeste que fomentou o movimento expansionista em direção primeiro ao Maranhão e depois à Amazônia (Furtado, 2007).

No Maranhão os portugueses depararam-se com os franceses cujo modelo, malgrado, ambicionava a conquista de um vasto território, da boca do Orinoco à ilha do Maranhão. Apenas na segunda investida, em 1611, conseguem ocupar a ilha do Maranhão fundando a cidade de São Luís, mas foram logo expulsos pelos portugueses (1615). Somente tiveram força para se estabelecer na Guiana com incursões no atual Amapá, o território entre o Oiapoque e o Araguari permanecendo em litígio por dois séculos, só solucionado por arbitragem, a favor do Brasil, em 1900.

A ocupação portuguesa foi seguida da criação de colônias permanentes e estáveis segundo o modelo do que ocorria no Brasil, enviando-se para o Maranhão, em 1620, cerca de 500 açorianos. Com esta base, os portugueses destruíram as feitorias holandesas e os fortes ingleses no Xingu (1623).

Defendendo as terras da Espanha dos seus inimigos durante a União das Duas Coroaas, os portugueses se fixaram na foz do rio Amazonas, posição chave para o controle da imensa bacia, apoiada no Maranhão. Em dez anos se tornaram os ocupantes efetivos da região e consolidaram sua presença com a criação em 1624 do Estado do Maranhão e Grão Pará. A penetração para caça ao índio, por sua vez, ampliou o conhecimento sobre a floresta e suas potencialidades, favorecendo a segunda fase da conquista colonial quando Portugal, já independente da Espanha (1640), procura sedimentar sua empresa no século seguinte (Souza, 1978; Furtado, 2007). No percurso da caça ao índio surgiu Manaus. Sendo o Rio Negro e seu afluente o Rio Branco das áreas mais densamente povoadas por indígenas naquela época, tornou-se logo uma das maiores fontes de mão de obra do colonialismo (Souza, 1978).

Para os espanhóis, expansão significava conquista. Após o sucesso militar eram estabelecidos migrantes, uma administração formal, a coleta de impostos e a catequese. As terras conquistadas eram distribuídas entre conquistadores, inclusive com escravos - as *encomiendas*. A muralha dos Andes e a ausência de uma administração centralizada lhes dificultaram a ocupação da Amazônia de um modo organizado. Ademais, interessavam-se, sobretudo pela conquista e pelo ouro, e não tanto pela colonização e o comércio como os portugueses. Em busca do ouro enviavam expedições a partir do Pacífico e do Caribe.

De uma expedição espanhola ao Orinoco por volta de 1530 só restou um sobrevivente que espalhou a história da cidade de Manoa e do príncipe El Dorado, aguçando o imaginário dos europeus para buscar tesouros no interior da Costa da Guiana. O mito do El Dorado - ora terra, ora país, cidade ou príncipe - , mudava continuamente de nome e de lugar. Três outras expedições espanholas para o Orinoco em 1584, 1585 e 1591 em busca de El Dorado, partiram também do Caribe por iniciativa do governador da Ilha de Trindade (Oliveira, 2006).

Não encontrando a trilha indígena que do interior levava ao Essequibo e daí a cidade de Manoa, que pensavam estar localizada no lago Parima, os espanhóis permaneceram presos na porção ocidental da atual Amazônia, tendo como uma de suas mais importantes bases a atual cidade de Tefé, de onde partiam suas incursões para o norte e para o leste.

Um vácuo de poder configurou-se, então, na atual costa da Guiana, estendendo-se para o interior. A posição setentrional no Oceano Atlântico, a distância em relação ao Oceano Pacífico, as condições locais de floresta densa, de intrincada rede fluvial, de elevadas montanhas no Alto Orinoco e relativamente maior presença indígena, dificultaram a chegada de portugueses e espanhóis a esse interior da Amazônia. Vale registrar que também os portugueses do Grão Pará desconheciam o caminho fluvial para o Essequibo e para o Rio Branco, reduto de concentração indígena.

Nesse vácuo de poder entre o delta do rio Orinoco e a foz do rio Amazonas e suas extensões interioranas, inclusive no atual Brasil, estabeleceram-se os holandeses, ainda em fins do século XVI, numa colônia que denominaram "Pomeroon Coast (San Martin, 2002 apud Oliveira, 2006) em área reconhecida como da Espanha na fronteira com possessões

portuguesas. Independente nessa mesma época como parte dos Países Baixos, a Holanda desponta como uma sociedade moderna, pluralista e tolerante, economicamente avançada, bem diversa da Ibéria. E seu modelo, assim como o dos ingleses, era bem diverso dos anteriores, limitando-se a fundar pequenas colônias agrícolas costeiras.

As primeiras notícias sobre a colônia holandesa constam do livro de Sir Walter Raleigh publicado em 1596 sobre o “Império” da Guiana, após ele próprio ter vindo em busca da Manoa. Outras referências sobre a colônia holandesa foram feitas em 1581 e 1637 (Boxer, 1961; Hulsman, 2005 apud Oliveira, 2006). Em todas as referências são destacadas as relações comerciais e de serviços que os holandeses mantinham com os índios caribe, arawak, trocando “paus-de-tinta” por manufaturados desde o final do século XVI.

Tais referências revelaram que a colônia holandesa na costa da Guiana assumira significativa importância geopolítica, instalando postos de comércio e normas para garantir sua permanência tanto na costa como no interior junto aos rios, aproveitando as práticas culturais dos indígenas. Seu sucesso se fundamentou em alianças com os nativos na disputa por territórios com outros conquistadores, sobretudo os espanhóis. Isto é, o modelo holandês teve como base a aliança comercial e a relação amigável com os índios, graças às quais foram alargando seu empreendimento mercantil, construindo rotas e imensa rede comercial envolvendo todo o interior amazônico entre os rios Essequibo, Orinoco, Branco, Negro e Amazonas, e ilhas do Mar do Caribe³.

Em 1616, instala-se a colônia do Essequibo que, baseada em plantações de cana de açúcar, cacau e algodão nas margens dos rios, desempenhou o mais importante papel administrativo e militar no começo do século XVII na região, graças à mão de obra escrava e aos serviços prestados pelos índios (Farage, 1991 apud Oliveira, 2006). Em 1621 o governo geral dos Países Baixos passou para o recente Estado Holandês, e por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, o controle do posto comercial e militar do Essequibo, onde os holandeses permaneceram até o início do século XIX quando passou para o domínio britânico (1814).

Em que tenham pesado positivamente as boas relações com os índios, a presença crescente de mão de obra africana escrava, controlada mediante castigos brutais, resultou em múltiplas rebeliões no final do século XVIII. Somadas às guerras entre as nações europeias e ao avanço pelo interior das comissões de demarcação de terras dos espanhóis e portugueses estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750), a revolta dos escravos negros contribuiu para o declínio da colônia holandesa. É muito oportuno, portanto, o reconhecimento de uma “Amazônia Caribenha” envolvendo a área outrora ocupada pelo poder holandês no nordeste da América do Sul com influência no seu legado histórico⁴.

Cumprir registrar o traço comum dessa historia colonial calcada em incursões, apropriações e exploração humana e de recursos naturais da região: ínfimas população e produção, isolamento e estagnação.

Mas os vestígios dos modelos diferenciados da História estão presentes nas cidades estudadas, em sua cultura, nas idéias e na força de suas elites, na arquitetura, na geografia. Nesse sentido, Belém e Santarém são, sem dúvida, cidades portuguesas; Manaus e Parintins, localizadas nos confins das ações dos três grandes conquistadores, em área de grande contingente de nativos, são cidades onde a marca indígena é dominante; Rio Branco, mais recente que as apontadas, nascida com a própria exploração da borracha em território negligenciado pelo domínio espanhol povoado por indígenas, tornou-se

Becker, B. K.

uma cidade nordestina tal a força da migração induzida e espontânea de população vinda daquela região; finalmente, Imperatriz, dinamizada apenas em anos recentes com a Rodovia Belém –Brasília, tem uma população mista, de amazônidas - maranhenses, paraenses – e sulistas – mineiros, paulistas, goianos.

Vale ainda resgatar a questão da autonomia da região e de suas cidades. O controle rígido exercido pela metrópole portuguesa na região teve em Belém seu apoio central, condição que atribuiu à essa cidade grande poder e autoridade sobre os demais núcleos, configurando a macrocefalia urbana que caracterizou a Amazônia até o final do século passado. Manaus só conseguiu autonomia como capital de estado no século XIX (1848) após contínuas reclamações e queixas contra o domínio de Belém. Parintins e, sobretudo, Santarém, tem profundos ressentimentos quanto à falta de autonomia até hoje, bem expressos na recente tentativa de criação do estado do Tapajós em 2011, uma reivindicação da região de Santarém. Somente após anos como Território Federal, praticamente sem autonomia alguma, Rio Branco conseguiu ser capital de um estado. Quanto à Imperatriz, sua localização interiorana à grande distância da capital São Luiz, e a dinâmica introduzida pela estrada, favoreceram sua condição de centro sub-regional com relativa autonomia.

A pesquisa de surtos das cidades amazônicas incorpora as diferenciações histórico-geográficas na análise de cada cidade investigada e tem o propósito de contribuir com um novo olhar sobre o papel e a importância das cidades na região. Os ciclos de surtos das cidades e seus elementos cumulativos distinguem as cidades entre si e corroboram com o entendimento presente e futuro das cidades da Amazônia.

Referências Bibliográficas

BECKER, B.K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia* v. 40, n.1, p.160-184, 1978.

_____. Undoing myths: the Amazon, an urbanized forest. In: CLUSENER-GODT, M. e SACHS, I. (orgs.), *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region*. New York, Unesco/MAB, 1995.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A. e COSTA, W. M. *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009, p.39-86.

BOXER, C.R. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 1984.

FURTADO, C.A. *A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERSKOVITS, M.J. e HERSKOVITS, F.S. *Rebel destiny: among the Bush Negroes of Dutch Guiana*. New York, McGraw-Hill, 1934.

HINE, R.V. e FARAGHER, J.M. *The American West*. New Haven: Yale University Press, 2000.

KOBHEN, A.J.F. Participation and quantification: field work among the Djuka (Bush Negroes of Surinam). In: JONGMANS, D.G. e GUTKIND, P.C.W. (orgs.), *Anthropologists in the field*. Assen, Van Gorcum, 1967.

OLIVEIRA, R.G. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. *Revista Textos & Debates* n. 11, 2006.

SILVA, M.C. *O país do Amazonas*. Manaus: Valer, 2004.

SOUZA, M.A. *Expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/1/2013

¹ A base de dados e informações in situ envolveu grande diversidade de instituições e de entrevistas, além da bibliografia. Bibliotecas de Universidades, Arquivos Públicos Estaduais e Municipais, Prefeituras dos Municípios, acervos pessoais de moradores muito contribuíram para o conhecimento das cidades, complementando os dados obtidos em bibliotecas e portais de instituições federais. No caso de Parintins, a colaboração de autores sobre a área, que gentilmente cederam seus trabalhos e artigos e indicaram outras fontes e contatos, foi crucial.

² A investigação de cada cidade contou com a participação de estudantes junto aos professores pesquisadores. Colaborou no levantamento de dados sobre a Zona Franca de Manaus, a estudante Inês Friedman Garcia orientada por Bertha K. Becker. Os surtos de Rio Branco, estudados pela professora Mariana Miranda, teve a colaboração de Marcelo Campello, bolsista de Apoio Técnico do CNPq. O professor Scott William Hoefle contou com o auxílio do bolsista de Iniciação Científica do CNPq Thiago Mourão na pesquisa sobre a cidade de Santarém. Luciano Carvalho, bolsista de Apoio Técnico do CNPq, foi fundamental na atualização de dados, elaboração de mapas e digitação de textos, trabalhando diretamente com a Professora Bertha K. Becker e auxiliando os Professores Scott William Hoefle e Ana Maria Bicalho na confecção final e adequação dos textos às normas de publicação da revista.

³ Processo parecido ao dos franceses na América do Norte. Para maiores informações sobre o processo nesses países, consulte Hine e Faragher (2000).

⁴ No Suriname a fuga dos negros e criação com sucesso de quilombos criou uma zona intermediária de negros entre a costa e o interior distante indígena ao contrário da repressão dos quilombos em zona semelhante do Agreste Nordestino no Brasil. Para maiores informações referentes ao Suriname, consulte Herskovits e Herskovits (1934) e Kobben (1967).

Surtos de Crescimento de Manaus

Economic Surges and Growth of Manaus

Bertha Koiffmann Beckerⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: São poucas as cidades dinâmicas na Amazônia. As que existem o são, sobretudo, graças ao comércio associado a posições privilegiadas quanto à circulação e aos recursos a privilégios políticos, e a uma indústria moderna, no caso singular de Manaus. O modelo de Manaus uma cidade industrial planejada em meio à floresta e de marca cabocla pode ser considerado bem sucedido. Entretanto, sua história, registra surtos intermitentes que correspondem à expansão e colapso. O legado do surto - ou surtos - vividos por uma cidade, é um fator importante a considerar na diferenciação das cidades. Manaus caracteriza-se por dois surtos bem marcados. Após longos séculos de ausência de crescimento, tanto de crescimento demográfico como econômico, dá-se um vertiginoso surto da borracha em poucas décadas, seguido de colapso. Encerrada a estagnação, novo surto se configura a partir de 1967, por iniciativa do Estado brasileiro. Baseado na indústria, revela certa sustentabilidade, respondendo pela posição atual da cidade como metrópole regional. A ausência de dinamismo através dos séculos revela, contudo, uma outra função cumprida nesse período: a de assegurar a posse por Portugal das terras amazônicas no interior da América do Sul.

Palavras-chave: Surtos de crescimento, Cidades, Manaus, Amazônia.

Abstract: There are few dynamic cities in the Amazon. Those that exist are located in strategic places for commercially commanding hinterlands or have privileged access to political resources. Manaus is exceptional in that it is a planned industrial city in the middle of Amazon rainforest, has a mestizo ethnic makeup and can be considered a success. However, the history of Manaus has experienced long periods of stagnation, intermittent surges of expansion and collapse. The legacy of a surge or surges in a city's historical constitutes an important way of identifying how it is different from others. Manaus passed through two distinct surges. After centuries of lack of demographic and economic growth, Manaus experienced the extraordinary rubber boom which lasted a couple of decades and was followed by collapse. Then, after decades of stagnation, in 1967 a second surge was induced by the Brazilian State. Based on industry this surge has achieved a degree of sustainability and is responsible for the present status of Manaus as a regional metropolis. Despite the lack of dynamism in previous centuries before these two surges Manaus had another important function, that of guaranteeing Portuguese possession of the vast Amazon basin which occupies the majority of the interior territories of South America.

Keywords: Growth surges, Manaus, Cities, Amazon.

ⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

Introdução

A história da cidade de Manaus, localizada em áreas amazônicas interioranas, bem a ocidente de Tordesilhas, aproxima-se do modelo caribenho de ocupação do território. A cidade não nasceu sob o influxo de forças que revelassem uma tendência orientada – é obra da improvisação e da aventura (MONTEIRO, 1971).

Sua posição estratégica na confluência do rio Negro com o rio Amazonas, principal eixo de circulação fluvial regional, tem sido crucial para sua existência em todos os períodos de sua história. Situa-se a quase 2.000 km do litoral atlântico, próximo ao centro geográfico da Amazônia brasileira, constituindo um elo entre a navegação rudimentar e as grandes rotas marítimas de cabotagem e transatlânticas. Não é pois um ponto terminal de navegação – em face das extensões florestais e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica que para ela converge –, é uma etapa central e obrigatória da circulação continental, comandando as conexões entre a circulação atlântica e as mais distantes linhas de circulação fluvial da América do Sul (AB’SABER, 1953).

O relativamente grande contingente indígena é crucial na origem e na cultura da cidade. Durante séculos, foi mero pouso e povoado para as expedições de caça ao índio, para os aldeamentos de coleta da droga e de defesa contra holandeses e ingleses – vindos do Caribe pelos rios Branco e Negro – e contra espanhóis vindos dos Andes pelo rio Solimões. E dependeu politicamente de Belém. Somente três séculos após a descoberta do rio Negro e dois séculos após a sua fundação, no último quartel do século XIX, Manaus cresce, alcança autonomia e assume efetiva feição urbana.

No conjunto das cidades amazônicas estudadas, Manaus caracteriza-se por dois surtos bem marcados. Após longos séculos de ausência de crescimento, tanto de crescimento demográfico como econômico, dá-se um vertiginoso surto da borracha em poucas décadas, seguido de colapso. Como assinala um historiador amazônico, Manaus não teve adolescência – passou da infância à maturidade (MONTEIRO, 1971). Finalmente, encerrada a estagnação, novo surto se configura a partir de 1967, por iniciativa do Estado brasileiro. Baseado na indústria, revela certa sustentabilidade, respondendo pela posição atual da cidade como metrópole regional com 1.612.000 habitantes (2007).

A ausência de dinamismo através dos séculos revela, contudo, uma outra função cumprida nesse período: a de assegurar a posse por Portugal das terras amazônicas no interior da América do Sul. Apesar de sua estagnação secular, Manaus foi um posto avançado da Ibéria no coração da Amazônia sul-americana, e os marcos tênues de seu crescimento anterior ao ciclo da borracha estão associados a mudanças jurídicas e institucionais estabelecidas pela coroa com essa finalidade.

Porque os surtos correspondem à expansão e colapso, e são intermitentes, eles são datados na segunda e terceira parte do artigo, quando ocorrem.

As Origens: Posto Avançado da Ibéria em Dois Séculos de Estagnação – 1657-1852

A descoberta do rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, dá-se em 1542 por Francisco Orellana em expedição de reconhecimento oriunda dos Andes.

O rio foi assim denominado devido à cor escura de suas águas. Quase um século se passa até que a coroa toma providências para a ocupação do território. É o momento em que as especiarias do Oriente perdem importância para Portugal devido à disputa por outros Estados, especiarias obtidas pelo extrativismo de espécies nativas da flora e da fauna valorizados nos mercados europeus para condimentos, usos farmacêuticos, construção de edifícios, enfeites domésticos etc. É também o momento de crise na União das Duas Coroas e da independência de Portugal em relação à Espanha.

Dada a escassez das drogas orientais, em 1637 o governador de toda a Amazônia portuguesa apela para uma política de aproveitamento das riquezas naturais. Ainda nesse ano, o rei Felipe XIV da Espanha cria a Capitania do Cabo Norte, para assegurar a posse do território contra as pretensões anglo-holandesas e francesas na disputa pela terra e na caça de escravos índios para explorar as especiarias do sertão. Para tanto, envia a expedição de Pedro Teixeira, que já toma posse da extensa área em nome da coroa portuguesa (1639).

Em 1655, Sua Majestade ordena ao novo administrador da colônia que execute providências para uma exploração bem orientada dessa produção espontânea denominada “droga do sertão”. Fortins, postos fiscais e expedições de guerra para conter resistências indígenas e/ou incursões anglo-holandesas e francesas na realidade realizam a defesa dos interesses mercantis do Novo Oriente português que se descobre na Amazônia.

Pouso de tropa e povoado (1657-1750)

A criação do núcleo que é hoje Manaus deve-se à sua posição estratégica naquele contexto, decorrente de sua localização junto à confluência dos rios Negro e Amazonas; à proximidade do Caribe, de onde ingleses e holandeses, através do Orenoco e da atual Guiana, incursionavam comerciando com grupos indígenas do rio Branco; ao relativamente denso contingente demográfico indígena nas bacias do rio Negro e do rio Branco (afluente do rio Negro), transformadas em bacias de mão de obra de índios escravizados para as atividades econômicas iniciadas no Maranhão e no Pará, sejam fazendas individuais ou aldeamentos (reduções), comandadas por missionários para organizar a coleta das drogas. Não por acaso, por longos séculos Manaus e o rio Negro foram dependentes de São Luís e Belém, centros regionais de decisões e ações necessárias para cumprir as ordens da coroa.

É como pouso de tropa de resgate de índios e de luta contra holandeses que nasce a atual Manaus. Partem de São Luís, em 1657, a primeira tropa a fixar-se temporariamente e a segunda tropa, em 1658, acompanhada de dois jesuítas, que implantam a cruz. Cerca de setecentos índios foram levados para a escravidão no Pará e no Maranhão só nessas primeiras caçadas.

Desse acampamento, concentração provisória sem nome, forja-se um núcleo de população predominantemente indígena e mameluca. Entre as numerosas tribos que habitavam a bacia do rio Negro, as mais importantes são os manaú e os baré, localizados respectivamente no baixo e alto curso do rio. Aos poucos se aproximam do acampamento, como prisioneiros ou como “descidos” – isto é, por adesão voluntária –, implantando seus barracos de palha.

Para assegurar a posse da coroa portuguesa no centro geográfico de seus domínios amazônicos, implanta-se, dez anos depois, o forte São José do Rio Negro (1669), e 26 anos depois a igreja (1695). Os carmelitas, encaminhados para aplacar a indisciplina social da soldadesca com as índias – responsável pela primeira geração de mamelucos –, constroem a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, ermida coberta de palha, e vários aldeamentos.

Encerra-se, assim, o século XVII, assegurando a posse e recobrando a guerra com a dupla de sempre: a espada e o crucifixo. Os holandeses são contidos. E sob a proteção dos canhões, o acampamento transforma-se no povoado da Barra, conhecido por mais de um século como “Lugar da Barra”. Em 1700, o povoado conta com as primeiras ruas sinuosas e praças lamacentas, mal iluminadas, e carece de administração. Viajantes apontam para a sensação de promiscuidade que o povoado transmite, a forte miscigenação de índios e brancos, e de grupos de índios entre si. Miscigenação inicialmente com os soldados brancos e, a seguir, com bandidos perdoados pelo rei e transferidos diretamente de Portugal para a área. Alguns deles casando-se com filhos de chefes indígenas. Migrantes de outras capitanias, particularmente do Maranhão, também contribuem para formar o núcleo. Mas devido à ausência de dinâmica econômica e demográfica, a condição de povoado sem a menor expressão é mantida por todo o século XVIII e início do XIX. Um pequeno progresso ocorre com a introdução de novos atores e/ou transformação de outros, mas não caracteriza um surto econômico e demográfico.

De povoado à vila e à cidade (1750-1852)

Dois fatores respondem pela incorporação efetiva do rio Negro à capitania em meados do século XVIII, com sede em Barcelos, embora com fraca repercussão sobre o desenvolvimento regional e urbano.

O primeiro fator de mudança é a separação das duas coroas e a ascensão do Marquês de Pombal em 1750, grande estadista de Portugal. Ele implementa o primeiro projeto efetivo para a Amazônia, inserindo-a – só então – no sistema colonial português. Trata-se de fomentar a produção visando transformar a Amazônia – de que o rio Negro é uma das partes mais extensas – em um grande parque agrícola, e não apenas um campo de aventura da droga.

Grandes mudanças institucionais transformam significativamente a Amazônia, com repercussões no rio Negro. O que corresponde hoje à Amazônia Ocidental é organizada politicamente como Capitania e Comarca de São José do Rio Negro, subordinada ao Pará em 1755. Cria-se a Intendência do Comércio, Agricultura e Manufaturas. Promove-se a agricultura para organizar uma base econômica estável. Os missionários são expulsos, e a escravidão indígena, encerrada. Uma política econômica e demográfica é institucionalizada.

Núcleos se multiplicam, geradas por alguns aldeamentos elevados à categoria de vila, e outros à de povoados.

O estímulo à miscigenação para garantir o povoamento, objetivo sempre presente da coroa, é intensificado pelo casamento de colonos com índias e oferta de regalias a quem se fixasse na Amazônia.

Processa-se uma transformação de atores tradicionais e introdução de novos. Diretores encarregados da execução do plano governamental são recrutados entre colonos, que se transformam em membros do aparelho burocrático da capitania, entre soldados que, completado seu tempo de serviço, são convidados a colaborar com a administração mediante favores de vários tipos. Por sua vez, índios integrados nas edilidades elevam-se à condição de membros da sociedade em formação.

O segundo fator da modesta prosperidade é, também, de ordem institucional: a presença de um notável administrador, chefe da Comissão Demarcadora de Limites do Tratado de Santo Ildefonso (término das pendências entre Espanha e Portugal na Amazônia), que assume o governo da capitania em 1788.

De acordo com as ordens da metrópole, o novo governador, Brigadeiro Lobo d'Almada, promove certa ativação econômica; introduz a lavoura de arroz e a criação de gado nos campos do rio Branco; intensifica o cultivo do anil e do algodão no rio Negro, bem como várias manufaturas, como teares para panos de algodão – tecidos e redes –, padaria de pães de arroz, cordoaria com utilização da piaçava (palmeira nativa), que começa a ser cultivada, olarias, engenhos para moer cana. Sua ação mais importante, contudo, é a transferência da capital (1791) da antiga Barcelos, no médio curso, para o Lugar da Barra – atual Manaus –, com melhor localização estratégica entre os rios Negro e Solimões-Amazonas, tendo em vista que, vencidos os anglo-holandeses, a maior ameaça à coroa advinha agora dos espanhóis sediados em Ega no Solimões, atual Tefé.

A transferência da capital e o fortalecimento da administração pública são acompanhados da construção de alguns prédios públicos no núcleo urbano, como o Palácio dos Governadores, hospital, quartel e cadeia pública. Novas e mais largas ruas são construídas, embora ainda entremeadas de mata; o comércio permanece nulo, e a Barra isolada, povoada sobretudo por índios. Daí ser conhecida também como a “Tapera (casa de palha) dos Manaus”.

Enquanto o povoado se fortalece, o forte deixa de ter qualquer utilidade prática. É desarmado em 1783, permanecendo apenas suas ruínas denominadas de Guarita, para controlar a entrada e saída das embarcações de atravessadores de gêneros alimentícios e de regatões. O povoado perde, então, o seu aspecto de praça de guerra, ganhando espaço o comércio e a função portuária. Mas ainda se importava mais do que se produzia na Barra (MONTEIRO, 1971).

As autoridades civis e militares que sucedem aos missionários têm ordens para intensificar a agricultura. Aos diretores de núcleos cabe organizar o trabalho indígena e estabelecer as linhas de comércio, desenvolvendo a lavoura. Nos povoados, caso do Lugar da Barra, gêneros de alimentação; nos sítios e quintais, plantio de árvores e espécies de segura colocação nos mercados consumidores.

Durante todo o período colonial, as lavouras mais trabalhadas são as de mandioca, cacau, café, anil, tabaco e algodão. Em fins do século XVIII, o rio Negro é efetivamente incorporado ao domínio da capitania. Os comandantes da fronteira têm a missão de organizar e intensificar a produção de mandioca para alimentação da população que crescia, embora lentamente; o café passa a ser plantado pelos carmelitas; o anil é iniciado com excelente qualidade, mas sem grande atenção; o cacau tem grande difusão em toda a capitania, e só no rio Negro, em 1775, registram-se 201.300 árvores.

O esforço do Estado para um povoamento agrícola estável é prejudicado pelas falhas dos responsáveis, por uma população exígua e pela prática de destruir a floresta a fogo para a construção de roças. As culturas díspares do branco e do índio não favorecem a colonização agrícola – os índios não são dispostos a tarefas agrícolas, e os colonos se consideram senhores e escapam de trabalhar como agricultores (REIS, 1944). Por sua vez, os diretores, e mesmo governadores, com raras exceções, não cumprem com seus deveres, transformando-se em negociantes e exploradores do trabalho indígena.

O crescimento da população também é mínimo. Exceção são os negros, que praticamente ausentes até meados do século, crescem com a extinção da escravidão indígena.

Não há estatísticas para informar o que se passa nos longos séculos de estagnação no rio Negro e, conseqüentemente, no povoado que seria a futura Manaus. Cronistas e viajantes que por lá passam oferecem números aproximados do povoamento em fins do século XVIII, demonstrando que, realmente, Manaus não passava de mero povoado. É o que se verifica comparando os dados do censo de 1755 elaborados pelo Ouvidor para toda a capitania e aqueles registrados por viajantes, tal como na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – População do Rio Negro – Século XVIII.

Capitania do Rio Negro – Censo do Ouvidor, 1755				
Homens Livres	Índios Aldeados	Escravos	Total	
936	10.620	193	11.749	
População de Manaus				
	Brancos	Índios	Negros	Total
1774	-	-	-	220
1778	34	220	2	256
1786	47	243	11	300

Fontes: Monteiro (1971), Corrêa (1966).

Índios são o maior contingente populacional em número, situação que, aliás, perdura até as proximidades da República, em 1889. São eles que fundamentam a economia amazônica, embora sem o reconhecimento devido. Reunidos em aldeias pelos missionários para catequese e coleta das drogas do sertão, submetem-se a um esforço de trabalho a que não estavam habituados. Expulsos os missionários e suspensa a sua escravidão por Pombal, tornam-se caçados em áreas distantes por expedições dirigidas pelos diretores dos povoados e escravizados sem piedade. Epidemias de varíola os assaltam. Só entre 1743 e 1749 são aprisionados 40 mil indígenas. Na Revolta dos Manaós, chefiados por Ajuricaba, 20.800 índios são mortos por um só cabo do exército. Para as obras que o governo português realiza em Macapá e Belém no decorrer do século XVIII, assim como para as que alteram a fisionomia de Manaus a partir de 1852, tribos inteiras são trazidas do alto rio Negro sem a ele retornar (ibidem).

Não por acaso despovoava-se o interior com a destruição do contingente indígena, revelando que a política de promover o casamento dos colonos brancos com índias não solucionara a questão do povoamento.

Não há tampouco dados para avaliar a extensão e o valor desse negócio realizado principalmente por sertanistas, que, saindo de Belém e Gurupá, operam sobretudo nas bacias do Solimões e do Madeira. Deveriam eles pagar os dízimos, mas muitos escapam ao cumprimento da lei.

Um dos melhores registros da situação na época é o fornecida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorre áreas da capitania em 1780. A maior ocupação humana dá-se no vale do rio Negro. Barcelos, então capital da capitania, é habitada por 230 brancos, 756 indígenas, 167 escravos, conta com noventa habitações e não possui comércio de vulto. Na ampla área correspondente às freguesias da Barra e aos povoados da zona das cachoeiras até a fronteira com os espanhóis ao norte, habitam 4.476 moradores, que produzem 3.944 alqueires de farinha, 166 de milho, 60 de arroz, 2 ½ arrobas de café, 117 de cacau, 23 de algodão, 165 de tabaco, 60 canadas de aguardente.

Ademais, a “droga” continua sempre uma tentação. Primeira base econômica da região, abre a hinterlândia amazônica ao domínio político de Portugal e possibilita ao mundo um espaço imenso como a maior reserva de matéria-prima vegetal e animal até então desvendada. Marca da vida econômica inicial até o fim da colônia, “a droga, na verdade, nunca cessou de ser procurada, retornando com ímpeto, por mercê das circunstâncias” (ibidem).

Na virada do século XVIII para o XIX, a Capitania do Rio Negro entra em crise; as manufaturas são fechadas, e a lavoura é abandonada.

É pequeno o impacto inicial da proclamação da independência do Brasil e formação do Império, em 1822. O Grão Pará continua atrelado à corte de Lisboa como estado colonial, e vencida uma resistência armada pela autonomia política, o rio Negro permanece dependente do Pará. Entre 1821 e 1826 o Lugar da Barra é, na verdade, um subúrbio de Serpa (atual Itacoatiara), localizada na margem oposta do rio Amazonas.

É por iniciativa do governo da província do Pará que o Lugar da Barra é elevado à vila em 1833. O território da província é dividido em três comarcas – Grão Pará, Alto Amazonas e Baixo Amazonas –, Manaus constituindo a Vila da Comarca do Alto Amazonas.¹ Como vila, Manaus organiza sua estrutura administrativa e judiciária, e, em 1848, a Assembleia da Província do Pará eleva a Vila de Manaus à categoria de cidade, com o antigo nome de Barra do Rio Negro.

Mas é o império, que, finalmente, cria a Província do Amazonas (1852), cortando os laços de sua subordinação política à Província do Pará; os limites municipais são estabelecidos, e em 1856 a Assembleia Provincial do Amazonas consagra o nome da cidade como Manaus definitivamente. A autonomia política da cidade, contudo, só é alcançada com a transformação da província em estado do Amazonas pela Constituição de 1891.

Ainda em meados do século XIX, Manaus nada tem de cidade. As antigas construções são ruínas; não conta com nenhum edifício público que merecesse tal nome, nem com indústrias e oficinas. A partir de então, os problemas urbanísticos passam a ter atenção, alterando a feição rural da cidade. Pontes de madeira são construídas, ruas são alargadas, água e luz são disponibilizadas, mas a iluminação é ainda à base de manteiga de tartaruga.

Embora historiadores apontem para uma radical transformação da cidade, Alfred Russell Wallace (em 1852) e Elizabeth e Louis Agassiz (em 1865) espantam-se com as

condições de Manaus, que assemelham às de uma grande aldeia. Wallace oferece uma descrição detalhada da carência de habitações e caríssimos aluguéis devido ao forte afluxo de migrantes e comerciantes atraídos pela instalação do novo governo na cidade. A miséria é extrema, diz ele. Há cinco meses não chegara navio algum, faltando os gêneros de primeira necessidade; as ruas não têm calçamento, são muito onduladas e cheias de buracos; a cidade tem apenas 5 mil, 6 mil habitantes, a maior parte constituída de índios e mestiços.

Coloca-se a questão: como explicar a iniciativa do Império em atribuir autonomia ao Amazonas criando a província e a cidade antes que manifestassem algum dinamismo econômico?

Mais uma vez revela-se a condição de região como fronteira-mundi: é do mundo externo que provêm as demandas de mudanças. Província e cidade são criadas por interesses econômicos com implicações nas relações internacionais: *a pressão para abrir a navegação a vapor no rio Amazonas, indicando a necessidade de ser instituída uma unidade política do governo imperial no sertão das amazonas.*

Grande oportunidade abre-se para a retomada das especiarias, agora no contexto da revolução industrial e de novos poderes hegemônicos – Inglaterra e EUA. Nada mais correto do que a afirmativa anterior de que a “droga nunca cessou de ser procurada, retomando com ímpeto, por mercê das circunstâncias”. É só na segunda metade, melhor dito, no último quartel do século XIX que a economia e a população amazônica crescem com base na nova droga – a borracha – e, em consequência, Manaus torna-se uma efetiva cidade.

O “Surto” da Borracha: Crescimento, Belle Époque e Declínio de Manaus (1852-1924)

A denominação de “bolha” a esse surto econômico e demográfico aqui sugeridos justificar-se-ia não apenas por seu caráter efêmero, mas, sim, sobretudo, pelo fato de não ter fincado raízes que pudessem dar continuidade à dinâmica econômica.

Com apenas uns 4 mil, 6 mil habitantes, uma praça, dezesseis ruas e duas igrejas, após três séculos de descoberto o rio Negro e dois séculos de seu surgimento como pouso de tropa, Manaus tem crescimento demográfico vertiginoso no último quartel do século XIX. Até 1880, seu modesto crescimento populacional deve-se, sobretudo, a mudanças institucionais por decisões da coroa no período colonial para assegurar a posse do território e, após a independência, à política imperial, também visando a inserção do país na economia-mundo.

Em fins do século XIX, seu crescimento demográfico está associado ao crescimento econômico decorrente da revolução industrial. Navegação a vapor, indústria automobilística, a ascensão da Inglaterra e a seguir dos Estados Unidos como poderes hegemônicos, em substituição à Ibéria, valorizam uma nova droga do sertão amazônico – a hevea –, inaugurando um novo surto extrativista sob comando mundial. A borracha passa a ser utilizada em larga escala a partir de 1839 com a invenção do processo de vulcanização por Charles Goodyear. Atinge o auge da produção na Amazônia na passagem do século XIX para o XX. Mas a produção amazônica em 1924 já declinara frente à concorrência asiática, onde a hevea brasileira é cultivada com eficiência.

Dois outros fatores cruciais associam-se a esse surto: o transporte, com a introdução da navegação a vapor na bacia do rio Amazonas, e a grande imigração de nordestinos, mão de obra da nova exploração econômica.

Condicionantes do trabalho novo: navegação a vapor e mão de obra nordestina

São duas as espécies botânicas utilizadas na exploração da borracha, o caucho (*castilla elastica*) e a hevea (*hevea brasiliensis*). A hevea, preferida por sua melhor qualidade, localiza-se no alto curso dos afluentes da margem direita do Solimões-Amazonas, na floresta ombrófila aberta, localização diversa das espécies que sustentam o ciclo das drogas na colônia localizadas sobretudo na floresta ombrófila densa.

A implantação dos seringais (grandes fazendas de exploração da seringa, seiva da hevea que contém o látex) nesses afluentes, sobretudo o Purus, Juruá, Javari e Iça, atribui novo valor à posição estratégica de Manaus como porto para onde convergem os rios da parte ocidental da bacia. Para explorar a valiosa matéria-prima são urgentes os transportes e a mão de obra.

A criação da província do Rio Negro (1852) já é uma decisão do Império, que reconhece o valor estratégico da área e visa instituir uma unidade política que lhe sirva de apoio para impedir o controle da navegação a vapor por firmas inglesas e americanas. A seguir o Império cria a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), para explorar com exclusividade por trinta anos os serviços de navegação comercial a vapor entre Belém, Barra do Rio Negro e daí até Nauta, na foz do Ucaiale (Peru). Trata-se de firma brasileira do Barão de Mauá, grande empresário do Império que atua com financiamentos de bancos ingleses.

Reduz-se drasticamente o tempo de viagem entre Belém e Manaus, de mais de dois meses para dez dias. O porto de Manaus ganha novo *status*, dele partindo duas novas linhas para Santa Isabel (rio Negro) e para Nauta.

Mas a demanda crescente pela borracha rompe o monopólio de Mauá. O governo da província assina contrato com outra firma brasileira, a Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1866), subvencionando mais três linhas entre Manaus e os rios Negro, Madeira e Purus. E logo é também rompido o monopólio nacional. Frente à grande pressão externa deflagrada pelos EUA, com apoio da Inglaterra e de políticos brasileiros, o Império abre a navegação do rio Amazonas aos navios mercantes de todas as nações. A partir daí, Manaus insere-se na rota do comércio exterior, encurtando sua distância com o mundo sob forte impacto econômico e sociocultural.

Inicialmente, são, sobretudo, empresas inglesas que dominam a navegação a vapor, e a seguir uma americana (GARCIA, 2005):

- 1872, a Amazon Steam Navigation Ltd. realiza a primeira viagem à Europa. Em 1874 compra as duas empresas nacionais, realizando uma viagem mensal em cada uma das quatro linhas subvencionadas: Negro, Madeira, Purus e Solimões. Em 1911 é liquidada, dando origem à Amazon River;

- 1877, a Red Cross Line estabelece uma linha regular Liverpool – Manaus – Liverpool;

- 1881, a Booth Steam Ship Cy. Ltd. cria a linha Nova York – Manaus – Nova York;

- 1882, a Cia de Navegação Brasileira de Manaus, com viagens bimensais ao Purus e ao Javari. Em 1883 estende até Manaus suas viagens mensais, que até então terminavam em Belém, intensificando a navegação de cabotagem e reduzindo de 30% a 50% o preço do frete dos gêneros de maior consumo e primeira necessidade.

Manaus desponta como grande entreposto dos negócios da borracha. Entre 1853 e 1860, as exportações da província crescem mais de 1.400%, as exportações de Manaus representando quase a metade do comércio da província inteira (TAVARES BASTOS, apud GARCIA 2005).

Entre 1872 e 1883, entram no porto de Manaus 1.052 navios (930 nacionais e 122 estrangeiros). Lideradas pela borracha, as exportações contabilizam 5.855 contos de reis. Desse total, mais de 87% são gerados no período de 1878-1879 a junho de 1882-1883. A cidade cresce também com a navegação de cabotagem.

Mas a grande transformação de Manaus dá-se nas décadas de 1880 a 1910, quando se multiplicam os seringais no alto curso dos afluentes da calha sul do Amazonas graças à intensificação da imigração nordestina. Para inserir-se na economia-mundo exportando borracha, era necessária mão de obra, problema crucial que se coloca para a região e o país, tendo em vista que a escravidão indígena já fora extinta no século XVIII e em 1888 liberam-se os escravos negros. A solução foi a imigração interna.

O problema estrutural da pobreza nordestina assume extrema gravidade numa prolongada seca de 1877 a 1880, durante a qual desaparece quase todo o rebanho da região e perecem 100 mil pessoas. A emigração regional que já se fazia é estimulada para os seringais da Amazônia, e outros imigrantes também são atraídos pela febre da borracha. Entre maio de 1892 e maio de 1893, quase 2 mil brasileiros e oitocentos estrangeiros desembarcam em Manaus, 365 dos quais permanecem na cidade (CORREA, 1966).

O nordestino transformado em seringueiro, como se sabe, submete-se a um regime de servidão semiescravo, cuja remuneração é quase extinta com o pagamento exorbitante dos gêneros que o armazém do seringalista fornece a crédito. Esse sistema gera, assim, uma dívida eterna para os trabalhadores, que usam praticamente todo o seu rendimento para pagar o patrão.

Enquanto isso, os índios sobreviventes são expulsos para as cabeceiras dos rios.

O crescimento de Manaus nessa fase, quando subvenções a companhias de navegação para os seringais (1894) passam a quebrar o monopólio das grandes firmas comerciais de Belém, configura uma primeira condição efetiva de autonomia em relação à Belém, mas fundada em grandes desigualdades sociais.

Um crescimento econômico e demográfico vertiginoso e concentrado

A extração e exportação da borracha da Amazônia na passagem do século XIX para o XX tem crescimento vertiginoso. De 31 toneladas de borracha produzidas na região em 1827, passa-se a 2.673 em 1860, e no final do século o Brasil torna-se o maior fornecedor mundial do produto. Em 1912, a borracha é o segundo maior produto de exportação do Brasil, logo após o café.

O surto da borracha corresponde a um efetivo crescimento econômico e demográfico, que pela primeira vez ocorre no rio Negro, com forte impacto em Manaus. Um surto, contudo, baseado em tão fortes desigualdades, que assume caráter violento.

Os dados dos gêneros exportados para o Pará entre início de janeiro de 1853 e fim de junho de 1854 revelam a modéstia da produção da província nessa fase em que a exploração da borracha ainda não tem grande significado (Tabela 2).

Tabela 2 – Exportações da província do Amazonas para o Pará (1853-1854).

Principais exportações em Embarcação a Vela		Exportação em Vapores da “Companhia do Amazonas”	
Breu	187 arrobas e meia	Carne seca	44 arrobas
Cacau	2.580 arrobas e 11 libras	Pirarucu	1.842 arrobas
Café	427 arrobas e 26 libras	Borracha	332 arrobas
Estopa	1.138 arrobas	Tabaco	59 arrobas
Pirarucu	43.006 arrobas	Salsaparrilha	164 arrobas
Peixe-boi	224 arrobas	Café	76 arrobas
Piaçaba em ramo	2.895 arrobas	Sebo	15 arrobas e meia
Borracha	518 arrobas e 17 libras	Cacau	17 arrobas
Salsaparrilha	5.419 arrobas e 24 libras	Couros secos	57 arrobas
Tabaco	191 arrobas e 10 libras	Redes de maqueira	34 arrobas
Couros secos	85 arrobas	Castanha	150 alqueires
Redes de maqueira	2.091 arrobas	Chapéus de palha	1 volume
Castanha	22.955 alqueires		
Espias de piaçaba	10.733 polegadas		
Manteiga de ovos de tartaruga	4.141 potes		
Dita de peixe-boi	4.702 potes		

Fonte: Reis (1944, p.66-7).

A concentração da riqueza em Manaus já é, contudo, clara. Entre 1851 e 1854, o número de comerciantes exportadores e de casas de negócio cresce na cidade, respectivamente, de três para oitenta e de 38 para 48, e o crescimento da renda do município é o melhor indicador da nova dinâmica econômica (REIS, 1944) (Tabela 3).

Tabela 3 – Crescimento da renda do município de Manaus.

Ano	Valor (reís)
1834 - 38	55\$930
1839 - 43	1:325\$6
1844 - 48	3:978\$921
1849 - 53	6:024\$176
1854 - 58	21:581\$056

Fonte: Reis (1944).

Ainda em 1860, o Amazonas, com quase 2 milhões de Km², era um verdadeiro deserto, habitado apenas por 40.443 habitantes voltados para a extração de matérias-

-primas (TAVARES BASTOS, apud REIS, 1944). A partir de então cresce rapidamente a extração da borracha, acompanhada sistematicamente do abandono da lavoura. O número de gêneros exportados diminui de 37 para 29 entre 1866 e 1876, e o valor da arrecadação pública da província cresce de 172:759\$247 para 421:302\$799.

A produção agrícola quase que desaparece: no exercício de 1871-1872, o algodão declina para 109.000 quilos, o café para 413.200, o tabaco para 782.253, enquanto que o feijão e a farinha já não figuram nas tabelas. A castanha, por seu lado, ascende a 332.706.620 quilos, a cacau colhido e não plantado a 294.073.199, o guaraná a 3.296.056 e a borracha a 1.588.132.616.

Finalmente, a borracha passa a dominar a economia nas duas últimas décadas do século XIX, com crescimento vertiginoso impulsionado pela intensificação da imigração da mão de obra nordestina.

Quadros organizados pelas repartições provinciais para a produção no primeiro semestre de 1883 revelam que são os vales do Purus, Madeira, Juruá, Solimões e Negro, em que se dividia economicamente a província, que garantem o surto econômico da borracha de melhor qualidade (Tabela 4).

Tabela 4 – Principais exportações da província do Amazonas (1883).

Quilos	Purus	Madeira	Jaruá	Solimões	Negro
Borracha fina	762.903	599.609	215.651	118.214	19.981
Cemambi	151.607	85.994	29.238	39.978	4.895
Cacau	-	3.779	348	23.549	-
Castanha	1.116	83	-	3.348	-
Couros verdes	-	-	-	-	17.222
Couros de veado	1.234	744	178	238	-
Espias	-	-	-	-	5.517
Estopa	-	-	-	-	970
Copaíba	2.476	526	-	2.476	-
Piaçaba	-	-	-	-	318.577
Pirarucu seco	-	-	-	342,575	-
Salsa	1.823	-	60	1.824	-
Valor	3.156:878\$070	2.388:927\$500	836:522\$800	769:304\$455	148:267\$760
Valor Total	7.299:900\$585				

Fonte: Reis (1944).

O Vale do Rio Negro, onde principiara o trabalho dos colonos no ciclo colonial, experimenta a mais negra decadência. Nem sequer sinal das culturas de que se orgulhara a capitania e do pequeno parque industrial do Lobo d'Almada. Agora de lá só vem a piaçaba, colhida na zona do alto rio, inclusive além das cachoeiras, trechos onde vive uma população paupérrima, quase que ignorada nessa sua existência precária.

As rendas federais e estaduais, entretanto, continuam a crescer com a borracha (Tabela 5).

Tabela 5 – O *boom* da borracha: estado do Amazonas.

Ano	Quilos	Valor Produção (Mil reis)	Renda do Estado (Mil reis)
1892	11.775.843	38.954:488\$0	-
1894	11.661.379	50.307:189\$0	8.808:752\$520
1896-97	12.385.768	70.101:297\$0	-
1897-98	12.905.346	105.616:924\$0	20.476:114\$687
1899	-	-	25.044:886\$887

Fonte: Adaptado de Reis (1944, p.85).

Embora o rio Negro não seja privilegiado com a presença da hevea, não será demais imaginar que a cidade de Manaus usufrui desse crescimento como capital da província, transformada em estado em 1891. Para ela converge a produção dos rios acreanos ricos na goma onde novas cidades são geradas, como Labrea, Humaitá – entrepostos intermediários –, e nela está sediada a alfândega. Em 1910, a renda da alfândega de Manaus decorrente dessas importações atinge o máximo: 6.723:741\$646! Desde 1900, Manaus passa a ter o monopólio da exportação dos negócios da borracha por ato governamental (4/7/1900), evitando a competição dos exportadores de Belém. Não por acaso vários historiadores regionais consideram Manaus a capital mundial da borracha na época, embora Belém detenha o maior volume de comércio. Após 278 anos, Manaus tem a posição chave no comércio e transporte do Alto Vale do Amazonas. Ela é o elo entre o interior e o mundo externo, porto que serve não só ao estado do Amazonas, mas aos territórios federais da fronteira: Acre, Guaporé e Rio Branco. As repúblicas vizinhas, Peru e Bolívia, dependem também de Manaus para grande parte de suas exportações e importações.

O crescimento da população acompanha o crescimento econômico. É Benchimol (1947) que apresenta um dos mais completos quadros do efetivo de população de Manaus, demonstrando como cresceu apenas a partir de 1872, como visto a seguir na tabela 6.

Tabela 6 – Crescimento demográfico.

Ano	População		Manaus (%)
	Amazonas e Acre	Manaus* (município)	
1865	40443	16655	41,2
1872	57810	29334	50,7
1890	147915	39720	26,9
1900	249756	50300	20,1
1920	455545	75704	16,2
1940	517776	106399	20,5

* O primeiro censo federal, efetuado em 1872 e os seguintes, até 1920, consideram o município como unidade territorial. Não há, assim, dados para a cidade em si antes de 1940.

Fonte: Benchimol (1947) e IBGE (1872, 1920, 1940).

Observa-se que, de início, a população cresce no município de Manaus –rural e urbana –, onde corresponde, em 1872, a 50,7% da população de toda a província (Amazonas e Acre). Nas décadas seguintes, a expansão do povoamento para o interior reduz a proporção relativa da concentração no município de Manaus.

O Censo de 1940 revela novas particularidades pela primeira vez na história da cidade: a) um excedente de mulheres sobre homens; b) as doenças dominantes – malária, tuberculose e doenças dos aparelhos digestivo e respiratório, com uma elevada taxa de mortalidade de 20,28/1.000 habitantes; c) a alteração étnica ocorrida no século XX, com aumento do número de brancos, que passa de 16,4% a 36,25%, enquanto se mantêm os mamelucos e se reduzem drasticamente os índios (Tabela 7). Dentre os brancos, são maciçamente dominantes os portugueses.

Tabela 7 – Composição étnica da população do município de Manaus.

Ano	1872	1940	1940
	%	%	Total
Mestiços	68.8	60.9	64.824
Mulatos	10.3	-	-
Negros	4.5	2.6	2.732
Branco	16.4	36.25	38.585
Amarelos	-	0.09	86
Não declarada	-	0.16	172

Fonte: Benchimol (1947).

Quanto à ocupação da população, embora os dados dos censos não sejam perfeitamente comparáveis, é possível perceber em 1940 (Tabela 8) a crise econômica e o início da tendência ao crescimento dos serviços públicos, que caracteriza a grande maioria das cidades da região até hoje.

Tabela 8 – Ocupação da população de Manaus (1920 e 1940).

Ocupação	1920	1940	Mudança
Agricultura	20,6	13,3	-7,3
Indústria, extração e mineração	9,0	9,0	0
Comércio	7,2	6,0	-1,2
Transporte e comunicação	4,3	3,7	-0,6
Forças armadas e polícia	1,4	1,6	0,2
Serviço público	2,1	2,4	0,3
Serviço profissional	1,7	0,8	-0,9
Serviço doméstico, estudante, inativos, não declarados e outros	53,7	63,2	9,5
	100,0	100,0	

Fonte: Benchimol (1947).

A “*Belle époque*” de Manaus e seu colapso

O “ciclo de borracha” gera uma cadeia produtiva que se inicia com a extração na floresta. A borracha é então transportada por via fluvial até os grandes portos concentradores da produção – Belém e Manaus –, de onde é exportada, sobretudo para as indústrias norte-americanas.

São Europa e EUA – ponto final da cadeia – que usufruem da riqueza da borracha. A parcela de riqueza produzida que permanece na Amazônia concentra-se em Belém e Manaus, que vivem sua “*Belle Époque*”.

Manaus passa por formidável transformação, sobretudo entre 1880 e 1910, no apogeu do “ciclo da borracha”. Torna-se uma efetiva cidade. Igarapés são aterrados, avenidas, praças, edifícios públicos e comerciais modernos e suntuosas residências senhoriais são construídos. Belos pavilhões são importados da firma Walter Macfarland, da Escócia. O luxo dos materiais deve-se também à importação de firmas francesas Kock Frères e Maison Capezot (DIAS, 1999).

Mais importante, Manaus torna-se uma urbe cosmopolita. Novos atores, agentes do trabalho novo, entram em cena na aventura da borracha. É grande a influência da Grã-Bretanha nesse processo, sobretudo por meio da implantação e do controle de serviços – financeiros, portuários, iluminação elétrica e circulação intraurbana com os bondes –, que permanecem na cidade até 1950. Trabalhadores de múltiplas nacionalidades – brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, franceses, ingleses, americanos, sírios, libaneses, judeus e gregos – formam os elos da cadeia produtiva da borracha, realizando o intercâmbio das atividades econômicas entre a cidade, os seringais e os grandes centros financeiros da Europa e dos Estados Unidos. Profissionais liberais – artistas, intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas – instalam-se na cidade, muitos deles formados em faculdades do Nordeste brasileiro. Negociantes e seringalistas, vindos de várias partes do país, compõem os novos atores na cidade, onde a moeda dominante nas transações é a libra esterlina.

Os “coronéis” da borracha, rapidamente enriquecidos, vivem em fausto em Manaus e Belém, cidades que procuram imitar Paris e Londres. Nos portos atracam navios abarrotados de produtos importados, a vida artística fervilha com exposições e espetáculos de música lírica, e altera-se a aparência da cidade. Embora com expressão econômica, a infraestrutura portuária de Manaus não é compatível com o porte de uma cidade rica, moderna e cosmopolita.

As operações portuárias de embarque e desembarque de cargas, lentas e muito onerosas, exigem a construção de um cais que permita a acostagem de embarcação de qualquer calado em qualquer época do ano, enorme desafio para a engenharia naquela época. Em 1899, o Governo Federal abre concorrência para a execução das obras de melhoramento do Porto de Manaus. Vence a firma B. Rymkiewicz e Comp., que dois anos depois transfere à Manaós Harbour Ltd. todos os direitos e obrigações estabelecidas, que incluem o direito de exploração dos serviços portuários por sessenta anos.

A forte atuação da Grã-Bretanha é patente nesse processo: o Barão de Rymkiewicz, dono da firma de mesmo nome vencedora da licitação, é sócio da Manaós Harbour Ltd., instituída em Londres pela família Booth (dona da empresa de navegação citada). Em 1903, a Manaós Harbour assume a exploração comercial do Porto de Manaós, que

se torna parada obrigatória dos negócios da borracha e dos viajantes. Um cais flutuante para os navios estrangeiros ligado à terra firme pela “roadway”, ponte que acompanha o nível das águas formando um “T” e outro cais flutuante das torres no meio da baía do rio Negro para desembarques solucionam o problema portuário.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade e o porto integram-se de tal forma, que é difícil dissociá-los – sua praça central e entorno são extensões do Porto da Manaós Harbour. Ali se localizam os bancos, as corretoras de navios e de seguros, as lojas de modas, os cafés, bares e restaurantes, as firmas inglesas que controlam as importações, as exportações, a navegação, os serviços públicos, a estação dos bondes da inglesa Manaós Tramways and Light Company. Também aí localizam-se os aviadores, figuras emblemáticas da época, mistura do comerciante com agiota que fornece bens de consumo e gêneros a crédito aos seringalistas (os donos dos seringais), a serem pagos com a borracha, e negocia a borracha com os exportadores. Os seringalistas endividam-se para manter hábitos luxuosos na cidade e para suprir os armazéns dos seus seringais – o barracão –, onde exercem o papel de aviador para os seringueiros, os trabalhadores da seringa.

Mas lá na segunda década do século XX começa a se verificar, com violência, a concorrência da borracha das plantações inglesas e holandesas do Oriente. A depressão econômica e financeira que se segue traz nova crise para o estado. Em 1917, para 213.070 toneladas de borracha produzida no Oriente, o Amazonas exporta 8.643.919 quilos, e em 1921 a diferença aumenta: 272.915 toneladas do Oriente contra 4.122.059 quilos do Amazonas!

Em 1914, o crescimento da cidade é posto em xeque pela perda de controle do mercado da borracha assumido pela produção das plantações da Malásia. A partir de então, Manaus passa por longo período de crise, seguido de estagnação. Sobrevive, como sempre, graças à riqueza da floresta: madeira, castanhas, essências, sementes oleaginosas e fibras tropicais.

Uma tentativa de retomar a produção de borracha gera uma nova “bolha”, pouco duradoura. Após a depressão dos anos 1930, as indústrias brasileiro-americanas de São Paulo criam uma demanda nacional para a goma, e a guerra na Ásia prejudica o suprimento para os EUA, abrindo para a Amazônia uma nova oportunidade. Manaus recupera por alguns anos o monopólio da borracha natural. Em 1942, o Brasil assina com os EUA os Acordos de Washington, um dos quais, o Acordo da Borracha, para garantir a produção do produto às forças aliadas. Ainda nesse ano é criado o Banco de Crédito da Borracha, com sede em Belém, pela parceria entre o Tesouro Nacional (55%), a subsidiária americana Rubber Reserve Company (40%) e “pessoas físicas de nacionalidade brasileira”.

Institui-se o monopólio da borracha e a substituição da influência inglesa pela norte-americana nos negócios do Brasil e da Amazônia. Iniciam-se a “Batalha da Borracha” e o estímulo à migração para constituir os “Soldados da Borracha”, recrutados novamente no Nordeste brasileiro.

Instalada nos camarins do Teatro Amazonas, a Rubber Development Cy. assume posição claramente intervencionista, impondo restrições às casas aviadoras e aos exportadores, proibindo o transporte da castanha e do pau-rosa para suprir de borracha a indústria bélica norte-americana (Garcia, op. cit., p.141).

Terminada a guerra e desfeitos os Acordos de Washington, desvanece-se essa segunda e breve bolha da borracha, reinstalando-se a crise no estado e na cidade.

Mas a economia da borracha resulta na formação da Amazônia como uma unidade em si (BECKER, 2001b), pelo crescimento da população e da economia, bem como pela ocupação do território. Calcula-se em aproximadamente 260 mil os imigrantes entre 1872 e 1900, sem contar os que teriam vindo para o Acre anteriormente. Em consequência, a população Amazônica cresce de 250 mil para 500 mil no período (FURTADO, 2007).

Ocupa-se o território. Por um lado, pela expansão do povoamento em novas áreas da fronteira móvel impulsionada pelos seringueiros e comerciantes na busca do látex localizado nos altos vales dos tributários da calha sul do rio Amazonas; em face da inexistência de limites definidos, eles penetram profundamente na Bolívia, daí resultando o que é hoje o estado do Acre e o povoamento brasileiro nessa fronteira. Por outro lado, consolidam-se núcleos urbanos – sobretudo Belém e Manaus – em grande parte pelo êxodo rural decorrente da crise econômica.

A depressão econômica e financeira no estado do Amazonas e em Manaus perdura por três décadas. Novas perspectivas só emergem com a entrada em cena de uma diferente atividade produtiva, que não o extrativismo, e de um novo ator: o Estado brasileiro.

O Surto de uma Indústria na Floresta – A Zona Franca (1970-1990)

A crise da borracha atinge as finanças públicas, a rede de exploração do látex e a estrutura de poder a ela atrelada. E a uma sociedade moldada na exportação de produtos ditada pela demanda externa, faltam iniciativas e mesmo capacidade para identificar alternativas de dinamização econômica do estado e da cidade. Numa economia de surtos, a prática e a ideologia da elite é aguardar a valorização de um novo recurso natural.

Desta feita, contudo, não são os mercados externos que desencadeiam surtos econômicos na Amazônia, mas, sim, o planejamento e a geopolítica do jovem Estado brasileiro, que, para sua afirmação, busca não só o crescimento econômico, mas o controle do território nacional.

Antecedentes do planejamento regional

A União movimenta-se em favor da região. Em 1946 é criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estabelecendo que a União aplicará na região durante pelo menos vinte anos consecutivos quantia não inferior a 3% de sua renda tributária. Os estados, territórios federais e municípios da região reservarão anualmente 3% de suas rendas para a mesma finalidade. Em 1953, o Plano é transformado na Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Lei nº 1.806, que define também a área do Plano, constituindo a Amazônia Legal, que inclui não só a região florestal como parte dos cerrados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. A ação da SPVEA, contudo, responde mais a um discurso do que a uma ação efetiva.

Por sua vez, o governo estadual, em suas tentativas de solução, cria empresas de economia mista – dentre as quais tem sucesso o Banco do Estado do Amazonas – e propõe a criação do Porto Franco de Manaus (1951).

Ações mais efetivas incidem sobre a Amazônia somente na segunda metade da década de 1950, por iniciativas visando o desenvolvimento nacional no governo de Juscelino Kubitschek com base em “energia e transporte” e “50 anos em 5”, envolvendo necessariamente expansão de mercados – inclusive o doméstico. A geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) dá suporte à política econômica, considerando a necessidade de integração da Amazônia ao restante do país partindo de eixos viários do planalto central.

A conjugação dos anseios econômicos e geopolíticos – constante na Coroa, no Império e no Estado brasileiro – resultou na interiorização da capital federal para o planalto central – Brasília, inaugurada em 1960 – e na construção de uma rede de grandes estradas para articulá-la à Amazônia, iniciada com a Belém-Brasília e seguida de outras contornando a Hileia.

A estratégia geopolítica previa também a construção dos eixos Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus e sua expansão para o Caribe através da estrada Manaus-Boa Vista, que foram postergadas por outras prioridades. Para a Amazônia ocidental, propõe-se um outro componente estratégico poderoso: a construção inicialmente de um porto franco, tal como sugerido pelo governo estadual, posteriormente substituído por uma zona franca em Manaus.

O surto da Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é criada em 1957 com o objetivo, segundo Silva (1999), de evitar um esvaziamento ainda maior das já deprimidas economias urbana e regional da Amazônia, recaindo a escolha em Manaus por ter ela população muito superior à das outras cidades da Amazônia ocidental. A essa lógica deve-se acrescentar a preocupação geopolítica e a posição estratégica de Manaus na região.

Na medida em que não se oferecem incentivos para atrair investimentos, a ZFM não deslancha (GARCIA, 2005). Só assume seu novo papel de impulsionar a ocupação do território e garantir a soberania brasileira sobre a região durante o regime militar, quando é reformulada no contexto da geopolítica que prioriza a integração da Amazônia. ²Em 1967 é reformulada para cumprir o seu papel introduzindo uma economia comercial e industrial em plena região florestal fracamente povoada, vivendo de uma economia mercantil decadente e próxima à fronteira norte. A ativação da ZFM insere-se na Operação Amazônia, que inclui também o Banco da Amazônia e a SUDAM. Iseção de impostos sobre inúmeros tributos, garantem a atratividade das empresas, devendo vigorar por trinta anos.

Manaus torna-se importante centro de comércio importador e centro de turismo doméstico a ele associado. No início do processo de globalização, a partir de 1968, crescem os investimentos estrangeiros industriais no Brasil e em Manaus. Visando impedir a internacionalização do setor, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1976, estabelece índices de nacionalização para evitar investimentos transitórios e a instalação de indústrias exclusivamente montadoras, que, sem grande sucesso, são suprimidos em 1991.

Caracteriza-se, sem dúvida, um surto econômico na cidade com a introdução de um trabalho novo na indústria, bem como no comércio e serviços a ela relacionados. Cresce rapidamente a população – em vinte anos (1970-1990), de 311.622 habitantes, correspondendo a 32,62% da população total do estado, para 1.011.501 habitantes, 48,09%

do total do estado (Figura 1). A renda do setor terciário cresce de 56,5% para 67,7% em apenas dois anos – de 1966 a 1968 – (SILVA, op. cit.). Crescem, além da população, a receita tributária estadual, os índices de construção civil, o consumo de energia elétrica e, sobretudo, o número de empregos, que só no setor industrial chega a 100 mil em 1990. Altera-se a estrutura econômica e, sobretudo, a estrutura do emprego.

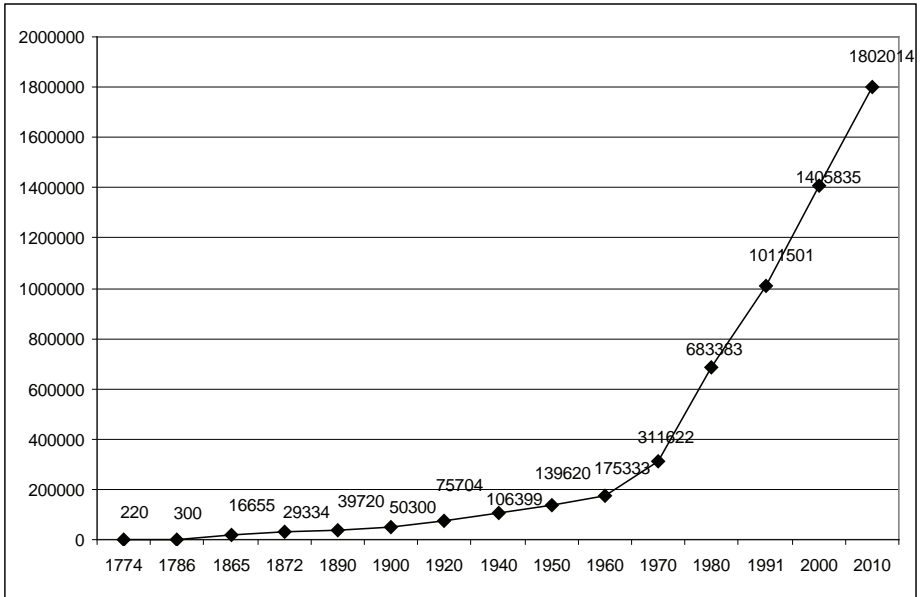


Figura 1 – População da cidade de Manaus.

Fonte: Os dados de 1774, 1778 e 1865 são estimativas obtidas na literatura histórica. A partir de 1872, são dados do Censo Demográfico do IBGE.

Em 1989, o Distrito Industrial da ZFM já conta com 425 empresas instaladas e 74.818 empregos diretos na indústria; somados os empregos de outros setores – comercial e de serviços – a cidade de Manaus conta com o total de 127.804 empregos diretos e passa a abrigar 98% das atividades econômicas do estado.

A globalização e abertura da economia brasileira na década de 1990, contudo, afetam profundamente a ZFM, que entra em crise. Na primeira metade da década, em 1992, o nível de empregos diretos na indústria cai para 20 mil, e a arrecadação tributária de 1991 decresce em US\$ 136.267.245 relativamente a 1990 (ibidem).

Mas já na segunda metade da década de 1990, a partir do Plano Real, é patente a recuperação econômica. Crescem muito as exportações, o faturamento e o nível de emprego. É que novamente o Estado brasileiro vem em socorro de Manaus. Os incentivos fiscais são renovados por dez anos, a seguir até 2013 e, finalmente, até 2023. Reconhecendo a necessidade de diversificar a produção industrial articulando a base industrial à fantástica potencialidade da floresta, e desse modo difundindo o desenvolvimento no estado, duas importantes ações institucionais se estabelecem: i) a criação do Polo Industrial de Manaus (PIM), que passa a substituir a ZFM, visando o fortalecimento industrial; ii) a

criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), visando estimular a pesquisa da biodiversidade e a indústria biotecnológica.

A população da cidade cresce até hoje significativamente, mas o crescimento do faturamento do PIM passou a ser mais rápido do que o da população (Figura 2). Entre 1996 e 2000, o PIM se afirma como polo exportador, sobrepondo-se ao comércio e aos serviços; sua balança comercial cresce mais de 600% nas exportações industriais, crescendo ainda mais na primeira década do século. Em 2004, as quatrocentas indústrias do PIM (entre elas Nokia, Samsung, Phillips, Panasonic, Yamaha, Sony, Gillette) geram 900 mil empregos e faturam US\$ 14 bilhões.

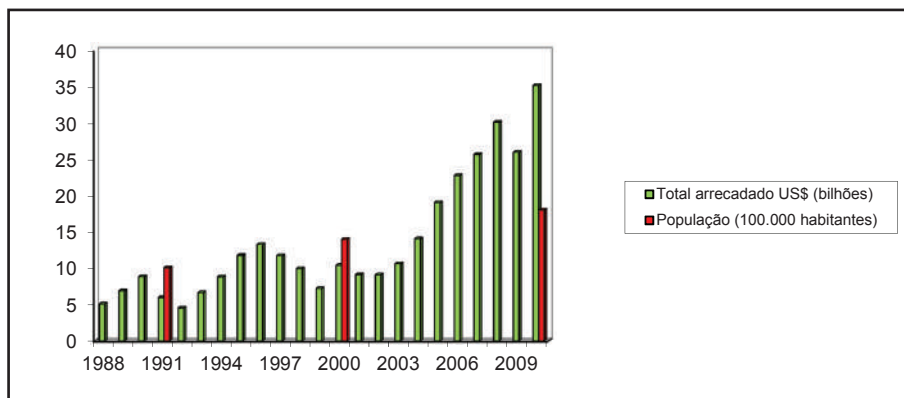


Figura 2 – Faturamento do PIM em US\$ (1988-2010) e Dinâmica demográfica em Manaus.
Fonte: SUFRAMA (2010) e IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A participação de Manaus na economia regional torna-se crucial, sendo superior a um quarto do PIB da Região Norte (Figura 3) e mesmo do PIB brasileiro, ocupando sempre posição entre os sete mais importantes municípios brasileiros e à frente de outras capitais do país (Figura 4).

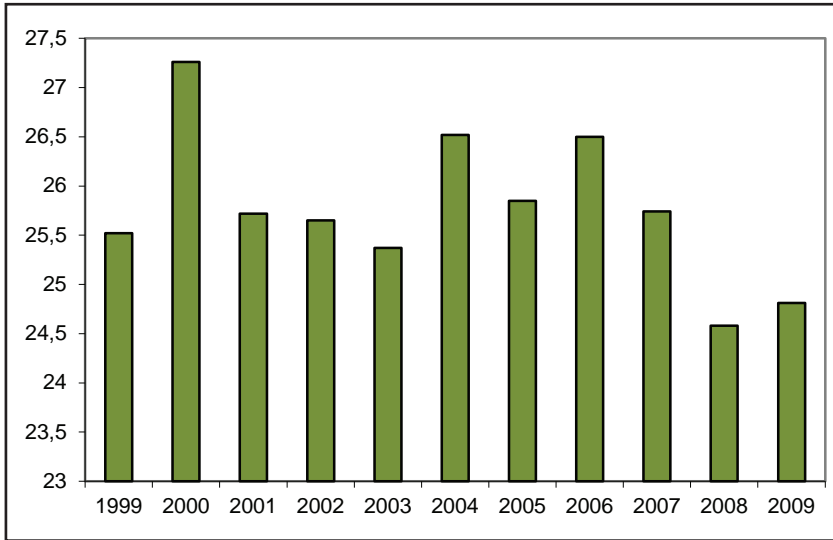


Figura 3 – Participação do PIB a preços correntes de Manaus em relação à Região Norte (%).
Fonte: IBGE, 2010.

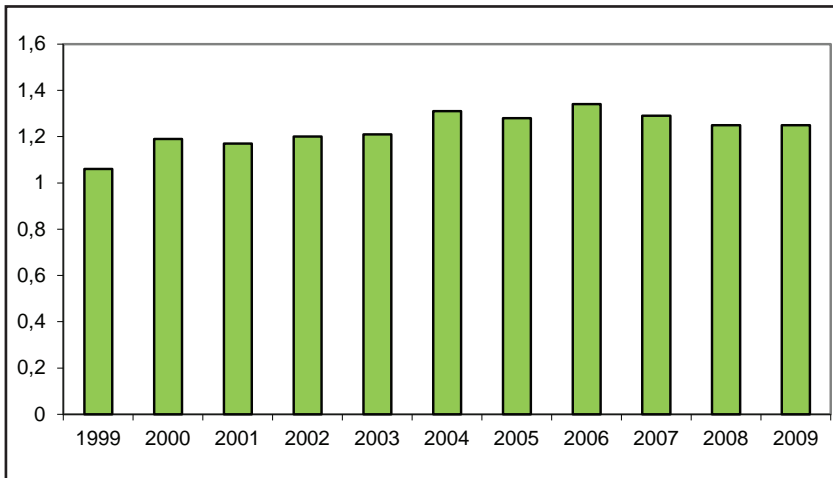


Figura 4 – Participação do PIB a preços correntes de Manaus em relação ao Brasil (%).
Fonte: IBGE, 2010.

Há um esforço para mudar o tipo de indústria convencional que originou a ZFM e diversificar o PIM. O setor de material elétrico, eletrônico e de comunicação, ainda o mais importante, especializou-se bastante, com ênfase na indústria de duas rodas, especialmente motos. Mas vem reduzindo sobremaneira sua importância frente ao crescimento do

setor de matérias plásticas, seguido do metalúrgico, tal como visto na tabela 9, crescimento que pode significar uma nova produção de insumos para a indústria eletrônica.

Tabela 9 – Evolução dos setores das empresas instaladas no PIM.

Setores	1987	2009
Material elétrico, eletrônico e de comunicação	59,60%	25,20%
Produtos das matérias plásticas	2,10%	15,40%
Metalúrgico	2,50%	9,20%

Fonte: MDICE – Suframa, 2010.

Embora não tendo ainda significação estatística, uma nova indústria promissora emerge em Manaus, iniciando a utilização dos recursos florestais num novo patamar. Tratam-se de numerosas empresas médias e pequenas que utilizam produtos da biodiversidade para a produção de cosméticos e, em menor escala, fitofármacos. Para tanto, organizam redes de suprimento da matéria-prima que buscam a até 700 quilômetros através da circulação fluvial (BECKER, 2009).

Outra inovação que se apresenta é a criação de um polo minerador na cidade, tendo em vista que, frente à valorização internacional dos minérios, sobretudo a demanda da China, tem-se avançando muito na pesquisa mineral, com descobertas significativas.

Enfim, desta feita, o surto econômico industrial introduziu um *trabalho novo*, que, embora restrito a montadoras, não se desvaneceu com a crise. Criou raízes, estimulou o comércio, mas também alguns serviços e mesmo algumas empresas especializadas em insumos necessários ao polo, como observado nas estatísticas e em pesquisa de campo.

No final da primeira década do século XXI, Manaus registrou um forte crescimento de população e econômico. Tratar-se-ia de um novo surto ou do crescimento de uma economia consolidada.

Manaus contemporânea³

O modelo da ZFM é alvo de um debate polarizado no país até hoje. Para uns, o modelo é positivo; dinamizou a economia regional criando empregos e integrando-se ao restante do país, e sem provocar desmatamento. Os argumentos contrários enfatizam os males da internacionalização da economia – não se trata de um efetivo desenvolvimento industrial, porque as fábricas instaladas são apenas montadoras dependentes tecnologicamente das matrizes que recebem os grandes lucros da produção; e a implantação da ZFM, na verdade, constituiria o fim da possibilidade de um capitalismo nacional independente, na medida em que submeteu Manaus a um crescimento exógeno (SILVA, 1999). O modelo só é viável em condições privilegiadas, com investimentos públicos em infraestrutura, isenção fiscal e facilidade para remessa de lucros (OLIVEIRA e SCHOR, 2009).

Se os argumentos negativos são verdadeiros, e a eles se deve acrescentar a macrocefalia da Manaus concentrando até hoje ainda mais de 80% da população e 84% da economia do estado do Amazonas, não é possível deixar de considerar os aspectos po-

sitivos do empreendimento quanto aos seus objetivos. A ZFM introduziu uma economia dinâmica no âmago de um mercantilismo extrativista atrasado, iniciando uma integração do vasto coração florestal ocidental da Amazônia com o país e o mundo e tornando as fronteiras políticas norte mais acessíveis.

A afirmação de que a economia é dinâmica não é excessiva. Estudos recentes trazem novos argumentos em favor do Polo Industrial de Manaus. Periodizando a sua evolução, identificam três grandes períodos: i) de 1967 a 1976, correspondente à indústria de montagem por empresas estrangeiras majoritariamente eletrônicas de consumo; ii) de 1976 ao início da década de 1990, fase de substituição de importações com produção condicionada a índices mínimos de nacionalização, mas reduzida produtividade; iii) início dos anos 1990 até o presente, fase de modernização industrial *high tech* em ambiente altamente competitivo, com intensidade no uso dos fatores capital e tecnologia, tendo um ano de inflexão em 2013 (MACHADO et al., 2008; VIEIRA DE SÁ e MACHADO, 2012).

Segundo esses autores, o paradigma fabril de Manaus é hoje a busca de competitividade em nível internacional, consolidando cadeias de segmentos industriais *high tech*, sobretudo pela agregação local de valor em suas operações. Agregação de valor que, segundo seu estudo, tem sido maior do que a da indústria de transformação do Brasil como um todo. Tal esforço colocaria por terra o argumento de que a indústria de transformação amazônica pouco agregaria valor à produção devido aos seus incentivos fiscais e à sua lógica de operação.

Se esse argumento for válido, há uma possibilidade real de em Manaus estar consolidada uma efetiva economia industrial.

Manaus é hoje uma metrópole com 1,612 milhão de habitantes (2010), com influência na Amazônia ocidental e competindo com Belém no Vale do Amazonas até a cidade de Santarém. E tem ocupado frequentemente o quarto lugar entre as metrópoles brasileiras em participação no PIB do Brasil.

Certamente há problemas e desafios a enfrentar. A cidade não escapa do contexto brasileiro de forte desigualdade social. Parcela da população é ainda segregada e não tem acesso à inclusão na riqueza gerada, que é exportada para as empresas matrizes e/ou permanece em poucas mãos. Há muito ainda por fazer visando difundir benefícios para a população pobre e para o restante do estado do Amazonas. Até agora o CBA não conseguiu se consolidar como núcleo avançado de pesquisa biológica e da biotecnologia, e muito menos articular-se com o PIM criando condições para inovar em áreas científicas da fronteira da ciência, como havia sido previsto.

Mais uma vez parece ser necessária a iniciativa do Estado federal para alavancar um novo surto na Amazônia a partir de Manaus. Afinal, não é papel do Estado assumir iniciativas estratégicas?

O contexto do século XXI coloca novos desafios e oportunidades para um novo e diferente padrão de desenvolvimento de Manaus calcado na utilização do potencial natural dos ecossistemas florestais. A revolução científico-tecnológica, oferecendo meios para utilizar os recursos naturais em patamares mais elevados que os conservam e reduzem os desperdícios de sua utilização, transformou a natureza em capital natural. Por sua vez, a preocupação com o aquecimento global valoriza igualmente as florestas tropicais como sorvedouros de carbono. Simultaneamente, processa-se a mercantilização não só

Becker, B. K.

de novos elementos da natureza – água, biodiversidade, ar – como das suas funções, com ênfase no mercado de carbono (BECKER, 2009).

As florestas tropicais entram na agenda econômica e política global, e o Brasil é pressionado devido ao intenso desmatamento que vem ocorrendo pela exploração da madeira e implantação de pastagens.

Uma nova função de Manaus, capaz de gerar riqueza não só para ela mas para a região sem destruir a natureza, seria, assim, capitanear a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia (ibidem). Destacam-se aqui dois fundamentos do modelo. O primeiro é que a floresta só se manterá em pé se a ela for atribuído valor econômico para poder competir com as “*commodities*”. Trata-se de produzir sem destruir, o que remete às questões de o que e como produzir. O segundo refere-se mais uma vez à posição estratégica de Manaus, desta feita valorizada não só pelo comando que a cidade exerce sobre a ampla rede de drenagem, mas, também, por sua situação face à extensão florestal da Amazônia sul-americana, onde se destaca como a mais importante cidade. Tal posição, única no mundo, possibilita planejar um novo ciclo econômico de Manaus como uma cidade mundial com base na prestação de serviços ambientais oferecidos pela floresta, apoiada no fortalecimento da pesquisa e de serviços especializados, na criação de uma bolsa de valores na cidade e numa rede de cidades de apoio na região.

Seria, sem dúvida, um trabalho novo, bem diverso dos anteriores, economicamente rentável, socialmente justo, ambientalmente prudente e, sobretudo, provedor de autonomia à cidade a ao estado.

Agradecimento

Em minha estadia como Pesquisadora Visitante na Universidade de Loughborough, Inglaterra, em 2005, a convite do Professor Peter Taylor fomos estimulados a desenvolver na Amazônia a pesquisa sobre surtos econômicos de cidades por ele coordenada em escala mundial. Um projeto institucional apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – “Dinâmica das Cidades Amazônicas, Globalização e Desenvolvimento Regional” - permitiu a retomada da pesquisa específica sobre cidades e no sub-projeto “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” investigamos a teoria dos surtos de crescimento de cidades amazônicas e suas relações com o desenvolvimento,

Referências bibliográficas

AB’SABER, A. N. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, n.15, p. 18-45, 1953.

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: EDUSP, 1975.

BATES, H. W. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. (1. ed. 1863)

BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia* – Nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In:_____; COSTA, F. A; COSTA, W. M. (orgs.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009, p.39-86. .1.

CORRÊA, L.M. *O nascimento de uma cidade (Manaus 1890 a 1900)*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BENCHIMOL, S. *Manaos: the growth of city in the amazon valley*. Oxford, Chio: Miami University, 1947.

BRADFORD BURNS, E. *Manaus, 1910 retrato de uma cidade em expansão*. Parintins: Biblioteca Municipal Vera Lucia Simplício, 1966.

DIAS, E. M. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, E. *Manaus, referências da história*. Manaus: Norma Editora, 2005.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1872-2010.

_____. *Produto interno bruto dos municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LOUREIRO, A. J. S. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Edição do autor, 1986.

MONTEIRO, M. Y. *Fundação de Manaus*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (org.) *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p.59-98.

REIS, A. C. F. *O processo histórico da economia amazonense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *História do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (1. ed. 1931)

Becker, B. K.

_____. *Manaós e outras villas*. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 1999. 145p.

SÁ, M. T. de V.; MACHADO, J. A. da C. *Polo Industrial de Manaus: suas transformações e seus êxitos na agregação do valor regional no período de 1996-2009*. 1º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, M. C. *O país do Amazonas*. Manaus: Edua, 1996.

_____. Zona Franca. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 1999, p.17-49. v.1.

_____. Metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais. In: OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 1999, p.223-46. v.1.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus: SUFRAMA, 1989.

_____. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus: SUFRAMA, 1995.

_____. *Indicadores industriais de 1988 a 2010 do parque industrial de Manaus*. Manaus: SUFRAMA 2010.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/1/2013

¹A comarca possui mais três vilas, sedes dos outros três *termos* da comarca: Ega (atual Tefé), Lusea (hoje Maués) e Mariuá (Barcelos). Todas as outras vilas são rebaixadas a freguesias. Ao termo de Manaus subordinam-se Saraca (Silves), Serpa (Itacoatiara), Santo Elias do Jaú (Novo Airão) e os povoados de Amajari, Jatapu e Uatumã.

²Detalhamento desse processo encontra-se em Becker, B. K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Zahar, 1982, e *Amazônia*, Ática, 1990.

³O levantamento de dados apresentados nessa seção tiveram a colaboração de Garcia, I. F., bolsista de Iniciação Científica.

Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará

Santarém: Gateway City of Historic Frontiers of Western Pará

Scott William Hoefleⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Aborda-se neste artigo o percurso de Santarém como cidade portal de múltiplas fronteiras que se desenvolveram historicamente no vale médio do rio Amazonas e no vale do rio Tapajós. Através dos séculos a cidade comandou uma hinterlândia que passou por vários surtos econômicos, desde a coleta das drogas do sertão no início da colonização portuguesa à agroindústria de hoje. Localizada entre Belém e Manaus e historicamente subordinada a estas, Santarém hoje começa a sair da sombra delas e destacar-se como polo regional administrativo, comercial, cultural e de serviços especializados. Os surtos econômicos e as transformações socioambientais são interpretados com base no modelo de redes de cidades globais de Peter Taylor, adaptado à Amazônia com o conceito de cidade portal da literatura sobre fronteiras históricas no mundo.

Palavras-chave: Surto econômico; Cidade portal de fronteira; Amazônia; Pará.

Abstract: This article treats the historical role of Santarém as a gateway city of multiple frontiers of the middle valley of the Amazon and valley of the Tapajós Rivers. Over the centuries the city has controlled a hinterland that underwent a number of economic surges, from collecting natural spices, herbs and fruit of the forest in the beginning of the Portuguese colonization to agro-industry today. Located midway between Belém and Manaus, and historically subordinated to these cities, Santarém today has become a regional center for administrative, commercial, cultural and specialized services. The economic surges and socio-environmental transformations are interpreted according to the global cities network model of Peter Taylor, adapted to the Amazon with the concept of gateway cities from the literature on historical frontiers of the world.

Keywords: Economic surge; Frontier gateway city; Amazon; Pará.

Surtos Econômicos na Fronteira Urbanizada

Desde os anos 1980, o conceito clássico de fronteira proposto por Turner [1963(1893)] e reafirmado por Billington (1970) é criticado por focalizar exageradamente a zona rural, quando, de fato, zonas de fronteira são altamente urbanizadas, mesmo que a base econômica seja rural. Como sustenta Barbier (2011), historicamente a exploração de novas

ⁱ Professor Associado do Departamento de Geografia, scotthoefle@hotmail.com

fronteiras de recursos naturais foi processo fundamental ao desenvolvimento econômico mundial, e não apenas um processo secundário, que faz lembrar da teoria clássica de Luxemburg (1913), segunda a qual, para se expandir o capitalismo sempre são necessárias novas periferias para explorar.

Assim sendo, em zonas de expansão de fronteira surgem cidades novas, que ordenam várias atividades primárias, como garimpo, mineração e madeireira, e não apenas a agropecuária, como destacava Turner (HINE e FARAGHER, 2000; MEINIG, 1986; 1993; 1998). Os mais importantes centros urbanos se tornam portais globais, canalizando recursos para atividades desenvolvidas em vastas hinterlândias e intermediando a compra e venda de produtos e de fatores de produção. No caso norte-americano, Chicago e São Francisco desempenharam esse papel para suas respectivas hinterlândias, que alcançaram meio continente (BRECHIN, 1999; CRONIN, 1991). A Amazônia brasileira não é diferente, tendo passado por processos de elevado crescimento urbano, no qual grandes cidades dinâmicas ordenam o desenvolvimento regional (BECKER; 1990; 2004; BROWDER e GODREY 1997).

Em relação à tese de Peter Taylor (2007), modelo norteador do projeto maior de pesquisa sobre as grandes cidades da Amazônia brasileira, que associa ondas de crescimento demográfico à inovação econômica e às novas funções políticas de centros urbanos, pode-se observar que as cidades dinâmicas da Amazônia geralmente são capitais estaduais, tais como Belém (Pará), Boa Vista (Roraima), Macapá (Amapá), Manaus (Amazonas), Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre). E no caso de exceções a essa regra, como Imperatriz (Maranhão) e Santarém (Pará), seus representantes, cientes das vantagens econômicas de sediar uma capital, pleiteiam a criação de novos estados. As vantagens econômicas da gestão política de territórios podem ser bem maiores do que o mero emprego num setor público parasitário, como na tese de preponderância urbana (*urban bias*) de Lipton (1979), pois a mais dinâmica metrópole, Manaus, desenvolveu sólidas bases industriais e de serviços especializados graças à forte atuação do estado e quase se livra da exploração predatória primária típica das elites das outras capitais da Amazônia.

No caso aqui estudado, Santarém mescla a exploração predatória primária com novas tendências urbano-industriais, constituindo-se como portal de ordenamento de múltiplas fronteiras históricas, visando mercados regionais, nacionais e globais, evoluindo de uma economia ribeirinha extrativa à economia agroindustrial. Santarém teve origem na missão fundada pelos jesuítas em 1661 na aldeia dos ameríndios tapajós, localizada na foz do rio com o mesmo nome. Historicamente, os surtos econômicos no oeste do Pará se realizaram apoiados em Santarém e, por extensão, Itaituba, fundada no século XIX pela elite seringalista de Santarém, como parte de sua hinterlândia. Santarém, como toda cidade histórica mais importante da Amazônia, tira proveito de sua posição estratégica para intermediar relações econômicas e socioculturais da sub-bacia do Tapajós e de uma área considerável do rio Amazonas (Figura 1).



Figura 1 – Localização de Santarém na foz do rio Tapajós com o rio Amazonas.
Fonte: Google Maps (2013).

A Pesquisa sobre Surtos Econômicos na Região de Santarém

A pesquisa sobre surtos econômicos na região de Santarém foi baseada na consulta da literatura histórica e de informações secundárias e na realização de entrevistas em 2008, 2010 e 2013 junto a representantes de órgãos federais (EMBRAPA, IBAMA, INCRA), estaduais (EMATER-PA) e municipais (Secretarias de Planejamento) e de organizações não governamentais (Igreja Católica, IPAM), estudiosos locais (Cristóvão Sena, do Instituto Social Boanerges Sena de Santarém, e Regina Macedo de Oliveira, do Museu Municipal de Itaituba), representantes de grandes empresas (CARGILL, PEMATEX) e a 122 proprietários e trabalhadores rurais ao longo dos rios Tapajós e Amazonas e das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica). As entrevistas junto a produtores rurais seguiram uma amostragem estratificada por tipo de atividade agroindustrial presente na região de Santarém.¹

Para cada surto econômico, pesquisou a mobilização das forças de produção, envolvendo empreendedores que utilizam capital (K) para reunir matéria-prima (M_1), maquinaria (M_2) e mão de obra (M_3), resultando na acumulação de mais capital, que, por sua vez, é aplicado à compra de mais fatores de produção para expandir ainda mais a atividade, em espiral ascendente: $(K \rightarrow M_1 M_2 M_3 \rightarrow +K \rightarrow +M_1 M_2 M_3 \rightarrow \dots$ (cf. WOLF, 1982).

Assim sendo, a investigação focou: 1) quem introduziu a nova atividade, identificando sua origem regional e profissional bem como dos outros empreendedores que seguiram seu exemplo, 2) a origem do capital mobilizado no início do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se o capital era oriundo da acumulação local ou se fora da região, 3) a origem da matéria-prima usada no início

do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se era local ou importada de fora da região, 4) a origem de maquinaria utilizada no início do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se era local ou importada de fora da região e 5) a origem da mão de obra gerencial, técnica-especializada e manual mobilizada no início do desenvolvimento da atividade e mais tarde no processo de expansão, determinando se era local ou importada de fora da região.

Além disso, foram investigados os impactos positivos e negativos em outras atividades econômicas, provenientes de outros surtos contemporâneos ou anteriores, para determinar se o emprego de capital, matéria-prima e mão de obra no novo surto estimulou as demais atividades, ou, retirando fatores de produção delas, as prejudicou. Finalmente, foram pesquisadas as razões pelas quais cada atividade perdeu seu dinamismo, ficando estagnada, declinando e eventualmente sendo eliminada, bem como para onde migraram os capitalistas e trabalhadores outrora engajados nela.

Os principais surtos econômicos históricos identificados no oeste do Pará, comandados por Santarém, envolveram quatro tipos de economia local: 1) ribeirinha extrativista, 2) ribeirinha agrícola, 3) estrada-agrícola e 4) estrada-ribeirinha e agroindustrial (Figura 2). Contudo, não deve ser atribuída à sequência de surtos uma evolução linear da economia tradicional de subsistência à economia moderna comercial, pois em todos os surtos havia fortes laços com a economia global de sua época. Na verdade, atores locais só recuavam para a subsistência pura *após* o declínio ou colapso de surtos econômicos específicos, e não antes. Mesmo na época pré-colombiana havia grande adensamento de população indígena no rio Amazonas e no rio Tapajós, envolvendo um organização política relativamente sofisticada que gerava um excedente econômico significativo, eliminado durante a Conquista Lusa (DEVENON, 1998; HORNBERG, 2005; LATHAP, 1970; MELATTI, 1987).

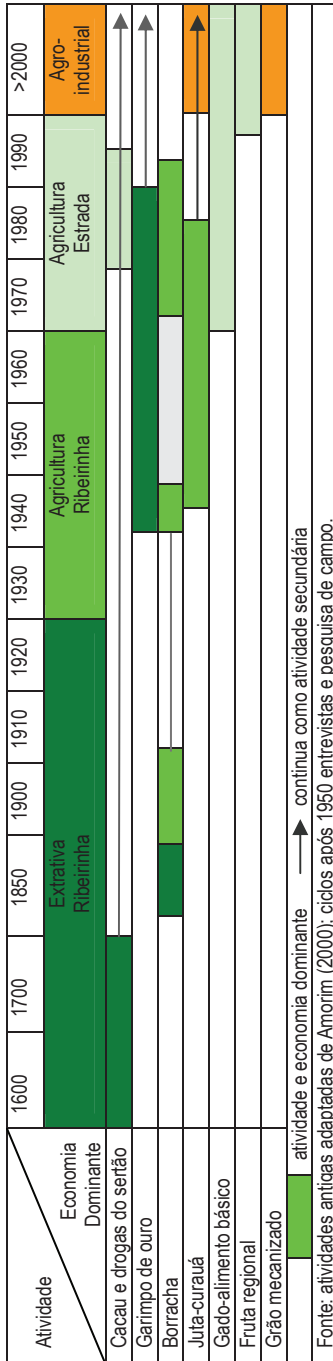


Figura 2 – Surto econômico por ecossistema em Santarém.

Em tempos históricos, começando com o extrativismo das drogas do sertão no século XVIII, seguiram-se vários surtos econômicos de produção com fins comerciais, seguidos por períodos de estagnação econômica, que levaram a maior parte da mão de obra outrora engajada na atividade a regredir para a subsistência agrícola, e outra parte dos trabalhadores a se deslocar para outras áreas da Amazônia na tentativa de continuar a atividade em questão ou buscar outra em ascensão. Dessa forma, o desenvolvimento de diferentes atividades comerciais no oeste do Pará ora atraía, ora expulsava população, mas ao longo prazo, numa trajetória ascendente de aumento demográfico (Figura 3).

O declínio de uma atividade nem sempre levou à sua total extinção, a atividade continuando em pequena escala durante décadas ou mesmo séculos ao lado de outras, podendo posteriormente ser retomada em novo contexto econômico. Foi assim com o cacau, a principal droga do sertão da época colonial, que foi retomada como lavoura na segunda metade do século XX. Outro exemplo foi o plantio de juta e malva, que após 1950 tornou-se muito significativo no baixo Solimões e alto e médio Amazonas, ao ponto de sustentar em Santarém um setor fabril de produção de sacas utilizada na exportação de *commodities* agrícolas. Na década de 1990 a atividade quase acabou, mas foi retomada em anos recentes na atual economia agroindustrial de Santarém.

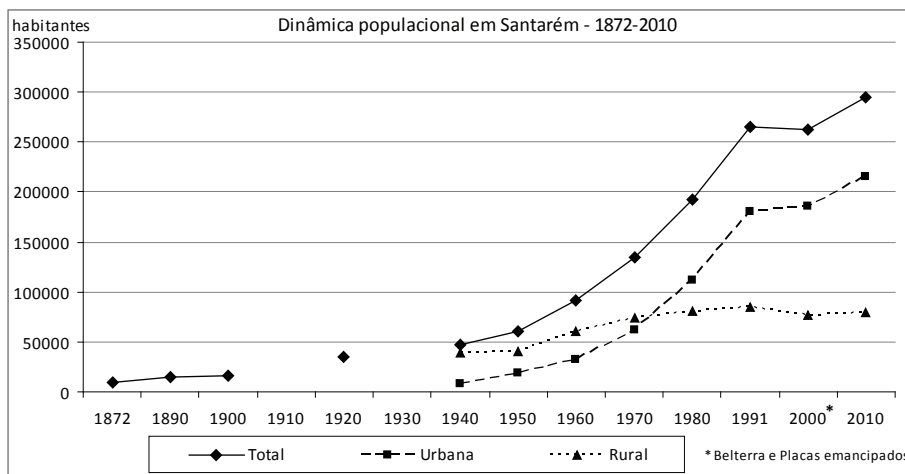


Figura 3 – Dinâmica populacional em Santarém.

Fonte: IBGE(1872-2010).

Da Economia Extrativista à Economia Agrícola Ribeirinha

O cacau e as drogas do sertão

A partir do século XVIII, no oeste do Pará, os jesuítas organizaram a população indígena catequizada para a coleta principalmente de cacau, mas também castanha, cravo, salsaparrilha, canela, pimentas variadas e outras plantas nativas localizadas na mata ao longo dos rios e floresta adentro. O centro da atividade era Óbidos, com influência rio acima e rio abaixo no que hoje é o oeste do Pará. Embora possa ser encontrado em terra firme, o cacau se desenvolve melhor em zonas de várzea ao longo de rios com sedimentos, como o Amazonas, e

não em rios cristalinos como o rio Tapajós. Óbidos se localiza em meio a um grande número de ilhas com ricos solos de várzea, o que explica sua dominância econômica da época.

Contudo, Santarém também era importante entreposto comercial para o cacau em boa parte do médio Amazonas e para os outros produtos da coleta oriundos da extensa bacia do Tapajós. Como entreposto comercial sob direção dos padres, o pequeno núcleo cresceu, merecendo a construção de um forte e alcançando o status de vila em 1758. Em 1777, a cidade contava com uma população urbana de 403 indígenas e 333 portugueses e mestiços, num total de 737 habitantes, sendo um dos maiores núcleos urbanos do interior da Amazônia. Em 1766 há registro das primeiras atividades nãoagrícolas: uma olaria oficial produzindo telhas e potes de barro (IBGE, 1956).

A economia extrativista das drogas do sertão gerava um produto comercial de exportação utilizando mão de obra indígena não remunerada monetariamente, incentivada por uma ideologia religiosa coletivista, podendo trazer benefícios locais com a provisão de ferramentas, tecidos, miçangas e a construção de edificações religiosas com valor simbólico (PRADO, 1987). A economia extrativista indígena tinha importância significativa na economia global de sua época, pois, como mostra Wolf (1982), de forma geral, a demanda indígena das américas para produtos europeus foi fundamental no surgimento das primeiras indústrias têxteis inglesas, que, por sua vez, deram partida à Revolução Industrial.

A origem do capital, maquinaria e capacidade empresarial era da ordem jesuíta, envolvendo a importação dos bens produtivos e de consumo necessários para gerir uma economia à base de troca. A atividade entrou em colapso com a expulsão da ordem jesuíta em 1763, pois esta detinha a capacidade gerencial e o capital simbólico da fé religiosa, que motivava os indígenas a aceitar trabalhar sem remuneração monetária. Tentativas posteriores de dar continuidade à atividade tiveram insucesso face à falta de capacidade gerencial do colono português leigo e à recusa dos indígenas de trabalhar sem a motivação religiosa, levando o colonizador a escravizá-los, causando a fuga em massa dos indígenas para locais inacessíveis fora dos principais rios da região. Durante décadas a população local permaneceu praticamente no sistema de subsistência indígena, até que, finalmente, uma parcela passou pelo processo de caboclicização, envolvendo a mistura étnico-cultural do colono europeu com o indígena, levando à recuperação demográfica nas áreas ribeirinhas da região em zonas de várzea ao longo do rio Amazonas (MELATTI, 1987; PRADO, 1987).

Através dos séculos, os agricultores ribeirinhos continuaram plantando cacau em pequena escala além de outras lavouras e fruteiras. Não teve sucesso uma tentativa de plantar cacau em maior escala no início do século XX em terra firme ao longo do rio Tapajós na localidade de Urucurituba, município de Aveiro, devido a pragas. O mesmo problema ocorreu, posteriormente, com plantios de cacau em projetos de colonização na BR-163 e BR-230.

O principal produto da coleta em terra firme de zonas ribeirinhas sem a presença de várzea ao longo do rio Tapajós era a castanha-do-pará, obtida em pequenas quantidades de coletores indígenas e ribeirinhos caboclos por meio do escambo com comerciantes, os regatões, e revendida em Santarém antes de seguir para Belém, de onde era exportada (MATTA e LARAIA, 1978). Até hoje a coleta da castanha é praticada em áreas ribeirinhas do Tapajós, fornecendo uma modesta renda monetária para uma das populações mais pobres da Amazônia. Contudo, a castanha não tem valor para os agricultores que chegam de outras regiões do país e se fixam ao longo das estradas construídas a partir dos anos de 1950 na região, de forma que nenhum dos entrevistados se ocupa com essa atividade.

Na verdade, antes da proibição recente de seu corte na abertura de roças, a castanha era derrubada, assim como as outras árvores. Hoje, com a proibição encontram-se castanheiras solitárias no meio de roças e pastos, com tronco queimado pelo fogo e condenadas à morte, pois a castanheira não sobrevive isolada das outras árvores da floresta.

Do extrativismo da borracha ao plantio da seringueira

Na segunda metade do século XIX, a Amazônia seria estremecida por um novo ciclo baseado na exploração da borracha. Santarém, contudo, não foi por ele tão afetada por duas razões: por suas condições de porto intermediário e pelas condições naturais do Tapajós. O extrativismo da seringueira nativa nunca foi de grande escala em Santarém. Ao contrário dos rios Madeira, Purus e Solimões, que nascem nos Andes e, consequentemente, são rios ricos em sedimentos, formando várzeas e sustentando espécies florestais variadas, o rio Tapajós corre em rochas cristalinas, pobre em sedimentos, só formando praias arenosas e terra firme, também de baixa fertilidade, que sustentam menor número de seringueiras. Enquanto no máximo são encontradas cinco seringueiras por hectare na região de Santarém, em zonas de várzea há mais de dez por hectare. As seringueiras eram mais produtivas quando plantadas em áreas de roças abandonadas. Ainda hoje, antigas seringueiras são encontradas nos arredores de comunidades ribeirinhas e, em anos recentes, começam a ser re-exploradas com a extração de látex em nova fase de produção.

Apesar disso, no auge da borracha a cidade foi um centro significativo na comercialização do produto, dando sustentação econômica à oligarquia da família Correa, os chamadas “coronéis de barranco”, que dominaram a política local de Santarém e Itaituba até 1930. A população no município de Santarém aumentou significativamente neste período, indo de 9.271 habitantes em 1872 a 34.944 habitantes em 1920 (IBGE, 1920).

Santarém teve papel mais importante no declínio da seringa, sendo palco do episódio do contrabando de sementes de seringueira pelo inglês Henry Wickham. Este chegou em Santarém em 1876, e como estrangeiro de modos mais refinados, começou a frequentar a alta sociedade local, fazendo contatos com seringalistas. Por meio de visitas às suas explorações, tomou conhecimento dos cuidados necessários com a seringueira e, adquirindo sementes, conseguiu contrabandear-las para a Inglaterra. O Kew Gardens de Londres desenvolveu mudas, que, por sua vez, foram levadas à Malaia para cultivo em grande escala em bases técnicas agrônomicas, alcançando o plantio de quatrocentas árvores por hectare *versus* de cinco a dez por hectare da ocorrência nativa na selva amazônica.

Nas tentativas de cultivar a seringueira em escala maior na Amazônia, a região de Santarém assumiu importância. Com o objetivo de tornar-se independente do monopólio inglês da borracha, nos anos de 1920 a Ford Motor Company implantou uma “*plantation*” na localidade de Fordlândia (hoje localizada no município de Aveiro), e depois, outra em Belterra (outro distrito de Santarém, hoje município). A primeira “*plantation*” enfrentou dificuldade porque foi situada em local ao longo do rio Tapajós de difícil acesso nos meses de setembro a janeiro quando o rio está em nível baixo. A “*plantation*” da Ford em Belterra se localizou rio abaixo, em local de águas profundas de até 20 metros perto da foz do Tapajós com o Amazonas. Outra dificuldade foi o surgimento de fungos, o eterno problema com produção em escala comercial na Amazônia. Em 1933 foi contratado um agrônomo inglês especializado no cultivo da seringueira na Malaia, que introduziu mé-

todos científicos de cultivo, envolvendo espaçamento de precisão em setores quadriculados numerados, mão de obra especializada e uso de inseticida e fungicida. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da ocupação japonesa das zonas produtoras do Sudeste Asiático e coincidindo com o início da produção de borracha sintética à base de petroquímica, a Ford desistiu da experiência e devolveu as terras à União e vendeu a infraestrutura ao estado do Pará. A Ford ainda manteve a infraestrutura de armazéns, maquinaria e hospitais durante mais quatro anos esperando o governo assumir sua administração. Quando isso não aconteceu tudo foi abandonado e hoje só restam ruínas (Figura 4).²

O Ministério da Agricultura assumiu os seringais em 1962. Sem os mesmos cuidados no corte e no trato das seringueiras, estas foram morrendo, mas algumas ainda podem ser encontradas em quintal de moradores de Belterra. Os bairros dessa pequena cidade e da vila de Fordlândia seguem a numeração setorial das antigas “*plantations*”, e a organização urbana é descentralizada, dando ar de uma aglomeração de chácaras espalhadas pelos setores.



Figura 4 – “Centro” de Belterra (2008) e ruínas das instalações da fábrica da Ford em Fordlândia (2013).

Durante os anos 1970 e 1980 houve tentativas oficiais de introduzir o cultivo da seringueira na Amazônia por meio do órgão governamental SUDHEVEA, criado em moldes da CEPLAC pelo Ministério de Indústria e Comércio. Em comparação com a esparsa ocorrência da seringueira nativa na região, houve até uma certa expansão da atividade (Figura 5). Contudo, não havia mercado para o produto num mundo dominado por sintéticos. Também houve muito desvio dos financiamentos do plantio para mercados especulativos, envolvendo inclusive políticos importantes do Pará. Os financiamentos num momento de hiperinflação também eram excessivamente generosos, com sete anos de carência, apenas 7% de juros ao ano, sem correção monetária, resultando em juros negativos, de forma que quando um produtor ia saldar seu empréstimo, este pouco valia, sendo equivalente a uma caixa de fósforos. O fim dos subsídios e o controle da hiperinflação nos anos de 1990 acabaram com a experiência de plantio da seringueira, mostrando que o interesse era mais especulativo do que produtivo.

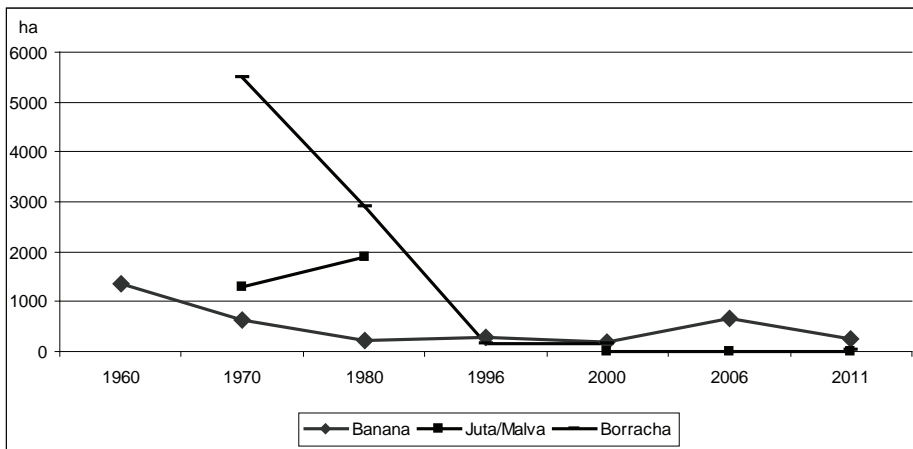


Figura 5 – Evolução decrescente dos cultivos comerciais históricos.
Fonte: IBGE (1960-2006; 2000; 2011).

Atualmente existem experiências no beneficiamento artesanal do látex por ribeirinhos articulados à ecoeconomia solidária. Contudo, por enquanto, o mercado de bolsas e calçados de látex está muito limitado, e existem problemas com a qualidade do produto.³

Plantio e beneficiamento da juta

A juta foi introduzida na Amazônia por imigrantes japoneses, e localmente, em 1934, por Ryota Oyama, que trouxe mudas de Parintins. A juta é plantada em imersão e se adaptou bem à zona de várzea, onde se difundiu amplamente entre pequenos agricultores ribeirinhos. Apesar das péssimas condições de trabalho da juta, que exige horas de trabalho dentro da água, no auge de sua valorização, os agricultores mantinham-se no seu cultivo porque alcançava-se bom preço, recebiam em dinheiro no ato da compra e o único insumo necessário à produção eram as sementes. Estas eram fornecidas pelo comprador

representante das fábricas de beneficiamento do produto, localizadas em vários pontos do rio Amazonas: Manacapuru (AM), Parintins (AM), Santarém (PA) e Castelhão (PA).

Foi tal a expansão do plantio de juta na região, que, a mando do Governo Federal, instalou-se em 1951 uma fábrica de porte significativo de fiação e tecelagem, a Tecejuta, para beneficiá-la e produzir sacas utilizadas na exportação do café do país (Figura 6). A maquinaria era de origem inglesa. A mão de obra na fábrica era de origem local, e não necessitando de grande qualificação, o operário ganhava no máximo um salário mínimo.

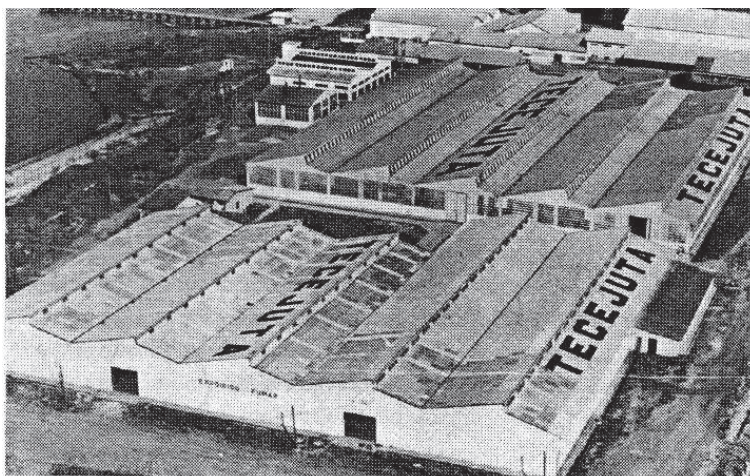


Figura 6 – A fábrica de saca de juta e a orla de Santarém na década de 1950.

Fonte: Amorim (2005), Instituto Social Boanerges Sena.

O capital para montar a fábrica era federal, e o diretor durante muitos anos foi o imigrante japonês, mais tarde naturalizado brasileiro, Kotaro Tuji, o mesmo que introduziu o cultivo da juta na Amazônia. Passando a comerciante, a partir de 1946 Tuji tornou-se o proprietário de grande firma de comercialização de juta: L. G. Tuji & Cia. Foi ele quem mais difundiu a lavoura na região. A ideia de introduzir a juta na Amazônia nos anos de 1930 se baseou no desejo de o Japão ficar independente das zonas produtoras de juta no Ceilão e na Índia (colônias britânicas na época), e por meio do Tuji inverteu-se o processo que ocorreu com a borracha: sementes de juta, um “*commodity*” importante, foram levadas de sua região de origem, aprimoradas e adaptadas às condições ambientais da Amazônia (FONSECA, 2006).

Nesse período a população rural e sobretudo a urbana de Santarém deram um salto de 38.862 habitantes e 8.697 habitantes, respectivamente, em 1940, a 73.891 e 61.324 em 1970. A população ativa na agricultura envolvia 12.239 trabalhadores em 1940 e subiu para 27.146 em 1970, ao mesmo tempo em que os trabalhadores na indústria aumentaram de 2.194 para 3.142 (IBGE, 1940; 1970). Isso refletiu principalmente no dinamismo do setor da juta desde o plantio ao longo do rio Amazonas até seu beneficiamento e industrialização na cidade de Santarém.

A partir dos anos de 1980, a juta começou a declinar por várias razões: 1) a fibra sintética eliminou o uso de fibra natural, 2) a introdução do navio granoleiro, inovação tecnológica, eliminou a necessidade de ensacar produtos agrícolas e 3) a expansão da Zona Franca de Manaus atraiu mão de obra, causando êxodo rural local e a falta de trabalhadores no campo. A Tecejuta acabou fechando nos anos de 1980. Os comerciantes se deslocaram para outras atividades e os operários da fábrica ficaram desempregados. Alguns agricultores localizados mais próximos a Santarém mudaram de ramo para a produção de hortaliças e frutas para a cidade, que já atingia 180.018 habitantes em 1991. Os outros agricultores, a grande maioria, reverteram para o cultivo de mandioca e outros alimentos tradicionais da várzea, decaindo assim de produtores comerciais para produtores semicomerciais ou mesmo de semissubsistência.

Do garimpo de ouro à mineração

Um dos eventos mais significativos do desenvolvimento recente da região Santarém-Itaituba foi a descoberta de ouro nos anos 1960 nos afluentes do rio Tapajós. O garimpo injetou grandes volumes de dinheiro na economia local, mas é difícil de saber exatamente quanto, tal a sonegação de impostos e contrabando do ouro para fora do país. Houve forte estímulo ao comércio em geral. Comerciantes locais se engajaram na atividade fornecendo material e comprando o ouro. E um grande movimento em bares e bordéis surgiu para atender aos garimpeiros depois de meses de trabalho duro e monótono nos confins dos igarapés. Um impacto negativo decorrente foi o de inflacionar o custo de vida local, que permanece alto até hoje. Outro impacto negativo foi introduzir o exibicionismo consumista, envolvendo a ostentação pelas ruas de veículos de alto luxo, extremamente caros, simbolizando a disparidade social.

Além de atrair população ribeirinha de longa data na região, o garimpo também esvaziou a colonização incipiente ao longo das rodovias e atraiu uma multidão de agricultores sem terra ou filhos de pequenos sítiantes do Maranhão, que foram diretamente trabalhar como peões no garimpo. Assim sendo, o impacto inicial no setor agrícola foi bastante nega-

tivo, mas como aconteceu em fronteiras históricas do garimpo na América do Norte (HINE e FARAGHER, 2000), na América Latina (HENNESSEY, 1978) e mesmo no Brasil (FURTADO, 1973; PRADO, 1946), muito dos imigrantes atraídos à região pelo garimpo nela permaneceram após o fim da atividade no início dos anos de 1990. Alguns dos donos de garimpo se tornaram fazendeiros, mas a grande maioria de donos e peões tornou-se pequenos agricultores de fronteira, revertendo, assim, o impacto na colonização para positivo ao longo prazo.

Foi Nilçon Pinheiro quem descobriu ouro nos afluentes do rio Tapajós, o primeiro filão no rio das Tropas, em 1958, seguido por outros achados em outros afluentes. Diferentemente do rio da Madeira e semelhante ao rio Branco, o garimpo nunca foi significativo no leito principal do Tapajós. Durante os anos de 1970 e 1980 espalharam-se mais de trezentos campos de garimpo em seus tributários. Os campos eram abastecidos de provisões e material de trabalho por embarcações fluviais ou diretamente por uma frota de pequenos aviões que partiam dos aeroportos de Itaituba e Santarém e pousavam em mais de duzentas pistas abertas na floresta (Figura 7).

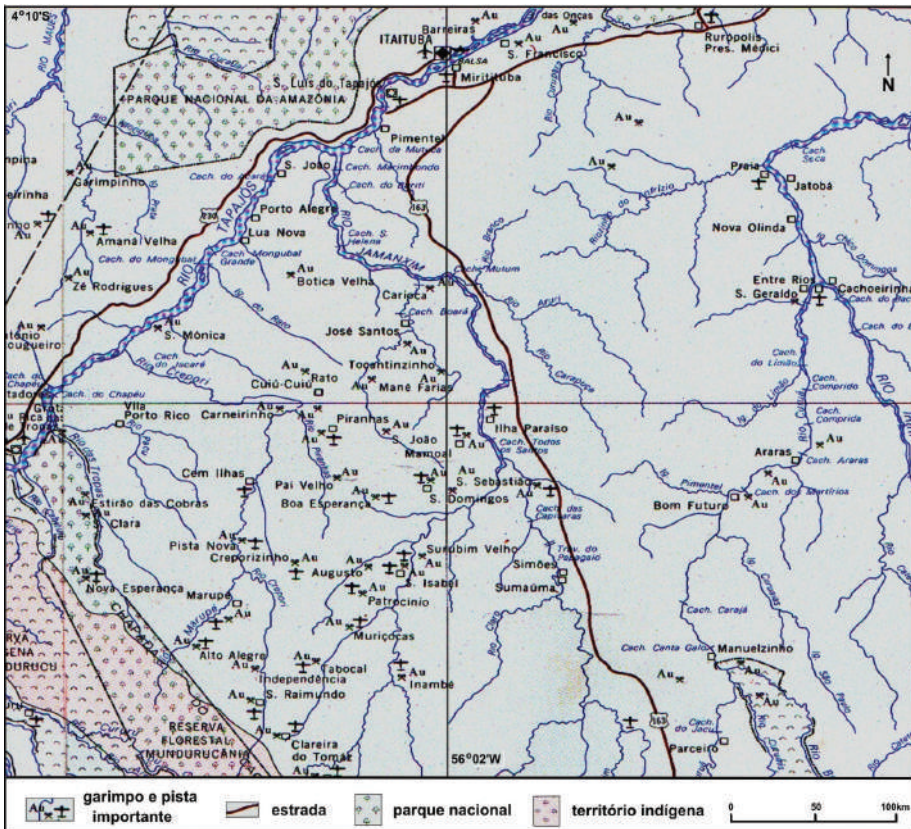


Figura 7 – Distribuição dos principais campos do garimpo e pistas de pouso nos tributários do rio Tapajós em 1983.
Fonte: Projeto RADAM (1983).

Assim sendo, com o garimpo volta-se ao extrativismo, agora de forma mineral, mas mantendo-se a divisão social do trabalho praticamente inalterada. Eram três os personagens no garimpo: o peão, o dono do garimpo e o comerciante comprador do ouro. O peão fazia o trabalho duro e insalubre de procurar um filão de ouro utilizando equipamento de pressão para escavar as bancas do igarapé acima da lâmina da água ou com equipamento de sugar mergulhando na água. Por seu trabalho o peão ganhava 25 gramas em 100 gramas de ouro apurado. O dono de garimpo morava no local e administrava os trabalhos, mandando nos demais trabalhadores, pois era ele que detinha o capital necessário ou conseguia material e comida adiantados dos comerciantes compradores. Estes eram sediados em Itaituba e Santarém, para onde iam os donos de garimpo, e faziam os acordos verbais pelos quais era adiantado o material necessário em troca de exclusividade da venda meses depois. No ato da venda descontava-se o valor do adiantamento, mas o preço pago pelo ouro era muito baixo.

Pelos relatos de ex-garimpeiros entrevistados, as condições de trabalho no garimpo eram péssimas, beirando o que hoje é definido como “escravidão”. O peão trabalhava longas horas, dia após de dia, talvez tendo o domingo de folga. Mesmo doente com malária, que infestava os acampamentos, se não levantasse para trabalhar, era despedido. Dormia em rede embaixo de lonas de plástico, comia mal, à base de carne seca e farinha, às vezes melhorado com arroz e feijão. Enquanto isso, um dono do garimpo rico não poupava despesa para festejar seu aniversário, mandando buscar bebida e comida especial por avião em Belém.

No tempo passado no meio da mata, a única recreação à noite era o consumo de cachaça. Assim sendo, tanto dono de garimpo como peão compensavam o tédio dos campos indo para a farra na cidade. O peão gastava seu dinheiro em bares e prostíbulos de baixo nível, enquanto o dono de garimpo frequentava os melhores estabelecimentos da cidade, comprava casa e carro de luxo. Apenas alguns donos de garimpo tiveram o bom senso de investir em fazendas, geralmente no entorno da cidade de Itaituba, prevenindo o dia em que o garimpo acabaria. A grande maioria dos donos de garimpo gastou toda sua renda, terminando a vida na miséria, mesmo fim do próprio Nilçon Pinheiro, que chegara a ser deputado estadual no seu momento de auge.

O sistema de acordos informais num contexto de extrema desigualdade da renda entre peão, dono do garimpo e comerciante se sustentou enquanto este, na ponta do fornecimento dos insumos e compra do ouro, era bem capitalizado, situação que mudou radicalmente com o Plano Collor, de 1990. Neste plano, as aplicações financeiras dos comerciantes foram confiscadas, ao mesmo tempo em que a moeda nacional, o cruzeiro novo, valorizou-se subitamente em relação ao dólar. O capital de giro dos comerciantes ficou preso durante seis meses, e, quando devolvido, havia sofrido forte desvalorização, ao mesmo tempo em que o preço dos insumos subira radicalmente. Mesmo com o fim do confisco, quando alguns comerciantes tentaram reiniciar a atividade, a alta do preço dos insumos inviabilizou o garimpo de pequena escala. O comerciante continuou a adiantar os materiais, mas quando os garimpeiros voltavam do mato com o ouro, a renda recebida, após descontar os custos, era tão pouca, que eles davam calote nos comerciantes e fugiam. Como o esquema de adiantamento e venda preferencial era baseado na “palavra” dos envolvidos, isto é, em contratos orais, a atividade assim constituída entrou em colapso.

Ao mesmo tempo, visando combater sonegação e contrabando, o Governo Federal começou a favorecer a exploração empresarial, criando um setor de mineração na região que diversificou o rol de produtos extraídos, tendência essa que também foi comum em outras fronteiras históricas da mineração (HINE e FARAGHER, 2000). No sentido de gerar maior valor agregado e divisão do trabalho mais complexa, foi significativa a instalação de uma fábrica de cimento Portland em Itaituba, localizada ao longo do rio Tapajós, 15 quilômetros a oeste da cidade pela BR-230. Foram descobertos depósitos de calcário na região acessíveis por transporte fluvial, material esse que alimenta a indústria bem como o agronegócio de soja no planalto de Santarém e Belterra, recentemente iniciado.

Após 1990, muitos ex-peões foram para as frentes de expansão agrícola, nas estradas vicinais distantes nos municípios de Santarém e Itaituba, onde, embora vivendo de forma bem simples, se consideram em condições de vida muito melhores do que quando trabalhavam no garimpo. Moram em casas simples, mas sólidas e secas, dormem numa cama, comem o produto de suas roças e criações, e, de especial importância na sua percepção, são donos de si, podendo se dar ao luxo de não trabalhar se estiverem doentes ou se estiver chovendo muito.

O Surgimento da Economia Agrícola de Estrada

Durante séculos Santarém foi um centro urbano importante, graças à sua localização, na foz do rio Tapajós com o rio Amazonas, que no passado servia principalmente à população ribeirinha de uma grande hinterlândia, intermediando a compra de produtos primários, revendendo ferramentas e outros produtos manufaturados e prestando limitados serviços de educação, de saúde e de comunicações, concentrados na sede municipal. Com a construção das estradas estaduais nas décadas de 1950 e 1960 e das estradas federais na década de 1970, a cidade passa a ser portal de nova fronteira regional, a fronteira agrícola com base em rodovias. Mas, diferentemente do leste do Pará, esse foi um processo bastante irregular no oeste paraense por causa da concorrência do garimpo pela pouca mão de obra disponível localmente.

Imigração nordestina e binômio gado-alimento básico

Antes da construção das rodovias federais, já na década de 1950, teve início a construção de estradas rudimentares pelo Governo Estadual, a PA-431 e PA-433 em direção ao sul, e a PA-370 em direção ao sudeste da cidade no chamado “Planalto de Santarém”, uma área plana, elevada a mais de 100 metros de altitude e de uma extensão de cerca de 100 quilômetros. Essa área foi colonizada na época por pequenos produtores originários do Maranhão, que exploravam alimentos básicos, mas que enfrentavam sérios problemas para comercializar sua produção em função das péssimas condições das estradas (IBGE, 1969).

Com a abertura das rodovias federais, a região atraiu mais imigrantes, e a população do município deu um salto de 135.215 para 191.950 habitantes entre 1970 e 1980. Contudo, a população rural só aumentou, de 73.891 para 80.293 habitantes, sinalizando para a saída de população de áreas ribeirinhas e para a pouca fixação ao longo das estra-

das devido à concorrência do garimpo e do próprio crescimento da cidade de Santarém. Ou seja, verifica-se forte expansão da população ativa engajada no setor agrícola, indo de 12.212 habitantes em 1950 a 27.144 habitantes em 1970, em função do crescimento do cultivo da juta em zonas ribeirinhas e do início da colonização ao longo das estradas, inclusive com abertura de novas frentes de colonização com a construção da BR-163 e da BR-230. A partir de 1970, porém, a corrida pelo ouro provocou saída de população em ambas áreas, e a população ativa na agricultura caiu para 23.420 habitantes em 1980, ficando praticamente estagnada até 1991 (idem, 1950-1991).

A corrida pelo ouro e a colonização agrícola geraram na zona rural uma dualidade étnico-regional: paraenses, ao longo dos rios, e nordestinos ao longo das estradas, sobretudo agricultores vindos do Maranhão (Tabela 1). Através dos anos os maranhenses se instalaram em terras da União; até 1985, em assentamentos planejados do INCRA ao longo da BR-163 e da BR-230, e após essa data, em ocupação espontânea em todas as rodovias do município, gerando dois padrões espaciais, respectivamente a clássica espinha de peixe na colonização planejada, e outro, desordenado, inclusive com maior grau de desmatamento na colonização espontânea como pode ser observado na figura 1.

Tabela 1 – Origem da população de Santarém, 1960 a 2000 (%).

Origem	Pará	Outros Estados do Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste e Sul	Exterior
1960	79.301	986	11.507	0	103	167
1970	120.461	1.430	12.630	62	325	212
1980	167.498	2.627	17.642	615	3.262	269
1991	232.674	4.005	22.789	1.047	4.130	240
2000	390.591	6.584	25.876	2.115	4.806	154

Fonte: IBGE (1970-2000).

Os pequenos produtores de origem maranhense produziram alimentos básicos em regime de semissubsistência. A partir de 1970 houve lenta, mas contínua, expansão da área em arroz, feijão, mandioca e milho (Figura 8). Essas lavouras produzem alimento para o produtor, mas geram pouca renda por área plantada, refletindo no pequeno aumento da área plantada em alimento básico até 2000, apesar do grande crescimento da população urbana de Santarém. O surto e a queda de produção do arroz e do milho após 2000, por sua vez, devem-se aos produtos mecanizados do agronegócio recentemente introduzido (tratado abaixo).

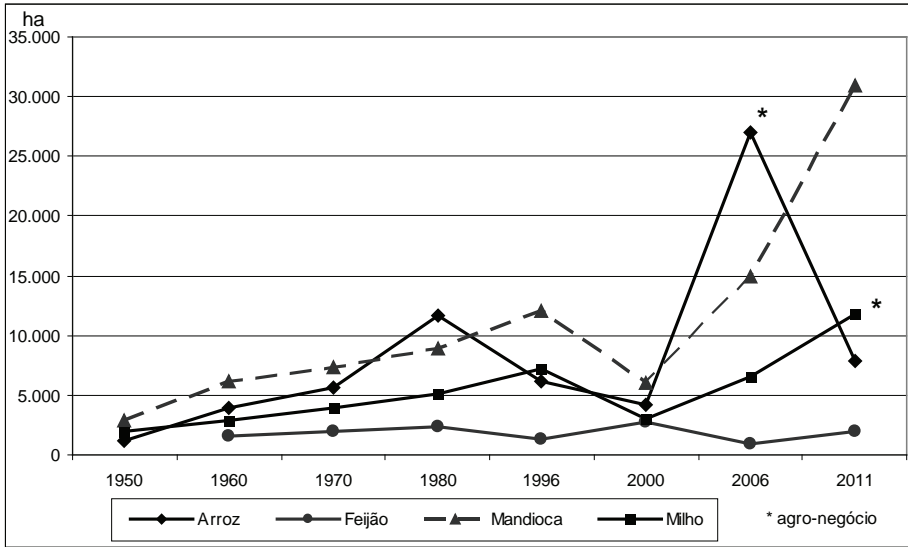


Figura 8 – Evolução da área plantada em alimentos básicos em Santarém.
Fonte: FIBGE (1940-2006; 2000; 2012).

O processo de colonização ao longo da BR-163 ao sul de Santarém também envolveu a instalação de fazendas de gado também por nordestinos, geralmente cearenses, que primeiro tiveram sucesso no comércio urbano e depois diversificavam seus investimentos montando fazendas. Esse tipo de atividade ocorre ainda hoje, mas em áreas mais distantes, a cerca de 100 quilômetros de Santarém, nos municípios de Belterra e Aveiro, que ficam além da zona de agronegócio da soja. Baseada em pasto de pisoteio, a pecuária de corte é atividade extensiva no uso da terra, de forma que exige grandes áreas de pasto para gerar uma renda significativa. Pequenos produtores podem ter algumas cabeças de gado como fonte de renda suplementar e como forma de poupança, mas para ser uma única forma de renda é preciso possuir pelo mais de 500 hectares de terra. Um grande fazendeiro entrevistado com uma propriedade de 2.800 hectares de terra, dos quais 300 hectares estão em pasto para trezentas cabeças de gado, gerou uma renda líquida alta, de R\$90.090 em 2007, vendendo seus animais a um frigorífico de Santarém para o consumo da cidade.

Em Itaituba formaram-se padrões semelhantes. Na BR-230, em direção leste, a Rurópolis, a ocupação seguiu o modelo ordenado e o padrão espontâneo na BR-230 em direção oeste a Jacarecanga e nos ramais a norte da cidade. Nessa área há uma faixa de fazendas num raio de 40 a 50 quilômetros ao redor da cidade que foram completamente desmatadas. Depois delas, nos ramais, localizam-se pequenos produtores que chegaram depois e que hoje estão sendo pressionados pelo IBAMA para se retirar da área invadida do Parque Nacional do Amazonas e para cumprir a reserva legal de 80% da propriedade em floresta.⁴

Quase todos os pequenos produtores são oriundos do Maranhão, e atualmente seu principal cultivo comercial, o arroz, está sendo atacado por fungo, fazendo com que eles partam para a criação de gado bovino em pequena escala. Como possuem pouca área para isso, são tentados a ultrapassar o limite legal de desmatamento. Devido aos problemas para escoar sua produção durante a safra na estação de chuvas e ao tamanho limitado do mercado urbano local, esse tipo de produtor tem renda agrícola muito baixa, em média R\$1.956 em 2007, valor inferior aos pagamentos sociais de aposentaria e bolsa família, que somaram R\$2.354 no mesmo ano.

Fracasso da pequena produção comercial frutífera regional e da pimenta-do-reino

Como a pecuária bovina não é a atividade mais indicada para o pequeno produtor, desde o início do processo da colonização planejada procuram-se atividades mais intensivas e mais rentáveis, que passam a ser viáveis num lote padrão do INCRA de 100 hectares. As atividades comerciais mais importantes no início da colonização foram a pimenta-do-reino e o cacau, e mais recentemente o açaí e o cupuaçu (Figura 9). Já antes de 1970 a pimenta-do-reino estava presente ao longo das estradas rudimentares do município, mas aos poucos foi atacada por fungo e ao mesmo tempo o preço caiu, de forma que só restam hoje na região os pés abandonados. O cultivo de cacau aumentou de forma significativa na região de Santarém, mas, na ausência de terras roxas apropriadas para essa lavoura, a área de cacau sempre foi pequena, em comparação à região de Altamira, que foi o foco do cacau na Transamazônica. Contudo, com o plantio em maior escala em monocultura, surgiram fungos como a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis pernicioso*), que dificulta a atividade em áreas de terra firme, problema ausente em áreas de várzea mais adequadas ao seu plantio.⁵

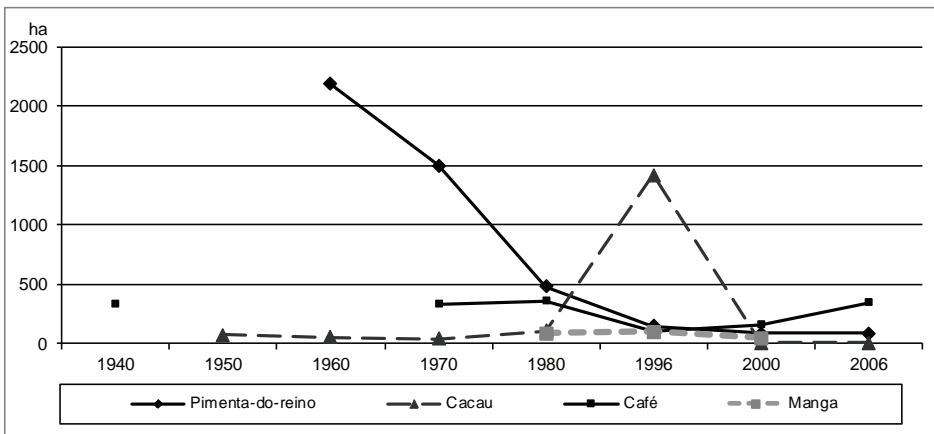


Figura 9 – Evolução da área plantada em cultivos comerciais de estradas.

Fonte: FIBGE (1960-2006; 2000; 2011).

Na década de 2000, o mesmo fungo do cacau inviabilizou o carro-chefe dos chamados sistemas agroflorestais, o cupuaçu, resultando no abandono da lavoura. Atualmente, o serviço estadual de extensão rural EMATER-PA está introduzindo uma variedade de cupuaçu desenvolvida pela EMBRAPA que é mais resistente ao fungo. Infelizmente, não estão sendo introduzidos junto à variedade resistente a métodos da agroecologia ou da permacultura que promovem maior biodiversidade nas áreas plantadas. Se houver insistência no plantio em monocultura, as novas variedades logo perderão a resistência ao fungo.

Por enquanto o cultivo do açaí não encontra problema de praga e apresenta ótimas perspectivas de mercado para o pequeno produtor. O açaí é palmeira nativa em áreas de igapó na Amazônia, mas a EMBRAPA desenvolveu variedades que podem ser plantadas em terra firme, usando irrigação de gotejamento para manter a umidade necessária. Mais uma vez, como se fez com o cacau, tenta-se adaptar um cultivo de áreas brejeiras para outro ambiente com condições diferentes de umidade e solo visando plantar em maior escala na terra firme, mas corre-se o risco de aparecer alguma doença ou praga que também pode inviabilizar o açaí.

Mesmo enfrentando vários problemas, o cultivo de frutas regionais ainda propicia uma renda maior ao pequeno produtor do que o cultivo de alimentos básicos, de R\$5.902 ao ano em média para os produtores entrevistados. Contudo, fruticultura comercial só é viável ao longo de estrada pavimentada, pela qual há possibilidade de escoar a produção durante a época de chuvas, quando se colhe a safra.

Santarém, Centro Regional de uma Economia Agroindustrial Emergente

Em função da implantação de infraestrutura fabril e logística articulada à economia global, na década de 2000, surgiram atividades agroindustriais em Santarém e Belterra que promoveram a integração da agricultura e da indústria, como também a integração de ecossistemas ribeirinhos e de terra firme ao longo das rodovias. Dentre elas destacam-se algumas, a seguir apresentadas.

A retomada da juta e da malva e a introdução da curauá para a eco-economia mundial

Com a instalação de uma fábrica da PEMATEC, em 2004, na zona rural próxima a Santarém que produz manta à base de uma mistura de fibra natural, sintética e reciclada, houve a retomada do plantio de juta e de malva em áreas de várzea ao longo dos rios Amazonas e Solimões e a introdução da fibra curauá na terra firme às margens dos rios ou ao longo das rodovias de Santarém. A curauá é uma bromélia com tratamentos agrícolas e processamento inicial semelhantes ao sisal. Seu potencial como fibra natural é conhecido desde os anos de 1920 (PINHEIRO, 1928), mas só tem exploração comercial na região a partir de 2000. Possui fio longo de alta resistência que é acrescentado à mistura de fibras em mantas para aumentar a resistência do produto, uma vez que a juta e a malva têm fio curto e relativamente frágil. Assim, 10% da mistura de fibras são compostos de curauá, 50% de juta ou malva e 40% de fibra sintética e reciclada, que,

quando submetida a altas temperaturas numa prensa pneumática, faz a liga da manta das diferentes matérias.

Em consequência da maior proporção de juta e da malva na fabricação de manta, a agricultura de várzea é muito mais estimulada pela demanda de fibras para a fábrica do que a agricultura de terra firme. Contudo, a retomada do plantio de juta e malva foi maior no baixo Solimões do que localmente, e nem sempre os agricultores de várzea cumprem seus acordos com a fábrica, podendo vender para um comprador rival de Belém, como aconteceu em 2009, forçando a PEMATEC a importar juta da Índia.

A curauá é de produção local e propicia renda bastante alta para pequenos produtores. Um produtor entrevistado de estrada em Belterra obteve uma renda de R\$12.350 em 2009, muito acima da renda de pequeno produtor de alimentos de estrada ou da beira do Tapajós, cuja renda raramente ultrapassa meio salário mínimo por mês.

A fábrica da PEMATEC pertence a um grupo de São Paulo, e o destino da manta produzida são as fábricas nacionais de veículos, colchões e sapatos, que, por sua vez, podem ser exportados para o Mercosul e a Europa. A manta é usada como forro de teto, portas e assentos de veículos, bem como forro interno de colchão e em palmilha de sapato. A fábrica emprega mão de obra local oriunda da zona rural de suas redondezas, que é por ela treinada. O menor salário é para o trabalhador não qualificado, que recebe um salário mínimo (R\$430,00 em 2008), enquanto na mesma época um operador de máquina recebia R\$1.100 e a secretária do escritório, R\$1.000. A unidade é gerenciada por três engenheiros, dois de origem paulista e outro nordestino, que ganhavam de R\$8.000 a R\$12.000 mensais em 2008. As condições de trabalho para os operários são rigorosas, uma vez que a edificação é metálica e as prensas trabalham a 240°C em região onde é comum temperaturas acima de 40°C.⁶

O problema da irregularidade do abastecimento de juta e malva foi, possivelmente, a razão mais forte para o fechamento da fábrica PEMATEC em 2011, encerrando uma experiência promissória de unir a agricultura ribeirinha e de estrada em torno de uma atividade agroindustrial integrada ao mercado mundial.

O agronegócio de grãos

A partir de 1999 instalou-se ao longo das rodovias pavimentadas localizadas no chamado Planalto do Santarém um grupo de produtores de cereais oriundos da região Sul do país com passagem pelo Centro-Oeste, provocando um salto na produção de arroz, milho e soja em Santarém e no município vizinho de Belterra (Figura 10). Em anos recentes, a produção local de soja correspondia de 4% a 5% do total embarcado no porto da CARGILL de Santarém. O restante da soja embarcada é proveniente do porto da CARGILL em Porto Velho, que recolhe a soja produzida na parte setentrional do Mato Grosso, de onde é levada de caminhão e carregada em barcaças que descem o rio Madeira até Santarém.

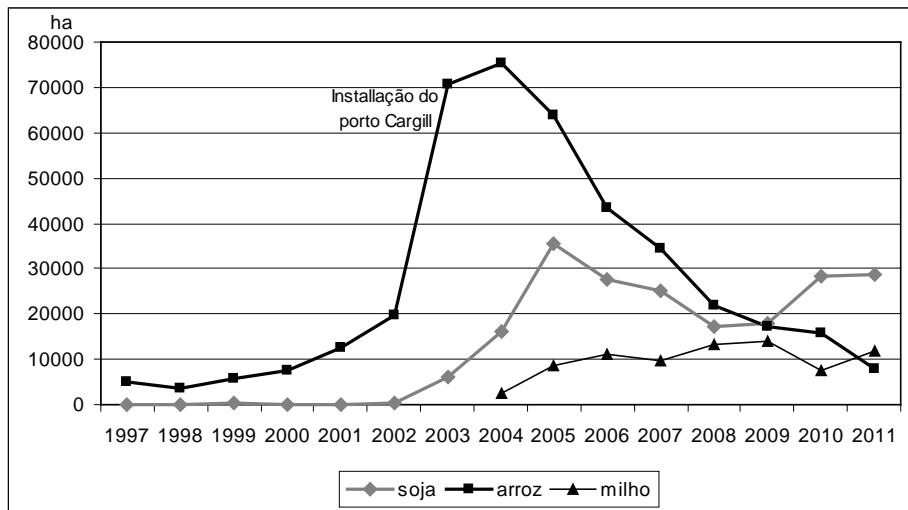


Figura 10 – Evolução da área plantada em grão comercial em Santarém e Belterra, 1997-2011.

Fonte: IBGE (1997-2011).

As técnicas do agronegócio de grãos são bastantes intensivas-em-capital, utilizando em larga escala maquinaria, calagem, fertilizantes e defensivos. A demanda por cal é tanta, que surgiram várias explorações de calcário em municípios vizinhos, sendo este enviado por transporte fluvial para processamento numa unidade trituradora na zona rural próxima à cidade. Também existem várias unidades de silagem, independentes ou que prestam serviço para CARGILL, localizadas ao longo da PA-370 e da BR-163. Todas as atividades geram emprego para a população rural local nas suas redondezas, mas raramente com remuneração acima do salário mínimo.

Os produtores de grão variam desde pequenos produtores de pouco mais de 100 hectares em grão até outros maiores, com milhares de hectares em produção, o que, embora grande pelo padrão agrícola anterior da área de estudo, ainda é bastante modesto relativo à região Centro-Oeste. A história de vida dos produtores acompanha a expansão da soja da região Sul, pelo Centro-Oeste até onde estão hoje. Um pequeno produtor entrevistado começou com 5 hectares no seu estado natal, Rio Grande do Sul, e em 2008 plantava 120 hectares de soja por safra. Ele, como os outros, foi atraído para Santarém pela perspectiva de se localizar próximo ao porto da CARGILL, visando escoar mais facilmente sua produção, abrindo a possibilidade de receber um preço superior àquele praticado no norte do Mato Grosso, de onde vem a maioria dos produtores. Um pequeno produtor afirmou que em 1999, seu último ano em Mato Grosso, ele recebeu apenas R\$15,00 por saca de soja, enquanto em Santarém, vendendo diretamente à CARGILL, ele recebeu entre R\$37,50 e R\$47,00 por saca em 2007.

Dependendo do tamanho do empreendimento, a soja introduz maior complexidade de trabalho na região. Um pequeno produtor de grão utiliza basicamente sua mão de obra familiar com auxílio de maquinaria e trabalho temporário pagando a diária comum

à região, R\$30,00 em 2008. Já o produtor maior, com 1.000 hectares plantados em grãos, tem divisão diferenciada de tarefas. Um capataz ganha dois salários e meio por mês, mais um pagamento por produtividade, que foi R\$14.800 em 2009. Além deste, há dois tratoristas com pagamento mensal de um salário e meio e três temporários contratados por seis meses no ano que ganham um salário mínimo por mês. O pequeno produtor de soja teve renda líquida de R\$49.680 em 2008, e o grande produtor, R\$124.000, mostrando como o uso de mão de obra familiar ou assalariado interfere no lucro final.

Os trabalhadores geralmente são pequenos produtores e seus familiares da vizinhança, de origem nordestina, que recebem treinamento pelo produtor de soja. Eles buscam trabalho fora de seu estabelecimento para aumentar sua renda, de forma que a introdução da soja não representa apenas um processo de concentração fundiária, proletarização real e êxodo rural, mas também cria semiproletários, personagens híbridos de proprietário e trabalhador.

O padrão das moradias dos produtores de soja é bem superior ao padrão rural e mesmo de muitas moradias urbanas. Como uma minoria dos produtores que fornecem soja para a CARGILL são de origem local, a presença dos sulistas bem-sucedidos gera inveja e ressentimento por parte da elite urbana paraense local.

Os produtores de soja e o porto da CARGILL foram atraídos a Santarém graças à campanha montada pela prefeitura em meados dos anos de 1990 que divulgou, nas regiões Sul e Centro-Oeste, como o Planalto de Santarém era excepcional na Amazônia para a agricultura mecanizada, e alertou para o fato de haver 600 mil hectares de terra já desmatados, não sendo preciso abrir a floresta primária para o plantio. Chegando em Santarém, os produtores de soja compraram áreas planas de fazendeiros e pequenos produtores, provocando saída de população do campo para bairros populares na cidade de Santarém. A mudança foi tão brusca em algumas áreas com plantio da soja, que foram fechadas escolas relativamente novas na zona rural por falta de aluno. Vários pequenos produtores que venderam suas terras fizeram migração rural-rural, indo ocupar novas terras nos limites das estradas vicinais, provocando nova onda de desmatamento, rumo ao leste e ao sul do município. Assim sendo, no conjunto da zona rural, portanto, a população rural diminuiu pouco, de 85.044 habitantes em 1991 para 78.790 habitantes em 2010, redução que também reflete a perda de população para os novos municípios de Belterra e Placas, desmembrados de Santarém no período (IBGE, 1991; 2010).

A introdução da soja e o aumento do desmatamento despertaram a atenção das ONGs locais, que acionaram ONGs nacionais e internacionais para uma campanha de protesto contra a soja na Amazônia, culminando com a polícia usando canhão de água no porto da CARGILL para retirar os manifestantes do alto da estrutura que leva grãos aos navios. A campanha, por sua vez, levantou um clamor da mídia, resultando em ações do Ministério Público e do IBAMA para fiscalizar e fechar temporariamente o porto, ao mesmo tempo em que os produtores foram intimados a cumprir a legislação de manter 80% da propriedade em floresta – Área de Reserva Legal – e a CARGILL foi pressionada para comprar somente a produção de quem cumprisse esse limite. Criou-se, assim, um impasse, porque os produtores estimulados pela prefeitura de Santarém tinham comprado propriedades já desmatadas em até 50% quando era outra a legislação ambiental em vigor na época de sua ocupação original.

Em 2008, os produtores assinaram um termo de compromisso com a CARGILL de não desmatar mais, e a CARGILL e a ONG norte-americana Land Conservancy International orquestraram um plano envolvendo a compra de áreas florestadas por um *pool* dos produtores equivalente ao necessário para compor 80% de suas propriedades em mata. Por trás, a CARGILL também pressionou o Governo Federal e o Congresso Nacional para modificar o Código Florestal, ou pelo menos para abrir uma exceção local, que acabou conseguindo na reunião entre ministérios de 5 de fevereiro de 2009 e dependente das mudanças realizadas no Código Florestal no Congresso em 2011 e 2012 e vetadas pela presidência.

Antes desses últimos eventos, porém, a difusão dos conflitos pela mídia e a dúvida quanto ao *status* legal do plantio local de soja provocaram o retorno de vários produtores para o Mato Grosso, causando a queda da área plantada em soja de 35.500 hectares em 2005 para 25 mil hectares em 2007. Antes de 2005, a área do arroz já estava em queda frente a problemas como o percevejo-marrão e o baixo preço pago aos agricultores pela agroindústria local. Do pique de 75.180 hectares em 2004, o arroz plantado caiu para 34.500 hectares em 2007, e os produtores entrevistados afirmaram que não voltarão a plantar o arroz no futuro, pois o plantio do arroz pode representar apenas uma etapa no preparo do solo para receber soja.

Junto aos problemas político-ambientais, a crise financeira mundial de 2008 parece ter também impactado negativamente a área com soja plantada em 2008 e 2009, 17.250 e 18 mil hectares, respectivamente (idem, 2009-2010). Por outro lado, o acordo entre ministérios de 2009, baixando novamente o limite da reserva florestal para 50% em propriedades localizadas ao longo da BR-163 e partes da BR-230 que foram desmatadas anteriormente a 2008, ao mesmo tempo em que surgiu uma nova demanda alternativa local para soja como matéria-prima de ração para ave (tratado abaixo), vem estimulando nova expansão de área plantada. Esta chegou a 27.500 hectares em 2010, equivalente à área plantada em 2006, antes do contra-ataque ambientalista, mas ainda muito abaixo da área de quase 10 milhões de hectares de soja plantada anualmente no Centro-Oeste (idem, 2006-2011).

Crescimento urbano e pequena produção hortigranjeira

Com o crescimento da cidade de Santarém, atingindo 215.970 habitantes em 2010 (IBGE, 2011), surgiu um mercado significativo para hortaliças de consumo tipicamente urbano. Diferentes hortaliças, como, por exemplo, alface, cebolinha, couve, salsa e tomate, exigem solos férteis, que só se encontram na zona da várzea, enquanto aqueles encontrados em zonas interfluviais ao longo das rodovias são pobres e ácidos, exigindo maior aplicação de insumos. Também, hortaliças são produtos perecíveis, que precisam chegar rapidamente ao mercado, exigem maiores cuidados culturais e geram muita produção e renda por área cultivada, sendo assim apropriadas para pequenos produtores ribeirinhos localizados ao longo do rio Amazonas nas ilhas próximas à cidade. Como o Tapajós não possui várzeas, produtores ribeirinhos dos municípios de Aveiros, Belterra e Itaituba não têm essa opção de cultivo.

Com o crescimento da cidade de Santarém também surgiu um mercado maior para aves, sobretudo frango, outra atividade adequada ao pequeno produtor (Figura 11).

Esse produto é a carne mais consumida por todas as classes sociais, inclusive pelo grupo majoritário de baixa renda, estimulando uma expansão exponencial da produção de frango, em ritmo muito maior do que o crescimento do rebanho bovino e suíno. A criação de porco também seria atividade apropriada ao pequeno produtor, mas em Santarém é explorada basicamente por ribeirinhos, e não por produtores localizados ao longo das rodovias, onde é frequente o ataque de onças.

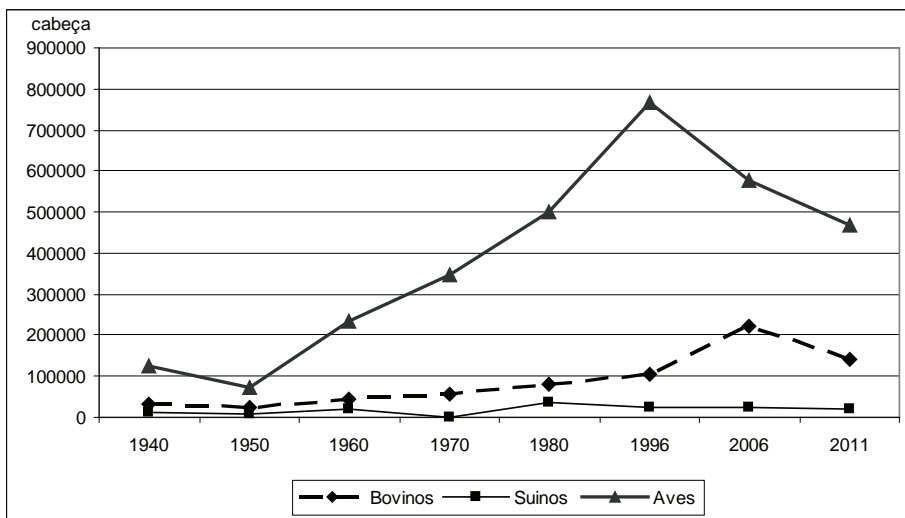


Figura 11 – Evolução do número de animais por tipo de criação em Santarém, 1940-2011.

Fonte: IBGE (1940-2006; 2000; 2011).

A expansão da produção de frango também está sendo estimulada pela instalação de um frigorífico de aves, a Avespará. A abatedora tem firmado contratos de financiamento de instalação de granjas em pequenas propriedades, incluindo o fornecimento de pinto, ração e assistência técnica. A renda líquida de um produtor familiar na região era de R\$38.250 em 2009, bastante elevada, mas que exige longas horas de trabalho, sete dias por semana. No primeiro ano não há renda líquida para o produtor enquanto ele está pagando o custo da instalação da estrutura da granja, de forma que é necessária outra fonte de renda na propriedade ou uma poupança inicial para passar esse período sem renda.

Em 2008 foram encontrados oito produtores fornecedores associados ao frigorífico ao longo da BR-163 até 100 quilômetros de Santarém e sete ao longo da rodovia PA-370 em direção a Boa Esperança, número que expandiu para dez e doze, respectivamente, em 2010. A empresa possuía uma unidade de abate situada próxima à cidade. Essa unidade, em função do mau cheiro, foi realocada mais distante da zona urbana na BR-163. A Avespará também opera uma fábrica de ração que consome parte da produção local de soja. Além disso, traz mais soja do Mato Grosso pela BR-163, quando está transitável. Diferentemente da CARGILL, a Avespará não descarta o uso de grão geneticamente

modificado e nem de soja de área desflorestada. A expansão da produção de milho após 2000 também se deve à produção mecanizada visando atender à demanda da fábrica de ração.

Apesar da demanda crescente de frango em Santarém e a instalação de granjas intensivas, a produção *caiu* na década de 2000 em função da expansão da área em grão mecanizado, que também provocou a queda de produção dos outros animais. Outra limitação à avicultura local é o fato de que nos supermercados de Santarém parte do frango chega de fora, vinda do Tocantins, Goiás e Minas Gerais, sendo vendida por um preço de 27% a 28% menor do que o de produção local. Só o frango orgânico de Paraná tem preço maior, 28% mais caro. Na verdade, há maiores custos de produção de aves em Santarém pela necessidade de trazer vários insumos de fora.

Madeira beneficiada para exportação

Normalmente, na Amazônia, a atividade madeireira acompanha a colonização agrícola ao longo das estradas recém-construídas. Após 1985, com o Governo Federal cada vez mais neoliberal em relação a obras de infraestrutura, as madeireiras chegaram a construir estradas, transformando trilhas dos agricultores em ramais e mesmo abrindo estradas em mata primária (PERZ et al., 2008). Em Santarém, porém, em função da fraca atividade agrícola ao longo das rodovias durante a segunda metade do século XX, a exploração de madeira sempre foi modesta em comparação a outras partes do estado do Pará. Houve um pequeno surto de exploração madeireira durante a Segunda Guerra Mundial e novamente nos anos de 1970 com a construção das rodovias BR-163 e BR-230, mas a atividade permaneceu em modestas proporções até recentemente.

Após 2000, contudo, com a diminuição da madeira disponível no sul do Pará, após décadas de exploração insustentável, e com a crescente fiscalização da atividade naquela parte do estado, várias madeireiras se transferiram para a BR-163, focando suas atividades em Novo Progresso, mas atuando nas estradas vicinais em toda a extensão da rodovia e também na parte da BR-230 que a corta em Rurópolis. Em função do péssimo estado de conservação das rodovias, dificultando o acesso da mídia, suas atividades permanecem mais ocultas. Contudo, o IBAMA está atento e vem combatendo o desmatamento, usando o monitoramento por satélite em tempo real e a política do “boi pirata”, isto é, confisco do gado em algumas fazendas com pasto ilegal como maneira de coagir os outros pecuaristas a respeitar a legislação.

Ao redor de Santarém há quase quarenta madeireiras que recebem toras e pranchões retirados das áreas remotas para beneficiamento, gerando maior valor agregado. Produzem tábua aparelhada, lambri de forro, aduela de porta e tábua corrida de chão, que são embarcados no porto de Santarém, de onde seguem para outras regiões do país ou são exportados para a Europa e a América do Norte (Figura 12).



Figura 12 – Madeira beneficiada sendo embarcada no Porto de Santarém.
Fonte: Pesquisa de campo, Santarém (2008).

O volume da atividade madeireira cresceu tanto, que hoje responde pela maior parte do emprego de baixa qualificação na cidade. Contudo, não há números precisos sobre o emprego gerado no setor, uma vez que a maioria dos funcionários das serrarias trabalha sem carteira assinada, e, portanto, não pode se afiliar ao Sindicato dos Trabalhadores de Madeira. Este afirma que os pagamentos no setor raramente ultrapassam um salário mínimo por mês.

A Transformação da Cidade de Santarém

Através dos séculos a cidade de Santarém surgiu e se desenvolveu como portal e suporte de diferentes fronteiras, introduzindo novas atividades, desde o extrativismo florestal e mineral até a atual economia agroindustrial, gerando nesse processo maior emprego e valor agregado localmente e uma nova divisão social de trabalho. Desde o século XIX os principais ciclos econômicos foram baseados na intermediação, e depois, cada vez mais no processamento de produtos rurais primários, tais como borracha, juta, pimenta-do-reino, ouro, madeira, cacau, cupuaçu, carne bovina, frango, arroz e soja. No passado, a maioria dos produtos foi exportada, mas na maneira em que cresce, a cidade de Santarém passa a consumir cada vez mais a produção local.

Com a construção de rodovias estaduais ao sul e ao leste da cidade a partir dos anos de 1950 e com a construção das rodovias BR-163 e BR-230, a agropecuária expandiu-se rapidamente até a década de 1970. Contudo, após esta data a cidade cresceu, sobretudo

com a descoberta de ouro em áreas remotas do município de Itaituba, que esvaziou a fronteira agrícola e cujo término da exploração fez refluir boa parte dos garimpeiros para a zona urbana de Santarém e Itaituba. A introdução da soja no fim dos anos de 1990, por sua vez, provocou outro deslocamento de pequenos produtores que venderam suas terras próximas à cidade, migrando para as frentes de expansão do oeste do Pará ou para a própria cidade de Santarém. Várias levas de população rural e imigrantes de outras regiões também contribuíram para a expansão urbana, atraídos pelo dinamismo dos outros setores econômicos da cidade (Figuras 13 e 14).

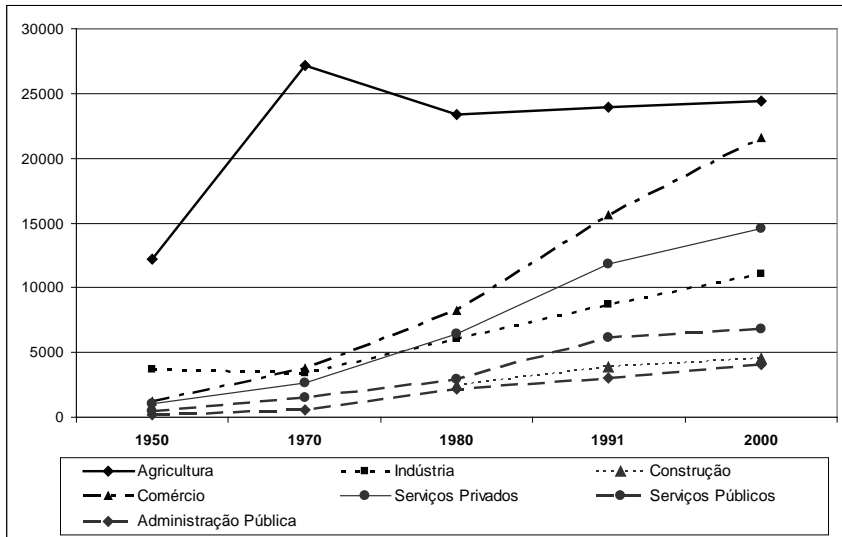


Figura 13 – Evolução do emprego por setor econômico.
Fonte: FIBGE (1970-2000).

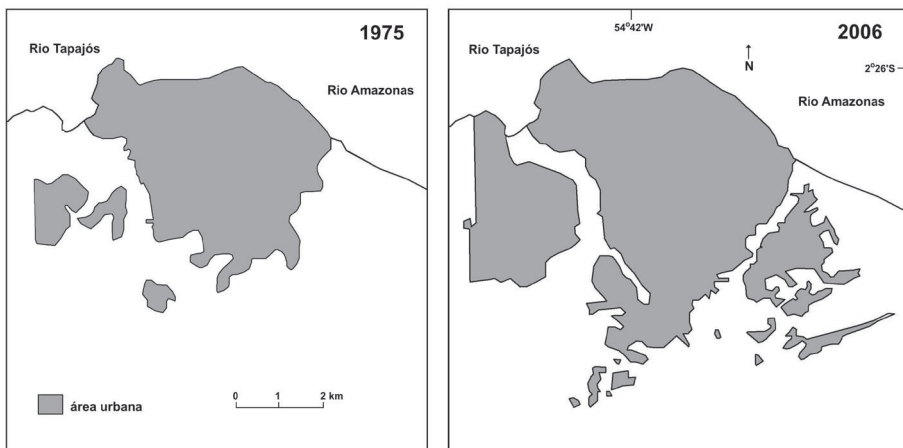


Figura 14 – Expansão urbana em Santarém, 1975 e 2006.
Fonte: CARGILL (2008, p. 16).

O símbolo maior das mudanças econômicas recentes são as instalações da CARGILL (Figura 15). A CARGILL emprega trabalhadores que ganham bem acima da média local por tipo de posição: em 2008, R\$600 para jardineiro, R\$1.200 para vigia, R\$900 para recepcionista, chegando a R\$3.200 para engenheiro. Obviamente, esses salários são insignificantes para uma empresa transnacional do porte da CARGILL, mas até o recepcionista expressa gratidão por um emprego prestigioso que paga o dobro do salário mínimo, uma raridade localmente.



Figura 15 – O porto graneleiro da Cargill.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Como centro regional a cidade desenvolve um comércio mais especializado e sofisticado, e essa transformação econômica é representada pelos supermercados, lojas de departamento e estabelecimentos de comércio especializado em móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, vestuário e calçado, que sucederam as antigas lojas e armazéns da orla.

Os serviços públicos e privados também expandiram, fazendo de Santarém um centro regional de serviços ambientais, técnico-agrícolas, médico-hospitalares, educacionais e político-ideológicos, havendo cinco bancos diferentes localizados no centro da cidade atendendo às necessidades financeiras dessas atividades. Existem escritórios de órgãos federais do IBAMA, INCRA e ICMBio, que, juntos com a importante organização não governamental IPAM, fiscalizam e prestam auxílio técnico-ambiental à população rural de todo o oeste do Pará. Há hospitais, clínicas e laboratórios públicos e privados atendendo às necessidades de uma crescente população urbana e a população rural de uma grande hinterlândia. Além de possuir grande número de escolas primárias e secundárias, Santarém conta com duas universidades particulares e uma universidade federal recém-implantada, a Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA. Santarém é sede de diocese com bispo que coordena as ativida-

des de um grande número de paróquias no oeste paraense. Finalmente, a cidade é parada obrigatória para políticos de nível estadual e federal em época de eleição.

Partes do funcionalismo local, como nos serviços de ordenamento da fronteira, são prestados por funcionários federais de alto nível que entraram no IBAMA e no INCRA por via de concurso público. Nos serviços de saúde e de educação trabalha-se muito. Houve, porém, expansão do funcionalismo em outros setores administrativos nos quais pouco se trabalha.⁷ Neste aspecto, o Santarém lembra a tese clássica de Lipton (1977) sobre o desenvolvimento do domínio dos parasitas urbanos, no qual um aparato de emprego público urbano privilegiado se monta em cima da população produtiva. No caso de Santarém, esta última é composta de agricultores ribeirinhos de origem local, de comerciantes urbanos e agricultores de estrada oriundos da região Nordeste e mais recentemente dos sulistas engajados no agronegócio e no funcionalismo federal, acrescentando mais uma dimensão de desentendimento entre a população paraense e as pessoas de fora oriundas de realidades socioeconômicas bem distintas. O setor fantasma só não é mais nocivo ao desenvolvimento regional porque é basicamente sustentado por transferência de fundos federais às instâncias estaduais e municipais, que se expandiram em grande escala com a promulgação da Constituição de 1988, permitindo a “descentralização política”, com frágeis controles de fiscalização administrativa.

Contudo, são justamente os serviços públicos e privados que atraem a população para morar na cidade, ao mesmo tempo em que o agronegócio provoca êxodo rural. A população que sai do campo é raramente composta de indivíduos com níveis de educação e qualificação de trabalho que permitam aproveitar as novas oportunidades urbanas de emprego. Geralmente, vem se juntar às famílias urbanas subempregadas que vivem na periferia da cidade e sobrevivem graças a programas sociais federais como a bolsa família. Quando conseguem emprego, geralmente é no setor madeireiro ou no setor público como merendeira ou gari, ganhando um salário mínimo. Serão seus filhos, agora com acesso a serviços de educação e de qualificação do trabalho, que talvez venham a aproveitar as novas oportunidades urbanas.

Assim sendo, através dos anos a evolução das diferentes atividades em Santarém resultou na agregação de maior valor à produção, e a economia local se transformou com a mudança da base de exportação dos produtos de extrativismo florestal e mineral, aos produtos agrícolas processados visando o mercado local, regional, nacional e internacional. Historicamente, porém, o valor agregado geralmente beneficiou exclusivamente uma elite comercial, enquanto a grande massa de trabalhadores sem qualificação recebeu baixa remuneração. Novas atividades unindo a agricultura e a indústria e os ecossistemas dos rios e das estradas geraram nova divisão de trabalho mais complexa que elevou um pouco a renda da maioria. A pecuária extensiva típica da fronteira agrícola e o extrativismo ribeirinho foram substituídos por novas atividades mais rentáveis que podem ser exploradas em área menor e, assim, são mais apropriadas ao pequeno produtor. Além disso, novos postos de trabalho fora da agricultura foram abertos nos setores de armazenamento e de beneficiamento agroindustrial, e estes pagam de um a quatro salários mínimos, gerando renda superior àquela dos pequenos produtores ribeirinhos e de estrada. Em conclusão, no caso aqui estudado, Santarém mescla a exploração predatória primária, fadada a desaparecer ao longo prazo, com novas tendências urbano-industriais, que têm futuro mais promissor.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo também integrada aos projetos “As cidades como *locus* do desenvolvimento sustentável do território na Amazônia” e “Estudo comparativo de ética ambiental e identidade cultural”, ambos desenvolvidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro com auxílio do CNPq.

Referências Bibliográficas

AMORIM, A. T. *Santarém: uma síntese histórica*. Santarém: Ulbra, 2000.

BARBIER, E. B. *Scarcity and Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BICALHO, A. M. S. M. Agricultural-industrial Integration and New Applications of Natural Fibres: Jute Floodplain Cropping in the Amazon Reborn? *Revijaza Geografijo*, [s.l.], 4(1), p.15-26, 2009.

_____. Forestry Management in Inhabited Conservation Units: The Tapajós National Forest as a Model of Community Governance. In: CAWLEY, M.; BICALHO, A. M. S. M.; LAURENS, L. (orgs.). *The Sustainability of Rural Systems: Local and Global Challenges and Opportunities*. Galway: National University of Ireland-Galway/CSRS-IGU, 2013 (no prelo).

BILLINGTON, R. A. *The American Frontier Thesis*. Washington, DC: American Historical Association, 1971.

BRECHIN, G. *Imperial San Francisco*. Berkeley: University of California Press, 1999.

BROWDER, J. O.; GODREY, B. J. *Rainforest Cities: Urbanization, Development and Globalization of the Brazilian Amazon*. New York: Columbia University Press, 1997.

CARGILL. *Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícolas S.A. (RIMA)*. São Paulo: Cargill; CPEA, 2008.

CRONIN, W. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: Norton, 1991.

DENEVAN, W. M. Comments on Prehistoric Agriculture in Amazonia. *Culture & Agriculture*, [s.l.], 20(2/3), p.54-9, 1998.

FONSECA, W. D. *Santarém: momentos históricos*. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973(1963).

GRAMACHO, I. C. P., MAGNO, A. E. S., MANDRINO, E. P., MATOS, A. *Cultivo e beneficiamento do cacau na Bahia*. Ilhéus: CEPLAC, 1992.

GRANDIN, G. *Fordlândia: a ascensão e a queda da cidade perdida na selva de Henry Ford*. São Paulo: Rocco, 2010.

HENNESSY, A. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.

HINE, R. V.; FARAGHER, J. M. *The American West*. New Haven: Yale University Press, 2000.

HORNBORG, H. Ethnogenesis, Regional Integration and Ecology in Prehistoric Amazonia. *Current Anthropology*, [s.l.], 46(4), p.589-629, 2004.

IBGE. Santarém. In: *Enciclopédia de municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957, p.462-9.

_____. Microrregião 12 (PA). In: *Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censos agrícolas e agropecuários*. Rio de Janeiro, 1940-2006.

_____. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 1920-2010.

_____. *@cidade, @estados*. Rio de Janeiro, 1997-2011.

LATHRAP, D. *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson, 1970.

LIPTON, M. *Why the Poor Stay Poor: Urban Bias in World Development*. London: Temple Smith, 1977.

LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1951 (1913).

MATTA, R.; LARAIA, R. *Índios e Castanheiros*. Petrópolis: Paz e Terra, 1979(1967).

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1987(1970).

Hoefle, S. W.

MEINIG, D. W. *The Shaping of America*. 3 volumes. New Haven: Yale University Press, 1985; 1993; 1998.

OLIVEIRO, R. L. M. *A história de Itaituba*. Itaituba: manuscrito, 2008.

PERZ, S. G., Caldas, M., Walker, R, Arima, E. e Souza, C. Road Networks and Forest Fragmentation. *Journal of Latin American Geography*, [s.l.], 7(2), p.85-104, 2008.

PINHEIRO, E. C. *Curauá*. Rio de Janeiro: Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1928.

PRADO JR., C. *História econômica no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987(1945).

RABELLO, E. L. *20 anos nos garimpos do Tapajós*. Santarém: edição do autor, 2006.

SILVA, H. I. B.; BICALHO, A. M. S. M. População residente e estrutura produtiva no Parque Nacional da Amazônia – PA. *Campo-Território Revista de Geografia Agrária*, [s.l.], 7(13), p.115-33, 2012.

TAYLOR, P. J. Problemizing City/State Relations: Towards a Geohistorical Understanding of Contemporary Globalization. *Transactions of the IBC*, [s.l.], 32(2), p.133-50, 2007.

TURNER, F. J. *The Significance of the Frontier in American History*. New York: Frederick Ungar, 1963 (1893).

WOLF, E. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/1/2013

¹ O autor agradece pela colaboração nos levantamentos de campo a Thiago Dália Mourão, Hélio Beiroz Imbrosio da Silva, Arthur Almeida da Silva Guimarães, Felipe da Silva Machado e aos professores Ana Maria de Souza Mello Bicalho da UFRJ e Vincent Nedelec da Université de Rennes, integrantes da equipe do projeto de cooperação internacional CNPq-IRD.

² Veja Grandin (2010) para maiores detalhes sobre a experiência da Ford na Amazônia.

³ Dirija-se a Bicalho (2013) para maiores detalhes.

⁴ Veja Silva e Bicalho (2012) para detalhes sobre o conflito entre o IBAMA, o INCRA e os pequenos produtores.

⁵ O CEPLAC culpa a tentativa de plantar cacau em terra firme da Amazônia pela disseminação da praga de “vassoura-de-bruxa” pelo país, que quase aniquilou a importante região de cacau no sul da Bahia (GRAMACHO et al., 1992).

⁶ Veja Bicalho (2009) para maiores detalhes sobre a inserção deste setor na economia verde global.

⁷ Num determinado momento do trabalho de campo, chegando ao endereço de uma suposta repartição pública, não havia sequer prédio administrativo, só casas residenciais, cujos moradores desconheciam o órgão procurado.

Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM): Condicionantes à sua Organização Sócio-espacial e Estruturação Urbana

Economic Cycles and Surges in Parintins: Historical Change in Socio-spatial Organization and Urban Structure

Bertha Koiffmann Beckerⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Amanda Cavaliere Limaⁱⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo aborda os resultados de esforços de uma pesquisa a respeito da história econômica e do processo de urbanização e das implicações geográficas a respeito de uma cidade amazônica. A ocupação da região amazônica teve como uma das particularidades em relação a outras porções do território latino-americano o fato de se dar por meio de surtos devastadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, sempre por iniciativas externas, seguidos de longos períodos de estagnação. Desde os primórdios de sua ocupação, com o povoamento agroextrativo, até alcançar, nos dias atuais, o patamar de cidade de atração de fluxo turístico cultural (sobretudo devido ao seu Festival Folclórico), Parintins (AM) atravessou, em seu processo de formação territorial e organização socioespacial, diferentes momentos de crescimento e declínio demográfico relacionados aos avanços e retrocessos de suas atividades econômicas locais. Constituída como uma ilha, ora com base na várzea, ora em terra firme, diferentes formas de trabalho humano foram empregadas, envolvendo uma mão de obra diversificada, de distintas origens e tendo sua produção proveniente de demandas das mais variadas escalas.

Palavras-chave: Ocupação territorial; Crescimento demográfico; Surtos econômicos; Urbanização; Parintins (AM).

Abstract: This article treats the economic history and the process of urbanization in an Amazonian city. Differently from other regions in Latin American, the occupation of the Amazon region involved specific processes of the short-lived surge of an export product induced externally followed by a long period of economic stagnation before the rise of another export product. Since the first colonial occupation of the Amazon, Parintins (Amazonas State) passed through different phases of territorial and socio-spatial

ⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

ⁱⁱ Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia. amandacavaliere.geo@gmail.com.

organization characterized by the advance and collapse local economic activities. Settlement followed an agricultural and collecting pattern until attaining today's citybased on cultural tourism, the most important event being the Folklore Festival. Located on an island combining floodplain and off-floodplain land use systems, a diversified division of labor arose over time employing workers from different regional originsto meet demand arising from different scales.

Keywords: Territorial occupation; Demographic growth; Economic surges; Urbanization; Parintins (Amazonas State).

Introdução

A cidade de Parintins apresenta originalidade no contexto histórico da Amazônia em decorrência, sobretudo, de seu sítio e posição geográficos.

Localiza-se no município de mesmo nome, domínio anfíbio em pleno rio Amazonas constituído por uma ilha – onde se encontra a sede do município –, por uma área continental com florestas de várzea e de terra firme, bem como por lagos, ilhotas e pequena serra. Sua posição na grande via fluvial na fronteira dos estados do Amazonas e Pará, a meio caminho de Manaus e Santarém, das quais dista respectivamente 420 km e 380 km (Figura 1), garantiu-lhe a existência como entreposto comercial, ao mesmo tempo em que ofuscou seu crescimento.

Embora participando dos grandes eventos da história amazônica, em virtude de sua geografia a área de Parintins não teve um surto econômico explorando a borracha, embora esta tenha influído indiretamente no seu crescimento. A cidade cresceu com base em outras atividades econômicas – ora na várzea, ora na terra firme –, que lhe conferem originalidade até os dias de hoje. Foram, sobretudo, longos ciclos econômicos, como os do cacau e da pecuária, e apenas dois curtos surtos, da juta e do pau-rosa.

Parintins, com 102.945 habitantes (2011), é hoje o segundo maior município do estado do Amazonas em termos de população, ficando atrás apenas da capital Manaus, mas com imensa diferença. A maior parte de sua população (mais de 70%) concentra-se no centro urbano.

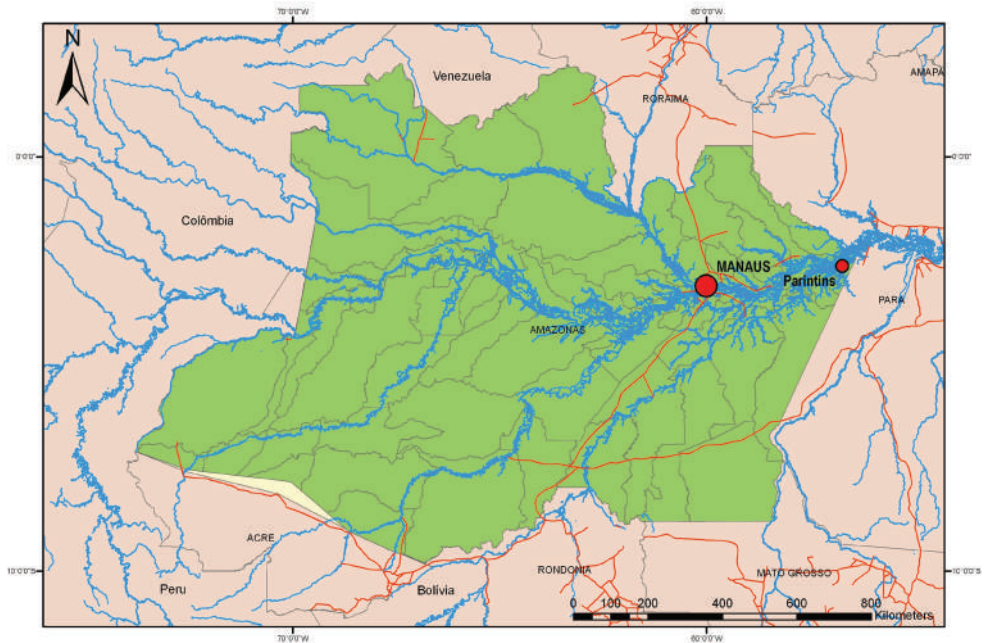


Figura 1 – Localização de Parintins no estado do Amazonas.

Elaboração cartográfica: Amanda Cavaliere Lima e Luis Paulo Batista (2008).

Os Longos Ciclos Econômicos

Um povoamento agroextrativo – surto e ciclo cacaueiro

O povoamento de Parintins foi ainda mais tardio que o de Manaus. Parintins foi descoberta nas explorações portuguesas graças à grande extensão da ilha, que se sobressaía à margem direita do rio Amazonas. Na ilha estavam localizadas as tribos Sapupés e Maués (BITTECOURT, 2001; SAUNIER, 2003). As missões religiosas vieram para catequizar os indígenas, explorar as drogas do sertão, beneficiando-se da presença dessa mão de obra nativa e do comércio crescente na região do Baixo Amazonas, mas sem grandes consequências.

Somente no final do século XVIII o capitão de milícias José Pedro Cordovil, unido a agregados e escravos, aportou, em 1796, na ilha denominada de Tupinambarana (BITTECOURT, 2001), dotada de posição e sítio geográficos estratégicos. Aproveitando-se da ausência de controle, fez dali um sítio particular, incentivando a dedicação à pesca, sobretudo do pirarucu, e o plantio de cacau, que provavelmente já era coletado nas missões religiosas.

Segundo Bittencourt (op cit.), com a implantação e primazia da agricultura, Cordovil transformou a localidade num grande centro de lavoura com extensas plantações de cacau. Além dos grandes cacauais, cultivava-se o tabaco, o guaraná e a maniva, de cujas raízes fazia-se a farinha de mandioca. Porém todos esses produtos continuaram secundários na economia de Parintins. A lavoura de Tupinambarana produtora de cacau tornou-se o núcleo inicial que mais tarde transformar-se-ia em vila, até chegar à concentração da

cidade de Parintins. O cacau gerou fortunas aos coronéis e atraiu pessoas de toda parte, como portugueses, franceses e judeus que residiam em outras localidades e moradores dos arredores da atual Parintins (SAUNIER, 2003).

O povoamento da área de Parintins confirma, assim, a periodização do crescimento econômico regional realizada por Roberto Santos (1980), em que o século XVIII na Amazônia contextualiza-se no chamado “ciclo agrícola”. Desde o século XVII, o chocolate figurava como produto fino, junto do café e do chá, e era demandado no mercado europeu. O cacau amazônico produzido expressivamente em termos de peso foi a droga do sertão que impulsionou a maior regularidade no transporte marítimo para a região, pois no princípio do século XVIII apenas um ou dois navios por ano tocavam o porto de Belém. Tornando-se o principal produto exportável, o cacau representou o eixo da economia regional nesse período, ainda que esta economia não tivesse solidez, sendo dependente dos acasos de mercado.

Segundo Homma (2007), durante o Brasil Colônia, as ações antrópicas nas várzeas amazônicas estavam associadas ao cultivo semiextrativo do cacau, ainda que de forma esparsa e sem proporcionar sua efetiva valorização e ocupação.

Nesse contexto, poder-se-ia identificar o cacau como a atividade que gerou o primeiro surto econômico de Parintins. Embora Santos (op. cit.) aponte para uma atividade possivelmente apenas extrativa, Bittencourt (2001) atesta que as grandes plantações de cacau realizadas por Cordovil tornaram o município de Parintins um grande centro de lavoura, havendo, assim, alguma transformação primária, empregando muito trabalho utilizando mão de obra indígena e escrava negra africana. Tendo em vista que o cacau se desenvolve melhor em várzeas de rios ricos em sedimentos, é possível conjecturar que tenha sido não só coletado como cultivado, aproveitando as ricas várzeas do rio Amazonas.

Outras atividades econômicas também eram realizadas, como o cultivo do tabaco, de pequenos cafezais e o plantio do guaraná, a preparação do fumo e a fabricação da farinha de mandioca. Os fluxos mais intensos do cacau levaram à melhor organização da armazenagem, que até então causava estrago nos produtos devido ao tempo de espera por embarcações para exportação.

De acordo com dados do Governo do Amazonas, Tupinambarana foi elevada à categoria de Missão Religiosa em 1803 pelo capitão-mor do Pará, Conde dos Arcos, que incumbiu sua direção ao carmelita Frei José das Chagas. Agora com a denominação de Vila Nova da Rainha, contando com a eficiente atuação de Frei José, ali foi gerado um surto de progresso e desenvolvimento, mediante a organização da Comarca do Alto Amazonas. A população local chegava a aproximadamente 1700 habitantes, que se ocupavam nos fabricos do tabaco e outros plantios (BITTENCOURT, 2001).

Com o Brasil independente, tornou-se freguesia de Tupinambarana em 1832, alcançando uma população de 3.048 habitantes um ano depois. Em 1852, elevada à categoria de vila e município, a denominada Vila Bela da Imperatriz passou a ter controle sobre a coleta de dízimo e de meio dízimo sobre produtos exportados para evitar a grande perda da renda gerada pelos produtos exportáveis devido ao contrabando.

O Cônego Bernardino de Souza escreveu sobre o desfalque das rendas da província. Grande parte dos gêneros sujeitos a direitos de exportação saíam por contrabando, rea-

lizado em pequenas canoas para o porto de Óbidos, no Pará, de onde era baldeada para os vapores. Dessa forma, ao diminuir a exportação de Vila Bela da Imperatriz, aumentou a de Óbidos, culminando com exportações do município por esta última de gêneros que não possuía, como, por exemplo, o guaraná. O contrabando também era realizado pelos vapores, que faziam viagens diretas do Madeira para Belém do Pará, sem tocar em Manaus, Itacoatiara e Vila Bela da Imperatriz, passando pelo paraná do Ramos e do Espírito Santo, onde recebiam cacau e outros gêneros sujeitos a direitos de exportação (ibidem).

Assim, os dados estatísticos fornecidos pela repartio fiscal a respeito das exportações de Vila Bela da Imperatriz camuflam a realidade e obscurecem o momento exato do declínio dessa atividade.

Apenas em 1880 a sede municipal recebe foros de cidade e passa a denominar-se Parintins. Mas, como se v, a institucionalizao do controle do território após a independência contribuiu, portanto, para o crescimento da cidade.

Tal elevao de *status* se insere também no âmbito do auge do ciclo da borracha. Embora não se envolvendo naquela explorao, Parintins recebeu dela impactos indiretos. A cidade beneficiou-se da intensa conexão entre o interior rural, a rede regional de cidades comerciais próximas e os centros de Belém e Manaus, tornando-se importante entreposto comercial, inclusive de gado. Enquanto a região amazônica foi verdadeiramente incorporada aos negócios brasileiros e internacionais através do *boom* da borracha de meados para o final do século XIX, com todas as atenoes voltadas para a extrao do látex, houve uma maciça chegada de migrantes na região, sobretudo nordestinos, acompanhados da introduo da pecuária. Nesse contexto, migrantes maranhenses trouxeram a Parintins a cultura do boi-bumb.

Com a desvalorizao da borracha, seus prejzos foram muito menores, se comparados com os de outras áreas amazônicas, pois a populao empregava-se em outros serviços, graças  diversificao de atividades. Não houve xodo, e a depreciao da borracha animou novas atividades (ibidem).

Tonzinho Saunier (2003) afirma que o pirarucu tornou-se o primeiro produto de exportao de Parintins durante os anos de 1917 e 1922, suplantando todos os demais e constituindo-se o produto que mais canalizava impostos para o Amazonas no início do século XX. Sua pesca  significativa até hoje, sendo este peixe uma das principais atraoes gastronmicas da cidade de Parintins.

No entanto, conforme se pode observar nas tabelas a seguir, nos anos de 1917 e 1919 o cacau sobrepujou o pirarucu em valores de exportao, e nos anos de 1917, 1918, 1919 e 1921, em quantidade (kg) exportada, demonstrando que tal atividade não cessara, tendo mesmo um pico de exportao devido  guerra de 1914-1918, seguido de forte declínio.

Tabela 1 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1917.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	3.339	Borracha fina	17.106\$900	2.266\$033
Kilos	11.878	Sernamby	32.260\$630	4.839\$092
Hectolitros	5.266	Castanha	106.017\$808	15.902\$671
Kilos	8.139	Guaraná	55.524\$000	5.552\$400
Kilos	613.975	Cacáo	425.103\$600	21.255\$180
Kilos	183.681	Pirarucú	178.116\$700	17.811\$670
Kilos	1.063	Couros de veado	1.456\$800	145\$680
Kilos	15	Couros de capivara	60\$000	6\$000
Kilos	250	Caferana	75\$000	7\$500
Kilos	1.778	Cumarú	1.342\$400	134\$240
Palmos	10,80	Tóros de itaúba	6\$480	\$648
Kilos	5.992	Oleo de copahyba	9.587\$200	958\$720
Kilos	4.425,50	Couros de boi	4.846\$800	484\$680
Kilos	700	Muyrapuama	7.000\$000	70\$000
Kilos	15	Azeite vegetal	7\$500	\$750
Kilos	170	Peixe salgado	119\$000	11\$900
Lata	1	Mixira	16\$000	1\$600
Kilos	20	Pelles de cobra	8\$000	\$800
Kilos	153	Carne salgada	107\$100	10\$710
TOTAL				69.760\$276

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 2 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1918.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	3.800	Borracha fina	13.205\$000	528\$200
Kilos	250	Sernamby	497\$500	19\$900
Kilos	2.868	Borracha fina	10.004\$440	1.000\$443
Kilos	7.656	Sernamby	16.060\$910	1.606\$091
Kilos	22.511	Sernamby de caucho	48.173\$540	4.817\$654
Kilos	44	Caucho	44\$000	4\$400
Hectolitros	944	Castanha	23.762\$530	2.851\$502
Kilos	210.674	Pirarucú	247.552\$100	24.755\$210
Kilos	263.434	Cação	156.301\$200	7.815\$060
Kilos	3.509	Guaraná.	32.825\$000	1.641\$250
Kilos	7.284	Óleo de copahyba	15.996\$200	1.599\$620
Kilos	275	Cumará	230\$400	23\$040
Kilos	90	Caferana	90\$000	9\$000
Kilos	100	Abutua	100\$000	10\$000
Kilos	1.450	Muyrapuama	435\$000	43\$500
Kilos	15	Huaiscima	3\$000	\$300
Kilos	60	Sebo	36\$000	3\$600
Kilos	10.315	Couros	11.000\$200	1.650\$050
Metros	536,80	Táboas de cedro	214\$720	21\$471
Kilos	400	Vassoura de cipó	90\$000	9\$000
TOTAL				48.408\$972

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 3 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1919.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilogrm.	5.951	Borracha fina	21.698\$100	2.169\$810
Kilogrm.	3.833	Sernamby	7.402\$390	740\$239
Kilogrm.	9.400	Sernamby de caucho	19.975\$000	1.997\$500
Hectolitros	4.575,50	Castanha	119.896\$905	14.387\$626
Kilogrm.	178.471	Pirarucú	251.715\$100	25.171\$510
Kilogrm.	45	Peixe secco	22\$500	2\$250
Kilogrm.	595.154	Cação	574.466\$800	28.723\$310
Kilogrm.	2.814	Guaraná	28.440\$000	1.422\$000
Kilogrm.	4.006	Oleo de copahyba	6.536\$400	653\$640
Kilogrm.	2.056	Cumarú	1.691\$800	169\$180
Kilogrm.	300	Carne salgada	240\$000	24\$000
Kilogrm.	93	Huascima	45\$000	4\$500
Kilogrm.	620,50	Couros de veado	1.501\$850	225\$277
Kilogrm.	7.701	Couros de boi (secco)	10.882\$800	1.632\$420
Kilogrm.	1.506	Couros de boi (verde)	2.710\$800	406\$620
Kilogrm.	130	Cascas (amostras)	----	----
----	120	Gado vaccum em pé	----	1.800\$000
----	1	Gado de outra espécie	----	2\$000
TOTAL			1.047.225\$445	79.531\$912

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 4 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1920.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	3.728	Borracha fina	9.595\$370	959\$537
Kilos	3.910	Sernamby	7.383\$660	738\$566
Kilos	42	Sernamby de caucho	77\$700	7\$770
Kilos	47	Caucho	65\$800	6\$580
Hectolitros	487,50	Castanha	27.272\$470	3.272\$692
Hectolitros	84	Castanha de sapucaia	4.090\$000	490\$800
Kilos	144.590	Pirarucú	165.705\$200	16.570\$520
Kilos	122.076	Cação	114.224\$780	5.711\$236
Kilos	2.141	Guaraná	19.349\$000	967\$450
Kilos	5.699	Oleo de copahyba	9.969\$300	996\$930
Kilos	2.964	Cumarú	4.536\$400	453\$640
Grammas	2.450	Plumas de Garça	2.450\$000	245\$000
Kilos	290	Grude de peixe	290\$000	29\$000
Kilos	65	Caferana	32\$500	3\$250
Kilos	1.232	Couros de veado	4.702\$400	705\$360
Kilos	10.146	Couros de boi	14.740\$500	2.211\$070
Kilos	2	Couros de lontra	8\$000	1\$200
Cabeças	115	Gado vaccum	----	590\$000
Cabeças	20	Gado de outra espécie	----	41\$000
Metros	21	Táboas de cedro	52\$500	5\$250
TOTAL				

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Tabela 5 – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1921.

Unidade	Quantidade	Qualidade	Valores	
			Official	Imposto
Kilos	402	Sernamby	342\$900	34\$290
Hectol.	1.834	Castanha	79.397\$210	7.939\$921
Kilos	130.146	Pirarucú	113.367\$800	11.336\$780
Kilos	173.756	Caçãõ	108.716\$860	5.435\$841
Kilos	300	Guaraná	2.700\$000	270\$000
Kilos	4.779,50	Couros	4.039\$100	403\$910
Kilos	4.159	Oleo de copahyba	6.421\$300	642\$130
Kilos	200	Muyrapuama	200\$000	20\$000
Kilos	400	Manacá	120\$000	12\$000
Kilos	200	Abutua	60\$000	6\$000
Kilos	4.499	Cumarú	3.149\$300	314\$930
Kilos	40	Salsa	80\$000	8\$000
Grammas	2.290	Plumas de garça	2.350\$000	235\$000
Cabeça	9	Gado vaccum em pé	---	85\$000
Cabeça	2	Gado de outra espécie	---	4\$000
TOTAL				26.747\$602

Fonte: Meza de Rendas de Parintins (apud BITTENCOURT, 2001).

Mas, a partir de então, a produção continuou a declinar por múltiplos fatores. Em curto prazo somaram-se os seguintes fatores num contexto geral: uma inversão na marcha dos preços do cacau; o quadro mundial adverso para produtos tropicais; o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana, associado à ocupação de Portugal por tropas francesas; os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem. Em médio e longo prazo e em contexto específico, a falta de apoio governamental aos lavradores, que realizavam sozinhos suas atividades sem qualquer auxílio, as grandes enchentes (sobretudo dos anos de 1920 e 1921 e outras sucedidas), que danificaram potencialmente os cacauais, e a concorrência com a produção de cacau na Bahia (Ilhéus, Itabuna e Ipiáú) foram os fatores que geraram a decadência dessa atividade econômica em Parintins e na região amazônica (SANTOS, 1980).

Por sua extensão no tempo, dando mesmo origem ao povoamento de Parintins em fins do século XVIII e perdurando até o início do século XX, a atividade cacauera configura um ciclo econômico, iniciado com pequeno surto.

O ciclo da pecuária

A pecuária foi inserida em Parintins de meados para o fim do século XIX, a partir do surto da borracha na Amazônia, que atraiu grande massa de imigrantes nordestinos para a região, bem como a pecuária, para atender à demanda alimentar dos imigrantes nordestinos.

Vale registrar a importância histórica e as gradativas melhorias da pecuária em Parintins, como expressas nas palavras do Sr. Araldi Dinelli:

A vida daqui foi charqueada por um português chamado Benjamin Portal e Silva e chegaram a matar 200 bois por dia na Fazenda São José. Esse charque que vinha pro jabá, que era a alimentação básica do nordestino, que não estava acostumado a comer peixe como o nosso pessoal, alimentava-os de carne. E não tinha criação de animais lá, só caça. Então os coronéis, os donos dos seringais, eles preferiam comprar charque que vinha do Rio Grande do Sul pra cá pra abastecer os seringueiros. Nessa visão desse português Benjamin, seria muito mais em conta pra mandar pra lá do que vir do Rio Grande do Sul, principalmente naquela época que o transporte era quase que só o fluvial, e chegava até o porto de Santos e de lá vinha pra cá. E teve um grande desenvolvimento da pecuária.

Desde essa época, a pecuária, das atividades econômicas que Parintins desenvolveu, foi a única que permaneceu. Depois, claro, que as enchentes começaram a ser muito maiores e tiveram a necessidade de fazer o desmatamento das terras altas, das terras firmes, pra fazer a passagem na época das cheias, onde os rios cobrem as várzeas, das várzeas para as terras firmes. Porque usavam antes disso as marombas, que eram feitos aqueles cercados grandes, feito uma barragem, e colocavam as toras de paus e terra em cima. Mas a maioria dos rebanhos não cabiam naquelas áreas e os prejuízos eram muito grandes. Com o advento das pastagens artificiais, aí começou mais ou menos a se equilibrar. Como advento da Calha Amazônica, da expedição rural, nós, pois fazíamos parte da 1ª turma da Calha, começamos a introduzir as pastagens artificiais até mesmo porque houve um incentivo do governo federal e que é uma necessidade até hoje – já que o estado só produz 17% do que consome. A carne consumida no Estado do Amazonas é 83% vindo do Pará, do Acre e Rondônia; nós só produzimos aqui 17% do que o estado consome. E por isso que, apesar de todas as crises, da falta de assistência governamental, da falta de regularização fundiária, da falta de recursos dados, da falta de zoneamento, da falta, principalmente, de uma política agrícola que existe quase que em todo o Brasil e aqui quase nada, o que teve menos recursos. E em Parintins a pecuária ainda é a atividade econômica mais importante. E tornou-se uma atividade expressiva economicamente a partir da 1ª Guerra Mundial, com a produção do charqueado. A produção de carne pra consumo é apenas para o Estado do Amazonas. O município, 60% manda pra Manaus. Mas pra criatório.

Em meados do século XX a pecuária já contribuía consideravelmente para a economia local. É duvidoso conceituar a expansão da pecuária como um surto por manter-se ela ao longo de todos esses anos, ainda que com algumas oscilações. Nas figuras 2 e 3 pode-se perceber que não há uma linearidade crescente do rebanho de Parintins, tanto bovino quanto bubalino, mas sim um desenvolvimento contextual, passível de mudanças que se refletem em alguns momentos de grande ascensão, seguidos por momentos de crise ou estagnação. Tal processo revela o papel de garantia de um ganho mínimo que a pecuária tem tido historicamente e parece ainda prevalecer no município, ao lado da produção de carne para o abastecimento de Manaus.

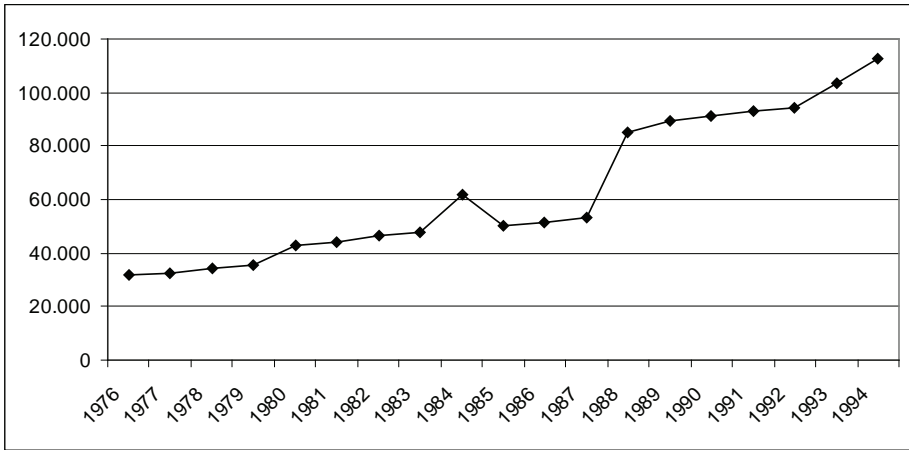


Figura 2 – Rebanho bovino de Parintins (1976-1994).
Fonte: IBGE(1976-1994).

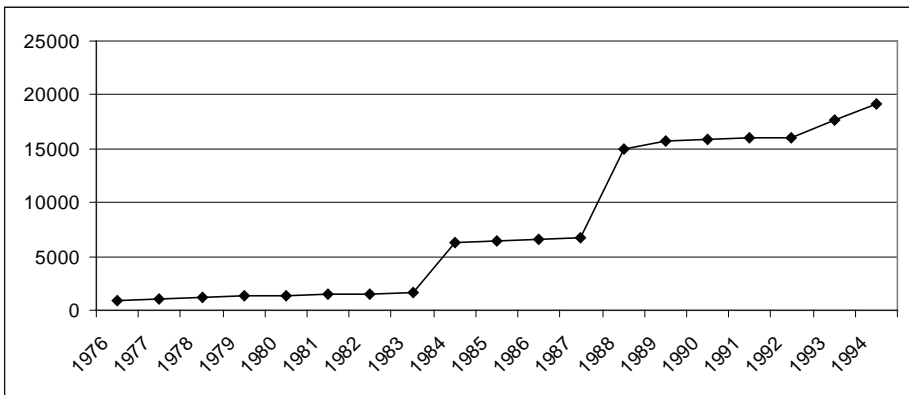


Figura 3 – Rebanho bubalino de Parintins (1976-1994).
Fonte: IBGE (1976-1994).

A articulação da cadeia produtiva da pecuária tira partido de sua localização anfíbia. Caracteriza-se por utilizar as áreas de várzea (terras baixas) durante o verão amazônico, ou seja, de abril a novembro, e as áreas de terra firme (terras altas) nos períodos de cheia, durante o inverno amazônico, que se dá de dezembro a março. Segundo o Sr. Araldi Dinelli, funcionário da Secretaria de Produção e Abastecimento (SEPLAN), o período da safra coincide com o período da passagem, “pois os animais que estão lá do outro lado [na várzea], quando vão pra terra firme, os donos vendem logo. Pra não ter despesa de passar, eles vendem logo os que estão com um desenvolvimento rápido [...]”.

A cadeia produtiva é composta sobretudo pela cria (do nascimento até 7 ou 8 meses, sendo os animais apartados entre 10 e 12 meses, no período de sobreano), e em menor proporção recria (composta pelos animais de sobreano, de 8 a 12 meses, vai até 18

meses) e engorda (animais de 18 a 36 meses) e abate. Sua descrição é relatada na entrevista do Sr. Araldi Dinelli:

Nascem os bezerros, que não podem ser apartados em torno de um ano, logo uma pecuária mais evoluída em torno de 7 ou 8 meses de idade. Mas a gente aparta geralmente com 10 ou 12 meses, que a gente chama de sobreano. Essa é a fase da cria.

Na recria, os animais vão de 10 a 18 meses. Os animais são masculados e castrados, fazendo do boi um novilho para que seja feita a terminação para os fazendeiros. Nessa recria, mais de 50% dos animais são vendidos para outros estados, que são os viveiros apartados. A recria é realizada no estado do Pará, no sul do Amazonas, nos arredores de Manaus e talvez até na boca do Acre. Então a maior parte, mais de 50% desses animais saem do município; não ficam em Parintins por falta de infraestrutura das terras e também pela descapitalização dos produtores. Porque embora exista crédito, ele é de muito difícil acesso. Por uma falha que é do estado do Amazonas, a regularização fundiária é um problema. Se você não tem documentos, você não pode ter garantias pra absorver o crédito [que] tem disponível. E houve uma reação há um ano atrás, quando abriram as exportações para a China e outros lugares, e a pecuária deu uma melhorada. Tanto que nós chegamos a ser o maior produtor de carne do estado do Amazonas. Porque os pecuaristas aqui em Parintins eles realmente eram só pecuaristas, a maioria; não é como em outros estados, em que a pecuária no setor primário é uma caderneta de poupança sem fiscalização. Então em outros estados eles pegam os lucros que têm e investem na pecuária que é muito mais difícil de uma fiscalização, porque mesmo na crise o setor primário é onde você vende o produto. E o pequeno produtor tem a facilidade de que ele não precisa transportar nos ombros, usando carroça ou caminhão. É comboiada, ou seja o boi é tocado, diferente das outras coisas que você tem que produzir e ter transporte para vender, como a farinha, grão... O boi não, o boi só passa. Então essas facilidades todas fazem com que a pecuária ainda seja no setor primário a atividade que tem a maior visibilidade.

De 18 a 36 meses é a engorda. Depois que é o abate. Mas quando a cadeia está em crise, por descapitalização e falta de recursos, esses animais são vendidos. Então o pecuarista é obrigado a vender pra se manter. E quando a cadeia está normal, os animais machos, mantêm as despesas dos pecuaristas e as despesas da propriedade, os custeios são mantidos pelos bois. Quando está em crise, que baixa muito preço e o aumento dos insumos é muito maior que o aumento do produto da carne, o pecuarista tem que vender os bois e os animais de sobreano que estavam na fase de recria, pra complementar a renda. Continuando a crise, ele vende os bois, vende os animais de sobreano e mais os que estão na fase de recria. Continuando a crise ele vende todos esses animais e mais as vacas. Isso tem diminuído muito o rebanho e tem feito com que Parintins deixe de ser o primeiro no estado do Amazonas, ficando em terceiro lugar.

Em suma, trata-se de uma área de cria. Devido à dificuldade de crédito e de acesso à terra, e à descapitalização dos produtores, os pecuaristas de Parintins não conseguem

competir com os pecuaristas e as invernadas do Pará e do sul do Amazonas. O abate total de fêmeas aproximado do abate total de machos (Figura 4) é indicativo de um rebanho de cria e talvez também de uma crise no ramo pecuário parintinense.

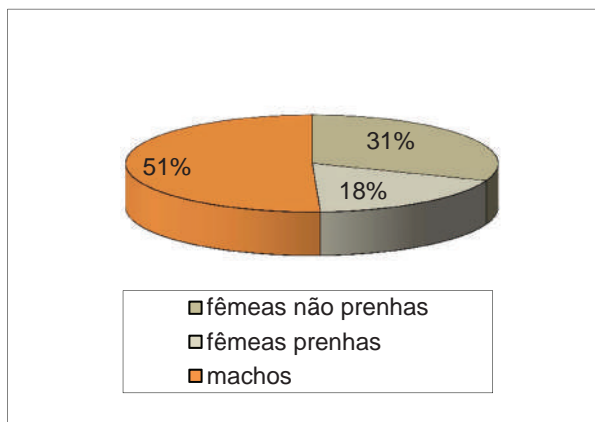


Figura 4 – Animais abatidos no Matadouro Frigorífico Ozório Melo de Parintins em 2006 (%).

Fonte: Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de Parintins, 2006.

Ademais, a pecuária não perdeu importância na atualidade. Compreendendo a criação principalmente de bovinos, bubalinos e suínos, a produção de carne e leite destina-se tanto ao consumo local quanto à exportação para municípios vizinhos, notadamente Manaus. Enfim, a pecuária é, ainda, a atividade de maior peso no município de Parintins, sendo responsável por 75% da produção no setor primário (TEIXEIRA NETO, 2005, p.18).

O Surto da Juta e a Valorização da Várzea

No final da década de 1920, produtores rurais japoneses foram incentivados pelo governo de seu país a emigrar para possessões de além-mar, com a finalidade de aliviar a zona rural da superpopulação e obter importação de alimentos para as ilhas centrais do Japão (HOMMA, 2007). Políticas de incentivo do governo brasileiro para ocupar a Amazônia associadas a interesses do Japão promoveram a imigração japonesa para diversas áreas da região, inclusive Parintins.

Concedida uma extensão de terras devolutas com 1 milhão de hectares, a juta foi escolhida por ser na época um produto de grande importância nas relações comerciais em todo o mundo. Seu plantio inicialmente não obteve sucesso em Parintins, pois as sementes para adaptação já chegavam bastante deterioradas. Em 1920, uma primeira tentativa de aclimação de sementes de juta enviadas da Índia foi feita em São Paulo, mas igualmente sem sucesso.

Com a implantação do Instituto de Estudos Agrícolas para a mão de obra japonesa, outros imigrantes chegaram do Japão, começaram a trabalhar e a construir a Vila Amazônia (Figura 5) dentro do município, formando um povoado. Kasuma Oyama, um dos

koutakosseis chegados em 1934, adaptou a fibra indiana e, depois de bastante trabalho, obteve sucesso por meio de duas árvores, que foram o embrião dos grandes jutas nas várzeas da Amazônia e de Parintins.

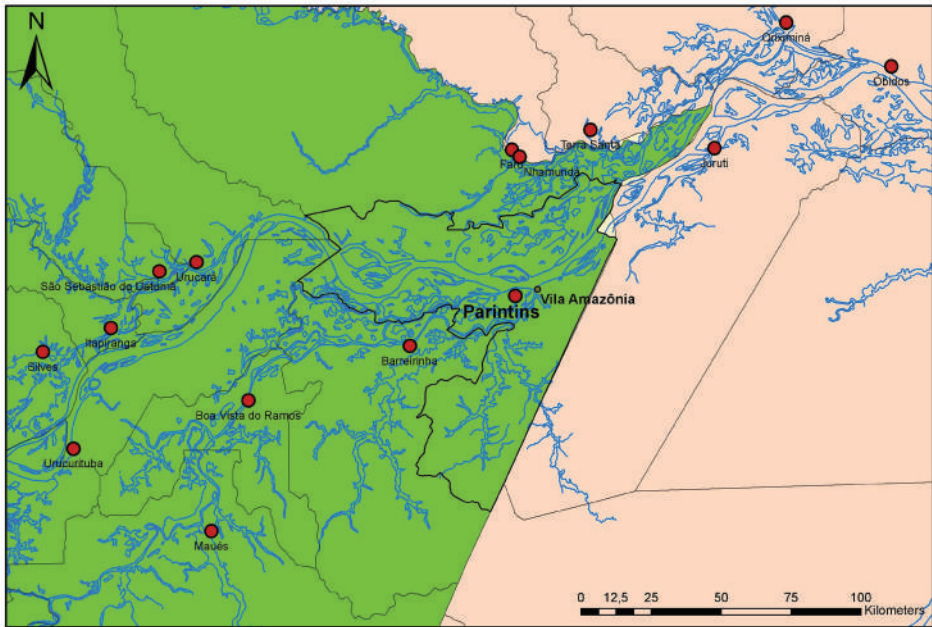


Figura 5 – Localização do município e da cidade de Parintins e da gleba de Vila Amazônia.

Elaboração cartográfica: Amanda Cavaliere Lima e Luis Paulo Batista (2008).

Ainda que fosse uma planta exótica e de processos produtivos desconhecidos para a população regional, os preços favoráveis e a existência de um mercado interessado em juta foram os condicionantes para sua rápida expansão, favorecida pelo vácuo da economia do extrativismo da seringueira. Aproveitando-se do excedente de mão de obra liberada dos seringais e do sistema de aviamento já estruturado – o qual só veio a se extinguir na década de 1960, com a democratização do crédito rural introduzido pelo serviço de extensão rural (JUNQUEIRA, 1972, apud HOMMA, 2007) –, o surto econômico promovido pela juta permitiu a primeira articulação econômica entre o Norte e o Sul do Brasil e os primórdios da implantação da agroindústria na Amazônia (HOMMA, 2007).

A juta é uma das fibras de origem vegetal mais conhecida, depois do algodão, e largamente utilizada pelas indústrias, sobretudo para material de recipiente e embalagens, como sacos de juta – os quais eram a maior demanda do mercado interno de sacaria à época, para a armazenagem, sobretudo, de café, cacau, algodão, batata e pimenta – e panos de aniagem. Constitui uma atividade de pequeno ciclo, largo rendimento e rápida rotação e fundamenta-se na pequena e média propriedade familiar – contrapondo-se às propriedades de seringais, que se concentravam em poucas mãos –, estabelecendo

estreitas vinculações de interesse, contato e intercâmbio com os centros urbanos de seus próprios municípios de origem (DEMPSEY, 1965).

Podem ser identificados dois momentos de expressividade da juta enquanto atividade econômica em Parintins: o primeiro foi o dos japoneses, e o segundo, o da firma de J.G. Araújo.

O plantio da juta em Parintins começou em 1939. Essa lavoura permitiu a efetiva ocupação das várzeas, até então abandonadas, ao longo das margens e dos afluentes paralelos, e o desenvolvimento dessa nova atividade produtiva foi acompanhado inclusive pela formação de estruturas de comercialização por uma demanda local. Além disso, ela proporcionou o crescimento populacional e a movimentação de pessoas em diversos trabalhos, à medida que diversas turmas de *koutakusseis* chegaram a Parintins com a intenção de trabalhar na Vila Amazônia e que houve demanda de trabalhadores.

O processo produtivo da juta é complexo (REZENDE, 1992). O roçado constituía-se de um trabalho manual de eliminação de cipós, arbustos e árvores de pequeno porte a fim de facilitar as etapas posteriores. Depois se cortam e se desdobram as árvores de maior porte, geralmente feitos com machado e terçado, para que o material seque e seja queimado, cujos resíduos serão amontoados sob a forma de “coivaras” e novamente queimados. A partir daí é que começa o plantio, com distribuição de semente com enxada ou máquina manual, conhecida como “tico-tico” (esta segunda forma é a predominante em Parintins). São realizadas capinas e desbastes (ou “desfilhamentos”) para que se possa proceder ao corte ou à colheita. O beneficiamento era constituído das seguintes etapas: 1) transporte do material cortado e enfeixado, realizado nas costas ou em canoas quando o terreno está todo alagado; 2) afogamento dos feixes nas águas dos rios, lagos ou igarapés mais próximos a fim de sofrerem o processo de maceração biológica, em que gases são formado nas hastes; 3) desfibragem dos caules macerados com as mãos, visando retirar as partículas e resinas que ficaram aderidas nas hastes; 4) transporte da fibra, amarrada em forma de “molhos” ou “cabeças”, para o varal, realizado em canoas ou no braço; 5) secagem da fibra estendida no varal, geralmente realizada próximo ao local de plantio; 6) transporte da fibra para o local de enfardamento, constituindo-se, geralmente, no barracão que armazena o produto; 7) enfardamento, que consiste na reunião das fibras secas em “fardos” (cada fardo pesa aproximadamente 70 kg), que são a forma final na qual o produto é vendido pelo produtor para intermediários ou diretamente para as prensas.

O sistema de atividade jutícola, contudo, não diferiu muito daquele da borracha, constituindo-se de: o produtor, o aviador – intermediário entre o primeiro e o exportador, obtendo lucros altos com a comercialização de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade ao produtor e com a venda do produto ao exportador – o regatão – realizando o comércio de trocas de mantimentos por produtos em suas embarcações na beira dos rios – e o exportador.

As condições de trabalho eram péssimas. Submetidos à água fria por longos períodos de tempo, os trabalhadores expunham-se também ao risco de ataque por animais encontrados nos rios e ficavam vulneráveis a muitas doenças.

Na cadeia da juta podem-se identificar as seguintes unidades econômicas expressas na figura 6: a unidade produtora; o intermediário; a unidade prensadora; a unidade industrial.

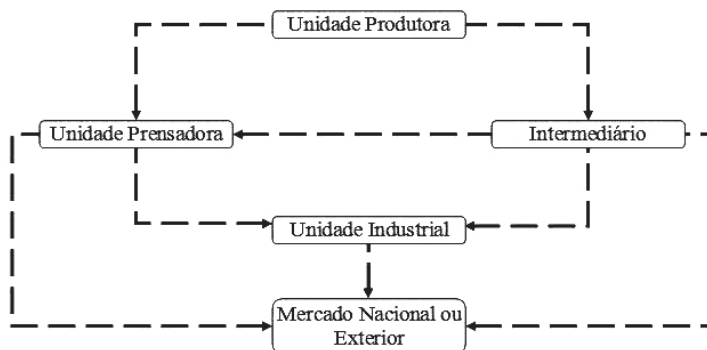


Figura 6 – Unidades de produção na juta.

Fonte: Cursino (1993).

Apesar de a maior parte da produção ser exportada para os mercados nacionais e internacionais, as unidades prensadoras, após o serviço de classificação e prensagem, vendiam parte para a indústria local, que efetuava o beneficiamento.

Do município de Parintins a juta estendeu-se ao Baixo Amazonas, alcançando os municípios de Santarém, Alenquer, Óbidos e Oriximiná, para em seguida subir a calha central, abrangendo os municípios de Barreirinha, Urucuritiba, Urucará, Maués, Itacoatiara, Careiro, Manaus e Manacapuru (DEMPSEY, 1965). De Manaus partiam para os lugares baixos do Amazonas, especificamente três seções do lado sul do grande rio entre Manaus e a fronteira do estado do Pará. Foi realizado um estudo sobre clima, condições sanitárias, natureza do solo e produtos adequados dessas áreas e a demarcação de todas as terras.

Uetsuka (1954, p.2) efetuou a compra de um lote de terra em Parintins:

Tão logo terminei de demarcar 1 milhão de hectares de terra comprei um lote de terra chamado Vila Batista no encontro das águas do Paraná do Ramos com o rio Amazonas a duas milhas da baixa corrente de água da cidade de Parintins.

Pensei que este lugar que chamei depois de “Vila Amazônia”  muito importante porquanto este  o ponto donde os tributários de Uaicurap, Andirá, Maués, Mamuru, Canuma, Urria, Abacaxi se unem para tornar-se o Paraná do Ramos que despeja no grande Amazonas.

Em data de 21 de outubro de 1930, organizei o “Instituto Amazônia” na Vila Amazônia, e fundei uma estcao experimental de agricultura, um escritório de meteorologia, um hospital, a escola de agronomia-industrial, [além de uma serraria, de uma olaria e da realizao da plantao de borracha]. Todos os membros da turma de investigao começaram a trabalhar a partir daquele dia.

V-se, portanto, que a escolha da até então chamada Vila Batista em Parintins para a implantao da colonizao japonesa e de suas atividades econômicas decorreu de sua posio geográfica estratégica frente  circulao.

Esse surto proporcionou a construção da Vila Amazônia, dando dinamismo ao antigo terreno de uma viúva, numa área escolhida estrategicamente para viabilizar o escoamento da produção para Manaus e Belém. Ali os japoneses viviam e trabalhavam, e também beneficiavam a população regional, sobretudo em termos de atendimento médico. Na verdade, a Vila Amazônia tornou-se um núcleo bem mais equipado do que a própria Parintins.

Por outro lado, todos os nossos negócios na Vila Amazônica melhoraram. Vila Amazônica tornou-se um quarteirão ativo na vizinhança de Parintins. Foram construídos edifícios tais como a Igreja, escola pública, casa de estar, central de Polícia e coletoria.

Depósito de prensagem e embalagem e bem assim também um armazém. Serrarias foram instaladas. As plantações de borracha foram prolongadas numa área de 1.000 hectares e a castanha plantada em uma extensão de 140 acres (aproximadamente 57 hectares), esperando produzir frutas enquanto no rancho existiam mil cabeças de gado. (Uetsuka, 1954)

Além dos grandes lucros, esse contato gerou melhoria e aumento da qualidade dos produtos por meio de técnicas aprendidas para a horticultura, contribuição cultural e uma herança de profissionais de diversas áreas do conhecimento.

No período de grande valorização da juta, outras atividades econômicas eram realizadas, como a produção de mel de cana para o comércio local em Parintins e a fabricação de tijolo em olaria para exportação. Plantava-se milho e melancia, criava-se carneiro, havia lojas funcionando em um comércio local. Também se fazia lenha para os navios que não eram ainda motorizados.

Os anos de 1933 e 1934 marcaram os recordes da imigração japonesa no Brasil (HOMMA, 2007). Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil cortou relações diplomáticas com o Japão e os imigrantes aqui encontrados foram expulsos das terras brasileiras, permanecendo apenas os que juraram bandeira, fato que teve impacto direto no declínio da população de Parintins. A Vila Amazônia foi abandonada com o tempo, embora tenha se constituído no núcleo do empreendimento japonês no Brasil (ibidem).

A guerra, apesar de ter levado à completa estagnação do fluxo migratório, trouxe benefícios para a consolidação da jicultura ao obrigar a utilização da fibra nacional (JUNQUEIRA, 1972, apud HOMMA, 2007).

Fundada em 1877 na Amazônia, a firma comercial J.G. Araújo entrou no cenário da Vila Amazônia quando a maioria dos imigrantes japoneses já havia saído por ocasião da expulsão. Em 1946, J.G. arrematou em leilão a Companhia Industrial Amazonense, desapropriada desde 1942 dos empresários japoneses pelo governo brasileiro. Essa firma dominava tanto a produção de juta quanto a extração de pau-rosa e outras atividades realizadas na Vila Amazônia, inclusive a criação de gado para exportação (OLIVEIRA, 2008).

Mas a atenção dada ao avanço da pecuária nas décadas seguintes fez com que a produção de sementes de juta e sua própria lucratividade ficassem em segundo plano. Além disso, a própria crise no setor de produção de fibras reduziu a demanda por sementes (HOMMA, 2007).

Houve, portanto, uma política de substituição de importações, pois antes a juta era importada da Índia em troca do ouro brasileiro. Infelizmente, esse processo foi abortado por injunções políticas, e não se sabe se relações de trabalho tão perversas teriam permitido o desenvolvimento do processo.

É válido ressaltar que o declínio dessa atividade econômica gerou intenso êxodo rural em busca de novas perspectivas na cidade, acentuando o processo de urbanização de Parintins (CURSINO, 1993), conforme pode ser observado no quadro relativo à população do município de Parintins (Figura 7).

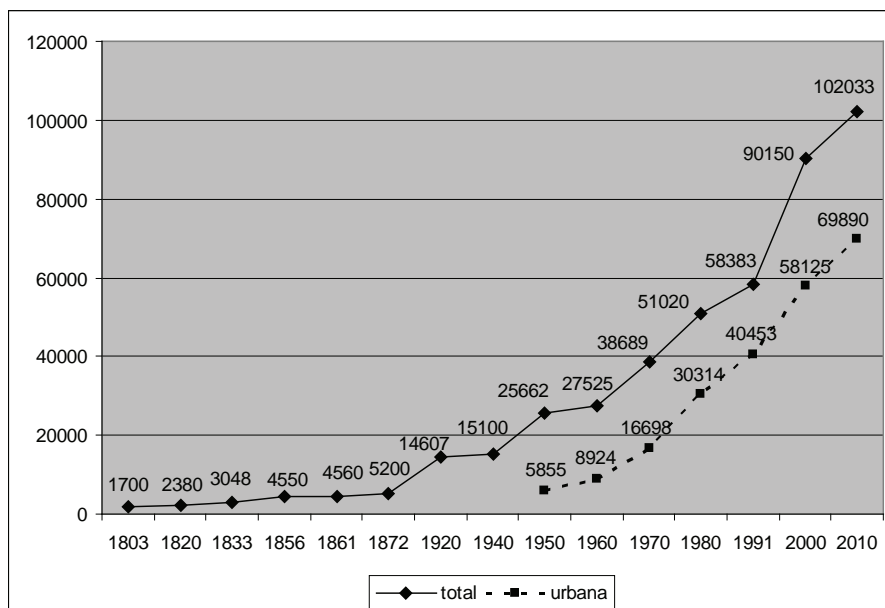


Figura 7 – População de Parintins (1803-2010).
Fontes: Bittencourt (2001) e IBGE (1920-2010)

O Breve Surto do Pau-rosa na Terra Firme

A produção extrativa vegetal de Parintins teve no pau-rosaum outro surto econômico, atingindo altos valores de produção. Partiu de uma demanda externa, sobretudo europeia, para a indústria de perfumes. O alvo era, portanto, a essência, obtida por meio de um processo de transformação da madeira do pau-rosa (*Aniba roseodora ducke*), gerando o linalol, um dos melhores fixadores de perfume existentes.

A indústria de óleo essencial da madeira pau-rosa iniciou suas atividades em 1930 e tornou-se o carro-chefe da economia por serem muito valiosos o óleo e a essência que dela se extraíam. O senhor José Miranda, morador da Beira-Rio, também conhecida como “Laje”, na gleba Vila Amazônia, e que trabalhou dezoito anos na firma de J.G. Araújo, afirmou que cada tambor gerava 4 milhões em moeda corrente da época e que o comprador de pau-rosa pagava com dinheiro no ato. A exportação destinava-se à Europa. De início, o óleo essencial era usado para fazer perfume e sabonete, mas devido ao seu preço elevado, passou a ser utilizado apenas para perfume, segundo Renato Rossy, de família com tradição no pau-rosa.

As árvores de pau-rosa são encontradas apenas nas matas virgens das terras firmes, bastante espaçadas umas das outras e em locais de difícil acesso, longe dos principais rios usados para a navegação. Por essa razão, no processo da cadeia extrativista, o primeiro trabalho era dos exploradores, que partiam em expedições para as matas à procura das árvores a serem abatidas. Encontradas, eles realizavam a demarcação da área com a abertura de ramais, para facilitar o posterior trabalho dos homens encarregados do abate e transporte da madeira. A seguir relatavam ao chefe do trabalho a tarefa feita, informando onde e quantas árvores haviam encontrado e transferindo ao chefe, a partir da então, o encargo dos procedimentos seguintes (TRINDADE, 2004).

De acordo com a senhora Nair Pereira, que morava ao lado de uma usina de pau-rosa no paraná do Ramos, depois de cortadas as toras da árvore do pau-rosa, elas eram levadas nas costas dos mateiros transportadores até a beira de rio mais próxima, e daí transportadas por barco até a usina. Na usina efetuava-se o processo produtivo do linalol, com o beneficiamento do pau-rosa. As toras da madeira são trituradas em cavacos, pedaços pequenos e finos de madeira. No processo de destilação do pau-rosa, um cacho grande de cavacos é colocado dentro de um alambique, onde uma máquina joga água quente. No condensador, quando há uma separação da essência e da água do vapor, sai o incenso com o líquido, e a água residual é jogada fora. Então, “daquela madeira aparentemente tão seca, que de longe dava pra sentir o cheiro por ela exalado, retirava-se aquele óleo de alta qualidade e valor econômico”. É interessante ressaltar que, conforme assinalou Renato Rossy, o próprio resíduo da madeira era utilizado para fazer lenha para a fogueira acesa, destinada à destilação.

Havia, portanto, uma divisão do trabalho muito nítida, sem, contudo, ser hierárquica. Cada um cuidava de uma etapa e havia grande emprego de mão de obra, gerando atração demográfica. Segundo Dona Nair Pereira, “teve gente que veio até da Bahia, de Fortaleza, do Paraná trabalhar na usina na época do paraná do Ramos”. Já para seu José Miranda e Dona Trícia Rossy, as pessoas “vinham de Juruti, de Parintins e tudo das redondezas chegava gente”, “até mesmo do interior próximo”. Ao que tudo indica, a migração foi tanto interna quanto externa ao município de Parintins, alcançando trabalhadores não somente da região amazônica, como também do Nordeste.

Segundo o senhor José Miranda, que trabalhou durante dezoito anos na firma J.G. Araújo, a cadeia extrativista realizava-se nas terras altas do Andirá, do Uaicurapá, do Nhamundá e “lá de cima de Manaus”. Nessa cadeia extrativista, os trabalhadores eram expostos a riscos (como, por exemplo, picadas de cobra, contração de malária) devido à necessidade de entrarem no meio da floresta para a extração e às próprias condições de trabalho.

Uma fala do senhor Pedro Braga esclarece como se realizava a articulação espacial da cadeia produtiva:

O pessoal trabalhava no centro, nas matas pra tirar o pau-rosa. O pessoal carregava um tanto nos lombos. Às vezes eram quatro, cinco viagens por dia da onde estava o pau-rosa pra botar pra beira. E eles vigiavam tudinho na beira. Aí pegava lá e trazia pra cá. Daqui, o pessoal carregava pra terra, daí eles vinham, empilhavam tudinho, pesavam e vinham pra partir o pau-rosa [já na usina].

A usina era deslocada para perto do local de extração, conforme narra dona Nair Pereira:

É assim, eles chegam aqui nesse local aí tem a madeira, aí eles colocam uma usina e vão trabalhar. Terminou, eles têm que colocar em outro local. Vamos supor, tem uma mata aqui. Aí eles chegam aqui e conseguem aquela madeira, aí eles colocam uma usina e vão trabalhar. Terminou daqui, já não tem mais, aí eles vão lá pro Mamuru, vão lá pra outro lugar... Aí eles vão com a usina deles. [...] O pau-rosa é uma madeira que, aonde [sic] tira, não nasce mais.

O óleo essencial do pau-rosa era armazenado em tambores grandes, cada um com um alto valor econômico no mercado. O óleo passava pelos escritórios e armazéns na cidade, onde era filtrado, limpo, colocado em tambores de 200 quilos e exportado para Belém, dali seguindo para o estrangeiro.

O período de auge do pau-rosa foi marcado por uma política do Governo Federal de incentivo à exportação para trazer divisas ao país e tirá-lo da crise. Houve até mesmo financiamento por parte do Banco do Brasil (naquele tempo não existia o Banco do Amazonas) para a produção de pau-rosa, devido a uma “superprodução do pau-rosa”. Frente à grande extração e beneficiamento sem mercado para a compra devido ao seu alto valor, que o mercado se recusou a pagar, o governo brasileiro passou a incentivar a exportação dos estoques de pau-rosa, e até mesmo o seu financiamento.

Dois principais fatores responderam pelo declínio do curto surto do pau-rosa. Na década de 1960, algumas usinas voltaram a funcionar, mas frente à descoberta da produção química do linalol, servindo como fixador de perfumes, as árvores de pau-rosa perderam importância. A procura por sua extração ficou cada vez mais escassa, sua produção diminuindo consideravelmente.

O outro fator refere-se às práticas extrativas. O corte era predatório, e nada, a não ser as folhas, era desperdiçado, devido à escassez da madeira. Conforme o senhor Pedro Braga, “eles levavam aqueles troncos de pau-rosa grandes mesmo, tiravam a raiz todinha lá do fundo, e os galhozinhos finos (que até vinham com folhas, mas essas não eram usadas) eram levados pro triturador”. Devido a essa prática, a árvore do pau-rosa foi praticamente extinta rapidamente. Nos dias atuais estabeleceram-se exigências muito rígidas para sua extração, tais como a necessidade de haver documentação sobre a terra que se deseja explorar, com a descrição de todos os tipos de espécies nela existentes, e a elaboração de um plano de manejo detalhado.

Novas Demandas para Parintins

Uma nova frente econômica desponta em Parintins, o turismo, que bem poderia gerar outro surto econômico. Desta feita um surto urbano e baseado na cultura local. A cidade guarda valores de sua tradição folclórica que a transformaram em um núcleo artístico popular e geraram até uma diferenciação do seu espaço numa forma de bipolarização entre os adeptos do boi vermelho (Boi Garantido), de um lado, e do azul (Boi Caprichoso), do outro. Sua festa anual, o Festival Folclórico de Parintins, iniciado em 1966, é a principal responsável pela atração turística que a cidade desperta em todo o mundo. Mas, ainda, o turismo arqueológico para a Serra da Valéria e o turismo em outras épocas do ano em geral associado a festividades – como o Carna Ilha, as Pastorinhas etc.

Além de atender a certas demandas locais com a implantação de infraestrutura, o turismo também projetou Parintins, dando à cidade uma nova posição no contexto estadual,

regional, nacional e internacional. Segundo Nogueira e Tavares (2004), o Festival influenciou muito a transformação do espaço urbano da cidade e a mudança do cotidiano da população local, que no período da festa sente-se “excluída” dentro de seu próprio lugar.

Se o turismo vem dinamizando a cidade, o mesmo não ocorre no seu entorno. Uma proposta de planejamento participativo para o desenvolvimento do município de Parintins constata que esse município continua com uma economia enfraquecida, e após uma análise aprofundada da zona rural, chega à conclusão de que ele sofre com a falta de infraestrutura social nas pequenas comunidades, onde saneamento, saúde e educação são precários. Com relação às atividades, a análise ressalta que (PINHEIROS, 2008):

- a pecuária cresceu bastante na região, porém não gera muitos empregos;
- a agricultura e a pesca suprem as necessidades da população, mas recebem pouca assistência financeira e permanecem empregando técnicas rudimentares;
- o extrativismo vegetal tem uma participação pequena na economia.

Considerações Finais

O ciclo do cacau e os surtos históricos da juta e do pau-rosa promoveram o crescimento demográfico de Parintins. Avanços e retrocessos das atividades em alguns momentos dinamizaram a economia local por demandas na maioria das vezes de interesse extrínseco às lógicas regionais, mas estabelecendo fluxos e relações entre o campo e a cidade. A cidade se expandia como o lugar do município que concentra o poder de deliberação para as negociações realizadas, incluindo decisões de incentivo, fiscalização e comercialização do que era produzido no campo. Por outro lado, o declínio da atividade trouxe sempre crescimento de outro tipo para a cidade, a imigração de mão de obra expulsa do campo.

Para atender a tais demandas, novas formas de trabalho humano foram induzidas, introduzindo mão de obra de diferentes origens: indígena e negra, no cacau; japonesa, no caso da juta; e regional, no caso do pau-rosa. Mas a presença dessas novas formas não constituiu uma mudança na divisão social do trabalho, pois que os trabalhadores foram submetidos sempre à condições subumanas de trabalho. Por essa razão é que nem mesmo a jicultura, com sua nascente indústria, poderia ter promovido o desenvolvimento de Parintins.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– CNPq coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In:ARAÚJO, T.; VIANNA, S.; MACAMBIRA, J. *50 anos de formação econômica*

do Brasil – ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p.201-28.

CURSINO, A. M. M. *A juta como riqueza econômica do município de Parintins*. Monografia apresentada à Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 1993.

DEMPSEY, J. M. *Juta*. Manaus: CODEAMA, 1965.

FURTADO, C. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

HOMMA, A. K. O. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; 2007.

IBGE. Censo Demográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1920-2010.

_____. *Produção Pecuária Municipal do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1976-1994.

ONO, R. G. S. *Breves questões sobre a pecuária parintinense*. Monografia apresentada na Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 1996.

PEREIRA, N. de O. M.; OLIVEIRA, L. A. P. *Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil: Censo Demográfico 1920/2000*. In: *Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PINHEIRO, W. M. *Políticas públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Manaus: Editora Valer; Uninorte, 2008.

REZENDE, E. C. *A indústria têxtil da juta*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais da UFAM, 1992.

SANTOS, R. A. O. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAUNIER, T. *Parintins: memória dos acontecimentos históricos*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2003.

TEIXEIRA NETO, L. L. *A criação de búfalos no município de Parintins*. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas no Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. Manaus: CIESA, 2005.

UETSUKA, T. *História da plantação da juta e imigração japonesa no Vale do Amazonas*. Tóquio, 1954 (mimeo.).

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/4/2013

Surtos de Crescimento de Rio Branco – Acre

Growth Surges in Rio Branco – Acre

Mariana Mirandaⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este trabalho se propõe a identificar os surtos econômicos ocorridos no Acre e suas possíveis relações com os momentos de surtos demográficos vivenciados pela cidade de Rio Branco. Busca indagar se os surtos foram capazes de propiciar uma transformação no setor produtivo, criando um “trabalho novo”, representativo de nova divisão social do trabalho que modifica o conteúdo, a estrutura e a complexidade da economia; uma participação de todas as camadas sociais na renda gerada e nos bens imateriais.

Palavras-chave: Rio Branco; Acre; Surtos Demográficos; Surtos econômicos.

Abstract: The aim of this article is to identify economic surges in Acre State and their possible relationship with demographic surges in the capital city of Rio Branco. The main question is whether the surges transformed the productive sector and created a new division of labour, which modified the content, the structure and the complexity of the local economy and with participation of all social groups present in the income generated and in the immaterial wealth produced.

Keywords: Rio Branco; Acre; Economic surges; Demographic surges.

Introdução

A origem, o crescimento e o desenvolvimento da cidade de Rio Branco só podem ser compreendidos a partir do processo histórico da formação territorial do Acre associado à extração e exportação do látex. Pretende-se neste capítulo identificar os surtos econômicos ocorridos no Acre e suas possíveis relações com os momentos de surtos demográficos vivenciados pela cidade.

Os surtos econômicos, representativos de momentos em que os processos econômicos têm força de competição em diferentes níveis, tendem a favorecer lucros para as regiões que oferecem produtos valorizados por demanda de mercado regional, nacional e/ou internacional. Consequentemente, viabilizam também o crescimento dessas áreas, que pode perdurar ou não.

Assume-se que os surtos econômicos ocorridos no Acre tiveram força de promover, em determinados períodos, não só o crescimento econômico, mas também o crescimento urbano, principalmente em Rio Branco.

ⁱ Professor Adjunto, pesquisadora do Laboratório de Gestão do Território – LAGET. cymamiranda@gmail.com

Nesse processo, a posição geográfica de Rio Branco, no Vale do rio Acre, atribuindo-lhe vantagens locais para o escoamento da produção pelas condições de navegabilidade, e maior proximidade com a cidade de Manaus, fez com que a cidade se destacasse do conjunto urbano acreano e amazônico.

Duas questões são importantes de serem aqui levantadas para uma melhor compreensão do papel dos surtos em Rio Branco. Do ponto de vista produtivo e social, foram os surtos capazes de propiciar:

- uma transformação no setor produtivo, criando um “trabalho novo”, representativo de nova divisão social do trabalho que modifica o conteúdo, a estrutura e a complexidade da economia?
- uma participação de todas as camadas sociais na renda gerada e nos bens imateriais?

Origem e Desenvolvimento da Cidade de Rio Branco

Rio Branco é uma das cidades amazônicas com povoamento significativo localizada fora do grande eixo de circulação constituído pelo vale do rio Amazonas. Ela expressa a força de expansão da exploração extrativista que resultou não só no controle, mas na conquista de novo território.

Formação do Acre

A incorporação da grande área do extremo oeste da Amazônia, que corresponde atualmente ao estado do Acre, em território brasileiro, resultou de um processo diretamente relacionado com a abundante presença de árvores produtoras de borracha (*hevea brasiliensis*) e caucho (*castilla elastica*) nos altos cursos dos rios da margem direita da bacia amazônica.

Essa esquecida área da Amazônia, nos meados do século XIX, era ocupada por indígenas de grupos étnicos diversos, que adentraram o território provavelmente expulsos de suas áreas originais por força da ação dos colonizadores espanhóis. Dois grupos linguísticos – pano e aruak – já se encontravam respectivamente no vale do Juruá e nos vales do Purus e do Acre, quando das primeiras incursões exploradoras de sertanistas e da entrada dos regatões na área em busca da borracha que os índios coletavam.

As novas descobertas do século XIX, como a vulcanização, o pneumático, o disco fonográfico de borracha endurecida, todas elas ligadas à utilização da goma elástica, determinaram uma valorização desta. O valor comercial adquirido então pelo látex associado à organização da economia gumífera impulsionaram o povoamento, com seringais se multiplicando pelos vales dos rios, principalmente do Purus e do Acre.

Os interesses econômicos que determinaram a expansão do povoamento também contribuíram para que as sociedades indígenas, confrontadas com os não nativos, passassem por um processo que envolveu expulsão, expropriação e dizimação de grupos indígenas, processo esse registrado em dois surtos da borracha, onde as “correrias” (expedições com o objetivo de expulsar os indígenas de suas terras) provocaram o genocídio indígena.

A ocupação, em terras de ninguém reivindicadas pela Bolívia, foi direcionada para o extrativismo ao longo dos rios Juruá, Acre e Purus e movida por interesses nacionais e internacionais, estes últimos interessados na borracha como matéria-prima para o seu desenvolvimento industrial, principalmente após a invenção da bicicleta e do automóvel.

Essa atividade extrativista começou a atrair população para a área e, em 1867, quando foi assinado o Tratado de Ayacucho¹ entre o Brasil e a Bolívia, que reconhecia o “*uti possedetis*” boliviano, cedendo o território do que seria o Acre à Bolívia, os brasileiros já haviam adentrado o território muito além dos limites estabelecidos, reagindo fortemente à cessão do território.

Para a extração da borracha era fundamental um suprimento abundante de mão de obra. A demanda cada vez maior por essa mão de obra teve na imigração de trabalhadores nacionais sua solução. Foi estimulada pelo governo a migração de trabalhadores para a Amazônia e principalmente para o atual Acre, um dos fornecedores da matéria-prima. Conforme Tocantins (1979), diferentemente de outras áreas, as pessoas que migraram para o Acre, no início de sua ocupação, não foram atraídas pela qualidade da terra, nem pelo ouro, nem pelos diamantes, mas pela borracha e seus lucros.

A crise econômica nordestina e as secas de 1877, 1888 e 1900 forneceram os primeiros grandes fluxos migratórios para a região. Segundo Machado (1989, p.377), “mais do que as secas nordestinas, o impulso migratório para a Amazônia estava relacionado às fases de valorização da borracha no mercado internacional”. A migração, ao colocar um contingente maior de trabalhadores na extração do látex, viabilizou um aumento da área de coleta e, conseqüentemente, respondeu à necessidade de aumento da produção para atender ao mercado externo. O período, portanto, de maior fluxo migratório correspondeu ao aumento das exportações, o que revela uma ligação direta da população com a economia no processo de exploração da borracha.

Por força da grande presença de brasileiros em um território ainda sem soberania definida e com interesses nacionais e internacionais conflitantes, a região, principalmente nos vales do Acre e Purus, teve um período de conflagração (1898-1903), resultado da resistência e da revolta dos brasileiros não só aos acordos internacionais que pretendiam ceder o território às empresas estrangeiras, mas principalmente contra uma soberania boliviana, originando-se daí uma série de conflitos. Esses conflitos tiveram como atores, do lado da Bolívia, o governo e trabalhadores bolivianos e também empresas estrangeiras. Pelo lado do Brasil, seringueiros, seringalistas e comerciantes, destacando-se nestes os atacadistas de Manaus e Belém em defesa de suas reivindicações.

Uma vez derrubada a resistência boliviana, a questão passou para a esfera diplomática. Em 1903 (17 de novembro), pela assinatura do Tratado de Petrópolis, o Acre é definitivamente anexado ao Brasil, por meio de compra e permuta de territórios (áreas do Amazonas e Mato Grosso), passando a constituir o Território Brasileiro do Acre.

Em 1904, o Território do Acre foi administrativamente dividido em três departamentos: o do Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre, administrados por prefeitos escolhidos pela presidência.

A questão dos conflitos por questões de limites com o Peru, no Alto Juruá, foi diplomaticamente solucionada por meio de tratado assinado em 1909.

Uma vez definitivamente estabelecidos os limites do novo território brasileiro, o governo central teve por bem, para assegurar política e administrativamente o território

recém-conquistado, criar vilas, em posições estratégicas, nas margens dos rios. Assim foi criada a vila de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, e estabelecida Sena Madureira, no Alto Purus, como a capital do território, juntando o interesse do estado com o da iniciativa privada. Esta situação perdurou até 1920, quando, com a desvalorização econômica da borracha e as crises políticas no Acre, a capital foi, nessa data, transferida para Rio Branco, núcleo urbano que, por sua posição, às margens do rio Acre, apresentava maior prosperidade e desenvolvimento. O território foi dividido em cinco municípios: Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira, Rio Branco e Xapuri. Em 1962, o território é elevado a estado da federação, com Rio Branco como capital.

O Acre, cuja formação e ocupação inicial se deram em função da extração do látex e dos movimentos migratórios espontâneos e induzidos, principalmente de nordestinos, tanto no primeiro como no segundo “ciclo da borracha”, vai ter um novo momento quando a política desenvolvimentista e de integração nacional para a Amazônia atinge, na década de 1970, o seu território, até então periférico ao processo.

Com a crise da atividade extrativista da borracha e na tentativa de uma ocupação econômica que dinamizasse o espaço acreano, a ação política do governo federal, apoiada pelo governo estadual, voltou-se para estimular a pecuária como atividade de ponta, por meio de incentivos fiscais e financeiros. Essa ação atraiu fazendeiros e capitais do Centro-Sul. No entanto, foi a ação paralela, voltada para desenvolver projetos de colonização e assentamentos e buscando incrementar a produção familiar, que estimulou a ocupação de novas áreas no Acre, desencadeando um novo surto migratório, dessa vez de “sulistas”, principalmente para o vale do Rio Acre.

A região do vale do Rio Acre, pela sua maior proximidade com Rondônia, até então limite oeste e borda da expansão da fronteira agropecuária, aliada à BR-364, tornou-se o eixo por onde penetrou o vetor de expansão procedente daquele estado a partir de 1970/1980. Por força desse movimento migratório, as ações governamentais concentraram seus esforços de implantação de projetos de colonização, de assentamento e agro – extrativistas nessa região (MIRANDA, 2003). Esse movimento migratório trouxe como resultado um grande aumento do contingente populacional do estado, grandemente concentrado no vale do Acre, com destaque para o município de Rio Branco, no Baixo Acre.

Origem da cidade de Rio Branco

A cidade de Rio Branco, no Acre, tem sua origem vinculada ao processo de ocupação de um território considerado “terras não descobertas”,² conquistado pelo avanço das frentes de exploração do látex para a produção da borracha em meados do século XIX.

A primeira exploração que chegou à região de Rio Branco foi a de Manuel Urbano da Encarnação, que, em 1861, pelo rio Purus, atingiu o vale do Acre, ali encontrando tribos indígenas do grupo Aruak. A ele seguiram-se outros, tornando-se o vale do Acre local de encontro e conflitos entre a sociedade indígena nativa e os não indígenas.

A partir da metade do século XIX, a borracha tornou-se um produto importante para países europeus e os Estados Unidos e de valor no mercado. Dado o interesse desses pa-

íses e do Brasil na extração da matéria-prima para a fabricação de produtos de borracha (capas, solados, apagadores, pneumáticos, câmaras), grupos econômicos internacionais, principalmente americanos e ingleses, tornaram-se financiadores dessa exploração. As casas aviadoras de Manaus e Belém, intermediárias das transações, não só financiavam vários tipos de operações, garantindo crédito e promovendo o incentivo comercial nos seringais, como também recrutavam a mão de obra que iria trabalhar nesses seringais. A mão de obra constituía o maior problema para esse sistema econômico.

Com a grande seca nordestina de 1877/1878, levas de nordestinos que se refugiaram na Amazônia dirigiram-se para o Acre, sustentando a extração da borracha, seja como mão de obra, seja mesmo fundando os seringais. Em 1882 chegou ao Acre o cearense Neutel Maia, acompanhado de sua família e de trabalhadores para a extração do látex. Fundou seu seringal numa grande volta do rio Acre, à sua margem direita, onde instalou os primeiros barracões, logo abrindo outro seringal na margem esquerda, o qual denominou de “Empresa”. Em 28 de dezembro de 1882 estavam lançados os primeiros fundamentos do que viria ser a cidade de Rio Branco. A cidade cresceu entre duas curvas do rio Acre, “volta da empresa” e “igarapé da judia”, numa situação favorável à circulação fluvial.

Cresceu a população do seringal, que se tornou o mais importante. Seu povoado era bastante movimentado, com a presença de pontos comerciais que abasteciam as embarcações que subiam o rio no transporte da borracha. “Empresa” tornou-se o centro das lutas que terminaram por garantir a posse do Acre para o Brasil, confirmada pelo Tratado de Petrópolis em 1903.

O Decreto Federal n. 5.188, de 7 de abril de 1904, estabelece a primeira divisão territorial para o Acre, e o Empresa e outros seringais do vale do Purus e Acre passam a constituir o Departamento do Alto Acre. Empresa, em 28 de agosto de 1904, é elevada à categoria de vila e sede do Departamento do Alto Acre, iniciando-se então a instalação dos primeiros serviços essenciais. Ainda no mesmo ano, passa à categoria de cidade. O primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre instalou a prefeitura na margem direita do rio, e o local passou a ser chamado Villa Rio Branco.³

“Villa Rio Branco” se transformou no principal centro urbano de todo o vale do Acre, o mais rico e produtivo do território. A rua, na margem direita do rio, era o local de concentração dos negócios, onde estavam instalados os representantes comerciais das casas aviadoras nacionais e estrangeiras, da moradia das principais famílias que constituíam a elite urbana, formada pelo funcionalismo público e por profissionais liberais. Essa margem, que viria a ser posteriormente o segundo distrito de Rio Branco, foi chamada de “Bairro Beirute” pela grande quantidade de sírio-libaneses aí residentes.

Quando, em 1908, é criada a comarca, ou seja, a circunscrição judiciária do Alto Acre, Empresa é designada para sede da cidade do mesmo nome. Em 1910, a sede é transferida para a margem esquerda do rio, local livre de alagações, e recebe o nome de Penápolis. Em 1911 é então criado o município de Empresa, juntando Villa Rio Branco com Penápolis, passando a cidade, constituída pelos dois núcleos a se chamar Penápolis, nome que foi mudado, um ano depois, para Rio Branco. Com a nova organização do território em 1913, Rio Branco passa a ser município.

Segundo Guerra (1951), a primeira fase de evolução da cidade de Rio Branco corresponde ao período entre a instalação do seringal e 1909, com as construções das

habitações em ritmo ainda lento na margem direita do rio Acre. A segunda fase é a do desenvolvimento da margem esquerda do rio nas terras do seringal Empresa e vai até 1930.

No final da década de 1920, vários órgãos começam a ser instalados, são ampliados os serviços e novas edificações vão surgindo, revelando o crescimento físico e a prosperidade da cidade.

Em 1920 são extintos os departamentos e unificados os municípios em torno de um governo central. O Acre se torna então Território Federal.⁴ A cidade passa a ser a capital do novo território e, após 1962, quando o território é transformado em estado, a capital do estado do Acre.

No Acre, os primeiros agrupamentos humanos se formaram a partir do seringal, que constituía um núcleo com características próprias e que pode ser visto como “a primeira grande unidade social da Amazônia”. No entanto, o núcleo seringal, segundo Rancy (1992, p.138), não evoluiu de forma a originar concentrações urbanas. Para ela:

Os núcleos urbanos no Acre surgiram de maneira artificial, justificada pela necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar, em termos definitivos, o território que, militar, política e diplomaticamente, havia sido conquistado.

Dessa forma, o estado, por meio das cidades e vilas, garantia não só o domínio do território como as condições necessárias á organização da produção.

Muito embora a evolução natural dos seringais não tenha originado os núcleos urbanos, é fato que locais de sedes de seringais foram muitas vezes escolhidos para fixar concentrações urbanas, surgidas em função de questões político-administrativas e de produção e comercialização da borracha, como foi o caso de Rio Branco.

Rio Branco, por sua posição geográfica, respondia às exigências da economia acreana e do novo sistema centralizado instituído a partir de 1920 e firmava-se politicamente, exercendo papel de convergência na economia, não só da borracha, mas regional.

Surtos Econômicos em Rio Branco

“Boom” e declínio da borracha – 1877-1920 – 1940-1950

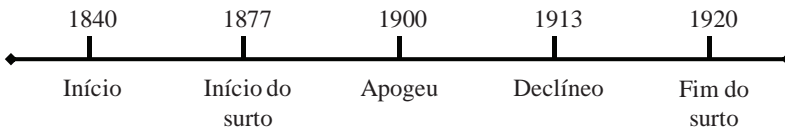
Como já assinalado, as descobertas tecnológicas, a partir de meados do século XIX, tornaram a goma elástica uma matéria-prima fundamental para os mercados norte-americano e europeu. Primeiramente com a expansão do comércio internacional e, num segundo momento, com a expansão da grande indústria automobilística e de pneumáticos, registrou-se uma enorme valorização do produto no mercado internacional. Nesse contexto, a Amazônia, que contava nos vales de seus rios com o predomínio de espécies produtoras de borracha, passa a ser vista como a grande supridora de matéria-prima para esse mercado internacional.

A conjugação da oferta de um produto, como a borracha da Amazônia, com a demanda em grande escala do mercado internacional determinou a ocorrência de um surto econômico que durante alguns anos provocou profunda transformação, no caso da

Amazônia e mais particularmente do Acre, e do cenário regional e local. A valorização da borracha em âmbito internacional mobilizou recursos para a região e propiciou grandes lucros para os comerciantes, como os atacadistas e exportadores. Registrava-se uma disputa pela captura da renda sobre a produção do látex por diferentes agentes (seringalistas, aviadores, atacadistas, exportadores). A borracha do Acre representou uma grande fonte de renda para os cofres amazonenses.

Embora a atividade extrativista para a obtenção da borracha já se realizasse de forma crescente desde 1840, é a partir de 1877 que a extração toma impulso. Nessa ocasião, seringalistas, financiados pelas casas aviadoras de Manaus e Belém, recrutaram mão de obra nordestina para trabalhar nas colocações. Pode-se colocar esse momento como o início, no Acre, do primeiro surto econômico da borracha que atingiria o seu “boom” trinta anos depois. O período de apogeu durou dez anos, quando então fatores internos e externos conduziram ao declínio econômico a atividade de extração do látex.

A linha temporal traçada abaixo mostra os diferentes momentos da produção da borracha no Acre:



Durante o período do chamado primeiro ciclo da borracha, a produção brasileira desse material chegou a representar 61% da produção mundial. O Acre chegou a ser o terceiro maior contribuinte tributário da União. A borracha representou, no apogeu da produção, 28% das exportações brasileiras. As figuras a seguir mostram a produção e a exportação do Acre e da Amazônia no período áureo da borracha, respectivamente.

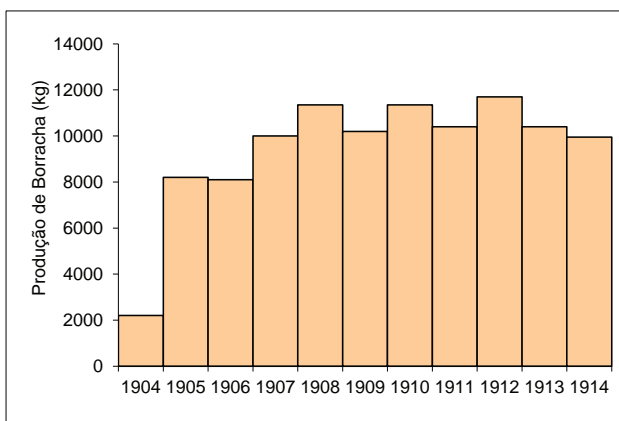


Figura 1 – Produção de borracha no período de 1904 a 1914.

Fonte: Guerra (1955, p.213).

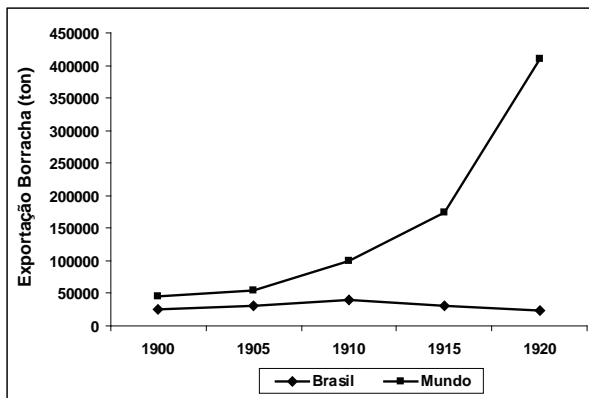


Figura 2 – Exportações brasileiras e mundiais de borracha crua.

Fonte: Guerra (1955).

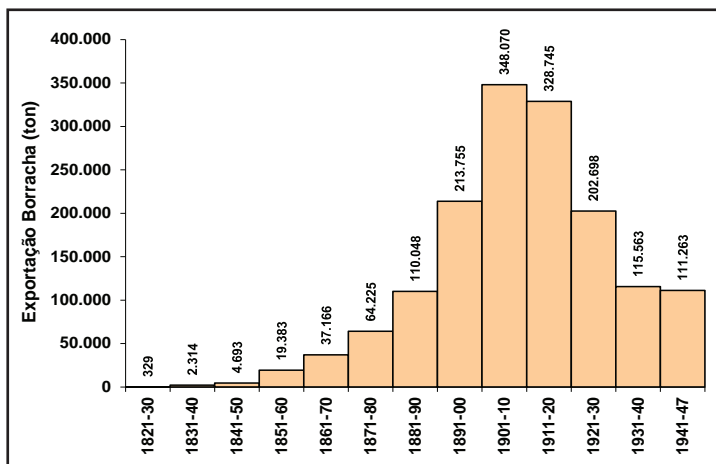


Figura 3 – Exportação de borracha silvestre amazônica – 1821-1947

Fonte: Benchimol (1977).

A partir de 1910 começa o declínio da exportação da borracha brasileira com a entrada no mercado internacional da borracha da Malásia, produzida com menores custos e mais produtividade. Quando, em 1876, Henry Wichhman levou mudas de seringa para a Inglaterra, os ingleses trataram logo de começar as plantações em sua colônia. Essas plantações, organizadas com mais racionalidade e tecnologia, geravam uma produção capaz de chegar ao mercado internacional com um preço mais baixo. A forma como a borracha era extraída no Brasil e a pouca infraestrutura não davam à produção brasileira condições de vencer a concorrência asiática, e daí o débâcle da economia gumífera.

Com o declínio da atividade e pelo fato de a extração e exportação da borracha no Acre não terem, em sua fase áurea, conseguido dinamizar e diversificar a economia local

e regional, a região retornou a um estado de estagnação. Esse estado perdurou de 1920 até 1940, quando um novo surto da borracha vai acontecer, mas com curta duração.

Com a guerra, as exportações da borracha asiática não puderam mais ser realizadas, e a borracha brasileira, única disponível no mercado, ganha uma nova valorização. Os Estados Unidos, necessitando da borracha para suprir a indústria bélica aliada, voltaram-se para o Brasil e, por meio de acordos com o governo brasileiro – Acordos de Washington –, investiram na borracha brasileira, que seria produzida exclusivamente para os Estados Unidos, cabendo, dessa vez, ao Estado o monopólio na compra e venda da borracha. O Governo, dessa forma, intervia na produção do látex, contando com a ajuda da Rubber Reserve Company no tocante ao estímulo à produção. Mais uma vez, também, o suprimento da mão de obra barata, necessária ao aumento da produção, veio do Nordeste. Com a seca de 1942 no Nordeste, junto com uma propaganda ideológica, foi possível ao governo recrutar cerca de 30 mil trabalhadores, os chamados “soldados da borracha”.

No entanto, esse renascer da atividade gumífera durou pouco. Acabada a guerra, voltaram as plantações da Malásia e Ceilão a competir no mercado internacional da borracha. Os Estados Unidos, já não precisando da matéria-prima brasileira, deixaram de financiar a produção. O Acre e outras áreas produtoras de borracha na Amazônia não puderam novamente vencer a concorrência. A região, por ter se mantido na dependência quase total da exportação da borracha, não encontrando mercado, defrontou-se com um novo momento de estagnação econômica.

Novamente ocorreu a evasão dos seringueiros, com os “soldados da borracha” retornando para suas áreas de origem ou buscando a cidade e/ou outros lugares da Amazônia.

As relações de trabalho nos surtos da economia gumífera

Analisando-se os dois surtos da borracha em seus componentes sociais e econômicos, verificamos que o processo não foi totalmente igual. Podemos destacar como atores principais no processo de produção e comercialização da borracha o seringueiro, o seringalista, as casas aviadoras, as casas exportadoras (ligadas ao capital internacional),⁵ o Governo. Outros atores secundários participaram do processo, atuando principalmente na área do seringal (gerente, guarda-livros, caixeiro, mateiro, toqueiro, meeiro, regatão, comboeiro). O primeiro surto pode ser representado pelo seringueiro, mão de obra livre submetida ao seringalista (patrão); seringalista, “explorado” pelas casas aviadoras de Manaus e Belém; casas aviadoras, dependentes das casas exportadoras; e casas exportadoras, representantes do capital internacional. O sistema dominante é o aviamento (cadeia de fornecimento de mercadoria a crédito), novidade criada com o desenvolvimento da produção de látex e sua importância no mercado. O sistema de aviamento representou uma nova forma de trabalho, um trabalho novo que substituiu a forma tradicional do regatão. Segundo Santos (1980), o aviamento é um tipo de crédito peculiar às regiões que apresentam as seguintes características:

- a) base de recursos naturais especialmente ampla e de difícil acesso;
- b) atraso de técnicas de produção;
- c) índice de participação do dinheiro nas trocas muito baixo ou nulo;
- d) presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras ou de agentes capazes de virem a exercê-las;
- e) ligações dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra o crédito;

Miranda, M.

f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos da área.

No segundo surto, as relações já se modificam. Continua o sistema de aviamento, o seringueiro dependente do seringalista. O papel então atribuído às casas aviadoras passa a ser do estado, com o monopólio da compra e venda da produção.

Trajetória de Rio Branco após o declínio da economia da borracha

No contexto econômico do Acre, após a desvalorização da borracha amazônica, muitos seringalistas não tiveram condições de manter seus seringais funcionando dentro do sistema de aviamento e ficaram inadimplentes com as casas aviadoras de Manaus e Belém, que, em grande maioria, acabaram falindo.

A extração do látex voltou a ser apenas uma atividade de sobrevivência para as populações que se mantiveram nos seringais, que, com o fim do aviamento, se transformaram em seringueiros autônomos e passaram também a plantar, muitos deles uma agricultura de subsistência, negociando diretamente com os regatões.⁶

Ao lado dos resquícios da borracha, a economia do Acre ficou baseada numa pequena agricultura familiar, produtora da chamada lavoura branca (milho, feijão, arroz, mandioca). A castanha, que sempre foi extraída, passou a ser o principal produto de exportação, junto com o óleo de copaíba.

A partir dos anos 1970, contudo, são implantadas novas atividades no estado: a pecuária, que, crescendo em ritmo acelerado, configura um “boom” no início do novo milênio, e o extrativismo madeireiro, atividade parceira da criação de gado.

Distinguem-se assim, após o declínio da borracha, atividades extrativistas tradicionais estagnadas e novas atividades, que respondem por um novo “boom”.

Atividades Extrativistas Tradicionais (borracha e castanha)

A borracha

Com as novas formas de ocupação da terra no Acre e os conflitos resultantes, seringueiros e colonos começaram a tomar consciência da necessidade de lutar por seus direitos e da importância da organização. O homem do campo e da floresta, auxiliado por diversas instituições, foram se organizando em sindicatos e reivindicando o princípio de direito à terra. No final dos anos 1980, os seringueiros reivindicavam o uso coletivo da terra, e a seguir a defesa do meio ambiente foi incorporada à sua bandeira. A partir dessa luta é que foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEX) e os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs). A maior delas, a Reserva Chico Mendes, criada em 1991, abrange a área de sete municípios, entre eles o de Rio Branco, e nela atuam três associações de moradores extrativistas que têm como atividade a produção da borracha, a coleta da castanha, o cultivo de arroz, feijão, milho, pequena pecuária e criação. Algumas outras atividades, para a diversificação da produção, foram pensadas para essas reservas, como o cultivo da pimenta-longa, do açaí e da pupunha, o aproveitamento da madeira, o mel e as ervas medicinais. As RESEX representaram, portanto, uma inovação no que diz respeito à atividade extrativista.

Num contexto de preocupação com a preservação ambiental e de questionamentos sobre as formas de gestão do espaço, políticas ditas sustentáveis foram também executadas no Acre por meio de experimentos alternativos em projetos de assentamento – os PD/As. Miranda (2001)

Mas é a força da sociedade civil que atribui feição *sui generis* a esse estado. Com o chamado “Governo da Floresta”, a partir de 1998, surgiu a preocupação de resgatar as origens acreanas na sua relação com a floresta e garantir a defesa desta. “Florestania” é a palavra inventada no Acre para representar um posicionamento e uma atuação identificados com a floresta e sua defesa, uma cidadania preocupada com a floresta.

Durante o novo modelo da economia do Acre, a extração da castanha e da borracha continuou a ser atividade importante não só para os povos da floresta como também para os pequenos agricultores de muitos projetos de assentamento. As tabelas e gráficos a seguir, que mostram a variação da produção da borracha nos municípios do Acre e em Rio Branco na passagem do milênio, revelam uma queda constante da borracha produzida, que se tornou uma atividade praticamente inexpressiva.

Tabela 1 – Produção de borracha no Acre no período 1990-1998.

BRASIL, ACRE E MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TONELADA)								
	ANO								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil	24	22	20	19	16	14	8	7	6
Acre	12	12	10	10	8	8	4	3	2
Acrelândia	-	-	-	503	488	444	24	22	24
Assis Brasil	67	68	65	58	50	39	1	1	1
Brasiléia	455	707	654	392	352	348	232	219	218
Bujari	-	-	-	134	130	133	48	46	38
Capixaba	-	-	-	353	247	219	201	180	180
Cruzeiro do Sul	2	2	1	47	26	25	13	9	9
Epitaciolândia	-	-	-	307	261	256	77	71	71
Feijó	917	844	645	931	687	629	817	524	183
Jordão	-	-	-	39	182	210	201	199	50
Mâncio Lima	248	263	204	171	97	91	0	0	-
Manoel Urbano	441	459	428	270	266	24	185	182	175
Mar. Thaumaturgo	-	-	-	729	411	385	243	179	102
Plácido de Castro	2	2	1	1	1	847	4	4	4
Porto Walter	-	-	-	496	280	262	93	67	38
Rio Branco	1	1	1	758	758	634	148	142	129
Rodrigues Alves	-	-	-	12	7	6	2	1	1
Sta Rosa do Purus	-	-	-	116	69	70	14	13	10
Senador Guiomard	1	1	1	1	1	939	96	88	70
Sena Madureira	1	1	960	864	594	540	290	250	231
Tarauacá	685	764	653	400	322	787	267	269	190
Xapuri	773	993	910	864	692	638	299	282	245
Porto Acre	-	-	-	536	509	465	499	438	361

Fonte: IBGE (1990-2007).

Tabela 2 – Produção de borracha no Acre no período 1999-2007.

BRASIL, ACRE E MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TONELADA)								
	ANO								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	6	6	4	4	4	4	5	4	4
Acre	3	3	2	2	1	2	2	1	1
Acrelândia	24	24	42	3	15	30	15	2	19
Assis Brasil	1	2	31	29	29	23	13	14	21
Brasiléia	220	235	174	113	116	208	216	206	226
Bujari	39	36	30	10	10	19	10	18	4
Capixaba	178	182	157	46	49	50	172	146	44
Cruzeiro do Sul	10	12	12	4	6	-	-	-	-
Epitaciolândia	73	93	124	57	58	23	22	12	10
Feijó	125	156	231	204	137	146	128	74	163
Jordão	38	42	38	29	22	26	41	22	12
Mâncio Lima	8	8	6	-	-	-	-	-	-
Manoel Urbano	150	182	83	71	64	44	46	26	31
Mar. Thaumaturgo	95	81	79	72	71	-	70	75	67
Plácido de Castro	6	6	55	51	72	17	130	69	6
Porto Walter	32	41	9	6	5	2	2	2	2
Rio Branco	136	137	290	255	259	381	285	255	139
Rodrigues Alves	2	2	1	-	-	-	-	-	-
Sta Rosa do Purus	10	10	3	-	4	2	2	2	1
Senador Guiomard	70	68	50	55	48	48	72	61	13
Sena Madureira	760	514	305	328	283	290	248	139	182
Tarauacá	101	311	249	107	81	93	105	77	88
Xapuri	251	302	187	144	149	295	479	189	195
Porto Acre	360	342	239	18	12	13	17	19	3

Fonte: IBGE (1990-2007).

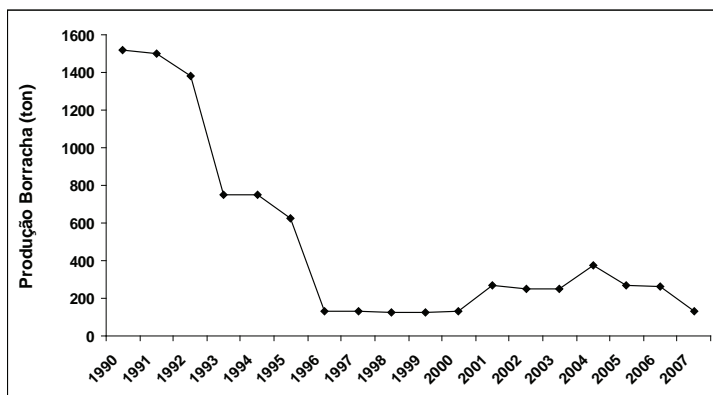


Figura 4 – Produção de borracha em Rio Branco.

Fonte: IBGE (1990-2007).

A preocupação por parte do governo para tornar as atividades extrativistas mais rentáveis para essas populações demandou medidas. No caso da borracha, trata-se de estímulo ao aprendizado para a produção de uma borracha de qualidade superior para ser utilizada na indústria de pneumáticos e na produção do látex para camisinhas. Essa produção é comercializada e distribuída pela Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre Ltda. (Cooperacre), localizada na cidade de Rio Branco.

O baixo preço da borracha, no entanto, faz com que o seringueiro não se sinta estimulado a cortar a seringa. Para a seringa falta garantia de preço mínimo e uma política nesse sentido, o que representa um desestímulo ao corte. O subsídio vem sendo mantido igual há muitos anos, e o preço da borracha tem despencado. Houve uma revitalização do extrativismo, mas não estão asseguradas as perspectivas de que possa perdurar.

As unidades produtoras de preservativos e de borracha para pneumáticos, localizadas respectivamente em Xapuri e Sena Madureira, vêm produzindo, mas no caso da segunda, muito abaixo de sua capacidade instalada.

Até o presente momento, a atividade extrativista da borracha no Acre necessita, para a sua sustentabilidade, do apoio do governo.

A castanha – atividade coadjuvante

A castanha-do-brasil, amêndoa da *Bertholletia excelsa*, que tem sua ocorrência nativa na Amazônia, começou a ser explorada de forma comercial, segundo Almeida (1963), ainda no século XVII. Sua valorização para o mercado externo e o início de sua exportação deram-se na década de 1920.

Na região amazônica, a atividade extrativista da castanha apresenta particularidades conforme a região e a comunidade produtora.

No Acre, diferentemente do Pará, a extração da castanha não foi a principal atividade econômica e nem se apresentou como um surto. Constituiu-se uma atividade constante e complementar a extração da borracha, praticada desde os primeiros tempos por uma população coletora, quase que exclusivamente de seringueiros, em sua maioria de origem nordestina.

Alto Acre, Baixo Acre (onde se situa Rio Branco) e Purus são as regiões identificadas como produtoras pela Secretaria de Estado de Extrativismo e Produção Familiar do Acre (SEPROF).

Após a crise econômica da borracha e o declínio da produção gumífera, a castanha passou a representar, para o Acre, o principal produto extrativo e exportador. As transformações ocorridas no sudeste do Pará a partir dos anos 1960, que contribuíram para a destruição dos recursos florestais, incluindo os castanhais, ao eliminar essa base de recursos, permitiram que outros estados, como o Amazonas e o Acre, adquirissem uma nova posição, se destacando como produtores. Entretanto, oscilações e queda sempre foram uma constante na produção brasileira e regional da castanha. As figuras a seguir, referentes aos períodos 1920-1950 e 1990-2007, exemplificam a situação.

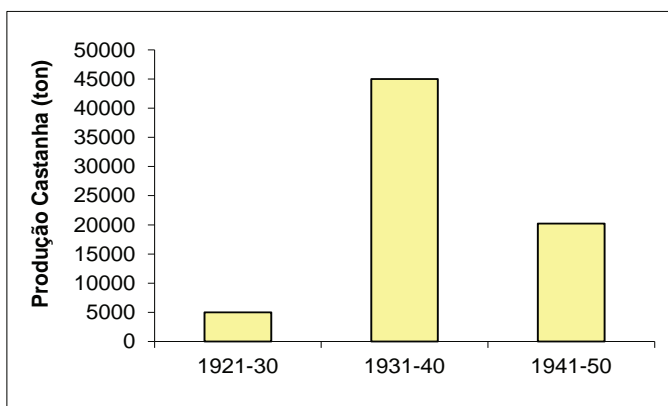


Figura 5 – Produção de castanha no Acre.
Fonte: Ministério da Agricultura (1952).

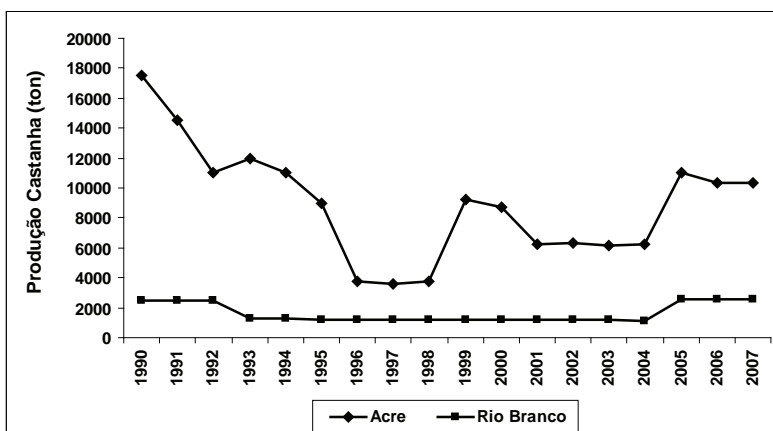


Figura 6 – Produção de castanha no Acre e em Rio Branco.
Fonte: IBGE (1990-2007).

O Acre, embora esteja contribuindo de forma expressiva para a produção e para o mercado exportador, vem sofrendo com a concorrência dos países vizinhos, principalmente a Bolívia. Esta tem investido em unidades de beneficiamento em áreas fronteiriças e, por meio de atravessadores, busca comprar a castanha *in natura* dos coletores das áreas próximas. Por outro lado, vem agregando valor ao seu produto pelo emprego de tecnologia no setor. Consequentemente, os reflexos dessa concorrência se fazem sentir nos municípios produtores do Vale do Acre, entre eles Rio Branco.

No caso da castanha, a organização de cooperativas juntamente com a implantação de usina de beneficiamento significaram mudanças e melhorias para os produtores. A primeira e mais significativa foi o aumento do preço do produto, que, beneficiado, passou a valer muito mais do que *in natura*. A melhoria também está ligada com a mudança na cadeia de comercialização, com a saída do atravessador e a relação direta com a empresa, comercialização essa feita para o mercado nacional através de Rio Branco, pela cooperativa central.

As Novas Atividades

A pecuária – um "boom" com outro significado

A estagnação da economia acreana se manteve até meados dos anos 1970. Somente com a política de integração da Amazônia ao restante do país, que previa a ocupação e o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e criava condições de investimentos do grande capital, o Acre, até então marginal, começou a ser incorporado ao processo. O Programa Poloamazônia, induzindo a ocupação de áreas não ocupadas, fez com que empresários nacionais e até mesmo estrangeiros viessem a adquirir grandes extensões de terras na região. Ocorreu, portanto, uma ruptura tanto na base econômica como na social até então vigente.

No Acre, os seringais em decadência começaram a ser adquiridos por grandes proprietários e grupos econômicos do Sul e Sudeste do país. As grandes fazendas surgiram pelos benefícios então oferecidos – financiamento bancário a baixo custo. Entre os grupos econômicos que adquiriram grandes extensões de terra para pecuária podemos citar Bradesco, Borbon, Café Caciue, Atlântica Boavista, Manasa, Viação Garcia, que vieram a passar suas terras para grandes fazendeiros, vindos principalmente de Presidente Prudente.

Dessa forma foi introduzida, no Acre, a pecuária extensiva. As áreas de seringais passaram a ser grandes extensões de pastagens plantadas. Uma nova forma de ocupação e de uso da terra foi estabelecida, principalmente no Vale do Rio Acre, no sul do estado, com destaque para o município de Rio Branco. Inicia-se assim, após o processo falimentar da atividade extrativista, o que se pode chamar de um novo surto econômico, o da pecuária, dessa vez tendo como protagonista a elite pecuarista do Centro-Sul.

Novas relações de trabalho são estabelecidas com os até então ocupantes convertidos em força de trabalho para a atividade pecuarista. Seringueiros transformam-se em peões assalariados e diaristas. Nesse novo processo, seringueiros, índios, colonos foram retirados de suas terras. Vários métodos, inclusive a violência, foram utilizados para forçar a saída dos antigos ocupantes e liberar as terras, que passam a ter novos donos. No Acre, já no final da década de 1970 e princípio da de 1980, conflitos fundiários haviam

se intensificado. A pecuária se instalava então em moldes predatórios, concentrador de terra e com custos sociais e ambientais

Paralelamente à ocupação da terra pela pecuária, por ação do governo, foram criados projetos de colonização e assentamentos, em sua maioria no Vale do Acre. Essa região, por sua maior proximidade com Rondônia e a presença da BR-364, tornou-se o eixo por onde penetrou o vetor de expansão procedente daquele estado a partir do final da década de 1970 e início da de 1980. Devido a esse movimento migratório, as ações governamentais concentraram seus esforços de implantação de projetos de colonização, de assentamento e agroextrativistas nessa região (MIRANDA, 2001).

O surto da pecuária não foi, portanto, um processo isolado. Ocorreu juntamente com outras formas de ocupação da terra, representando uma mudança significativa da economia da região e da organização espacial até então existente quando dos surtos da borracha.

A pecuária teve um “boom” na virada do milênio, atualmente ocupando, com pastagens naturais e plantadas, 1.784.474 ha. Concentra-se na região do Baixo Acre, principalmente no município de Rio Branco.

A figura abaixo mostra, numericamente, o “boom” da atividade pecuarista na área.

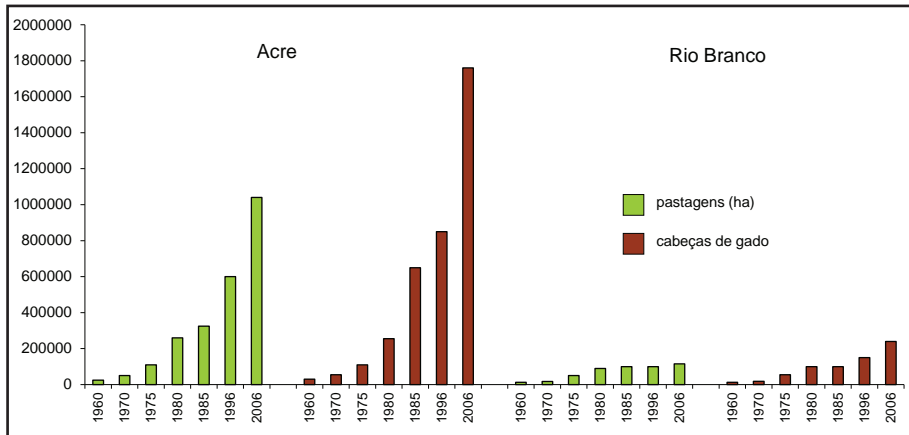


Figura 7 – Crescimento da atividade pecuária no Acre e Rio Branco.

Fonte: IBGE (1960-2006).

Com avanços, altos e baixos em alguns momentos, a pecuária se tornou a atividade econômica mais importante do estado, ocupando principalmente todo o Vale do Acre até a fronteira. O vale do Acre é a região por excelência da pecuária, e o município de Rio Branco apresenta a maior concentração de rebanho bovino. O índice da pecuária acreana é superior ao do país – produção com custo baixo e alto índice de produtividade. Para vencer a concorrência foi necessário buscar não só uma melhor qualidade como conseguir uma relação custo-benefício positiva, de forma a tornar o boi do Acre mais barato que em outras regiões.

O processo em curso da atividade pecuarista no Acre, principalmente na região de Rio Branco, representava uma contradição com o Acre como “Estado da Floresta”. Assim, uma política estadual de sustentabilidade e preservação da floresta faz, atualmente,

com que a pecuária seja limitada pelo “não desmatamento” e que seja buscado, por parte dos pecuaristas, um aumento de produtividade por meio de agregação de tecnologia na pecuária, na tentativa de minimizar o caráter predatório da atividade.

A pecuária no Acre e em Rio Branco, como atividade fundamental, tem respondido pela geração de empregos, não apenas de peões, mas empregos bem remunerados, ligados a atividades especializadas do setor. Mudou também a cultura regional (alimentação, roupa, música) e trouxe reflexos no que se refere ao crescimento das cidades, principalmente a de Rio Branco, porque, com a concentração das empresas pecuaristas no município, seringueiros e colonos, expropriados, migraram para a cidade, onde foram buscar a sobrevivência. Também é a cidade que a mão de obra especializada e qualificada para a pecuária vai procurar. Por outro lado, foi na cidade de Rio Branco e dentro de sua área de influência que os frigoríficos, tanto de capital local, como de grandes grupos nacionais, se estabeleceram.⁷

A extração madeireira

Outra atividade econômica que ganhou expressão nos anos 1980 e particularmente nos anos 1990 foi a da extração madeireira, embora não configurando um surto. A pecuária abriu o caminho para que a madeira viesse também a constituir um novo impulso na economia do Acre. O que na primeira metade do século XX consistia numa atividade sem expressão, apenas consorciada às outras atividades, a partir dos anos 1960 e seguintes começou a ganhar impulso.

No Acre, o processo de introdução da exploração madeireira seguiu os mesmos passos do restante da Amazônia. O desmatamento para a abertura de pastos para a pecuária favorece a instalação de serrarias que passam a aproveitar, explorar e a comercializar a madeira, principalmente as espécies nobres. E o lucro desse comércio financia a implantação das pastagens.

A exploração madeireira no Acre cresceu em ritmo acelerado, e, apesar da preocupação do “Governo da Floresta”, no final dos anos 1990, o desmatamento atingia 10% do estado, chegando em 2008 a 12%. A concentração do desmatamento está na região do vale do Acre, tendo como polo o município de Rio Branco. Viabilizou essa concentração não só o processo de ocupação da BR-364, mas a posição e uma melhor infraestrutura rodoviária e de comunicação dessa região.

A exploração madeireira em escala industrial está relacionada com uma ocupação mais recente. A preservação da floresta, constituindo meta do governo acreano, faz com que a exploração da madeira esteja sujeita a um maior monitoramento. As exigências da legislação ambiental têm levado a que, mais recentemente, essa exploração da madeira vá deixando de ser feita da forma tradicional e sendo substituída pelo manejo. Por outro lado, a indústria madeireira constitui objeto de políticas públicas das quais a fiscalização, o melhoramento e a certificação fazem parte. Existe uma preocupação em agregar valor no uso da matéria-prima por meio da indústria madeireira convencional.

O município de Rio Branco é o maior produtor de madeira em tora e lidera o setor de extração e transformação primária da madeira e o setor de transformação – indústria moveleira e de laminação. Nele estão concentradas as indústrias madeireiras do estado. Em 2002, segundo Rebouças (2006), das 342 empresas do Acre, 220 se encontravam em Rio Branco, incluindo marcenarias (200), serrarias (18) e laminadoras (2).

É na cidade de Rio Branco, em seu Distrito Industrial, que está localizada a maior parte dos depósitos e das indústrias de madeira do município. Sua posição dentro do estado e em relação aos outros estados da Amazônia, seu papel como capital, concentrando infraestrutura, serviços e mão de obra especializada, fazem com que a cidade drene, em seu proveito, os recursos advindos da atividade, criando condições para um crescimento não apenas econômico, mas demográfico.

O Impulso Demográfico em Rio Branco

A falta de informações estatísticas oficiais sobre a população do Acre, no período correspondente ao processo de sua formação e ocupação como unidade territorial brasileira, reduziu o estudo do crescimento da população urbana da cidade de Rio Branco a uma análise temporal limitada ao período em que as informações oficiais passam a existir, ou seja, 1940-2007. Informação anterior só existe agregada em forma de município.

Segundo registros históricos, o núcleo urbano de Rio Branco, originado em 1882, no local sede de um seringal no rio Acre e resultado das primeiras concentrações decorrentes do processo de ocupação do Acre pela extração da borracha, já era, desde o final do século XIX e primeiros anos do século XX, o lugar que abrigava o maior contingente populacional urbano do Acre. Pode-se afirmar que essa concentração urbana na cidade de Rio Branco está diretamente associada ao que se pode chamar de primeiro surto econômico da borracha, decorrente da grande valorização internacional do produto e também da posição geográfica de Rio Branco no território em relação à qualidade do produto e aos centros exportadores e financiadores da produção.

O gráfico a seguir mostra a evolução do crescimento populacional no município e na cidade de Rio Branco. Os períodos 1970-1980 e 1980-1991 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento com a população urbana dobrando de tamanho.

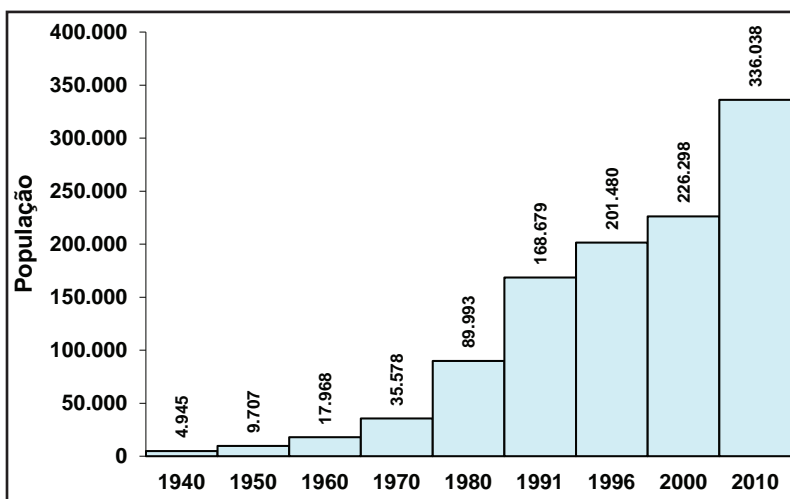


Figura 8 – Crescimento populacional da cidade de Rio Branco.

Fonte: IBGE (1920-2010).

A estagnação econômica do período 1920-1960 refletiu-se na organização urbana não só da cidade de Rio Branco como na de outras do Acre. No caso de Rio Branco, são aspectos marcantes de sua urbanização, apontados por Oliveira (1982, p.33-4) em sua análise da formação e evolução da cidade, os seguintes:

- a) Na década de 1920 e 1930, a crise da economia acreana influenciou a composição da população urbana do município de Rio Branco, decaindo o número daquela vinculada inicialmente à economia mercantil da borracha, fixando-se outra estabelecida em torno do comércio e da administração.
- b) Enquanto Rio Branco mantinha um contingente pequeno, porém mais ou menos estável, absorvido no quadro das atividades locais sobreviventes, as demais cidades acreanas se tornavam na época núcleos de reduzidíssima população. As atividades administrativas e a condição de Rio Branco como capital do território são responsáveis, em parte, pela sua maior dimensão demográfica.
- c) Em 1942-1945, a Segunda Guerra Mundial vai demandar um novo esforço da produção extrativa, resultando na reativação das atividades mercantis. Rio Branco apresenta relativa expansão urbana, uma vez que são criadas colônias nos antigos seringais em torno da cidade, fixando inclusive os chamados “soldados da borracha”, desmobilizados no pós-guerra.
- d) Em torno de 1950, as áreas agrícolas mais próximas de Rio Branco passaram a ser gradativamente incorporadas ao perímetro urbano, com o assentamento de uma população pobre, sem meios próprios de produção, que ocupava áreas tornadas urbanas, sem procedimentos legais que lhes garantissem a propriedade do solo.
- e) Até o final da década de 1960, essa população pobre estava de alguma forma inserida nas atividades urbanas, já influenciadas pelo processo gradual de abertura para o Centro-Sul, que se esboçava desde o começo daquela década.

Com a estagnação e desorganização da economia regional, decorrentes do declínio da produção do látex, houve evasão de população nas áreas produtoras e, conseqüentemente, um crescimento de população urbana, envolvida com a administração e o comércio.

Com uma nova valorização da borracha brasileira no período da Segunda Guerra Mundial, a região amazônica e principalmente o Acre importaram, mais uma vez, mão de obra nordestina. Com essa nova migração, decorrente do novo surto econômico da borracha, ocorreu um crescimento populacional do território e da região comandada por Rio Branco. Após o término da guerra, a economia gumífera voltou a entrar em retração e uma nova evasão de seringueiros se registrou, repercutindo no crescimento da cidade.

É observado que o percentual de crescimento da cidade de Rio Branco no período 1940-2000 foi superior ao do município. A cidade veio crescendo, a partir de 1940 e até 1970, numa taxa que variava de 5,95% a 7,26%, mas apresentando ainda uma urbanização incipiente. No período 1970-1980 ocorreu a “explosão urbana”. A população da cidade de Rio Branco mais que duplicou no período, porque exerceu atração para toda uma população rural, seringueiros e principalmente seringalistas, que viam em Rio Branco a alternativa para continuarem suas funções de compradores e distribuidores de bens. Movimentos sistemáticos de população dos seringais para centros urbanos, especialmente

Rio Branco, se registraram por volta de 1972. A taxa de incremento anual da cidade de Rio Branco no período 1970-1977 estava em 9,9%, refletindo o êxodo para Rio Branco.

No final dos anos 1970 surge um novo marco na economia do Acre, com transformações na esfera produtiva, que repercutiu mais uma vez no crescimento da cidade de Rio Branco. A incorporação do Acre ao processo de expansão agrícola da Amazônia, com a vinda de empresas e fazendas do Centro-Sul, introduzindo a pecuária, trouxe transformações na esfera produtiva que refletiram na cidade de Rio Branco e em seu desenvolvimento. Esse processo se caracteriza pela presença de grandes empresas e fazendeiros do Centro-Sul, adquirindo grandes extensões de terra e desalojando posseiros e seringueiros, e pela política de criação de assentamentos com a vinda de migrantes de outros estados, principalmente do Sul. Contribuiu para o crescimento de Rio Branco ao propiciar um movimento de evasão da área rural para a cidade e ao demandar novos serviços, e responde pela alta taxa de crescimento no período 1970-1980.

No período subsequente – 1980-1991 –, a taxa de crescimento caiu bastante em relação ao período anterior, mas se mantendo ainda no patamar dos períodos de 1940 a 1970. Nesse período e no posterior, merece registro a vinda e a fixação na cidade de pessoas, profissionais liberais, especialistas, de diferentes regiões do país, principalmente do Centro-Sul, para integrar os quadros da administração estadual e municipal. Uma redução brusca do crescimento da população urbana ocorreu entre 1991 e 2000, mas, em termos absolutos, o crescimento da população urbana foi maior que a do município, conforme pode ser visualizado nas figuras a seguir.

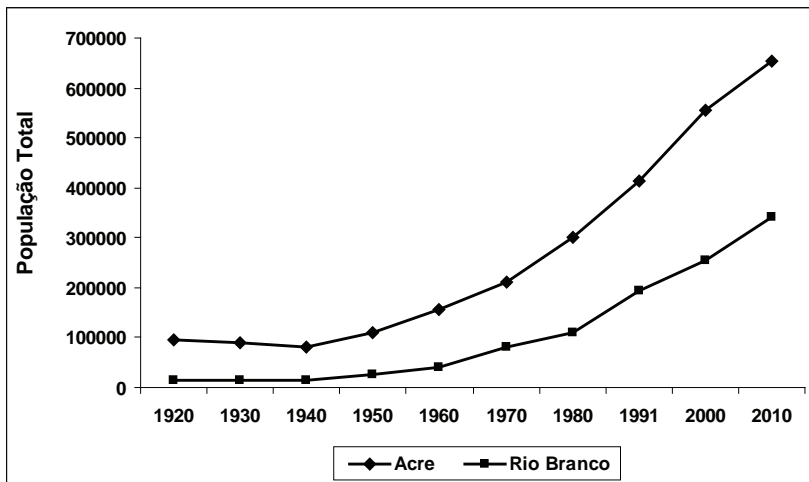


Figura 9 – População total do Acre e de Rio Branco.

Fonte: IBGE (1920-2010).

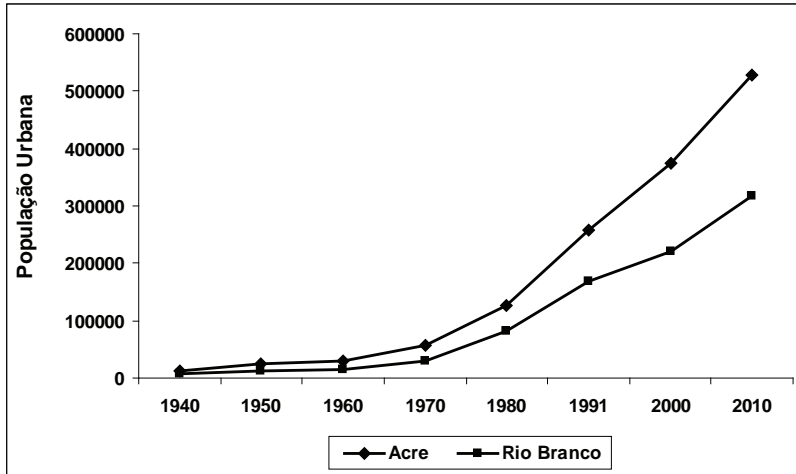


Figura 10 – População urbana do Acre e de Rio Branco.
Fonte: IBGE (1920-2010).

Deve ser levado também em consideração que a região do vale do Rio Acre e particularmente o Baixo Acre passaram por um processo de municipalização, tendo o município de Rio Branco contribuído, com sua área, para a formação de novos municípios.

Pode-se supor que a partir do grande crescimento registrado esteja havendo, presente, uma estabilização do crescimento da capital. Uma análise do que estaria ocorrendo em outras cidades do Acre, principalmente aquelas do Vale do Acre, seria importante como subsídio para a compreensão do processo. A cidade de Rio Branco concentrava, até 2000, aproximadamente 83% da população urbana do Baixo Acre e 63% da do estado.

Na última década, apesar de uma estabilização de seu crescimento demográfico, Rio Branco continuou contando com a migração de uma mão de obra qualificada. Nesse processo foi importante o papel do estado por meio da geração de empregos, serviços e obras urbanas que representaram atrativos para a vinda de população para a cidade.

Por outro lado, a vinda de um grande número de trabalhadores rurais para a cidade trouxe problemas de diferentes naturezas, refletidos na organização do espaço da cidade, que vê crescer sua periferia, desprovida de infraestrutura básica. E em sua economia urbana, uma vez que o mercado de trabalho regional não tem condições de absorver essa mão de obra que por seu lado é despreparada para as atividades urbanas. Com os recursos repassados na última década ao Acre e principalmente para Rio Branco, como capital, o Governo da Floresta, por meio de investimentos em infraestrutura, obras estruturantes, restauração urbanística e estímulos à indústria, favoreceu não só o crescimento de Rio Branco, como também mudanças na paisagem da cidade.

A cidade de Rio Branco tem suas atividades ligadas à administração, à indústria de transformação (principalmente as do setor madeireiro, como marcenarias e as de cerâmica), à oferta de bens e prestação de serviços especializados. Como capital estadual, nela se concentram não só os órgãos públicos, municipal, federal e estadual, como sedes de empresas. Pela presença das universidades públicas e privadas, é a sede do saber e da

cultura estaduais. Representa o centro de articulação do estado com o restante da região e do país. Pela sua concentração populacional, coloca-se numa situação de primazia dentro do estado.

Considerações Finais

É impossível dissociar o surgimento de Rio Branco e os surtos de seu crescimento urbano do processo de formação do Acre e da dinâmica posterior de ocupação do seu território. De início, a cidade foi fruto do extrativismo. Após a crise da borracha, assumiu crescente dinâmica e liderança no estado

Podemos identificar para o Acre, com repercussões diretas na cidade de Rio Branco, dois surtos econômicos de características distintas: a borracha e a pecuária. Concomitantemente, outras atividades extrativistas se fizeram presentes e ganharam importância: a castanha e a madeira.

O surto da borracha ocorreu quando na economia nacional a exploração da hevea e do caucho, demandada pela necessidade das inovações tecnológicas, em âmbito mundial, passou a ter força de competição não apenas no nível regional e nacional, mas também internacional. Como é característico de todo ciclo econômico, o da borracha esteve sujeito a flutuações, correspondentes aos momentos de expansão e contração.

No caso do Acre, a borracha foi o primeiro surto econômico registrado e responsável por sua territorialidade. Esse ciclo, no Acre e na Amazônia como um todo, não teve uma periodicidade longa nem estável. Traçando-se uma cronologia do momento em que a atividade irrompeu, atingiu seu auge, decaiu e recrudescer, momentaneamente, não chegaram a decorrer oitenta anos. Por essa razão, bem caracterizou um surto, e não um ciclo.

O surto da borracha no Acre, como em outras partes da Amazônia, propiciou, pela exploração do produto, principalmente em seus momentos de pico, riqueza e lucro para a região enquanto perdurou com força competitiva. O fato de a exploração da borracha não ter levado a uma diversificação econômica e nem mesmo viabilizado o aparecimento de outra atividade que a substituísse determinou uma estagnação do crescimento econômico na região.

No tocante à cidade de Rio Branco, é inegável que o surto da borracha propiciou um surto de crescimento demográfico e um crescimento do espaço construído nos períodos de sua expansão. Paradoxalmente, também em sua fase de retração e estagnação, a borracha deu contribuição positiva ao impulso demográfico da cidade, na medida em que os trabalhadores da borracha, sem perspectivas de permanecerem na atividade, migraram para a cidade.

O segundo surto ocorrido no Acre, identificado como o da pecuária, espacialmente concentrada na região de Rio Branco, é resultado de processo distinto do surto da borracha. Sua causa está vinculada a uma demanda exógena, mas inicialmente não internacional, e sim nacional, relacionada ao processo de ocupação da Amazônia. No início deste novo milênio, contudo, passou a ter grande peso a demanda internacional.

A pecuária, como surto econômico, apresentou uma trajetória que se manifestou em duas fases distintas. A primeira corresponde ao momento em que a atividade se instala, cresce, atingindo uma grande expansão. A segunda fase é a da estabilização e modernização decorrentes das barreiras ao seu avanço espacial tendo em vista a sustentabilidade da região.

Diferentemente da borracha, a pecuária, na região de Rio Branco, embora representativa de um trabalho tradicional, na medida em que vem introduzindo melhorias ao processo produtivo – maior lotação nos pastos, aumento do índice de produtividade, boa qualidade sanitária –, tem demonstrado força de competição local e regional, constituindo-se esteio da economia acreana.

O grande surto demográfico registrado na cidade de Rio Branco no período 1970-1990 correspondeu à fase de expansão da pecuária na região.

Algumas conclusões podem ser tiradas diante do exposto à guisa de resposta aos questionamentos formulados:

1. A cidade de Rio Branco teve os seus surtos de crescimento demográfico associados aos surtos econômicos da borracha e da pecuária, como atestado pelos dados apresentados.
2. O surto da borracha no Acre, em seu processo de extração e comercialização do produto, pode ser considerado representativo de “trabalho novo”, na medida em que gerou uma nova divisão social do trabalho, distinta da preexistente na região e na cidade. Todavia, essa divisão do trabalho foi pequena e limitada em seu alcance, portanto, incapaz de mudar o conteúdo e a estrutura da economia acreana e de dinamizar a cidade de Rio Branco.
3. O surto da pecuária, a despeito da característica extensiva da atividade, foi capaz de propiciar o crescimento demográfico e econômico de Rio Branco.
4. Os surtos econômicos não propiciaram a participação de todas as camadas sociais na renda gerada e nem o acesso à educação, saúde, cultura, e por isso não gerou uma divisão social do trabalho.
5. É inegável a influência das forças políticas também no crescimento econômico e demográfico da cidade de Rio Branco, principalmente em vista de seu papel como capital. As razões dos surtos demográficos urbanos em Rio Branco são simultaneamente econômicas e políticas, na medida em que, paralelamente às atividades econômicas que geraram seu crescimento urbano, suas funções políticas representaram força de atração para um grande contingente populacional.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C. P. *Castanha-do-pará* – sua exportação e importância na economia amazônica. Ministério da Agricultura, 1963.

ALMEIDA, R. O Acre na economia da Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, [s.l.], 1945.

Miranda, M.

ALVES, A. O. *Índios kaxarari no contexto das frentes de expansão*. Monografia. Bacharelado em História. 1992. UFAC.

_____. *Breve histórico de ocupação territorial do Acre*. Rio Branco: Documento pessoal, 2000.

ARAÚJO, V. F. *A crise da borracha no primeiro surto e as tentativas de evitar o colapso (1910-1920)*. Monografia. Bacharelado em História. 1999. UFAC.

ARAÚJO, W. S. *Navegando sobre as ondas do daime: História, Cosmologia e ritual da barquinha*. Campinas. Editora da Unicamp, 1999.

AQUINO, T. V.; IGLESIAS, M. P. *Kaxinawá do Rio Jordão – história, território, economia e desenvolvimento sustentado*. Rio Branco: CPI, 1994.

BARBOSA, A. R.; PAULO, E. B. Diferentes suportes da memória da expropriação dos seringueiros. In: *Seringueiro: memória, história e identidade*. Rio Branco: UFAC/DH, 1997.

BENCHIMOL, S. O cearense na Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*, [s.l.], 1945.

_____. *Amazônia: um pouco antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderado, 1977.

CALIXTO, V. O., SOUZA, J. F.; SOUZA, J. D. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 1982.

CASTELO BRANCO SOBRINHO, J. M. B. O Juruá Federal (Território Federal). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, [s.l.], 1930.

CARVALHO, C. *História social da borracha – seringueiros no Acre*. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

CARVALHO, J. A. M.; MOREIRA, M. M. *Migrações internas da Região Norte*. Belém: SUDAM/CEDEPLAR, 1976.

CASTRO, F. R. S.; SANTOS, M. E. *Acre: o asfalto chegando (1970-1990)*. Bacharelado em História. 1992. UFAC.

CHAVES, A. M. *Exploração da hevea no território federal do Acre*. Rio de Janeiro: Texto apresentado à Exposição Nacional de Borracha, 1913.

COÊLHO, E. M. *Acre: o ciclo da borracha (1903-1945)*. Dissertação. Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais UFF, 1982.

CORREIA, L. M. *A borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

COSTA, C. *A conquista do deserto ocidental (subsídios para a história do território do Acre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

COSTA SOBRINHO, P. V. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992.

FURTADO, C. *A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

GONÇALVES, C. V. P.; VESENTINI, J. W. *Amazônia, Amazonas*. [S.l.]: Editora Contexto, 2001.

GOVERNO DO ACRE. *Zoneamento econômico e ecológico do estado do Acre*. 2000. CD-ROM.

GUERRA, A. T. *Estudo geográfico do Acre*. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1955.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros – Rio Branco AC*. v.14, Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1957

_____. *Censo Agropecuário do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960-2006.

_____. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-2007.

_____. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990-2007.

HILL, J. D. *Rethinking History and Myth – Indigenous South American Perspectives on the Past*. Illinois: University of Illinois Press, 1988.

LIMA, M. F. *O Acre II: nossa terra, nossa gente e nossas coisas*. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura, [s.d.].

MACHADO, L. O. *O nascimento de uma região e a valorização da borracha (1850-1912)*. In: *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia Humana. Universidade de Barcelona. 2º volume, 3ª parte, 1989.

MAGALHÃES, J. P. *A discriminação de terras na Amazônia (O caso do Acre)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1977.

MARTINELLO, P. A "batalha da borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico. *Cadernos da UFAC* (série "C"), [s.l.], 1988.

MARTINS, E. *Nossos índios, nossos mortos*. Rio Janeiro: CODECRI, 1978.

Miranda, M.

MELO, L. R. *Acre: um espaço em transformação*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia. 1991. UFRJ.

MENDES, A. *A borracha no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão, 1943.

MENEZES, M. L. P.; FERNANDES, N. As capitais do Acre: as cidades e os poderes. *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v.9. n. 194(106), 2005.

MILIKAN, B. H. *Gestão ambiental – políticas públicas*. Rio Branco: IMAC, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Estatística da Produção. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

MIRANDA, M. Uma análise de experimentos alternativos em assentamentos do Acre. In: *Relatório Final CNPq/IRD*, Laget, Rio de Janeiro, p.31-46, 2001.

MURRIETA, J. R.; RUEDA., R. P. (orgs.). *Reservas extrativistas*. Brasília: CNPT, 1995.

NASCIMENTO, D. R. J.; PINHEIRO, M. O. A vida do seringueiro na cidade. In: *Seringueiro: memória, história e identidade*. Rio Branco: UFAC/DH, 1997.

NASCIMENTO, J. F. *A reforma agrária: INCRA – 20 anos de atuação na Amazônia Ocidental (1974-1994)*. Monografia. Bacharelado em História. 1995. UFAC.

OLIVEIRA, L. A. P. *O sertanejo, o brabo e o posseiro (a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana)*. Dissertação. Mestrado em Economia. 1982. UFMG.

PINTO, N. P. A. *Política da borracha no Brasil – a falência da borracha vegetal*. São Paulo: Hucitec, Conselho Regional de Economia, 1984.

RANCY, C. *Raízes do Acre (1870-1912)*. Porto Alegre: PUC-RS, 1981.

REBOUÇAS, F. S. *A extração e a indústria da madeira no município de Rio Branco-AC*. Dissertação. Mestrado em Geografia. 2007. UNESP, Fac. Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente.

REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Documentos da Vida Rural, 1953.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Temas amazônicos*. Manaus: UFAM, 1983.

RUIZ, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. *Reservas extrativistas*. Brasília: CNPT, 1995.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queirós, 1980.

SCHMINK, M.; CORDEIRO, M. L. *Rio Branco, a cidade da florestania*. Belém: EDFPA, 2008.

SILVA, A. V. As migrações nordestinas para a Amazônia no segundo surto da borracha (1930-1945). Monografia. Bacharelado em História. 1992. Rio Branco: Universidade Federal do Acre

SILVA, C. M. *O Palácio de Juramidam*. Santo daime: um ritual de transcendência e despoluição. Dissertação. Mestrado em Antropologia. 1983. UFPE.

SILVA, I. L.; SILVA, M. P. S. A migração rural-urbana dos seringueiros. *Seringueiro: memória, história e identidade*. Rio Branco: UFAC/DH, 1997.

SILVA, L. O. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Editora Fulgar, 1972.

SOUZA, M. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neo-colonialismo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

TOCANTINS, L. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v.I, II e III.

_____. *Estado do Acre – geografia, história e sociedade*. Rio de Janeiro: Philobibliion; Rio Branco: Assessoria de Comunicação Social do Estado do Acre, 1984.

WARREN, D. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/5/2013

¹ O Tratado de Ayacucho ampliava o território brasileiro e estabelecia como ponto inicial da fronteira a confluência dos rios Beni e Mamoré, onde se iniciava o Madeira, em direção a leste até a nascente do Javari.

² Assim considerado por ter ficado à margem das penetrações realizadas pelas expedições científicas exploratórias na Amazônia iniciadas no século XIX. A referência à expressão “terras não descobertas” é encontrada em Calixto, V. O. et al. *Acre: uma história em construção*.

³ O nome da vila e da cidade de Rio Branco é uma homenagem ao Barão de Rio Branco.

⁴ Organização político-administrativa de uma área territorial integrada à União e criada por decreto-lei.

⁵ Estabelecimento pioneiro no Pará foi o do português Elias José Nunes da Silva, visconde de Santo Elias, que aviou João Gabriel de Carvalho Mello na sua investida na região. Relação das casas aviadoras e exportadoras da primeira década do século XX: 1 – Relação das casas aviadoras de Manaus em 1906, B. Antunes e Cia.; Montenegro e Cia.; J. G. Araujo Melo e Cia.; Freitas Ferreira e Cia.; B. Levi e Cia.; J. C. Arana e Germanos; Tavares Gomes e Cia.; Gomes e Pereira; A. C. de Araujo; M. Lobo; Antonio Cruz e Cia.; S. Garcia e Cia.; Gaspar Almeida e Cia.; A. Leite e Cia.; Luis Mendonça e Cia.; João Martins e Cia.; Neves Castro e Cia.; João Alves de Freitas; Ribas e Cia.; Armindo R. da Fonseca; Carvalho e Barros; Caetano Monteiro; Fernandes e Cia.; J. C. Del Arguila; 2 – Casas aviadoras estrangeiras estabelecidas em Manaus, Dusendschon e Cia.; Witte Cia; Odelbert H. Alden; Neale e Staats; J. H. Andersen; Reeks e Astlet; B. A. Antunews e Cia.; Kalm Polack e Cia.; Denis Conan e Cia.; Marius O. Levy; Luiz Schilll e Sobrinhos; Melo e Cia e 3 – Casas exportadoras do Pará, Shrader; Grüner and Company (consórcio germânico-britânico); Adalbert H. Adden (americana); Scholz Hartge e Cia. (alemã).

⁶ Negociantes fluviais que vendiam mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os barracões.

⁷ Friboi, Santa Marina e Novo Milênio estão localizadas em Rio Branco. Os dois primeiros pertencem respectivamente a grupo de Goiás e São Paulo. Em Senador Guiomard, no Baixo Acre e na área de influência de Rio Branco encontra-se o frigorífico Frigomardi, de grupo da região.

Imperatriz: de Vila à Cidade Comercial e Ponto de Apoio no Desenvolvimento Amazônico

Imperatriz: from Town to Commercial City and Logistical Base for Amazonian Development

Cláudia Romaneli Nogueiraⁱ

Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Através da história econômica da cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão, visa-se detectar a existência de atividades relacionadas a surtos econômicos, dinâmica demográfica e criação de “trabalho novo”. Inicialmente, contextualiza-se o Estado do Maranhão no período da economia colonial, aprofundando-se as origens do povoado de Imperatriz até sua elevação à cidade, tendo-se por base as atividades que sustentaram sua vida econômica. O verdadeiro boom demográfico de Imperatriz ocorreu com a construção da rodovia Belém-Brasília, consolidando as atividades comerciais da cidade. Em seguida, Imperatriz especializou-se em serviços atuando como polo de comércio da região Tocantina.

Palavras-chaves: Amazônia, Imperatriz, surtos econômicos.

Abstract: The economic history of Imperatriz, Maranhão, is analyzed in order to detect the rise of new activities related to economic surges, changing demographics and the creation of a new division of labour. First, the origin of Imperatriz is contextualized in the colonial history of Maranhão state and then its growth into an important city is traced focusing on its changing economic base. Then, the demographic boom provoked by the construction of the Belém-Brasília highway is shown to have consolidated the commercial activities of the city. Finally, the role of Imperatriz today as a provider of advanced services and commerce for the Tocantina region is treated.

Keywords: Amazon, Imperatriz, economic surges.

Introdução

A cidade de Imperatriz não tem seu grande surto vinculado ao ciclo da borracha. Localizada no sudoeste maranhense, sua história recente não se limita à trajetória do estado a que pertence – seu maior surto de crescimento econômico associa-se à construção da rodovia Belém-Brasília em 1958, que valorizou sobremaneira sua posição estratégica. Está inserida na porção maranhense amazônica, em uma área de contato entre a floresta amazônica e o cerrado nordestino, e compõe também um importante triângulo urbano, cujos vértices incluem as cidades de Marabá (Pará) e Araguaína (Goiás). Como todas as cidades amazônicas, sua trajetória histórica inicial está ligada à posição junto aos rios.

ⁱ Professora da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. romanelibr@yahoo.com.br

As incursões fluviais rio acima, partindo tanto de Belém como de São Luís no sentido de Goiás, originaram os meios e a decisão geopolítica de fundação do núcleo em meados do século XIX. Somente a partir de então o sul maranhense se sobressai no cenário regional como a última fronteira nordestina e como área de ligação entre os estados do Pará e Goiás, graças aos diversos povoados nas margens dos rios, especialmente do rio Tocantins.

Dentre esses povoados destaca-se a Vila de Imperatriz, que, fundada à margem direita do rio Tocantins, antes de sua confluência com o rio Araguaia, passou a agregar um território de mais de 50 mil quilômetros quadrados, influenciando em uma área que hoje abrange quase vinte municípios, comumente denominada de sudoeste maranhense e região Tocantina. Entre denominações locais e regionalizações propostas, o IBGE oficialmente considera o município de Imperatriz (atual e sua antiga configuração) como mesorregião do Oeste Maranhense e microrregião de Imperatriz, e o governo do estado a identifica como Região de Planejamento do Tocantins.

Há tempos, toda a área do sul do estado – sertões, na concepção de áreas ainda não ocupadas por atividades diretas ou indiretas dos colonizadores – era cobijada pela abundância de terras para a atividade rural e pastoril. Essa área foi palco de redução contínua dos povos indígenas que viviam às margens dos rios e de intenso fluxo migratório de nordestinos, que também se utilizavam das vias de comunicação fluvial, já que as primeiras estradas só foram concebidas a partir de 1860 e em direção a Belém e São Luís (FRANKLIN, 2008). Até o início do século XX, a região sul do Maranhão, inclusive o município de Imperatriz, era considerada sertão.

Atividades econômicas relacionadas ao abastecimento de carne e couro, à economia da borracha e da castanha, do arroz e da madeira e à corrida pelo ouro, além da agricultura de subsistência, delimitaram a região de Imperatriz, ora dinamizando-a, ora deixando-a em completo isolamento, como será analisado neste trabalho.

Desde a condição de vila até sua elevação a cidade em 1924, Imperatriz passa por décadas de estagnação e curtos momentos de euforia, tendo na construção da Belém-Brasília a âncora de desenvolvimento econômico e forte crescimento demográfico. A década de 1950, até 1960, marca a etapa inicial do surto econômico e de novas atividades na cidade, que representa a ponta de lança em direção à “fronteira agropecuária”, e, mais ainda, a afirmação do rodoviarismo como opção de integração nacional e motor de desenvolvimento.

Imperatriz se consolida como cidade comercial, atuando no atacado e varejo e na oferta de serviços especializados nas áreas de educação e saúde. A partir da década de 1980, é possível afirmar que a cidade se consolida também como principal centro urbano no contexto regional, ou seja, no âmbito de sua região de influência denominada extraoficialmente de região Tocantina¹, que não tem limites muito precisos.

Nesse contexto, a cidade de Imperatriz, estando vinculada ao sudoeste do Maranhão, ao norte do Tocantins e ao sudeste do Pará, assume posição estratégica regional, especialmente no setor terciário da economia. Divide atualmente com Marabá e Araguaína a influência regional.

Através da história econômica, visa-se detectar a existência de atividades que estabeleçam surtos econômicos e sua relação ou não com o crescimento demográfico, e ainda se os surtos estão ou não associados à inserção de trabalho novo na cidade.

A primeira parte deste trabalho contextualiza o estado do Maranhão no período da economia colonial, contexto bem diverso dos atuais estados amazônicos em suas atividades econômicas e estratégias políticas até a fundação do povoado de Imperatriz. A segunda parte aprofunda-se nas origens do povoado até sua elevação a cidade e as atividades que sustentaram sua vida urbana. A etapa seguinte relata o verdadeiro boom demográfico de Imperatriz com a construção da rodovia Belém-Brasília, consolidando as atividades comerciais da cidade, e, finalmente, a última parte analisa a especialização em serviços e sua consolidação como polo de comércio da Região Tocantina.

Contexto Histórico-geográfico da Borda Amazônica Oriental: o Estado do Maranhão

As terras americanas sob domínio lusitano foram negligenciadas por décadas posteriores ao descobrimento, até que interesses de posse da terra e exploração das riquezas naturais (as drogas do sertão e a mão de obra indígena) impulsionaram a coroa a empreender a conquista.

Inúmeras estratégias de divisão político-administrativas foram empreendidas no Brasil setentrional, nos séculos XVII e XVIII, para incrementar e garantir a integridade das suas terras. O estado maranhense e suas capitanias tiveram papel importante na história e na configuração territorial do país por sua posição geográfica, no entanto, permaneceram por longo período com terras em demasia e pouco produtivas (STUART FILHO, 1959).

O Maranhão foi o limite norte do modo colonial de ocupação do Nordeste, baseado na produção de açúcar nas matas e criação de gado nos campos, e foi ponta de lança para a ocupação da Floresta Amazônica mediante a caça aos índios e a extração das drogas do sertão.

Devido à sua condição de contato entre a floresta e o cerrado, dois gêneros de vida se estabeleceram no estado, à semelhança do que ocorria na faixa costeira do Brasil – o litoral florestado, onde se concentravam a população e as atividades, e o sertão, correspondente às grandes extensões do cerrado pouco habitadas pelos colonizadores, domínio do trânsito e da criação de gado à medida que se expulsavam os índios.

O litoral

Em 1620 e 1621, no período da União Ibérica, dividiram-se as capitanias do Brasil em duas: estado do Maranhão, que abrangia a capitania do Maranhão, Pará e Ceará, com capital em São Luís, e o estado do Brasil, que abrangia as outras capitanias, com capital em Salvador. À mesma época, chegavam à capitania do estado do Maranhão 240 casais de açorianos que dariam início à indústria do açúcar, cujo primeiro engenho foi instalado no Itapecuru (cidade próxima de São Luís), e às lavouras de mandioca, algodão e tabaco, cuja produção era, no entanto, rudimentar e atendia às necessidades básicas (MEIRELES, 1960).

Após intenso processo de anexação e desmembramento político-territorial, em 1753, o estado do Maranhão passou a se chamar estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo a sua capital sido transferida da cidade de São Luís para Belém do Pará. Em seguida,

em 1772, a Coroa Portuguesa divide o estado do Grão-Pará e Maranhão em duas unidades administrativas: o estado do Grão-Pará e do Rio Negro, com sede em Belém do Pará, e o estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís. Mais tarde, em 1811, volta a ser o estado do Maranhão aproximadamente como em 1620. Essas ações estão ligadas às estratégias do governo português de assegurar o território e suas riquezas, necessitando assim de maior organização política e econômica interna.

Segundo Stuart Filho (1959 p. 313), o povoamento permaneceu "... largo tempo adstrito a pontos dispersos, formadores de verdadeiros nódulos demográficos de pouco vulto e importância, disseminados em enormes áreas territoriais desertas ou dominadas apenas por escassa população indígena, que envolveriam com grande lentidão". No início do século XVII, estimavam-se em 250 os moradores livres para a cidade de São Luís e arredores, mais importante econômica e socialmente do que a cidade de Belém, com oitenta moradores livres apenas. Sobretudo de São Luís, e também de Belém, partiam as expedições de caça ao índio e controle do território amazônico.

A proibição da fabricação de produtos e do comércio livre, a extrema pobreza interna, dados a falta de gêneros de primeira necessidade e os poucos investimentos nas atividades desenvolvidas, a dificuldade de circulação em paisagens tão hostis e sem meios eficientes de comunicação, a pouca honestidade da política local e de outras autoridades sociais são alguns dos motivos do fraquíssimo desenvolvimento econômico e demográfico de todo o estado do Maranhão durante o longo período da economia colonial.

Cumprida outra consideração, que é a natureza da força de trabalho. As atividades extrativistas e agrícolas desenvolvidas no Maranhão usavam prioritariamente o índio, considerado a única mão de obra disponível pelos colonos, e estes constantemente clamavam às autoridades a situação de penúria por motivo de falta de braços para a lavoura. Em Meireles (2008) é apontada a posição do padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, no Maranhão sobre a questão:

[...] a miséria dos povos, não era pela falta de cativos, que ultimamente haviam entrado na capitania, entre forros e escravos, cerca de 5 mil silvícolas, mas pela dificuldade de transporte, a carência de mantimentos, a deficiência de administração, de operários e artífices, e, principalmente, pela vaidade e luxo dos colonos que não mediam os gastos de suas posses, a par, tudo isso, da carestia de vida decorrente da situação que atravessava a própria metrópole, na Europa. (Carta de Padre Antônio Vieira em 12 de fevereiro de 1661)

Não diferente do restante do país, a ideia de enriquecimento rápido e fácil era amplamente difundida, e na região do Maranhão levou a campos relativamente opostos: os colonos, com uma cobiça desmedida, e os jesuítas, que acolhiam os índios contra a escravização e a dizimação. Posição muito ambígua, uma vez que os colonos, por meio de resgates, reduções, sucessivas e constantes entradas, não mediam esforços na mercadoria servil, cujos missionários participavam com direito a uma parte.

Sem dúvida, as divergências entre colonos e missionários (na questão da escravização indígena), o choque de autoridades lusitanas, a pequena entrada de imigrantes, as baixas decorrentes da insistente varíola e a matança produzida pelos nativos justificam ainda o fraco desenvolvimento da região (MEIRELES, 1960).

Os dados demográficos não são abundantes, mas para toda a capitania do Maranhão os relatos demonstram cerca de 78 mil habitantes no final do século XVIII, com 46,5% da população africana. Crescimento, sem dúvida, decorrente da entrada de escravos, já anteriormente sugerida pelas autoridades para suprir a carência de mão de obra. E já como província, no início do XIX, a população é estimada em 152 mil habitantes (Tabela 1), sendo a de São Luís de 19.611 habitantes, distribuídos em 2.714 casas (idem, 2008).

Tabela 1 – População – Capitania do Maranhão

Ano	População
1798	78.860
1802	100.000
1822	152.893

Fonte: Meireles, 2008.

No que diz respeito aos aspectos econômicos, a famosa Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, constituída em São Luís em 1752, teve importante papel, pois objetivava explorar o comércio da importação de escravos negros, introduzindo-os nas capitanias, e animar-lhes o comércio fomentando a agricultura. Dinamizou-se a economia no governo do Marquês de Pombal, associada também à sua política no plano interno. Em meados do século XVIII, das 8 freguesias existentes, 5 engenhos de açúcar e 203 fazendas de criação de gado, as freguesias de Pastos Bons e Aldeias Altas concentravam cerca de 40% das fazendas de gado da capitania do Maranhão (ABREU, apud MEIRELES, 2008).

As principais atividades no Maranhão estavam ligadas à produção de algodão, arroz, tabaco e açúcar, além de produtos secundários, como a mandioca, para a fabricação de aguardente e para a farinha, o cravo, a salsaparrilha, o âmbar, o cacau, a canela, o anil, o urucu, ibirapitinga, sal e a criação de gado. Apenas o cacau e a baunilha (mais tarde o cravo) se haviam salientado como produtos exóticos exportáveis, o que exigia apenas um único navio por ano, com todos os produtos exportáveis, zarpando de São Luís para a metrópole portuguesa.

O volume de exportação cresceu e se diversificou. De 1760 a 1771, Meireles (2008) aponta 71 navios, conduzindo 112.339 arrobas de algodão, 4.437 de arroz, 21.084 de gengibre, 398 de cacau, 249.780 de atnados (couros curtidos), 255 alqueires de tapioca, além de outros produtos, como copaíba, cravo, anil, café, seda em rama, âmbar, tartaruga etc. Verifica-se, assim, o quanto foi intensa a ação da Companhia até ser extinta em 1778.

A base da atividade algodoeira e rizícola respondiam a uma demanda externa mais intensa, mais contínua e mais longa do que os estímulos de atividade agrícola na região amazônica. Segundo Santos (1980), a província do Maranhão se beneficiou do processo de revolução industrial inglesa e da crise dos fornecimentos americanos à Europa, ocasionada pela Guerra da Independência dos Estados Unidos.

A exportação de couro estava ligada à criação de gado, que se expandia por todo o sertão decorrente das frentes exploratórias em áreas com ampla oferta de terras. Eram mais de quatrocentas fazendas de gado vacum e cavalar em todo o estado, distribuídas por diversas freguesias, como Pastos Bons, localizadas ao sul do estado. Pelos sertões também passavam pequena parte da produção de algodão (pano grosso de algodão) para Minas Gerais e Goiás, sempre de forma muito precária devido à difícil comunicação com o restante do Brasil.

O panorama socioeconômico do Maranhão no final do período colonial era extremamente favorável, especialmente pela ação da Companhia de Comércio, que implementou com relativo sucesso as lavouras do algodão e arroz, fomentou a importação de grande contingente de mão de obra africana e fez o Maranhão conhecer uma excepcional prosperidade. Há, assim, condições de entender as origens do povoado de Imperatriz como um ponto estratégico nos caminhos trilhados no sertão.

As frentes exploratórias no sertão – importância do rio Tocantins

O Maranhão foi povoado e explorado desde o século XVI nos moldes coloniais, onde os esforços econômicos e de povoamento se concentravam no litoral para cumprir o papel de colônia junto às metrópoles europeias. A capitania maranhense, no início do século XVII, foi alvo de disputas estrangeiras, francesa, holandesa e espanhola, até que prevaleceu o domínio português e o contínuo descaso com as regiões não litorâneas, chamadas genericamente de “sertão”.

Segundo Monteiro (2001), o contexto colonial introduziu a oposição entre povoado e não povoado, ou seja, entre litoral e sertão, como uma referência espacial e também de ordem social, entre universos distintos. A analogia também cabe ao binômio tupi-tapuias, que designava uma classificação simplista da diversidade dos grupos indígenas no país. Os tapuias designavam o grupo não tupi e eram encontrados facilmente no sertão do Maranhão, a exemplo dos timbiras.

Os sertões maranhenses, ao longo dos séculos XVI e XVII, sofreram forte pressão decorrente do desbravamento, promovido pela Coroa Portuguesa, e do pulsar das frentes de povoamento, ambos objetivando assegurar definitivamente a posse do território e, ainda, alargar áreas produtivas, abrir vias de comunicação para fins mercantis, aldear e pacificar os índios, garantir navegação segura nos rios e explorar riquezas desconhecidas, entre outros. Porém, as agruras físicas impostas pela paisagem e pelo contato com os indígenas frearam, por longo período, as investidas nessa região.

Socorro Cabral (1992) faz distinção entre as frentes de colonização do sul maranhense: a litorânea, que seguiu padrão de devassamento territorial se utilizando dos rios mais navegáveis (Itapecuru, Mearim, Pindaré e Grajáú), sob promoção do Estado, que chegou apenas a Caxias, e a do interior, frente de expansão vinda de estados nordestinos como Pernambuco e Bahia, que ficou também conhecida como frente pastoril baiana, e chegou até os sertões de Pastos Bons, designação dada a um território pioneiro para novas investidas na área do chamado Sertão Maranhense.

Nesse processo, típico da conquista territorial brasileira, os indígenas ou os tapuias foram violentamente perseguidos e afugentados, dizimados no Nordeste e afugentados em direção ao Maranhão, desde as entradas e bandeiras praticadas pela Casa da Torre

dos Garcia d'Avila.² A área do sertão de Pastos Bons vivenciou o avanço da frente colonizadora pastoril baiana, mesmo que ainda freada pela ação dos guerreiros povos timbiras. Daí provém chamar-se de baianos no interior do Maranhão aos sertanejos ou habitantes do campo.

Outras frentes exploratórias moldariam os sertões. Segundo Franklin (2005), a frente de ocupação goiana, com interesses mercantis junto ao Pará, e, ainda, a frente colonizadora paraense, que desde o século XVII vinha desbravando o rio Tocantins em direção à sua nascente, com propósito de estabelecer ligação comercial com Goiás.

A atuação das frentes, como não poderia deixar de ser, se fez por terra e pela abundante rede hidrográfica da região, sobretudo o rio Tocantins, o rio Manoel Alves Grande e o rio Araguaia, hoje limites oficiais da parte sul do estado do Maranhão.

O Tocantins é marco da fundação de Imperatriz e, durante toda a história de interiorização da região, foi alvo de várias incursões, não só para estudar sua navegabilidade, mas, sobretudo, para estabelecer missões religiosas para aldear os indígenas, estabelecer áreas de pousio para exploração de drogas e minérios, estabelecer fortificações e até prisões militares, enfim, para ocupar, garantir e alargar a posse do território.

Importante caminho de desbravamento para alcançar terras do Cerrado e da pré-Amazônia, só foi conhecido no final do século XVI e início do XVII. Creditam-se, com amplo registro, ao francês La Blanjartier, aos bandeirantes paulistas, a Daniel de La Touche (fundador de São Luís) e ao padre jesuíta Antônio Vieira as primeiras incursões no Tocantins em direção à nascente, as quais foram lenta e gradativamente vencendo os obstáculos à navegabilidade, como as corredeiras e cachoeiras de Tauri e Itaboca (hoje represa de Tucuruí), e estabelecendo povoados (FRANKLIN, 2005).

A descoberta do ouro em Goiás e Mato Grosso estimulou a base de novos caminhos da Amazônia rumo àquelas paragens. Em torno de 1730, a navegação pelo rio Tocantins foi proibida por ordem régia, com o objetivo de impedir o contrabando do produto das recém-descobertas minas de ouro de Goiás pelos rios e estradas desertas dos sertões. Por mais de sessenta anos, essa medida, na teoria, impediu inúmeras missões exploratórias.

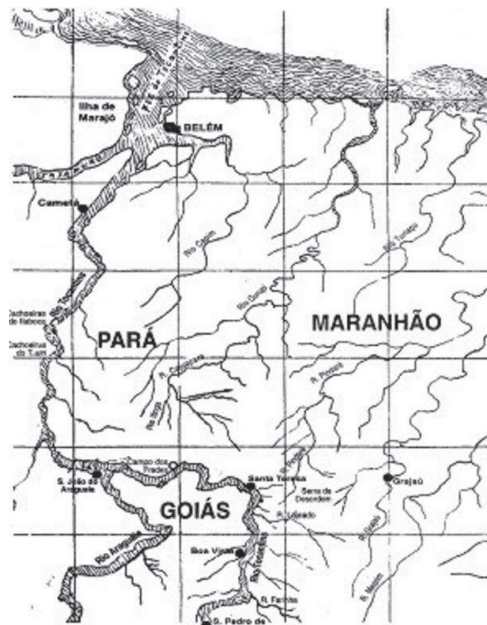
Contudo, cartas e documentos históricos registram os rumores do aclamado rio e designam ordens de levantamento de seu potencial, como apresentado no trecho a seguir:

Seguirá o rio dos Tocantins até entrar no grande de Araguaia, que navegará, examinando sempre com o maior cuidado aquellas notícias, que ha tantos annos nos prometem e assegurarão tão precizos haveres; e no cazo que tenha a fortuna de encontra-los, despedirá uma canoa das da sua conserva à toda a diligencia, informando-me cabalmente de tudo, com todas as circunstancias necessarias...[...] Continuando a sua navegação, informando-se cuidadosa e advetidamente dos tapuias do rio, de que nas margens d'elle ha alguma povoação de gente branca, fará todas as diligencias por examina-la; e achando ultimamente que é de naturaes (que serão sem duvida das minas de São-Paulo, ou da colonia do Sacramento novamente incorporada no nosso dominio) procurará logo avistar-se com o governador a quem dará individuaes noticias da sua viagem. (SANCHES, 2003. Regimento pelo qual o Governador Bernardo Berredo (do Maranhão) mandou descobrir o Rio Tocantins em 1719)

Em Carta Régia de 1798 foi determinado ao então governo do estado que promovesse os meios de navegação do Tocantins e do Araguaia para se alcançarem interesses comerciais entre as províncias do Pará, Goiás e Maranhão. Concediam-se, ainda, benefícios para os que se instalassem às margens dos rios, como declarado em outra Carta Régia, de 1806, onde se asseguravam “inteira isenção de dízimos por dez anos a quem for e estabelecer-se ao longo das margens dos mencionados rios, e ainda três léguas na distância dela” (SANCHES, op. cit., p.153).

O Maranhão cumpriu parcamente as determinações de colonizar as margens do rio Tocantins. Desbravadores tomaram conhecimento de sua localização em 1809, motivados pela procura de terras com melhores pastos, e, embrenhando-se pelo sertão, percorreram o rio Manoel Alves Grande e, finalmente, o Tocantins. Em 1810 formou-se o arraial de São Pedro de Alcântara, que viria a ser a atual Carolina, cidade sul-maranhense que por mais de um século seria mais importante do que Imperatriz.

Mais adiantados no processo de desbravamento do território, os estados vizinhos, Pará e Goiás, investiam nas incursões fluviais, não sem conflitos entre si: uma das incursões paraenses, em 1849-51, destinava-se ao estabelecimento de limites entre as províncias do Pará e Maranhão, a partir da fundação de uma colônia acima da confluência com o Araguaia, onde devesse limitar com o Maranhão. O litígio acerca dos limites das províncias gerou a missão com o religioso baiano frei Manoel Procópio do Coração de Maria, responsável pela fundação de Santa Teresa do Tocantins (destacada na figura 1).



TRIPLICE FRONTEIRA (MA/PA/GO)
Produzido a partir de recorte do "Macisso Orográfico Brasileiro", carta
desenhada por Cândido de Souza Bispo sob a direção de Carlota Carvalho

Figura 1 – Tríplice fronteira – estados do Maranhão, Goiás e Pará.

Fonte: Franklin (2005).

Surtos de Imperatriz como Centro Comercial Extrativista – de Vila à Cidade

As bases para a fundação de Imperatriz deram-se somente em 1849-50, quando se estabeleceu, por designação da província do Pará, a povoação de Santa Teresa do Tocantins (homenagem a Santa Teresa D'Ávila) como uma colônia e um presídio militar. Esta objetivava dar apoio à navegação fluvial e facilitar as comunicações comerciais com a província de Goiás. A povoação não tardou a extinguir-se, pois seus poucos habitantes foram logo assolados por graves enfermidades.

Em 1854-55, dada a imprecisão dos limites entre Maranhão e Pará, foi evidenciado que a povoação de Santa Teresa do Tocantins, fundada por Frei Manoel, pertencia ao Maranhão, cujo governo à época pensava também em providenciar uma vila nas imediações da fronteira com o Pará. Em agosto de 1856, por meio de uma lei provincial, era constituída a “Vila Nova da Imperatriz”, pelo governo maranhense, em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, mulher do Imperador Dom Pedro II, a quem os moradores rogavam suas demandas.

Devido a um desacerto político-administrativo, a Nova Vila da Imperatriz não era a da localização de Santa Teresa do Tocantins; parecia designar a povoação de Porto Franco, um incipiente povoado maranhense fronteiriço a Boa Vista. Em meio a contestações e acirrada batalha entre as duas povoações, em dezembro de 1862, a sede do município de Porto Franco é estabelecida no povoado de Santa Teresa da Imperatriz e, por lei provincial, a Vila Nova da Imperatriz passa a se chamar somente Imperatriz.

Quanto ao surgimento de Imperatriz, alguns autores divergem dos fatos descritos e restringem-se a dizer que a vila foi fundada pela lei provincial de 1856, “à margem direita do Tocantins, em terreno que o governo [maranhense] julgasse mais conveniente para sua sede”(MARQUES, apud COUTINHO, 1994, p. 68).

Nas décadas seguintes, e até o fim do século XIX, a vila de Imperatriz, ou só Imperatriz, firma-se como território divisor entre Maranhão, Pará e Goiás, polo de criação de gado e porto fluvial para navegantes do rio Tocantins (FRANKLIN, 2005) e distribuidor de produtos e derivados de gado vindos de Belém. No entanto, Carolina, já como cidade em 1859, demonstrava mais vigor em sua ligação com centros comerciais do Pará e Goiás. A Vila de Imperatriz, quanto ao seu aspecto, não passava de uma rua com casas em parte cobertas de telhas, e em outras tantas de palha, edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça ou largo, num quadrilátero em que foi construída a igreja-matriz (IBGE, 1957). De acordo com o historiador Mílson Coutinho, na época de sua formação poderiam se contabilizar “546 almas na Vila e em todo o município somaria de 18 a 29 mil habitantes [...] quarenta anos decorridos e a Vila ainda guardava o aspecto sombrio dos povoados interioranos, sem o menor sinal de progresso, educação, comunicações, etc.” (COUTINHO, 1994, p.73).

O primeiro censo oficial do Brasil em 1872 designa ao município de Imperatriz, 9.732 habitantes. A imprecisão nos dados apresentados, fato comum à época, revela-se nas décadas seguintes, quando se registram 4.126 habitantes e 7.879 habitantes para os Censos de 1890 e 1900, respectivamente, números muito menores do que os apresentados por Coutinho para todo o município.

Ainda segundo Coutinho (1994, p.70-71), no período de 1856 e 1896 a Vila de Imperatriz “não apresentou, praticamente, qualquer surto de desenvolvimento digno desse nome”.

Contudo, a ampla disponibilidade de terras devolutas – num município com uma área de 50 mil quilômetros quadrados – atraiu mais camponeses e criadores de gado para os recursos abundantes das “matas gerais”, já existindo muitas fazendas e inúmeras cabeças de gado.

A fraca ou frouxa ocupação do sertão se apresentou, após reconhecimento pelas “bandeiras”, baseada em duas atividades: a pecuária extensiva, dependente da demanda da marcha litorânea, e a agricultura de subsistência sobre queimada, completada pelo extrativismo (BITOUN, 1980). Os ciclos da castanha e da borracha também estão na lista das atividades econômicas que refletiram na vila de Imperatriz.

A fundação da vila – posição estratégica no ciclo do gado

A região de Goiás, cessada a corrida às minas de ouro responsável pela ocupação no Alto Tocantins, passara a repulsar a população, dado o declínio de sua atividade econômica. A região do Tocantins é afetada com esse movimento e nela passa a predominar a economia extrativista e pastoril. Há um crescimento do número de fazendas, atraindo criadores para o sertão dos Pastos Bons. O comércio do sul maranhense era feito por meio dos núcleos, como Riachão, Grajaú, Carolina e Pastos Bons, Porto Imperial, em Goiás, e São João do Araguaia, sob o controle do Pará.

A abundância de terras devolutas na região e a própria natureza da atividade pastoril que demandava vastas áreas, sob o estímulo do abastecimento das demandas do litoral, como Belém incentivou a ocupação de terras. Some-se a essas atrações o interesse em minar a resistência dos índios timbiras. Motivado por essas razões, o Pará passou a financiar rotas de comercialização – com a abertura de estradas – até o sul do Maranhão.

A abertura de estradas era essencial para complementar a navegação fluvial. Em toda essa região, os colonizadores dedicavam-se fundamentalmente à criação de gado, com mais valor para o couro do que para a carne. O couro era matéria-prima dos diversos produtos da vida sertaneja, e a carne era comercializada no Piauí e em Belém, em forma de charque, dada a falta de estradas adequadas à condução do gado e ao seu consumo como carne verde (FRANKLIN, 2008).

No início da segunda metade do século XIX, essa atividade recebeu maior incentivo por uma crise de abastecimento que se abateu sobre Belém, a qual levou o governador do Pará a propor aos criadores do sul do Maranhão medidas como a garantia de seu mercado e a abertura de estrada a partir da povoação de Santa Teresa. Apesar de tais incentivos, o transporte ainda era fator limitante.

Por outro lado, o governo do Maranhão, interessado em importar o gado para sua capital, projetou uma estrada em 1864, que é construída dois anos depois. O trajeto era em parte feito pela estrada e em parte por vapores da Companhia Fluvial pelo rio Tocantins. Essa construção resolveria dois problemas: a “definitiva” ligação do litoral com a região do Tocantins e o complicado abastecimento de São Luís, uma vez que regiões vizinhas não davam conta da demanda (ibidem).

Apesar da intenção, a estrada não favoreceu o desenvolvimento da região do Tocantins. Fatores como a falta de conservação, a força das matas e os perigos representados pelos indígenas que habitavam esse território contribuíram para o seu abandono e fizeram com que a região retornasse à condição de antes, fraca e esparsamente ocupada e com alto grau de isolamento.

Quanto aos aspectos sociais do ciclo do gado, a atividade não dependia de mão de obra escrava, e os trabalhadores e agregados com a lida do gado (criadores e vaqueiros) tinham possibilidade de ascensão a fazendeiros. A atividade paralela à lida com o gado era a agricultura praticada apenas para subsistência (arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar e mandioca), dada a própria dificuldade de exportar excedentes. A comercialização ficava por conta dos “couros secos, gados vacuum e cavalar, óleo de copaíba de que muito e muito abundam as ubérrimas matas que circundam esta pitoresca vila [...] As matas, ricas de madeira para todo e qualquer uso, subministram saborosos frutos”(MARQUES, 1970, apud FRANKLIN, 2008, p.38).

Até a última década do século XIX, a economia da Vila estava baseada na criação de gado. Havia uma situação de forte potencial de desenvolvimento, dada a sempre propagada localização da Vila de Imperatriz, a existência de grandes fazendas de criação de boi – na Vila podia-se contabilizar 40 mil cabeças de gado – (COUTINHO, 1994) e forte demanda dos mercados consumidores (Belém e São Luís). No entanto, a reconhecida dificuldade de transporte (tempo longo e inadequação do meio físico) e a reduzida oferta de áreas de pousio para o gado que viajava a pé até as capitais (com o consequente emagrecimento e perda de reses) resultavam na limitação desse potencial e numa existência bem acanhada e até inteiramente esquecida.

Os surtos do caucho e da castanha – Imperatriz elevada à cidade

Somente em fins do século XIX amplia-se a base econômica local: valoriza-se a floresta e a extração vegetal, atividade chave na Amazônia e que remonta aos tempos coloniais e volta e meia retorna à cena. Ao lado da borracha, o mais eminente dos produtos extrativos foi a castanha. Imperatriz se consolidou como porto e centro comercial e fiscal da súbita expansão extrativista.

O ciclo da borracha tinha como fonte inúmeras espécies de árvores que produziam o látex.³ O boom econômico da borracha, com fortíssimo uso industrial do látex da seringueira, influenciou toda a região, inclusive a região do Tocantins, onde também se descobriu e explorou o látex do caucho, de qualidade inferior. A borracha transformou-se no segundo maior produto de exportação do Brasil (depois do café), calculando-se para a Amazônia um crescimento da população de 250 mil a 500 mil habitantes no período entre 1872 e 1900 (auge da produção).

A Amazônia recebeu mais de 260 mil imigrantes, especialmente nordestinos que, fugidos dos problemas estruturais do Nordeste e em direção à Amazônia, passaram pelos sertões maranhenses. A Vila de Imperatriz conheceu uma mudança relativa de rumo, como “boca de sertão”, quando a descoberta do caucho valorizou a floresta e promoveu a integração do médio Tocantins no rol dos produtores do rico ciclo da borracha.

No início do século XX a Vila viveu um período de auge comercial pela elevada movimentação de seu porto e a arrecadação de impostos. Tornou-se polo receptor de ondas de imigrantes nordestinos (Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco) e do próprio estado do Maranhão, todos em busca do “Eldorado do Itacaiúna”, localidade que mais tarde viria a ser Marabá, onde foi encontrado o caucho.

A Vila funcionou como abastecedora de alimentos para Itacaiúna e posteriormente como seu principal porto, levando diariamente a riqueza dos caucheiros (trabalhadores extrativistas do látex do caucho) em direção a Belém.

Também nessa localidade se processava a extração da castanha, nesse momento em segundo plano. A exploração da castanha em bases comerciais teria começado em 1800, quando era procurada como gulodice, e como os primeiros embarques para o exterior se fizeram pelo Maranhão, ela foi conhecida de início como “castanha-do-maranhão”, e só mais tarde se generalizou como castanha-do-pará (SANTOS, 1980).

Na obra *História econômica da Amazônia* (ibidem), a castanha, antiga conhecida dos maranhenses, era explorada de forma limitada para fins de comercialização interna – alimentação de animais domésticos. “A consolidação de uma frente castanheira a montante do rio Tocantins, na qual Marabá se realçaria como a mais importante unidade produtora da Amazônia, não ocorreu senão após a grande queda da borracha”(SANTOS, 1980, p.183).

Os ciclos econômicos derivados de produtos extrativistas demandaram muita mão de obra, e a Vila exerceu papel de catalisadora e distribuidora desse componente da produção. Muitos imperatrizenses eram donos de castanhais na região e exploravam impetuosamente a força de trabalho masculina à época. A colheita das castanhas requeria certa bravura dos trabalhadores ao se embrenharem em matas fechadas e em clima bem insalubre, com risco de malária e, ainda, de ataques indígenas.

As tentativas de ligação de Belém ao médio e baixo Tocantins eram antigas, e novamente, antes dos maranhenses, os paraenses investiram no difícil plano de construção da ferrovia Tocantins-Araguaia, com o objetivo de superar as corredeiras e cachoeiras daquela parte do Tocantins. Iniciada para dar conta do secular isolamento, e mais especificamente da produção do caucho explorado na região, a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brasil, em 1908, inaugura apenas 43 quilômetros de ferrovia ao longo do Tocantins, e com muita dificuldade, em 1916, consegue atingir o quilômetro 82. A Companhia sofre com problemas financeiros; passa a se chamar Companhia Estrada de Ferro do Tocantins, e logo depois é desativada. Como resultado, o projeto comandado posteriormente pelo governo federal se arrasta sem êxito, até a completa retirada dos trilhos em 1966 (FRANKLIN, 2008).

Em menos de vinte anos, a euforia do ciclo do caucho desapareceu. Na primeira década do século XX já era sentida a violenta queda da produção da borracha em toda a Amazônia, pela concorrência da produção asiática. A colheita e a comercialização da castanha começaram a perder importância na década de 1930, e logo depois deixaram de ser rentáveis. O impacto na Vila foi bastante sentido, deixando-a apática e sem vestígios dos equipamentos urbanos de tal período de “crescimento” econômico.

O período de declínio do ciclo da castanha e do caucho refletiu-se num aumento da produção de produtos agrícolas (arroz, milho, algodão), com uma maior dedicação às atividades agrícolas. No entanto, em recenseamento realizado em 1923, registrado em livro paroquial, “foi escrupulosamente contado o pessoal desta Vila e verificou-se ser composta de 823 pessoas” (LIVRO DA PARÓQUIA DE IMPERATRIZ, apud FRANKLIN, 2005, p.73).

Graças ao fraco surto extrativista, ainda assim, em 1924 a Vila é elevada à condição de cidade. Em meio às mudanças promovidas pelas atividades extrativistas, vai lentamente se modificando, apesar de ainda se encontrar numa situação de isolamento, sofrendo com a ausência de vias de comunicação dentro do próprio estado e com outras regiões.

O problema de falta de comunicação afeta toda a região. A vizinha Carolina não difere da situação de isolamento, mas a construção de algumas estradas ainda no Império, a fim de facilitar o escoamento de gado sertanejo para o litoral, confere-lhe uma posição mais privilegiada do que a de Imperatriz. O maior número de estabelecimentos comerciais e pessoal ocupado no comércio na década de 1940 e o fornecimento de energia elétrica puderam, à época, afirmar a superioridade não só de Carolina, mas de outras cidades do sertão sobre Imperatriz (Tabela 2). Ainda, Carolina é palco de acontecimentos políticos de âmbito nacional, como a visita da Coluna Prestes em 1925, dando-lhe prestígio cultural, além de concentrar todo o movimento de transporte com demanda crescente de passageiros e de carga do médio Tocantins e sul do Maranhão (transporte aéreo com seis empresas em funcionamento).

Tabela 2 – Pessoal ocupado no comércio em municípios selecionados do sul maranhense, 1940.

Município	Estabelecimentos recenseados	Pessoal ocupado total	Viajantes, agentes compradores, etc
Carolina	47	107	23
Grajaú	27	62	11
Pastos Bons	19	57	12
Imperatriz	18	40	5

Fonte: IBGE (1940)

Na verdade, a melhor situação de Carolina deve-se à sua maior articulação com São Luís num momento em que eram mais importantes as relações com o litoral. Logo essa situação se modificaria, sob influência das transformações em curso no Brasil.

Um breve surto de extrativismo mineral

Se até então a Vila de Imperatriz era comandada por suas articulações, sobretudo com Belém, e também com São Luís, a partir de meados do século XX as influências sobre a cidade e sua área de entorno passam a vir do sul, ou melhor, das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde convergiram as grandes transformações que marcaram o Brasil a partir de então.

Liberados os escravos e proclamada a República, gerada riqueza com o café, sucedem-se significativas mudanças no país. Sob tensões e conflitos, tenta-se fortalecer o Estado, iniciando um processo de industrialização e consolidando o controle do território.

Em finais da década de 1930, um clima de instabilidade relacionada à revolução de 1930 até a consolidação do Estado Novo e um discurso político de conquista do oeste apoiada na ideologia nacionalista sem uma prática orientadora desse movimento estimularam a migração, especialmente para a região Tocantina.

Ademais, entre a década de 1930 e 1940, a “febre” de garimpos de quartzo ou cristalderocha e de diamantes, ou ondas de migrantes novamente à busca de enriquecimento rápido ao longo dos rios da região Tocantina, reativaram muitas áreas de mineração.

A demanda do quartzo está ligada à indústria bélica e à necessidade desse mineral na fabricação de componentes eletrônicos, e esse material teve seu preço elevado no mercado externo, dado o período de guerra mundial.

Especificamente no município de Imperatriz localizou-se o garimpo do Clementino (de menor porte, mas com descoberta de diamante), e por toda a região e seus inúmeros garimpos (especialmente em Marabá) havia a necessidade de abastecimento de gêneros alimentícios, o que agitou o porto da cidade de Imperatriz, sem, no entanto, fixar população na cidade.

As estatísticas acusam para o município de Imperatriz uma população total de 9.331 habitantes em 1920, dos quais em torno de mil vivendo na cidade (vide tabela 3 da população urbana para o período de 1920 a 1970). De fato, a atividade econômica do município ainda era a mesma dos tempos da fundação, ou seja, agricultura e pecuária (COUTINHO, 1980).

A partir da década de 1940, a região Tocantina, pela reserva de riqueza natural e florestal, torna-se receptáculo de migração de camponeses sem terra do Nordeste. As causas já são conhecidas: a concentração de terras, o minifúndio se mostra incapaz de sustentar por longo tempo as famílias numerosas e a seca que assola o Nordeste de tempos em tempos (aproximadamente de trinta em trinta anos). Segundo Bitoun (1980), trata-se de um movimento espontâneo de agricultores de região semiárida para as terras livres e úmidas mais próximas, reforçado pelo refluxo daqueles que haviam partido para a Amazônia e tiveram seu destino ligado ao da borracha. Mais uma vez, a posição estratégica no contato com a floresta atrai populações.

Os migrantes que começam a chegar no final dos anos 1940 buscam atividade de agricultura típica de subsistência, uma vez que o sentimento de chegada à “terra prometida” é relativamente sentida pela presença de chuvas regulares e pela abundância de terras sem dono. A cidade é apenas um ponto de apoio à conquista do espaço florestal, segundo Bitoun (1980). O que justificaria em parte o descaso com o núcleo urbano que permanece com população em torno de mil habitantes por mais de trinta anos, até os anos 1950.

Tabela 3 – População urbana da cidade de Imperatriz.

1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
823	1.178	1.152	8.986	37.698	111.619	210.051	218.673	234.547

Fonte: IBGE (1920 – 2010).

Contudo, a tentativa de alcançar o sonho de se libertar da opressão dos latifúndios é frustrada mais uma vez, pois o boi e o capim expulsam novamente os “agricultores e o arroz”, fato que se encontra na memória dos pioneiros da região de Imperatriz, quando foi rompido seu isolamento pela construção da rodovia Belém-Brasília e se dá início a um verdadeiro “ataque à terra” (BITOUN, 1980).

Os projetos políticos governamentais para a região seguindo visões integracionistas e desenvolvimentistas pautaram-se na construção de eixos rodoviários e com fluxos financeiros externos à região. Fato é que a rodovia cortou o sertão brasileiro, interligando os

centros econômicos do sul à parte central e estagnada do país, promovendo especificamente a região Tocantina como o portal da Amazônia, acelerando o fluxo de migrantes pobres do Nordeste, incentivando projetos pecuaristas e trazendo capital especulativo do Sul com patrocínio do estado.

A Rodovia e o Surto Demográfico e Econômico de Imperatriz

O processo de industrialização, a introdução da indústria automobilística associada ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek com o famoso *slogan* de “50 anos de desenvolvimento em 5 anos de realizações”, priorizando energia, transporte e indústria de base, e o projeto de transferência da capital política do país para o Planalto Central pintam o cenário no qual desponta a construção da “rodovia de integração nacional”, a Belém-Brasília.

A década de 1950 foi sem dúvida um marco para o Brasil e para as cidades amazônicas, entre elas Imperatriz. Além do marco da construção da rodovia já citada, que abre caminhos para novos mercados, localmente a década marca a chegada de reincidentes ondas de migrantes nordestinos e maranhenses, seguidos de madeireiros e pecuaristas de Minas Gerais e Goiás.

“Boom” migratório e início da fronteira agropecuária

A construção da rodovia Belém-Brasília, iniciada em fins de 1957, priorizou um traçado bem próximo à linha de divisão das águas do Tocantins e do Araguaia, cruzando o rio Tocantins em Estreito, seguindo terrenos uniformes, passando por Imperatriz e seguindo até Belém. De todos os portos fluviais do Tocantins, os únicos privilegiados pelo traçado rodoviário foram então Porto Franco e Imperatriz, em detrimento de cidades bem estabelecidas, como Porto Nacional (GO) e Carolina (MA) (VALVERDE e DIAS, 1967).

Valverde e Dias (1967) fazem um estudo de geografia regional pormenorizado de toda a área afetada pelo traçado da estrada e uma análise comparativa entre cidades servidas direta e indiretamente pela BR-14. O trecho norte da secção central da rodovia é constituído por Araguaína, Carolina, Estreito, Porto Franco, Tocantinópolis, Imperatriz e Açailândia, onde efetivamente

Imperatriz está situada no contato entre cerradões e cerrados, que ficam para o sul, e as matas, que se expandem para o norte. Os cerradões são entremeados de babaçuais. A fisionomia desta formação parece estar mais próxima da original que a dos babaçuais homogêneos do norte do Maranhão, cujo caráter secundário é manifesto. (ibidem)

E as terras florestais ao norte, ainda dentro da hileia, têm feições distintas: até 38 quilômetros ao norte de Imperatriz predomina a vegetação natural de mata, alterando-se com pastos plantados, caracterizando-se por grandes propriedades, com invernadas e babaçuais, e uso expressivo da criação de gado.

Quanto à comparação entre as cidades servidas diretamente, realizada em fins dos anos 1960, é visto que Imperatriz participou historicamente de um importante eixo

econômico comandado por Belém desde o século passado, com uma economia muito mais agrícola do que pastoril, como Porto Franco. Ambas tiveram rapidamente meios mais rentáveis de escoamento de sua produção, facilitando as transações comerciais intensificadas com a BR-14, que provocou colapso da navegação fluvial em Porto Franco e Imperatriz, uma vez que, apesar de o frete rodoviário ser mais caro, ainda é mais vantajoso que o fluvial.

A cidade de Tocantinópolis, vizinha a Porto Franco, na margem esquerda do rio Tocantins (em Goiás), usufruiu da agilidade do transporte e conseguiu dinamizar e diversificar a economia inicialmente baseada no extrativismo. Já a cidade de Araguaína, sem tradição econômica ou de porto fluvial como Imperatriz, cresceu desordenadamente, sem plano preconcebido, mas viria a rivalizar com esta.

As cidades não servidas diretamente pela construção da BR-14, como Carolina e Porto Nacional, foram colocadas em situação de esquecimento do porvir do desenvolvimento. Carolina que por muito tempo se sobressaiu como cidade mais importante do sul do estado e como capital regional, foi definitivamente comprometida nas ligações fluviais com Belém, e não houve a abertura de frente pioneira depois que a rodovia foi posta em circulação, pois não existiam mais terras devolutas para a ocupação por novos posseiros, ao contrário do que aconteceu em Imperatriz.

A cidade de Imperatriz foi escolhida como um dos pontos estratégicos das operações de construção da rodovia, sob o comando da RODOBRAS (Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília), subordinada à SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). Ao sul da cidade, nas savanas, a técnica de aerolevanteamento permitia rápido avanço da construção. Contrariamente, ao norte, a densa floresta vai impondo um progresso lento, demandando muitos trabalhadores (“lenhadores”) na abertura de picadas. A cidade torna-se palco de um sem-número de trabalhos públicos relacionados à BR-14 (BITOUN, 1980).

Nesse período da construção da rodovia, a população do município de Imperatriz salta de 14.064 para 39.169 habitantes, 75% destes dedicados à atividades agrícolas, o que confirma os dados da crescente produção agrícola do município. Na área urbana, salta de mil habitantes para mais de 8 mil, antes aglomerados em meia dúzias de ruas próximas ao rio Tocantins, demandando expansão para abrigar novos moradores, o que é feito de forma relativamente planejada, com ruas paralelas à rodovia até a margem do Tocantins.

No Censo Demográfico de 1960, pela primeira vez foi efetuada pesquisa direta dos movimentos migratórios para formular o tempo de residência no município, revelando 30.900 pessoas não naturais de Imperatriz, das quais 20 mil residiam a até dois anos no município (Tabela 4), indicando movimento muito recente de migrantes.

Tabela 4 – Pessoas não naturais do município de Imperatriz por tempo de residência – 1960.

menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 a 10 anos	11 ou mais
9198	10805	3453	2288	1793	2358	970
Total de imigrantes 30.900						

Fonte: IBGE (1920-2010).

O “Boom” do arroz

A construção da rodovia, contudo, já estava precedida por uma migração espontânea, sendo que a produção agrícola era pautada fortemente no arroz, principal produto agrícola comercializado no município – superando a tradicional de cana-de-açúcar, produzida nos engenhos das fazendas, muito comuns no então emancipado município de Montes Altos –, e na produção de mandioca e extração da amêndoa do babaçu (Tabela 5).

Tabela 5 – Produção agrícola de 1950 para o município de Imperatriz.

Produtos	Produção Agrícola - 1950		
	Unidades	Volume	Valor (Cr\$)
Arroz em casca	saco de 60kg	18.700	1.309.000
Laranja	centro	8.500	127.000
cana-de-açúcar	tonelada	17.700	1.070.000
Banana	cacho	13.600	81.000
Feijão	saco de 60kg	1.230	356.000
Mandioca	tonelada	86.070	915.000
Cebola	kg	3.450	57.500
Milho	saco de 60kg	8.000	424.000
Fumo	kg	17.850	83.000
Manga	centro	39.990	899.850
Farinha de mandioca	kg	180.500	361.000
Aguardente de cana	litro	1.900	171.000
Rapadura	kg	19.175	134.225
Arroz pilado	kg	172.160	95.410
Amêndoa de babaçu	tonelada	220	1.320.000

Fonte: Sanches, 2003.

Os nordestinos migrantes, na maioria maranhenses, cearenses e piauienses, plantavam arroz em áreas abertas sem cercas, em terras ainda desocupadas, na condição de posseiros, condição essa que vai, mais tarde, facilitar sua expulsão.

O crescimento da produção na década de 1950, contudo, passa a ter nova motivação e nova feição – trata-se agora da lavoura de arroz para preparo de pastagens, durante dois ou três anos, renunciando a chegada da frente pastoril na região vinda sobretudo de Minas Gerais e Goiás.

Altera-se significativamente a economia da região. Em 1955, o município de Imperatriz emancipa o então distrito de Montes Altos, que detinha a maior parte da produção agropecuária realizada em grandes propriedades. No Censo Agrícola do IBGE de 1960 é mostrada a diferença de área ocupada pelos estabelecimentos rurais: Imperatriz, com 1.705 estabelecimentos recenseados em uma área total de 5.828 ha, enquanto Montes Altos apresenta 392 estabelecimentos em uma área total de 18.476 ha. O município

de Imperatriz detinha um maior número de “pequenas propriedades”, possivelmente com mais alta produtividade efetivada pela crescente demanda dos migrantes por terra e trabalho.

O arroz cultivado em Imperatriz e arredores (Vale do Mearim e Pindaré), do tipo Catete, ou “do Maranhão”, encontrou, à época, farto mercado nos grandes eixos urbanos do sul (especialmente MG) e despertou investimentos de máquinas de beneficiamento de arroz por políticos e comerciantes imperatrizenses. A forte produção de arroz em terras férteis do sul do estado, somada à nova logística de transporte, levou o Maranhão a tornar-se o segundo maior produtor de arroz do país.

Antes mesmo da inauguração da rodovia, a arrecadação municipal crescera enormemente. Em 1952 havia sido de 421 mil cruzeiros. Corridos três anos, encontrava-se em 772 mil cruzeiros, e no ano de 1958 passou a 1.262 milhão de cruzeiros (FRANKLIN, 2008). Esse crescimento econômico deve-se à produção agrícola e comercialização, principalmente do arroz, advindas da nova fronteira agrícola, conhecida como a “estrada do arroz” (Imperatriz-Grajaú). Imperatriz lidera a produção na região Tocantina com aproximadamente um terço desse volume, dividindo volume considerável com Carolina, Riachão e Amarante do Maranhão. Em 1960 a região produziu 18,949 milhões de quilos, destes, 6,5 milhões de quilos vindos de Imperatriz.

Apesar do crescimento do cultivo do arroz, este se fez de modo extensivo, utilizando técnicas rudimentares, o que de certa forma contribuiu para que a produção não conseguisse ainda maior expansão (SOUZA, 2005). Ademais, apesar dos avanços nas instalações industriais para beneficiamento do produto, este ainda era regulado pela variação do mercado local.

É, sem dúvida, a construção da rodovia redentora, a Belém-Brasília (BR-14), que dá início à integração da promissora, mas secularmente estagnada Imperatriz. Os Censos Industrial e Comercial (IBGE, 1950, 1960 e 1970) mostram uma mudança avassaladora a *posteriori* da abertura da rodovia Belém-Brasília, especialmente ligada à indústria alimentícia. Se na década de 1950 havia apenas cinco estabelecimentos industriais desse ramo (e somente esses), com valor de produção de 970 mil cruzeiros e inexistência de comércio atacadista, na década de 1960 há nada menos que 22 indústrias de beneficiamento de arroz, e na década de 1970 dobra-se o número das indústrias de beneficiamento de arroz, algodão e de extração de óleo (do babaçu) juntas, em um universo de 180 indústrias no município.

Surto demográfico-econômico de Imperatriz – a fronteira implantada

A partir da década de 1960 há um crescimento sem igual da cidade de Imperatriz, devido à sua localização em relação aos eixos viários, atuando como foco urbano através do qual se integram as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins – o PRODIAT (Brasília, 1985) destaca os principais fatores que determinaram o crescimento da cidade e de sua área de influência:

- a) a articulação de ações governamentais federais e estaduais na abertura de vias de penetração, que permitiram a maior acessibilidade de Imperatriz a Belém, São Luís

e ao Centro-Oeste, como também o acesso a novas terras e a ocupação de terras devolutas nas zonas do rio Pindaré, do vale do rio Mearim e da pré-Amazônia maranhense;

- b) a posição geográfica de Imperatriz como ponto intermediário entre dois polos regionais (Belém-Brasília/Goiânia);
- c) a existência de grandes áreas de terras devolutas de boa qualidade para cultivos agrícolas.

A nova lógica de ocupação da Amazônia, vista como fronteira econômica, atrai capital volumoso do Centro-Sul, conduzida pelo próprio governo, que passa a viabilizar a ocupação de terras à frente da expansão pioneira, o que gerou “avanços”, desconsiderando essa ocupação pioneira na região. De forma geral, houve o chamado “fechamento” das fronteiras agrárias, envolvendo as questões de colonização da Amazônia e a participação de grandes empresas deslocando a pequena produção agrícola (SILVA, 2001).

O conceito de fechamento de fronteira está ligado à não mais existência de “terras sem donos” que possam ser ocupadas por pequenos produtores de subsistência, como pode ter sido o caso da produção agrícola dos migrantes em torno de Imperatriz. O ciclo do arroz perde força na década de 1970 para dar vez às grandes fazendas de gado, que foram tomando terras através da conhecida grilagem, processo comum no país ligado às novas áreas de expansão agrária.

Cabe lembrar que a condição de posseiro da maior parte dos produtores da região de Imperatriz facilitou a tomada de terras pelo avanço de novos interesses para a região e pelo simples e ilícito processo de grilagem. Imperatriz então perde sua primazia em relação ao cultivo do arroz, em função do aumento do latifúndio e do crescente investimento em pecuária e na extração da madeira.

O asfaltamento da Belém-Brasília em 1974 significou uma nova etapa na expansão da fronteira agropecuária, abrindo caminho para um processo de interiorização da urbanização na Amazônia Oriental. Esse fenômeno é notado em cidades como Marabá, no sudeste do Pará, Araguaína, no norte do Tocantins, e Imperatriz no Maranhão, onde houve forte crescimento econômico e um voraz “ataque à terra” (BITOUN, 1980). Implanta-se a fronteira móvel com todos os seus requisitos – crescimento demográfico, da agropecuária, da exploração do ouro etc.

Na virada da década, a produção expressa a expulsão da fronteira – retorna o crescimento da produção do arroz para a formação de pastos e se inicia o desflorestamento com a exploração da madeira. Em 1978-79, a área cultivada de arroz era de 45.400 hectares, com produção em torno de 79 mil toneladas. No período de 1981-82, a área cultivada passa a 66 mil hectares, com uma produção em torno de 118 mil toneladas. Mas é a exploração da madeira que vai dar o tom da mudança, intimamente associada à expansão da pecuária.

Por meio da grilagem, expropriações e violência no campo para instalação de grandes propriedades, abriram-se áreas para a plantação de capim e criação de gado. Na cidade instalaram-se dezenas de serrarias de pequeno e médio porte, e posteriormente, as de grande porte. Se em um primeiro momento as madeiras foram transportadas em toras, em caminhões abertos, pela rodovia asfaltada, em um segundo momento começaram a ser beneficiadas pelas serrarias e depois pelas movelarias. No Censo Industrial do IBGE

de 1970 já se contabilizavam quatorze estabelecimentos desse tipo instalados na cidade de Imperatriz, além de mais de uma centena de outros estabelecimentos industriais.

A cidade abrigava uma população que, expulsa do campo, procura emprego na indústria crescente e nos grandes projetos de mineração. A população passava de 8.986 habitantes, na década de 1960, para aproximadamente 34 mil habitantes na década de 1970, com uma paisagem de comboios de caminhões de madeira e arroz trafegando pela rodovia a partir de Imperatriz, reforçando sua posição de entreposto comercial.

A atividade madeireira desenvolvida em Imperatriz foi essencialmente nômade; retirava-se madeira direto das propriedades sem a menor preocupação com replantio, fora o que era perdido pelas queimadas, geralmente por descaso. A escassez de madeira em menos de dez anos de atividade tornava-se evidente. Na cidade, a carência de estrutura energética dificultava o desempenho das indústrias do setor e da própria vida na cidade, apesar da implantação de central elétrica em 1971, a CEMAR (Central Elétrica do Maranhão), no intuito de atender à crescente demanda industrial.

Mais uma vez o desmembramento territorial, desta vez de Açailândia, em 1981, que fica com mais de metade do espaço de Imperatriz, carrega para si a condição de polo madeireiro, antes posição detida por Imperatriz. A indústria madeireira segue rumo às novas áreas de extração, de matéria-prima farta, pois na lógica do setor, a atividade ficaria inviável pelo alto custo do transporte e pelas crescentes exigências fiscais e ambientais na utilização dos recursos naturais.

A tendência foi migrar mais para o norte, dada a abundância de madeira encontrada na floresta pré-amazônica ao norte de Imperatriz e em direção ao Pará, e seguir para cidades com uma logística territorial mais consolidada, como poderia ser o caso de Açailândia. Uma das ferrovias da região, a Norte-Sul, idealizada pelo estado em 1980, opera num trecho curto entre Estreito e Açailândia, que se conecta ainda com a Estrada de Ferro dos Carajás (BECKER e STENNER, 2008). Tudo isso favoreceu a cidade de Açailândia como polo madeireiro mais dinâmico do que Imperatriz, apesar de esta manter melhor posição no quesito comércio e serviços em ampla área de influência: a Tocantina.

Segundo o REGIC (Regiões de Influência das Cidades), trabalho executado pelo IBGE desde 1966, a rede urbana pode ser observada em duas dinâmicas distintas: a de um sistema de localidades centrais que comanda sua hinterlândia e de um sistema de cidades articuladas em redes. A cidade de Imperatriz dá um salto na hierarquia urbana, de centro sub-regional (categoria A), no ano de 1966, para o nível de capital regional em 1978, permanecendo assim até o último REGIC, em 2007. Houve alteração não só na hierarquia, mas no alcance da atuação territorial. Situação similar ocorreu em Açailândia – que salta de patamares ainda inferiores – e Marabá e Santarém, no Pará, que também se posicionam como capital regional, o que ratifica ainda mais o vertiginoso crescimento dessas cidades após a construção e o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília.

Na década de 1980, declina a extração da madeira e a produção do arroz, e nova corrida de ouro se processa no Brasil; nasce o garimpo de Serra Pelada no sul do Pará, a apenas 150 quilômetros de Marabá e 350 quilômetros de Imperatriz. Há uma intensa mobilização de desempregados de grandes projetos governamentais, como a hidrelétrica

de Tucuruí e a Transamazônica, e expropriados do campo de toda parte do Brasil, especialmente do Nordeste, via Maranhão.

Toda região Tocantina é afetada pela própria lógica dos grandes projetos que ocorrem na Amazônia Oriental, com atuação de grandes corporações apoiadas pelo Estado nacional que exercem influência em gigantescos territórios. A construção das grandes rodovias de integração, usinas hidrelétricas e projetos minerais, a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC), se configuram nessa nova lógica de organização do capital (financeiro mais internacionalizado) e seus reflexos territoriais.

A cidade de Imperatriz passa a ser, mais uma vez, ponto de apoio em termos de abastecimento de produtos à crescente demanda dos garimpos paraenses. Seus setores de transporte, máquinas e alimentos são favorecidos em função da dinâmica da atividade e sua valorização no mercado internacional. O garimpo de Serra Pelada é inundado por trabalhadores braçais sem terra e sem emprego estável, funcionando como válvula de escape à tensões sociais em um primeiro momento.

Os valores de produção para o ouro extraído de Serra Pelada são controversos; estima-se em quarenta toneladas o ouro acumulado em 1988, certamente não contabilizando o contrabando. Mas segundo o Departamento Nacional de Pesquisas Mineiras, a DNPM, entre os principais compradores de ouro do estado do Pará está a Caixa Econômica Federal (em algum momento exclusiva compradora), com valores de 6,32 e 3,18 toneladas para os anos de 1986 e 1987, respectivamente, para um total de 16,186 toneladas para os dois anos com outras empresas compradoras (Tabela 6).

A tabela dos principais compradores de ouro, mesmo se referindo ao estado do Pará, mostra a queda no volume de produção, dadas as perigosas condições de trabalho e o alto nível de insalubridade no considerado “formigueiro humano” em que se transformou Serra Pelada. A cada acidente que envolvia centenas de trabalhadores, o governo era pressionado a cessar a garimpagem manual e entregá-la à exploração mecanizada via grandes empresas mineradoras e a companhia Vale do Rio Doce, estatal que detinha a licença e o monopólio da atividade.

Mesmo com todos os acidentes e a crescente dificuldade na produção, o sonho de rápido enriquecimento ainda vagava no imaginário coletivo, e o envolvimento de Imperatriz era tamanho, que se fez ligação aérea e rodoviária diária com o garimpo. Eram três empresas aéreas com passagens nos valores de 14.000 cruzeiros para um tempo de voo de cinquenta minutos e vários ônibus com valores em torno de 1.500 cruzeiros.

Segundo análise do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, iniciativa do Governo Federal em 1980), o setor urbano da economia na área-programa, que abrange centralmente Imperatriz e Açailândia, se beneficiou com a construção da hidroelétrica de Tucuruí e dos projetos do PGC, pois muitos dos trabalhadores dessas obras eram residentes de Imperatriz e de lá direcionavam capital para Serra Pelada, por exemplo. Ainda no PGC, outros projetos agregados previam a instalação de empresas de metalurgia, além de projetos agrícolas de exportação, como soja e monoculturas florestais, como de eucalipto no município de Imperatriz, que até então englobava Açailândia.

Tabela 6 – Principais companhias de ouro do estado do Pará – década de 1980.

Compradores (+ de 10 Kg Au/mes)	1986	1987
Caixa Econômica Federal	6.324.963,39	3.177.787,35
J.V. de Oliveira	1.062.062,55	-
Companhia Real de Minerais	591.350,80	-
Somar Metais Ltda	432.657,60	162.168,10
Metalmil Ind. E Comércio Ltda	401.324,53	147.566,47
Purificação de Metais Carol Ltda	277.892,33	95.297,00
Marsan Metais Ltda	271.024,50	309.675,90
Purimil Metais Ltda	247.503,92	135.213,00
R.B. Mendonça Agropecuária e Mineração	112.342,71	-
Comercial Ourominas Ltda	-	128.738,19
Gold Mine Metais Preciosos Ltda	-	118.842,62
Reservas Metais Preciosos Ltda	-	99.382,0
Diversos	1.346.208,49	840.648,70
Total	11.067.330,82	5.120.022,73

Fonte: DARFS-DNPM (s.d.)

O GETAT era também responsável pela regularização e reestruturação fundiária no município, que enfrentava uma brutal mudança nas relações produtiva e de trabalho no campo. Os latifúndios cresceram, até para cumprir as metas dos projetos para a região (a exemplo de amplas produções de celulose), e os conflitos de interesses entre madeireiros, agricultores e pecuaristas se acirravam, o que significa dizer que o município de Imperatriz recebeu mais e mais migrantes oriundos dessa problemática, entre outras.

Em termos econômicos, na década de 1980, a cidade se beneficiou com um volume substancial de rendimentos do trabalho e do capital provenientes de seu exterior e que foram aplicados na área em atividades agropecuárias, industriais e especialmente comerciais. Em termos demográficos, no período entre 1980 e 1990, Imperatriz recebeu 88.560 imigrantes, o que equivale a 32% do total da população. Constata-se, pelos dados do IBGE, que 13.520 dos imigrantes que se fixaram na cidade provinham do Pará, possivelmente pela desativação dos diversos garimpos de ouro, especialmente o de Serra Pelada (FRANKLIN, 2008).

A população do município de Imperatriz, pelo Censo de 1991, era de 276.502 habitantes, número que foi reduzido com a emancipação de Davinópolis, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca. O território de Imperatriz passa a ter, no final da década de 1990, apenas 1.368 km², o que indicou uma enorme perda de população rural, daí a redução de população municipal entre 1991 e 2000 (Tabela 7). No entanto, a densidade demográfica da cidade salta de 41,35 hab/km² em 1991 para 168,54 hab/km² em 2000, devido à redução territorial.

Tabela 7 – Evolução da população de Imperatriz.

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Cidade de Imperatriz	34.698	111.619	210.051	218.673	234.547
Município de Imperatriz	80.827	220.079	276.502	230.566	247.505

Fonte: IBGE (1920-2010).

A partir dos anos 1980 e 1990, o avantajado comércio de mercadorias e a crescente prestação de serviços levaram Imperatriz à condição de polo sul-maranhense e pré-amazônico. Passa então a ser conhecida como Portal da Amazônia, MetrÓpole da Integração Nacional e Capital Econômica do Interior Maranhense.

Aurora do Século XXI e Retorno à Relativa Estagnação

Imperatriz chega em fins do século XX com 94,84% de população concentrada na área urbana, consolidando a prevalência das atividades ligadas ao meio urbano. Aquela vila que se estabeleceu com atividades pastoris e agrícolas e por quase todo o século XX voltou-se também às atividades extrativas mineral e vegetal não estabeleceu um parque industrial significativo e duradouro.

A dizer, o projeto do Distrito Industrial de Imperatriz (1988) destinou mais de 100 hectares ao longo da BR-014 para indústrias de pequeno e médio porte, com infraestrutura básica para as necessidades industriais, mas foi abandonado. Ainda hoje é possível ver a área à beira da estrada sem nenhuma utilidade, a apenas quinze minutos da cidade.

Imperatriz faz jus à condição de polo comercial e de serviços especializados, especialmente na educação e na saúde. No último Censo, empregava 27% da PEA do município no setor terciário da economia, que representa mais de 74% do PIB, e a arrecadação com ICMs é crescente desde 1999, de valores de 21,4 milhões de reais a 59 milhões de reais em 2004.

Os investimentos nos setores de saúde e de educação são expressivos. A infraestrutura de saúde cresceu rapidamente no final da década de 1990; são mais de 25 hospitais concentrados na área urbana e pouco mais de uma centena de postos de saúde espalhados por todo o município. A rede de saúde se verticalizou a tal ponto, que é possível encontrar clínicas de tratamentos super especializadas, como de musicoterapia de reabilitação, com sauna, massoterapia etc.

Tal crescimento decorre da própria posição de Imperatriz. Vale dizer que a região de Imperatriz é uma zona de intensa movimentação migratória, e o mesmo acontece com os vírus trazidos pelos viajantes, sem contar que está nas bordas da hileia amazônica, ou seja, com forte presença de malária. Tais condições, somadas às péssimas condições sanitárias da maioria da população, criam um quadro desolador para a população mais pobre.

Os serviços de educação têm ampliado a qualificação dos próprios servidores da saúde, com cursos superiores de Odontologia, Farmácia-Bioquímica e Enfermagem. Além de mais de duzentas escolas de nível médio, técnico, hoje existem *campi* da

Universidade Estadual e Federal do Maranhão e CEFET. Também se encontram faculdades particulares, a exemplo da FACIMP, que tem um prédio moderníssimo com total financiamento do BNDES. Esse leque de possibilidades no campo educacional potencializa a posição de Imperatriz como centro de capacitação.

A cidade chega no século XXI como referência regional nesses dois ramos de serviços e como polo varejista e atacadista de mercadorias. A produção agrícola, outrora rica, fica em situação de déficit para o abastecimento da população. Muitos dos gêneros de grande consumo poderiam ser produzidos na própria região, e são importados, encarecendo o seu valor e dando continuidade à presença de atravessadores, dificultando assim o acesso de alimentos à população.

A possibilidade de investimentos tecnológicos e de subsídios à produção agrícola e extrativa com valor agregado local poderia ser um meio de desenvolvimento, com implantação de agroindústrias, aproveitando o potencial de entreposto comercial. Ao contrário, os projetos de instituições financeiras e governamentais ainda priorizam grandes investidores e empregam recursos para a extração de riqueza sem deixar nenhum legado marcante para as cidades e sua população. Fazem exceções algumas ONGs, instituições como o SEBRAE e ações socialmente corretas de grandes bancos que investem em pequenos projetos de “arranjos produtivos locais” visando semear um desenvolvimento sustentável a médio prazo entre comunidades rurais desconectadas.

O dinamismo vivido pela cidade na segunda metade do século XX cessa na virada do século XXI. Se por um lado aquele dinamismo culminou numa cidade tentacular, exercendo um contínuo alongamento desses tentáculos, muitas delas mais no sentido de veias abertas de circulação de mercadorias, por outro a diversificação de atividades novas a cada ciclo econômico, de fato, não a transformou numa cidade dinâmica, e sim em mera espectadora de estímulos externas. A incapacidade de promover a industrialização de seus produtos foi fatal, impedindo a introdução de trabalho efetivamente novo, capaz de dinamizá-la e à sua região.

Agradecimento

Pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Universal “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq coordenado pela Prof. Dra. Bertha Koiffmann Becker no Laboratório de Gestão do Território - LAGET - da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C. M. *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as Províncias de Maranhão e de Goiás*. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, [1852] 2007.

BANDEIRA, L. A. M. *O feudo – A Casa da Torre de Garcia D’Avila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2000.

BECKER, B. K. *Amazônia*. Serie Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia – Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____; STENNER, C. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BITOUN, J. *Ville et développement regional dans une région pionnière au Brésil - Imperatriz, Maranhão*. Sorbonne: Université de Paris I Panthéon, 1980.

BRASÍLIA, PRODIAT. Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins. Plano de Desenvolvimento da Área-Programa de Imperatriz. 1985. 96p.

CABRAL, M. do S. C. *Caminhos do gado conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

COUTINHO, M. *Imperatriz: subsídios para a história da cidade*. São Luís: SIOGE, 1994.

DINO, S. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o Sertão*. Imperatriz: Editora Ética, 2007.

FRANKLIN, A. *Breve história de Imperatriz*. Imperatriz: Editora Ética, 2005.

_____. *Apontamentos e Fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

GAIOSO, R. J. de S. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro. Editora Livros do Mundo Inteiro, 1970. 537p.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios. *Histórico de Imperatriz no Maranhão*. 1957, p.195-8.

_____. Censos Industrial e Comercial do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1970.

_____. Censos Demográficos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1920-2010.

_____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IPEA. *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Coordenação Geral de Política Urbana, [e] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia, [e] Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional. Brasília: IPEA, 2002.

LIMA, C. *História do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 1981.

MEIRELES, M. M. *História do Maranhão*. 1.ed. Rio de Janeiro: DASP, 1960.

Nogueira, C. R.

_____; *História do Maranhão*. 4.ed., revisada. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Unicamp, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, M. Â. C. *A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, PPGG/UFRJ, 1998.

SANCHES, E. (org). *Enciclopédia de Imperatriz*. Imperatriz, Instituto Imperatriz, 2003.

SILVA, J. G. *O que é questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

STUDART FILHO, C. *Fundamentos geográficos e históricos do estado do Maranhão e Grão-Pará, com breve estudo sobre a origem e evolução das capitâneas feudais do Norte e Meio Norte*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. 359p.

SOUSA, J. de M. *A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica de Imperatriz (MA) e suas implicações na região Tocantina*. Dissertação de Mestrado, UFG, 2005.

FUNDAÇÃO VALE. *Um olhar sobre Imperatriz: diagnóstico socioeconômico*. 2012. Disponível em: <www.fundacaovale.org/pt...fundacao-vale/.../livreto_Imperatriz.pdf>.

VALVERDE, O.;DIAS, C. V. *Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/5/2013

¹ O termo Tocantina refere-se usualmente às áreas próximas do rio Tocantins e é uma provável analogia à ferrovia defendida em início do século XIX para a região. O rio Tocantins segue o nome de uma tribo indígena da região, a tribo *tocantin*, que significa, em tupi, “bico/nariz de tucano”, ave típica do local.

² A Casa da Torre de Garcia d'Ávila foi considerada o maior latifúndio do Brasil, localizado na Bahia. Sua história está registrada na conquista e no povoamento dos sertões do Nordeste do Brasil, participando da defesa da terra e da expulsão de piratas e invasores estrangeiros, assim como das lutas, havidas na Bahia, pela independência e constituição do Império do Brasil.

³ O caucho, nome vulgar da *castilloa alei*, é uma dessas árvores que produz látex de qualidade inferior ao famoso látex da *heveabrasiliensis*, mas de boa aceitação comercial. O caucho foi descoberto na passagem para o século XX na região do médio Tocantins, enquanto a hevea foi descoberta em torno de 1740 e tinha como habitat toda a região amazônica.

O Estado Nacional e a População Negra: Relação Espaço e Tempo para os Territórios Étnicos¹

Nation-State and Afro-Brazilians: The Relationship between Space and Time in Ethnic Territories

Diosmar M. Santana Filhoⁱ
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Guiomar Inez Germaniⁱⁱ
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Dante Giudiceⁱⁱⁱ
Universidade Católica de Salvador
Salvador, Brasil

Resumo: O território do Estado Nacional Brasileiro teve como elementos configuradores o sistema econômico escravista e a exclusão socioespacial da população de africanos e seus descendentes. Neste sentido, a ideologia racista e a discriminação social tornaram-se determinantes no acesso e no direito ao território para produção e reprodução econômica, social, política e cultural por essa população. Este estudo tem como objetivo analisar a integração da população negra ao Estado brasileiro, a ex/apropriação dos territórios étnicos, o contexto geopolítico, a ação do Estado, os Territórios Quilombolas e os Terreiros de Candomblé. Trata-se de uma pesquisa realizada com base em dados secundários, tendo uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica de estudos realizados sobre a formação do Estado Nacional, a afirmação do racismo e o preconceito no cotidiano do Brasil nos séculos XIX e XX, assim como a garantia de direitos coletivos da população negra no século XXI.

Palavras-chave: Estado Nacional; Expropriação/apropriação; Território étnico; Racismo; População.

Abstract: The territory of the Brazilian Nation-State historically was founded on the economic slavery system and the socio-spatial exclusion of Africans and their descendants. In this process, racist ideology and social discrimination became dominant patterns determining access and rights to territory for economic, social, political and cultural production and reproduction. This study has the objective of analyzing the integration of Afro-Brazilians in the Nation-State, appropriation and expropriation of ethnic territories, geopolitical context, actions of the State and the role of historical territories of slave resistance and religious sanctuaries of Afro-Brazilian cults in this process. The research

ⁱ Mestrando em Geografia. ptfilho@gmail.com

ⁱⁱ Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia. guiomar@ufba.br

ⁱⁱⁱ Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. dasegu@gmail.com

employed a qualitative approach to secondary sources based on the critical reading of the literature on Brazilian Nation-State formation, racism and prejudice in everyday life during the 19th and 20th Centuries and perspectives concerning collective rights of Afro-Brazilians today.

Keywords: National State; eExpropriation/appropriation; Ethnic territory; Racism; Population.

Introdução: o Estado Nacional Brasileiro

Para o entendimento da constituição do Estado Nacional Brasileiro, torna-se necessária a análise de como este se forma a partir dos processos de colonização portuguesa e espanhola, empreendidas na África e América, sendo o tráfico e o escravismo de seres humanos as principais marcas da ocupação nessas terras para a sustentação econômica e social nas metrópoles e, posteriormente, das colônias.

O tráfico e a escravidão de povos africanos têm registros desde 1518, com duração por mais de trezentos anos. A independência de colônias nas Américas como o Haiti no final do século XVIII dá início à eliminação do referido tráfico. A emancipação política também elimina o escravismo e cria o primeiro governo de pessoas de ascendência africana no continente. Outros aspectos importantes estão relacionados também com a expansão comercial inglesa na região, que contribui para a eliminação do tráfico escravo no Atlântico ao torná-lo crime internacional, aliado às sucessivas lutas pela independência na América Hispânica.

Quanto ao tráfico de africanos, ao tornar-se considerado crime internacional, dá fim ao sustento das plantações de cana-de-açúcar no Brasil e no Caribe, motor da economia agrária na região latino-americana. Deriggs (2011, p.224) ressalta que, durante os séculos de escravidão, 11 milhões de pessoas foram traficadas à força, não incluindo as que morreram na travessia do Atlântico. Destas, 4 milhões desembarcaram no Brasil, e 2 milhões, nas Índias Ocidentais Britânicas. O Brasil foi o último país ocidental a declarar a abolição da escravatura, em 1888, no final do Império e um ano antes da instituição da Primeira República.

Na primeira década do século XIX, o Brasil configurava-se como uma das últimas colônias na América Latina. Diferente das ex-colônias espanholas, a emancipação política do Brasil é marcada pela liderança do Imperador, que em 7 de setembro de 1822 “rompe” os laços familiares com a Coroa Portuguesa e institui o Império do Brasil. Mas a expulsão definitiva dos portugueses só acontece em 2 de julho de 1823, na Bahia, com a participação popular de indígenas, africanos e seus descendentes (escravos, alforriados e livres) e brancos, ponto culminante para a independência do Brasil, que deixa o posto de colônia portuguesa para tornar-se império.

Contudo, uma particularidade marca a historiografia do processo de emancipação política do Brasil da metrópole portuguesa, sendo o ato de 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, no estado de São Paulo, reconhecido como data da “Independência Nacional”, dando o protagonismo ao Imperador, filho da corte portuguesa, em detrimento ao ato popular de 2 julho de 1823 na Bahia.

Albuquerque Junior (2007) contextualiza que o Estado Nacional Brasileiro surge como instrumento de continuidade da estrutura econômica e social que vinha do período colonial, reforçando as mesmas hierarquias ao sustentar a escravidão e a estrutura fundiária concentrada, “mantendo o estatuto colonial quando se tratava das relações econômicas entre nosso país e os países hegemônicos na economia internacional” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.42).

Para o autor supracitado, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos e nos países da América Latina, o fato de o herdeiro da família real ter outorgado a independência levou a que “a construção do Estado brasileiro se fizesse a partir de uma estrutura estatal preexistente, aquela montada com a fuga da Corte portuguesa para sua principal colônia, em 1808” (ibidem, p.41).

Pereira Leite (2009, p.100) informa que o caminho de entrada para essa discussão sobre a formação do Estado Nacional, de forma vertical ou horizontal, se estabelece pela circulação real e a livre utilização das estruturas nos tempos do território por todos os seus atores. Dessa maneira, a necessidade de indagar sobre as possibilidades de convivência – no sentido amplo – das relações de contiguidade entre seus diversos lugares coloca-se em contraposição à unificação determinada pela verticalidade, pelo uso homogêneo e pragmático do território para atender às determinações externas a ele.

No estudo sobre a influência africana no Brasil e Comunidade do Caribe (CARICOM), Deriggs (2011, p.125) aponta que a formação do Estado Nacional Brasileiro tem na sua origem o título de primeira colônia de escravos em larga escala. O autor se fundamenta no fato de Portugal ter iniciado, de modo precoce, o comércio escravista, o que resultou na fortificação e criação de pontos de transações comerciais ao longo de toda a costa oeste da África, incluindo a Costa do Ouro.

Moraes (2007) destaca que o Império do Brasil dispunha de um território ainda a ocupar, sendo administrado pelo aparato do Estadocolonial, que tinha como forma de governo a monarquia imperial e usava como argumento de legitimação do domínio territorial a soberania dinástica. “Também contava com estruturas produtivas em funcionamento, algumas em expansão, e com frentes pioneiras em movimento em diferentes quadrantes de seu território” (ibidem, p.503).

Segundo Deriggs, o Estado Nacional se constituiu a partir de um “sistema de plantações” que definiu a identidade nacional. As plantações criaram a instituição socioeconômica dominante no Brasil. Deriggs (2011, p.125) argumenta que:

A natureza encravada das plantações lhes rendeu a caracterização de “instituições totais”, que modelou as sociedades no Brasil e CARICOM da seguinte forma: O sistema de plantação tem sido frequentemente descrito como uma pirâmide social, com a classe de plantadores minoritária branca no topo, apoiado por gerentes brancos, supervisores, seguidos dos brancos pobres em posições de menor autoridade, tais como os contadores e carpinteiros. Os negros compunham a base da pirâmide, geralmente em maior número que os brancos. Na periferia da plantação ficava os funcionários brancos do Estado-colonial, liderado pelo governador, o clero, alguns homens de profissões, além dos militares e policiais.

Entretanto, a constituição da identidade nacional, segundo os critérios do diplomata e historiador alemão Varnhagem – convidado pelo Instituto Geográfico Histórico Brasileiro (IHGB) para escrever a história nacional –, estabelece a teleologia como a promessa que atravessa toda a história da Colônia Portuguesa desde o século XVI. Albuquerque Junior (2007, p.46-7) ressalta que os fatos que vão ser escolhidos por Varnhagem, para compor a história do Brasil tiveram como critério fundamental o quanto estes contribuíram para a formação dos elementos que definiam um Estado Nacional, ou seja, o território, o povo, a soberania e as instituições políticas e culturais.

Essa identidade nacional construída terá na análise do processo histórico de organização e ocupação de espaço pelos africanos e seus descendentes a contradição. Sobre esta percepção, Anjos (2007, p.35) configura a localização e ocupação do território nacional, pelos africanos e seus descendentes, como territórios étnicos, devido às dimensões materiais e simbólicas da luta pela identidade, liberdade, autonomia e resistência, ao defini-los como:

Espaço construído materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a este tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política, social econômica e territorial.

Assim, a análise sobre o processo histórico parte do entendimento de que a consolidação do Estado Nacional tem referências ideológicas de caráter étnico-racial e religioso que elucidam o porquê da não integração da população africana e seus descendentes àquele. Durante o período histórico desde a Independência em relação a Corte Portuguesa, com a constituição do Império, à Proclamação da República, no final do século XIX, os períodos de ditadura militar e a redemocratização do Estado Nacional nos anos 80 e 90 do século passado, com a Constituição Cidadã, de 1988, os territórios étnicos continuam alvo da ex/apropriação da ação do próprio Estado ou por ações privadas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a integração da população negra ao Estado brasileiro e a ex/apropriação dos territórios étnicos, em especial o contexto geopolítico do Estado em relação aos Territórios Quilombolas e Terreiros de Candomblé no Brasil, destacando o estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com base em dados secundários, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica de estudos realizados sobre a formação do Estado Nacional Brasileiro e a afirmação do racismo² e o preconceito no cotidiano do Brasil do império ao moderno.

O Racismo no Contexto Geopolítico da Identidade Nacional

A análise da constituição do Estado Nacional Brasileiro parte dos primeiros momentos da emancipação política do Brasil da Coroa Portuguesa, na primeira metade do século XIX, com a instituição de leis para a regulação e controle do uso da terra e da imigração europeia nos períodos pré e pós-abolição da escravatura, ainda no Império. Mas, ao se instituir a Primeira República, em 1889, reforça-se, também, o

preconceito e o racismo quanto aos negros com discursos de raça inferior para a convivência social.

Ojo-Ade (1999), ao estudar se o Brasil era um paraíso para os negros, primeiramente se deparou com a seguinte pergunta: “Existe racismo no Brasil?”. Sem dúvida, o sim foi ressoante. O autor afirma que “o paraíso, ao qual alguns se referem sutilmente, é simplesmente uma camuflagem, uma invenção da imaginação hipócrita. Melhor ainda, seria uma utopia dos privilegiados, o que, para os negros, é um pesadelo” (ibidem, p.42).

Partindo dessa reflexão, Jaccoud (2008) afirma que o racismo no Brasil é associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura com discurso e prática com base nas teses de inferioridade biológica dos negros e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional.

O racismo é amplamente reconhecido como princípio ativo do processo de colonização. Jaccoud se refere à Boaventura de Souza Santos (2006) ao afirmar que “o colonialismo assentou-se historicamente no racismo, que teve ali um papel de princípio matricial de base”. Contudo, a valorização do homem branco e de sua cultura desaguou, no Brasil Colônia, na construção de um pensamento racista sistematizado ou mesmo em um projeto de nação ancorado na afirmação da superioridade racial (JACCOUD, 2008, p.50).

No projeto de nação com valores eurocêntricos, a política de imigração europeia foi um dos primeiros passos. Quanto a essa ação, Germani (2006, p.128) esclarece que a decisão pela mão de obra de imigrantes tem relação direta com o olhar político da época sobre essa população de africanos e descendentes, onde “o escravo africano foi a força de trabalho de todo o sistema implantado na colônia: primeiro nos engenhos, depois nas minas de ouro e mais tarde nas fazendas de algodão e café”. Mas, não poderia vir a ser parte do sistema de produção, onde a mão de obra passaria a ser livre e integrada com ações públicas do Estado Nacional.

Para Theodoro (2008), havia uma confluência de fatores que tornava possível e desejável a utilização da mão de obra de origem europeia nas terras brasileiras. Entre esses fatores, o autor cita o relato de Furtado:

O caso da existência de excedentes populacionais na Europa, à época, especialmente na Itália, assim como, de outra parte, o fato de o governo brasileiro ter decidido assumir, a partir de 1870, o financiamento do transporte dos imigrantes, reduziram o custo dessa mão de obra no Brasil. (FURTADO, apud THEODORO, 2008, p.35)

Entre os fatores que impediram a emergência de um sistema econômico capaz de absorver a mão de obra livre, ex-escrava, está a promulgação da Lei nº 601/1850, a chamada Lei de Terras. Operando uma regulamentação conservadora da estrutura fundiária no Brasil, a Lei de Terras foi promulgada no mesmo ano em que se determinou a proibição do tráfico de escravos (Lei Euzébio de Queiroz), marco da transição para o trabalho livre no Brasil (THEODORO, 2008, p.37-8).

Germani (2006, p.135) explica que a solução para o fim do trabalho escravo era a abertura de um fluxo de imigração estrangeira. “Mas o imigrante estrangeiro deveria

estar disponível para as necessidades do capital, para entregar sua força de trabalho nas fazendas, coisa que dificilmente ocorreria se tivesse liberdade de acesso à terra." A isto se somava a iminência da abolição da escravidão, e o mesmo argumento era aplicado, isto é, também, e principalmente, ao contingente de escravos libertos, o acesso à terra deveria estar restringido.

Quanto à imigração e o número desta na vida socioeconômica nacional, Anjos (2006, p.35) retrata que o Brasil no período entre 1871 e 1920 recebeu 3.390 milhões de imigrantes europeus, sendo que 1.373 milhão eram italianos, 901 mil, portugueses, e 500 mil, espanhóis.

É importante notar que esse número se aproxima dos quase 4 milhões de africanos que foram retirados de seus territórios e trazidos para o Brasil, oficialmente, entre 1535 e 1850, sem considerar o período clandestino do tráfico, ainda não caracterizado pela historiografia brasileira (ibidem, p.35).

Delgado (2005, p.29) analisa que, ao promulgar a Lei de Terras, em 1850, foi liquidado o sistema de posses fundiárias que se estabeleceu desde 1822, transformando o setor de subsistência em regime de propriedade familiar. Ademais, acaba com a possibilidade futura de reconhecimento de a mão de obra escrava liberta ter acesso a terra, o que inclui ainda a impossibilidade de criação de quilombos legais ou estabelecimentos familiares legalizados.

Quanto à resistência e legalização das terras de quilombo, Moura (2004) contextualiza que a escravidão negra no Brasil foi um processo violento, pontuado por manifestações de ruptura contra o sistema pelos sujeitos oprimidos, os escravos. As ações por parte dos africanos e descendentes para a ruptura manifestam-se por meio de várias formas de revolta e durante o longo tempo em que a escravidão existiu no Brasil. "O seu núcleo de resistência central é o quilombo como unidade organizacional e a quilombagem como processo de protesto radical permanente" (ibidem, p.25).

A População Negra pela Afirmação dos Territórios Étnicos

Lienhard (1999, p.113) explica que por meio da "etno-história moderna há de entender-se a história dos grupos ou setores marginalizados pelos sistemas colônias ou neocoloniais". A chamada "etnicidade", baseada numa condição pré-colonial ainda viva ou reinventada, vem a ser, antes de tudo, a resposta de certos setores socioculturais à sua discriminação no seio da sociedade global, "colonial" ou "moderna".

O ideal de sociedade eurocêntrica e de princípios éticos católicos legalizou o sistema escravista econômico, social e a ex/apropriação dos territórios étnicos dos povos nos continentes americano e africano. Daí a necessidade de analisar como as religiões de matriz africana sobreviveram se disseminaram e se consolidaram no Brasil dentro do sistema escravista de religião católica, a exemplo do estado da Bahia, em um ambiente hostil urbano, colonial e imperial da cidade do Salvador, tanto no auge do sistema escravista como no século XX com um forte processo de repressão policial.

Segundo Moura (2004, p.21), de um ponto de vista mais abrangente, se deve considerar a religião católica, especialmente a sua organização, a Igreja, como um

dos braços mais importantes desse processo de dominação do sistema colonial. Qualquer outra manifestação religiosa de parte das populações colonizadas (oprimidas) tinha de ser aniquilada, destruída, pois por meio do eufemismo de “hereges”, as manifestações espontâneas no nível cultural e social dessas populações tinham de ser destruídas.

Para Moura (ibidem), o candomblé é um polo de resistência cultural e social. O autor questiona os estudos produzidos, até então, sobre essa religião, por apresentá-la como simples unidade religiosa do mundo mágico do africano e dos seus descendentes no Brasil. Mas não como uma organização religiosa que se desdobrava em outros níveis de atividade, entre eles o do patamar de resistência (consciente e inconsciente) ao processo de colonização escravista. “Isto deveria ser estudado com mais eficiência, pois o candomblé, pela sua simples existência já representava um ponto de resistência contra este processo de colonização que era totalitário” (ibidem, p.20).

No contexto dessas tradições é que nascem e se estruturam as dimensões religiosas da resistência africana, que:

Constitui um dos indicadores mais fortes da decisão política de busca de liberdade, empreendida pelos africanos e seus descendentes, ao longo de todo o processo colonial escravista, ocorrido no Brasil entre os séculos XVI e XIX. (SIQUEIRA, 2004, p.152)

Um exemplo dessa resistência foi o Levante dos Malês, em 1835, na cidade de Salvador, na Bahia, quando negros livres de ganho (alfaiates, pequenos comerciantes, artesãos e carpinteiros), insatisfeitos com a escravidão africana e a imposição do catolicismo baseada no preconceito, se rebelaram contra as condições impostas e as dificuldades para ascender socialmente. O Levante dos Malês simboliza a luta pela liberdade. A represália foi imediata e duramente reprimida pelo governo local, e seus líderes, condenados. Continuaram a perseguição, de forma metódica, aos africanos libertos, os proibindo de adquirir bens de raiz, alugar ou arrendar qualquer tipo de imóvel no centro de Salvador, sendo obrigados a pagar impostos anuais pesadíssimos para poder exercer suas profissões. Foram ademais compelidos a tirar certificados de residência anuais, proibidos de aprender quaisquer ofícios, expulsos do serviço público (SILVEIRA, 2006, p.533).

A figura 1 ilustra o processo de introdução dos povos africanos no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, pelo tráfico escravo e sua espacialização no território nacional e a concentração étnica que interage com a organização dos quilombos como espaços de resistência e mudanças ao modo de produção escravista no interior do país. Moura (2004, p.32) define que “o quilombo caracteriza-se basicamente pela sua conotação radical, como expressão da radicalidade diante do escravismo”, assim como também foi, do ponto de vista de sua organização e de continuidade histórica, a maior expressão de resistência à escravidão no Brasil.



Figura 1 – Mapa da distribuição espacial dos povos africanos do Brasil – Sec. XVI-XIX.
 Fonte: Anjos, 2006

A figura 2 retrata os quilombos e revoltas dos séculos XVI e XIX e se relaciona com os sítios quilombolas no Brasil atual. Torna visível a inter-relação destes com as manifestações e insurgências por outro modelo de sociedade, onde o Quilombo de Palmares, ainda no século XVII, é o maior exemplo. Quanto às constantes manifestações de revolta escrava e dos homens e mulheres negras livres para a ruptura com o sistema escravista, cabe destacar que a região Nordeste e a província da Bahia apresentam maior dinamismo dos quilombos e aquilombados (ANJOS, 2006, p.46).

No que se refere à distribuição dos africanos e descendentes livres na cidade do Salvador e no território nacional, Anjos (ibidem, p.36) ressalta que a distribuição por etnia se relaciona com o fluxo do tráfico destes do continente africano para a América. Os que partiram da costa de Angola, no século XVI, foram para as províncias do Maranhão e para o Grão-Pará, que dão expansão ao sistema escravista na colônia. No Nordeste, estruturaram o ciclo econômico da cana-de-açúcar, a exemplo do Recôncavo Baiano, e predominam os grupos étnicos bantus e os jeje-mina, da costa da Guiné, também conhecida como Costa do Marfim e Costa dos Escravos.

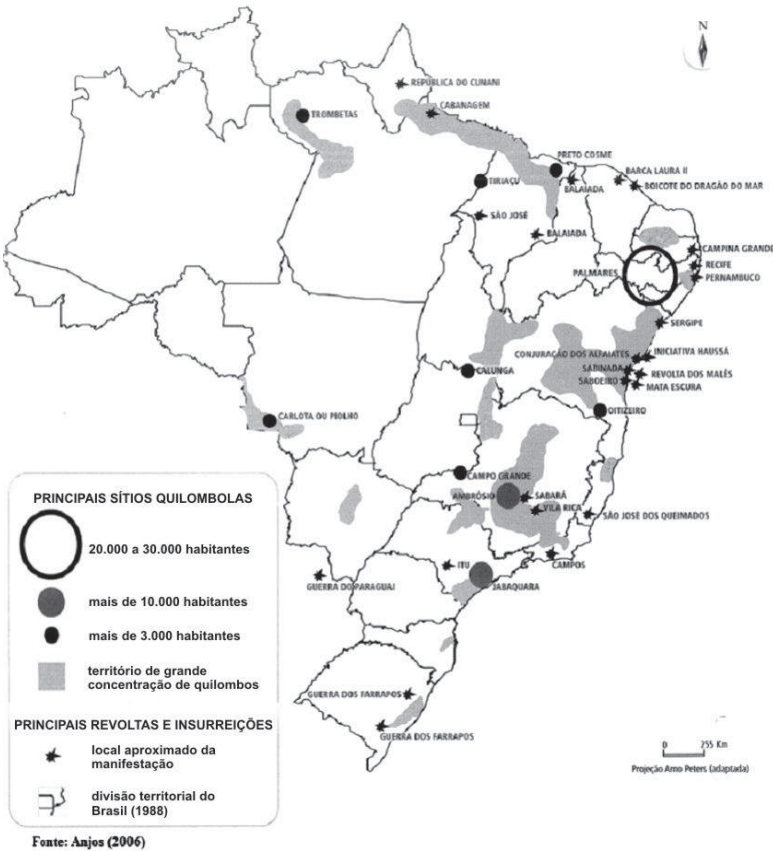


Figura 2 – Mapa das regiões de insurgências e resistência à escravidão no Brasil – Sec. XVI-XIX.

Fonte: Anjos, 2006

Dessa forma, a organização do Estado Nacional reflete a exclusão socioeconômica e espacial da população de africanos e seus descendentes. Segundo Bacelar (2001, p.18), na última década do século XIX e início do século passado, o grupo dominante branco, identificado com o modelo de civilização europeia, entendia como fundamental deter o processo de emancipação social da população negra, os mantendo sobre controle das instituições do Estado. A inexistência de estatuto civil diferenciador entre negros e brancos, de acordo com a Constituição de 1889, demandou o retorno de antigos elementos demarcadores de natureza racial da formação portuguesa, devidamente atualizados na ordem social que se instaurou.

No entanto, a exclusão socioespacial negra no Brasil Império do século XIX torna-se visível na República, no século passado e no atual, onde as lutas e insurgências resultaram em conquistas constitucionais e normativas, redirecionando o Estado Nacional para reconhecimento institucional de que o racismo foi determinante para a exclusão socioespacial de africanos e descendentes na formação do Estado Nacional Brasileiro.

O Reconhecimento dos Territórios Étnicos com a Criminalização do Racismo

Santos (2006, p.99) define que os eventos históricos, pelas duas dimensões geográficas e políticas, se caracterizam pela mudança de realidade e envolvem a interferência de atores sobre o espaço, sendo que a força capaz de agir será o Estado, “pelo seu uso legítimo da força, expresso ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é por natureza, geral”.

O *Caderno Identificação e Abordagem do Racismo Institucional* (2006) – publicado pelo Instituto AMMA – exemplifica o conjunto de tratados, convenções e leis de que o Brasil tornou-se signatário e adotou como normas constitucionais na segunda metade do século XX e no início do século XXI, tendo em vista a afirmação da cidadania de negros e seus territórios.

Entre os tratados e convenções internacionais de que o país tornou-se signatário, assumindo combater o racismo como dever social e institucional de uma nação democrática, destacam-se:

- I) A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948, que combina o discurso de liberdade e cidadania conjugando o valor da liberdade ao da igualdade.
- II) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela ONU, de 1965, ratificada pelo Brasil em 1968. É um dos principais instrumentos internacionais voltados ao combate à discriminação racial, integrado ao sistema especial de proteção aos direitos humanos. No primeiro parágrafo, afirma que “os Estados Partes condenam a discriminação racial e comprometem-se a adotar uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas e de promoção do entendimento entre todas as raças”.
- III) A Convenção nº 169, de 1957, como membro signatário da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), signatário dos princípios e normas internacionais enunciadas na convenção e na recomendação sobre populações indígenas e tribais.
- IV) A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, onde o Brasil tornou-se signatário.

No reconhecimento pelo Estado Nacional do racismo e outras práticas de intolerâncias correlatas como crime, podem-se destacar:

- I) A Constituição Federal (CF) de 1988, ao ser contundente ao tornar crime os atos de racismo, prevendo reclusão. Alberga vários valores fundamentais, entre os quais está o princípio de igualdade. Em seu art. 3º, inciso IV, estão expressos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”.
- II) O art. 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT) reza que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas

terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

- III) O art. 216 da CF reza, no inciso V: “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Sendo enfático em seu parágrafo 5º que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.
- IV) A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – conhecida como Lei Caó, em referência ao deputado fluminense e militante negro Carlos Alberto Oliveira. Amplia o foco das leis anteriores e define os crimes resultados de preconceito de raça ou de cor.
- V) O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que o artigo 68 do (ADCT) trata.

Pelo fato de a população negra sair do processo de exclusão socioespacial para o reconhecimento de direitos civis e coletivos com a criminalização legal do racismo pelo Estado Brasileiro, Porto-Gonçalves (2006, p.278) assinala que a questão jurídica torna-se, “por tudo o que estamos vendo, objeto de um intenso debate por todo lado, até porque se trata de estabelecer a norma legal em aberto conflito de interesse cuja novidade, hoje é a presença de novos protagonistas na luta política”.

Mesmo com a exclusão da população negra da constituição do Estado Nacional, respaldada no sistema econômico escravista e pós-abolição pelas políticas de imigração e embranquecimento, os negros sobreviveram e chegaram ao século XXI não como minoria, mas como uma maioria, “embora seja classificada desta maneira por meio dos artifícios numéricos”, segundo Anjos (2006, p.15). Segundo o Censo Demográfico (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra formada pela soma de pretos e pardos totaliza 69 milhões de habitantes, 47% da população nacional.

Ao ser signatário da Conferência de Durban (2001), na África do Sul, o Brasil, na última década, instituiu políticas públicas, de caráter afirmativo e inclusivo. Essas ações tiveram reflexos inclusive nos dados estatísticos populacionais, revelando uma nova realidade, onde os negros passam a ser a maioria da população. Com o advento dos investimentos públicos para a afirmação étnica da população, a realização do Censo Demográfico 2010, pelo IBGE, levou em consideração de forma mais eficaz os quesitos de “cor e raça”. O resultado foi que 97 milhões declararam-se negros, representando 51% da população nacional.

Os dados da Fundação Cultural Palmares sobre o número de Territórios Quilombolas no Brasil informam que, no final da última década, 1820 territórios no país receberam a Certidão de Autodeclaração do Estado Nacional, primeiro documento público de reconhecimento do território étnico. Entre os estados que concentram a maior população negra do país, a Bahia,³ em 2012, já somava 438 territórios certificados. No entanto, apenas seis territórios têm o título de propriedade, e dois de território definitivo, isto é, o reconhecimento de direito à terra. Esta é a principal luta dos quilombolas durante os séculos, e apesar de haver um marco legal estabelecido, não se observam alterações na concentração de terras no país.

Entre os quilombos que conseguiram o título de seu território conforme a CF de 1988, cabe destacar como caso emblemático a Território Quilombola de Rio das Rãs, na Bahia, que em 2000 passa a constar como o primeiro na Bahia a obter este título.

Quanto aos Terreiros de Candomblé no estado da Bahia, também estão localizadas as referências nacionais da luta da população negra pelo seu território em ambiente urbano, sendo o Terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká (Casa Branca do Engenho Velho) o primeiro templo de Religião de Matriz Africana do Brasil reconhecido e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Histórico, no ano de 1984, na cidade do Salvador. Depois deste, novos templos também foram tombados, sendo quatro na Bahia, e o último, em 2002, no estado do Maranhão – a Casa das Minas –, dezoito anos depois.

Contudo, a política de reconhecimento dos terreiros, na Bahia, não veio a ser uma realidade para todos os templos. Por exemplo, no ano de 2005, foram cadastrados pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), na pesquisa de Mapeamento dos Terreiros de Candomblé na cidade do Salvador, 1.410 templos. Destes, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), órgão do estadual, já reconheceu e tombou mais sete no estado, sendo dois no município de Salvador, três no município de Lauro de Freitas, um no município de Camaçari e um em Maragogipe, no Recôncavo Baiano.

No entanto, a afirmação dos territórios étnicos em ambientes rural e urbano depara-se com a inter-relação com a cultura, a política e a economia originadas pela elite latifundiária do século XIX e a empresarial no século passado, que se estabeleceram no poder político e econômico do Brasil Colonial ao Republicano, ignorando a existência a população negra na formação do povo nacional.

Santos (2007, p.34) avalia que a geografia dos comportamentos e das práticas nas relações raciais se soma à distribuição espacial dos grupos raciais, constituindo espacialidades materiais e simbólicas intimamente vinculadas às subjetividades, intersubjetividades e identidades de indivíduos e grupos.

Portanto, a exclusão da população negra do direito ao território, na atualidade, está relacionada à ex/apropriação pelos interesses público e privado sobre o espaço, e tem como base o entendimento de que estes não se configuram socialmente e politicamente como institucionalizados e hierarquizados.

Amorim e Germani esclarecem que as manifestações pelo direito ao território, nos séculos XIX e na atualidade, pelas Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorrem devido à resistência que elas têm desempenhado na defesa de seus territórios das intervenções incentivadas pelo Estado, por vários agentes públicos e privados que invadem suas comunidades. Nessa relação “o Estado também aparece como um desses agentes, que atuando através de projetos de infraestrutura, tem violado esses espaços” (AMORIM; GERMANI, 2005, p.796).

Santos define que o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um único quadro no qual a história se dá.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza

artificial tenda a funcionar como uma máquina com a inserção de objetos técnicos: hidroelétricas; fábricas; fazendas modernas; portos; estradas de rodagem; estradas de ferro; cidades. O espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2006, p.39)

No espaço nacional, a garantia constitucional dos territórios quilombolas e dos terreiros, no século XXI, parte da superação do racismo na institucionalidade. Um exemplo seriam os Estados Unidos, que no final da década de 1960 empregaram o conceito de discriminação indireta ou racismo institucional⁴ para a promoção de políticas de equidade racial. No entanto, o conceito surgiu no contexto dos direitos civis e com implementação de políticas afirmativas. Já na Inglaterra, o conceito passa a ser incluído como instrumento para a proposição de políticas públicas, na década de 1890, pelo resultado do crescimento da população não-branca e das dificuldades observadas pelo poder judiciário em responder às demandas daquela população (JACCOUD, 2008, p.145).

Por sua vez, no Brasil, o combate ao racismo institucional ainda não é uma realidade, mesmo com o advento das políticas de promoção da igualdade racial, devido à forma de organização do Estado Nacional e das relações socioespaciais, políticas e econômicas, a exemplo dos partidos tradicionalmente conservadores, mantenedores dos princípios do latifúndio do século XIX. Segundo Brasil (2008, p.1) o Partido da Frente Liberal (PFL), rebatizado de DEM, representante do agronegócio e com fortes ligações com as igrejas evangélicas do século XXI, ingressou no Ministério Público Federal (MPF) com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3239, em 2005, onde alega inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/03 com os seguintes argumentos:

a) pela impossibilidade de edição de regulamento autônomo para tratar da questão; b) inconstitucionalidade do uso da desapropriação, prevista no art. 13 do Decreto 4.887/03; c) pela inconstitucionalidade do emprego do critério de auto-atribuição; d) pela invalidade da caracterização das terras quilombolas como aquelas utilizadas para “reprodução física, social, econômica e cultural do grupo étnico” art. 2º, § 2º do Decreto 4.887/03. (BRASIL, 2008, p.1)

Portanto, a principal análise a ser feita nesse processo é o marco legal que ampara o princípio do direito coletivo e identidade étnica das comunidades sobre o território já reconhecido na Constituição de 1988, no art. 68 ADCT, na Lei nº 9.784/99, que disciplinou o processo administrativo da União para regularização dos territórios tradicionais, e no art. 14 da Convenção 169 da OIT. Este último prevê o direito à propriedade dos povos das terras tradicionalmente ocupadas, baseado em seu reconhecimento pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 143/2002. Há necessidade de compreender a relação entre espaço e território nessa sociedade marcada pela integração a partir de determinante racial. Quanto a este entendimento, Santos (2006) esclarece que a configuração territorial não é o espaço, sendo este a materialidade e que reúne a materialidade, e esta, a vida e sua animação. No entanto, a configuração territorial/geográfica tem “uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (ibidem. p.38).

Desta forma, o desenvolvimento das relações socioespaciais e geopolíticas do Estado Nacional é originária das relações étnico-raciais assimétricas que aprofundam a exclusão social, política, cultural e econômica dos Territórios Quilombolas e dos Terreiros de Candomblé no Brasil.

Considerações Finais

A análise dos principais pontos sobre a integração de africanos e seus descendentes ao Estado Nacional Brasileiro, e a relação destes com os territórios étnicos, a partir de uma abordagem qualitativa e crítica, esclarece que o racismo e a exclusão socioespacial foram determinantes para as condições de vida social, econômica e política dos homens e das mulheres emanadas do sistema econômico escravista instituído no Brasil Colônia, e perpetuado no Império, se aprofundando na República pensamento institucionalizado racista atual.

As análises identificam na constituição do Estado Nacional Brasileiro, a partir do Império, e as políticas instituídas após a Lei de Terras (1850) e a Lei da Abolição (1888), o aprofundamento das desigualdades raciais, que condicionaram as relações sociais entre brancos e negros, e também com relação aos povos indígenas, tendo nas políticas para a imigração e embranquecimento da população nacional a ação pública, que não só veio a dividir classes, mas institucionalizou a ideologia racial que segregou a sociedade entre os incluídos (a minoria) e os excluídos (a maioria).

No Brasil, após as duas Grandes Guerras Mundiais, na segunda metade do século passado, além do desenvolvimento técnico-científico-informacional, se estabelecem as lutas por direitos humanos e civis, fortalecendo em todo o território nacional os levantes dos movimentos negros pela garantia da igualdade e pelo reconhecimento da população negra como cidadãos e cidadãs pertencentes a este Estado Nacional. Essa luta traz um novo cenário, onde se inclui também a possibilidade de discussão sobre o que se deseja do Estado Nação.

A conquista da cidadania pela população negra no Estado Nacional tem nos territórios étnicos a afirmação social e a conquista de direito, desafiando a sociedade brasileira do século passado com a Constituição Cidadã de 1988, que os reconhece como patrimônio nacional e a sua contribuição ao Estado Nação. No entanto, o racismo e a intolerância, a ideologia e o preconceito dos séculos XVI ao XIX, que legalizaram o tráfico de seres humanos originários da África para as Américas, transformando os povos não arianos e não europeus ocidentais em “semoventes”, na sociedade contemporânea, ainda precisam ser enfrentados.

Dessa maneira, o processo histórico demonstra que o reconhecimento dos territórios étnicos, pela Constituição e Atos Normativos, é uma vitória da luta do Movimento Negro Brasileiro em articulação com outros grupos sociais, por boa parte do século passado, numa dinâmica para garantir à população negra a cidadania. Os conflitos que se evidenciam em todo o território nacional entre este movimento é, também, o combate aos grupos capitalistas-empresariais-evangélicos que emergem na atualidade e se apropriam das estruturas do Estado, evitando que as reivindicações da maioria negra, pela terra e por território, sejam reconhecidas como condição para termos uma nação democrática e livre.

Assim, os atos racistas no cotidiano social brasileiro, de forma individual ou coletiva, como o caso da ADIN contra o Decreto nº 4.887/2003 do DEM, sinalizam que as políticas de afirmação de direitos étnicos e a criminalização do racismo, instituídas para a democratização do Estado Nacional Brasileiro no século XXI, persistem no mo-

delo “técnico-colonial” no que se refere aos territórios étnicos. Evidenciando a falta de capacidade da sociedade de garantir os direitos por ela instituídos. A reivindicação da maioria negra da população é garantida pelo respeito à ancestralidade e à identidade para a conquista da vida social neste Estado Nacional.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

AMORIM, I. G.; GERMANI, G.I. Quilombos da Bahia: presença incontestável. In: *Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina*. X, 20 a 26 mar. 2005. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p.796-812.

AMMA, Instituto, Psique e Negritude. *Identidade e abordagem do racismo institucional*. Brasília: [s.n.], 2009.

ANJOS, R. S.A. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo: AORI Comunicação, 2006. 240p.

_____. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In.: SANTOS, R. E. dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.115-36.

BACELAR, J. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BRASIL, Ministério Público Federal. *Parecer Território Quilombolas e Constituição: A ADIN 3.239 e a Constitucionalidade do Decreto 4.887/03*. Relator: Daniel Sarmento. 3 de março de 2008. Procuradoria Regional da República, 2ª Região, Rio de Janeiro.

DELGADO, G. Setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005, v.1, p.19-50.

DERIGGS, C. A influência do legado africano na formação da identidade nacional do Brasil e dos estados membros da CARICOM. In: CARDIM, C. H.; DIAS-FILHO, R. G. *A herança africana no Brasil e no Caribe*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.121-39.

GERMANI, I. G. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, [s.l.], v.1, n.2, p.115-47, 2006.

JACCOUD, L. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008, p.49-51.

Santana Filho, D. M., Germani, G. I. e Giudice, D

_____. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008, p.135-70.

_____. PINHEIRO, L.; SILVA, J.; WALDEMIR, S. A promoção da igualdade racial em 2006 e o programa de combate ao racismo institucional. In: JACCOUD, L. (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: Ipea, 2009, p.147-70.

LIENHARD, M. O mato e o mar: apontamentos para uma arqueologia do discurso escravo. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (orgs.). *Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999, p.113-24.

MORAES, A. C.R. Território, região e formação colonial: apontamentos em torno da geografia histórica da independência brasileira. In: CARBÓ, E. R.; VARGAS, H. M.; MARTIN, P. (coords.). *La integración Del territorio em uma idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. México: UNAM – Instituto de Geografía /Instituto de Investigaciones Dr. José Maria Luis Mora, 2007, p.503-4.

MOURA, C. Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente. In: MUNANGA, K. (org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. História do negro no Brasil. Brasília: [s.n.], 2004, p.9-61. v.1.

OJO-ADE, F. O Brasil, paraíso ou inferno para o negro?: subsídios para uma nova negritude. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (org.). *Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999, p.35-50.

PEREIRA LEITE, M.A. F. A ideia de paisagem na obra de Milton Santos. In: SILVA, M. A. de (org.). *Milton Santos: o homem e sua obra*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.93-104.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTANA-FILHO, D.M. *A integração da população negra ao Estado brasileiro e a ex/ apropriação dos territórios étnicos no Estado da Bahia*. Salvador: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UCSAL, 2011.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, R.E. O ensino da geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.630. In: SANTOS, R. E. dos (org.). *Desigualdade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.21-42.

SILVEIRA, R. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. Salvador: Maianga, 2006.

SIQUEIRA, M. L. Os fundamentos africanos da religiosidade brasileira. In: MUNANGA, K.(org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. História do negro no Brasil. Brasília: [s.n.], 2004, p.152-204. v.1.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M.(org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008, p.19-47.

Recebido em: 15/8/2012

Aceito em: 6/5/2013

¹Artigo desenvolvido com base na monografia *A integração da população negra ao Estado brasileiro e a ex/apropriação dos territórios étnicos no Estado da Bahia* (SANTANA-FILHO, 2011).

²Jefferson Bacelar (2001, p.41-5), no estudo sobre “Hierarquia das Raças”, explica que o critério racial, tendo por base a cor e seus componentes coadjuvantes, tornou-se o principal vetor restritivo à ascensão social e a marca da desqualificação do suposto cidadão. A inferioridade biológica e cultural dos negros e os problemas derivados da mestiçagem, constantes nas “teorias raciais nacionalizadas”, sincronizaram-se perfeitamente com o ideário dos grupos dominantes, porém, nada disso era exposto diretamente.

³Consulta realizada no site <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=BA>>, em 10 jun. 2012.

⁴Segundo Silva et al. (2009, p.157), o racismo institucional atua no nível das instituições sociais, dizendo respeito às formas como estas funcionam, seguindo as forças sociais reconhecidas como legítimas pela sociedade e, assim, contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia racial.

Avaliação da Qualidade da Água Subterrânea em Poços da Comunidade do Trairussu Inserida no Litoral Oriental do Ceará, Brasil

Quality of Groundwater Wells in a Traditional Community from Eastern Ceará, Brazil

Francisco Otávio Landim Netoⁱ
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Edson Vicente da Silvaⁱⁱ
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Gledson Bezerra Magalhãesⁱⁱⁱ
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Narcélio de Sá Pereira Filho^{iv}
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Resumo: O presente trabalho avalia os parâmetros físicos, químicos e microbiológicos referentes à potabilidade da água de acordo com os padrões estabelecidos pela Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde em uma área rural. As amostras foram colhidas em dez poços da comunidade Trairussu, localizada no distrito de Jacaúna, pertencente ao município de Aquiraz-CE. Para tanto, foi utilizado um kit técnico de indicação de potabilidade da Alfa Kit que realiza análises de acordo com o método Standard de exames físico químicos de água. Como procedimentos técnicos foram efetivadas ações de coletas e análises dos seguintes parâmetros físicos e químicos: alcalinidade, amônia, cloretos, dureza, ferro, pH, e microbiológicos, como coliformes termotolerantes e coliformes totais. De acordo com os resultados obtidos por meio de análises realizadas em campo, verificou-se que as amostras estão em desacordo com a Portaria do Ministério da Saúde nos seguintes parâmetros: ferro, coliformes termotolerantes e coliformes totais. Constatou-se a necessidade de que as águas dos poços analisados recebam um tratamento adequado para torná-las potável e possível de serem usadas para o consumo humano doméstico.

Palavras-chave: Potabilidade; Qualidade hídrica; Águas subterrâneas; Comunidade rural.

ⁱ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia. otaviogeo@oi.com.br

ⁱⁱ Professor Titular do Departamento de Geografia. cacao@ufc.br

ⁱⁱⁱ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia. gl_magalhaes@hotmail.com

^{iv} Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia. narceliosapereira@gmail.com

Abstract: This study assesses the physical, chemical and microbiological parameters for the potability of water using standards for rural areas established by Ordinance #518/2004 of the Brazilian Ministry of Health. Samples were collected from ten wells located in Trairussu community, Jacaúna district, Aquiraz municipality, Ceará. The assessment was made using an Alpha Kit for analyzing water potability according to standard methods of water testing. The physical and chemical parameters accessed were: alkalinity, ammonia, chloride, hardness, iron, pH, and microbiological materials (fecal coliform and total coliform). According to the results obtained from the tests performed in the field, it was found that the samples are not in accordance with the Ordinance of the Ministry of Health for the parameters for iron, fecal coliform and total coliform. The findings suggest that the water of the wells analyzed need treatment in order to be made potable for domestic use.

Keywords: Potability; Water quality; Groundwater; Rural community.

Introdução

A água, recurso essencial à vida, pode ser obtida através de diferentes fontes, sendo uma delas o manancial subterrâneo, que constitui um recurso utilizado por ampla parcela da população brasileira. A garantia de qualidade para o consumo humano de água deve estar de acordo com os padrões de potabilidade, adequados à saúde pública, baseada na Norma de Qualidade da Água para o Consumo Humano, portaria nº 1.469, do Ministério da Saúde, sendo definidos os valores máximos permissíveis (VMP) para as características bacteriológicas, organolépticas, físicas e químicas da água potável.

A água subterrânea pode ser captada em aquíferos confinados ou livres. Os primeiros encontram-se entre duas camadas relativamente impermeáveis, já a água presente no segundopode ser captada em aquífero livre que esteja próximo à superfície terrestre, sendo que estes geralmente estão mais susceptíveis à contaminação (FOSTER, 1993). Em função do baixo custo e da facilidade de perfuração, a captação de água no aquífero livre, embora mais vulnerável à contaminação, é frequentemente utilizada no Brasil, principalmente no meio rural, com a construção de poços, cacimbas ou cisternas de forma inadequada e com proximidade a possíveis fontes de contaminação, como fossas sépticas, sumidouros, lavouras e áreas ocupadas por animais.

Associado às fontes de contaminação supracitadas, o destino final do esgoto doméstico e industrial em fossas negras e tanques, a disposição inadequada de resíduos sólidos e a utilização de agrotóxicos podem favorecer ainda mais a contaminação das águas de poços. O consumo de água contaminada é associado a diversos problemas de saúde, como as doenças de veiculação hídrica, a exemplo da leptospirose, cólera, amebíase, dentre outras.

Abastecer a população com água potável é uma das tarefas fundamentais dos serviços de saúde pública e de saneamento básico. A conservação da água nesse sentido torna-se necessária para uma vida plena, saudável e satisfatória. Convém destacar que nem sempre é possível cumprir bem esta tarefa tão importante, pois, muitas vezes, a água apresenta-se com baixa qualidade para consumo humano, causando graves problemas à saúde.

Diante de tais premissas, alguns questionamentos já se evidenciam: Como a comunidade utiliza os recursos hídricos? Qual é o manancial de água utilizado para o abastecimento doméstico? Quais são os principais problemas na qualidade da água utilizada pela comunidade? Quais são as ações efetivadas pela comunidade para manter a qualidade da água?

Assim, analisaram-se os parâmetros referentes à potabilidade da água em dez poços da comunidade Trairussu visando identificar as possíveis causas de alterações das características físicas, químicas e bacteriológicas das amostras analisadas, subsidiando estratégias para a resolução dos problemas referentes à qualidade da água consumida pela comunidade.

Metodologia

As ações foram subdivididas em duas etapas. A primeira constou dos trabalhos iniciais de revisão bibliográfica e trabalhos de campo com coleta de dados por meio de observação direta a partir da aplicação de questionários junto a 35 chefes de família que compõem a comunidade. Dentre as perguntas efetuadas no questionário podem-se citar: (i) Quais são as atividades desenvolvidas pela família? (ii) Qual é a principal atividade realizada pela família? (iii) Qual é a renda mensal da família? (iv) A sua casa tem caixa de água/água encanada? (v) Qual é a fonte de abastecimento de água? (vi) Essa água é tratada? (vii) Você tem alguma observação a fazer com relação ao abastecimento e à qualidade da água? (viii) Existe filtro na sua casa? (ix) Qual a distância da fossa para a cacimba ou poço? (x) Como está a situação da coleta do lixo produzido na comunidade?

Nos trabalhos de campo foram efetivadas observações quanto aos aspectos físicos que compõem a comunidade e as adjacências, identificando os principais usos da terra presentes na área, além da coleta e análise de amostras de água em dez poços da comunidade do Trairussu, que foram realizadas nos meses de março de 2010 (período chuvoso) e julho de 2010 (período seco).

Foi utilizado o Kit de Potabilidade da Alfakit, que tem sua metodologia analítica fundamentada no método *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*, 21ª edição, 2005, e atende à Portaria nº 518 do Ministério da Saúde do Brasil. Foram analisados por meio de determinações colorimétricas os parâmetros referentes ao teor de: ferro, pH, amônia. Enquanto que nas determinações volumétricas verificam-se: dureza total, cloretos e alcalinidade. Já para as determinações microbiológicas para coliformes termotolerantes, totais e salmonela, foi utilizada a cartela TECNOBAC.

A segunda etapa diz respeito às atividades de análises espaciais e de geoprocessamento, em ambiente SIG, sendo realizadas análises preliminares da área a partir da interpretação de imagens de fotografias aéreas de 2007, com 50 cm de resolução espacial, disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. A interpretação das imagens e a visita em campo subsidiaram a identificação, análise e o diagnóstico dos principais problemas, das limitações relacionados aos recursos hídricos da comunidade Trairussu.

O Social e o Ambiental da Comunidade Trairussu

A comunidade Trairussu fica localizada no distrito de Jacaúna (Figura 1), pertencente ao município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará. A sede do distrito de Jacaúna foi fundada no ano de 1893, porém sua colonização data de fins do século XVII, concomitante à da sede do município de Aquiraz. Os centros de Aquiraz e Iguape (vila sede de Jacaúna) disputavam a hegemonia da antiga vila de Aquiraz, sendo que a primeira câmara municipal do Ceará teve como sede Iguape (CARDOSO, 2002).

A ocupação urbana no distrito inclui as vilas costeiras do Iguape (a maior e sede do distrito), Presídio, Barro Preto e Batoque, acrescentando-se, ainda, o loteamento Novo Iguape, diversos sítios (pequenas propriedades utilizadas para lazer e/ou pequena produção agropecuária) e uma comunidade indígena na reserva da Lagoa Encantada (DINIZ et al., 2009).

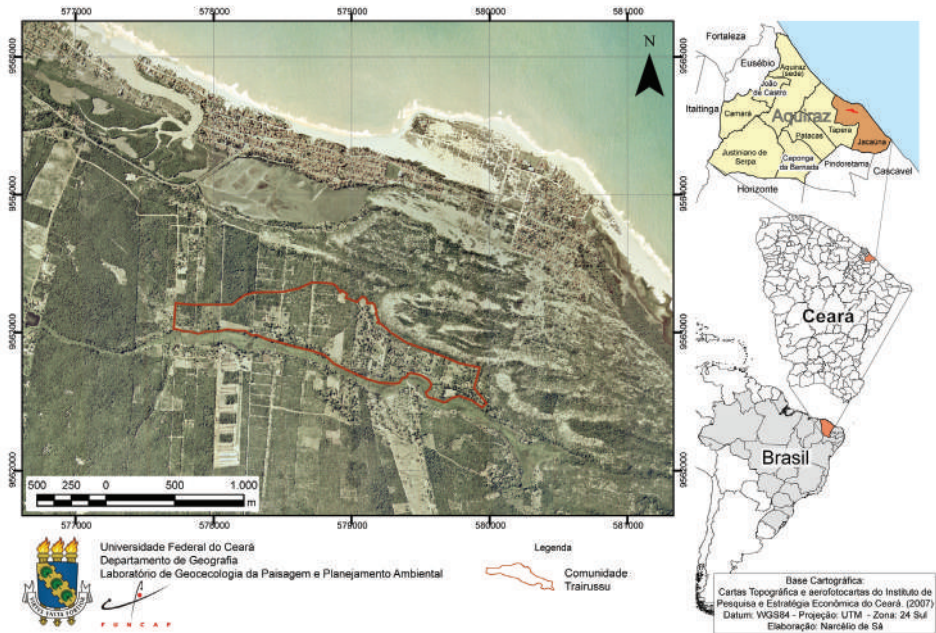


Figura 1 – Mapa de localização da comunidade Trairussu.

A verificação das condições climáticas da região evidencia estreita relação com as de formação geomorfológica, no regime dos rios, na disponibilidade dos recursos hídricos, na formação dos solos e na distribuição da cobertura vegetal.

Conforme o IPECE (2009), a temperatura média do município de Aquiraz corresponde a 27°C, com uma umidade relativa do ar de 78%, com tempo de insolação de 269,4 dias/ano e velocidade média anual dos ventos de 3,6km/h, sendo fracos no período das chuvas, que vai de dezembro a abril, e fortes no período de estiagem, entre os meses de maio e novembro. A localização da área, próxima à linha do equador, favorece a intensa

insolação durante grande parte do ano, caracterizando-a como uma área típica de clima quente. A atuação da Zona de Convergência Intertropical¹ estabelece a sazonalidade da precipitação, enquanto a altitude e a proximidade do oceano influenciam nas condições do clima local.

Os depósitos geológicos presentes na área de estudo conservam estreitas relações com as unidades geomorfológicas e são representados pelos sedimentos quaternários e terciário-quaternários do Domínio dos Depósitos Sedimentares Cenozoicos (SOUZA, 1988). Os tabuleiros litorâneos são constituídos pelos sedimentos do Grupo Barreiras, constituindo a unidade morfológica mais expressiva da área. São formados por patamares escalonados, recuados da faixa de praia e do campo de dunas, no sentido NE-SW, acompanhando o sistema de falhas que corta o estado do Ceará, (CARVALHO et al., 1994).

Há predominância de sedimentos areno-argilosos de cores esbranquiçadas, vermelho-amareladas e creme. Os sedimentos do Grupo Barreiras compõem o “glacis” de acumulação, que é entalhado pela rede de drenagem que demanda o oceano. A topografia apresenta-se plana, sendo que há predominância de cobertura vegetal arbóreo-arbustiva densa (BRANDÃO, 1995). Nessa unidade, os solos dominantes correspondem ao podzólico vermelho-amarelo, ocorrendo em manchas associadas com areias quartzosas distróficas. (EMBRAPA, 1999).

A comunidade é rica em recursos hídricos subterrâneos, em decorrência do substrato geológico sedimentar existente, onde o campo de dunas é constituído por sedimentos arenosos, que formam um importante aquífero, estabelecido em virtude da grande capacidade de infiltração da água no período chuvoso, que é armazenada no subsolo a poucos metros de profundidade (LANDIM NETO et al., 2013). Tal comunidade vale-se dos recursos hídricos subterrâneos para a captação da água a ser utilizada no consumo domiciliar.

A comunidade Trairussu é composta por 42 famílias, sendo que quarenta destas sempre residiram na localidade, e duas famílias vivem no local há menos de dois anos. Na análise da composição da população total, verificou-se a existência de 170 pessoas.

Visando compreender melhor a percepção da comunidade sobre a utilização e conservação dos recursos ambientais, fez-se uma série de perguntas, na forma de questionário, relativas ao uso do solo, da vegetação e dos recursos hídricos pela comunidade. Os solos relacionados às áreas de maior produtividade encontram-se próximos ao riacho Trairussu, onde a estrutura pedológica e composição química fornecem uma maior fertilidade natural, sobretudo devido ao seu caráter de solos aluviais, sendo amplamente utilizados para a agricultura de subsistência.

Estabeleceu-se um universo de 42 famílias, com 35 famílias constituindo amostra utilizada na pesquisa. Ao se analisar a ocupação por setor de atividade econômica, ressalta-se uma elevada incidência de pessoas ocupadas na agricultura – 62,8%, que correspondem a 22 famílias que habitam o conjunto da área pesquisada. Entre as principais atividades agrícolas na comunidade destaca-se a agricultura de subsistência, com a produção de milho, feijão, arroz e mandioca. Desenvolve-se também uma pequena produção de hortaliças, como o coentro e a

cebolinha, utilizados para o consumo das famílias dos agricultores e para a venda de excedente.

A pecuária desenvolve-se principalmente com a criação de animais de pequeno porte, particularmente aves, como galinhas, capotes e patos. Observa-se, mesmo que de forma iniciante, a criação de suínos, caprinos e bovinos.

De acordo com a pesquisa, constatou-se que parte da população, correspondente a 42,8%, tem renda mensal de um salário mínimo; 25,5% recebem até meio salário mínimo; 8,5%, dois salários; 11%, de dois a três salários; e 11,4% das famílias recebem cinco salários mínimos. A maioria da população que habita a comunidade vive em precárias condições socioeconômicas, sobretudo aquelas famílias que possuem uma renda que não ultrapassa a dois salários mínimos.

O abastecimento hídrico local é realizado por bombas que retiram água de poços artesanais que foram construídos pelos próprios moradores. Cabe destacar que 83,3% das famílias pesquisadas são abastecidas por poços, sendo que apenas uma família utiliza água de cisterna de placa para o consumo doméstico. A água é utilizada para beber, lavar, cozinhar, tomar banho e também para pequenas irrigações de algumas áreas de plantio.

A água utilizada para o consumo doméstico é filtrada em 48,5% das casas (filtros de argila com duas velas de limpeza internas), e em 51,4% das casas pesquisadas nenhum tratamento é utilizado, uma vez que essas famílias não possuem filtros, como também desconhecem outras formas do tratamento da água. Com relação ao destino final do esgoto doméstico, 100% dos domicílios analisados destinavam seus esgotos para fossas construídas com tijolos furados, facilitando, assim, ocorrência de infiltrações que comprometem totalmente a qualidade dos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos das águas existentes no subsolo.

A conservação da água, nesse sentido, torna-se necessária para uma vida plena, saudável e satisfatória. Convém destacar que, na realidade, nem sempre é possível cumprir bem esta tarefa tão importante, pois muitas vezes o consumo de água de baixa qualidade causa graves problemas à saúde e, em certas ocasiões, pode até provocar mortes. Isto acontece porque as águas não apresentam a qualidade necessária para o consumo humano. Não basta apenas fornecer água em quantidade à comunidade, essa água tem que ser inócua, para evitar doenças.

A Figura 2 representa o mapa de uso e ocupação do solo que abrange a área de estudo. Sendo destacado (i) o tabuleiro litorâneo, onde verifica-se o extrativismo vegetal, marcado pela retirada de lenha e produção de carvão, (ii) a planície fluvial ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar, agricultura de vazante, com culturas de subsistências, como arroz, feijão, mandioca, batata, milho e hortaliças e plantas medicinais, e (iii) a ocupação de parte do campo de dunas fixas por atividades agrícolas de subsistência, como o cultivo de mandioca.

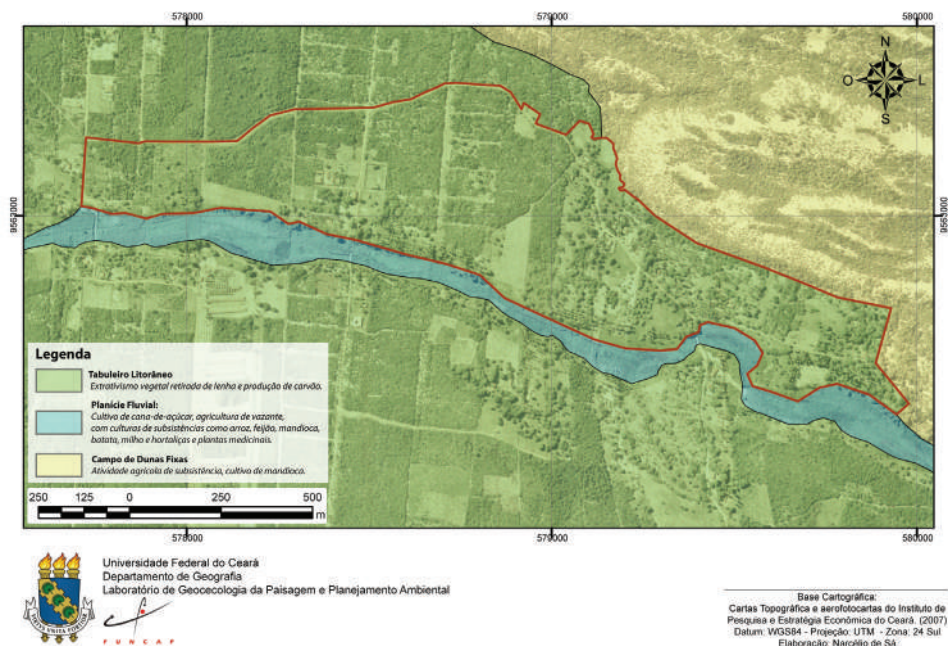


Figura 2 – Mapa de uso e ocupação do solo da comunidade Trairussu.

Análise da Água

Os poços estudados (Figura 3) são de águas superficiais, do tipo raso, sendo que oito foram perfurados manualmente, possuindo até 15 metros de profundidade, cuja captação da água é feita por bombeamento. Em trinta domicílios pesquisados os chefes de família informaram que a distância entre o poço e a fossa era inferior a 15 metros. O Serviço Federal de Saúde Pública recomenda os seguintes limites mínimos: fossas secas, tanques sépticos, linhas de esgotos: 15 metros; poços absorventes, linhas de irrigação sub-superficial e estábulos: 30 metros; e fossas negras: 45 metros. Em lugares onde a água adjacente ao poço é acessível a rebanhos deve ser construído um cercado a 30 metros do poço.

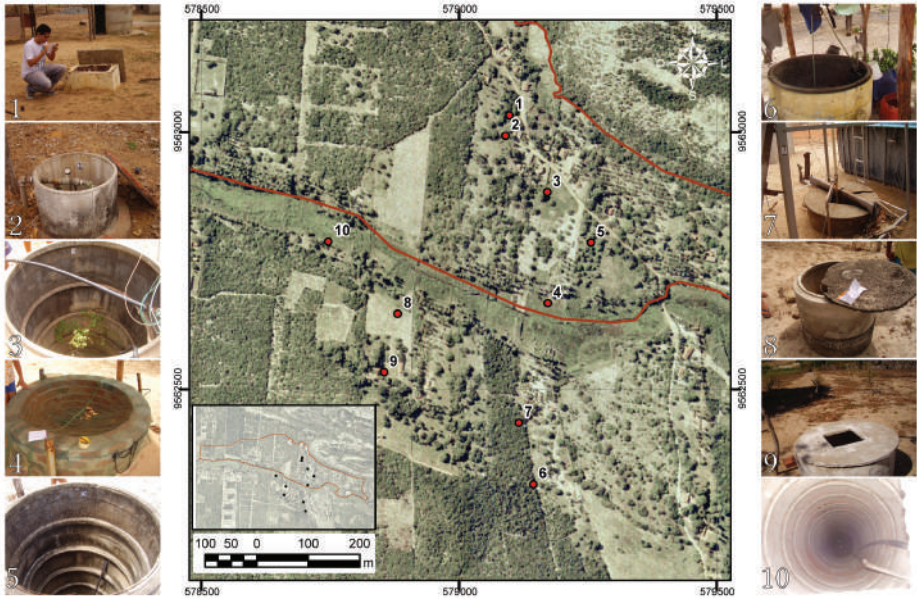


Figura 3 – Espacialização dos poços que tiveram amostras de água analisadas.

Os parâmetros analisados foram alcalinidade, amônia, cloretos, dureza, ferro, pH, e microbiológicos, referentes a coliformes termotolerantes e coliformes totais. Cabe destacar que foram realizadas duas análises (período chuvoso e seco) em cada poço. A figura 4 representam os resultados da alcalinidade encontrada nos poços analisados nos respectivos períodos. A alcalinidade é a medida total das substâncias presentes na água e capazes de neutralizar os ácidos. O poço 2 apresentou maior alcalinidade, com $120 \text{ mg L}^{-1} \text{ CaCO}_3$, enquanto que o poço 5 apresentou a menor alcalinidade, com $18 \text{ mg L}^{-1} \text{ CaCO}_3$, tendo uma variação de $102 \text{ mg L}^{-1} \text{ CaCO}_3$ entre o poço com a taxa mais alta e o poço com a taxa mais baixa. A portaria nº 518, de 2004, do Ministério da Saúde, não apresenta limites aceitáveis para esse parâmetro. Todavia, sua análise é conveniente devido a sua importância na dinâmica com o pH. Se uma fonte hídrica tem uma alta alcalinidade, como é o caso dos poços 2 e 3, ela é mais estável e resistente às variações de pH, portanto apresenta alta capacidade de neutralização da água (capacidade de tampão), para o caso de a água ter pH abaixo de 7 (ácido), visto que os íons presentes irão neutralizar o ácido. A alcalinidade em águas subterrâneas pode ser ocasionada devido a carbonatos, bicarbonatos, íons hidróxidos, silicatos boratos, fosfatos e amônia.

Alcalinidade

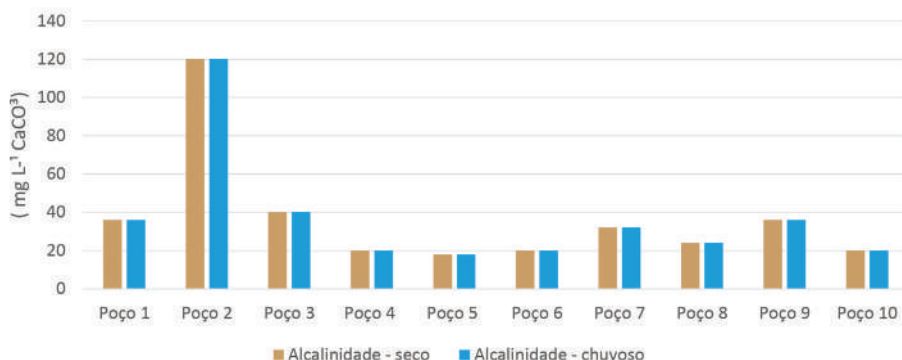


Figura 4 – Taxa de alcalinidade dos poços analisados em março e julho de 2010.

A concentração de amônia nos poços 1 e 9 apresenta valores nos limites permitidos pela portaria do Ministério da Saúde. Observa-se que a maioria dos poços, com exceção dos poços 1 e 9 (taxas de 1,5 mgL⁻¹ NH₃, respectivamente, nos dois períodos de análise), apresenta taxas inferiores ao permitido pela portaria nº 518. Pode-se perceber com a visualização da figura 5 que os poços 1 e 9 apresentam elevadas quantidades de amônia. Considera-se que a existência de currais e fossas próximas a esses poços contribuem para o fato.

Amônia

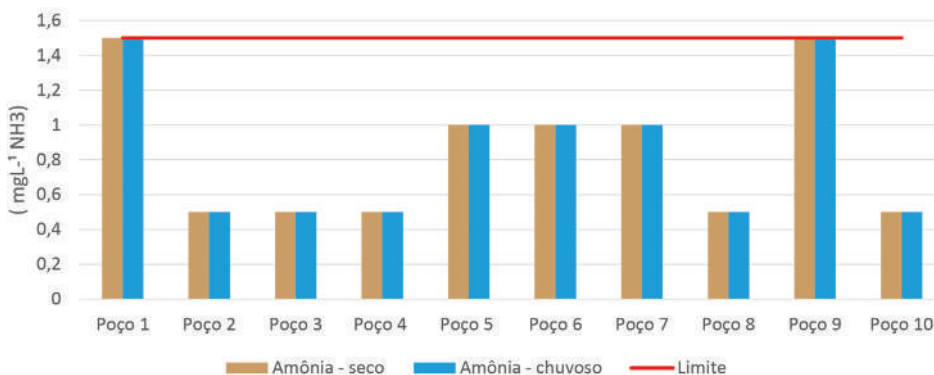


Figura 5 – Taxa de amônia dos poços analisados em março e julho de 2010.

Os cloretos, quando encontrados dissolvidos na água em forma de sais, conferem o sabor salgado às águas, sendo laxativos e tendo o poder de interferir na coagulação sanguínea. O sal é empregado na alimentação dos seres humanos por meio do preparo de comidas, como tempero, por isso é indicador de poluição por esgotos domésticos (VON SPELING, 2003).

De acordo com o Ministério da Saúde, o máximo permitido de cloretos é de 250 mg/L. Com isso, pode-se afirmar, de acordo com a figura 6 os poços analisados não apresentam níveis de cloretos acima do limite estabelecido. Os poços que apresentam maiores níveis de cloretos no período chuvoso e seco são o 9, 1, 8, 2 e 4, apresentando as respectivas taxas: 56 mg/L; 55 mg/L; 48mg/L; 44mg/L e 36 mg/L.

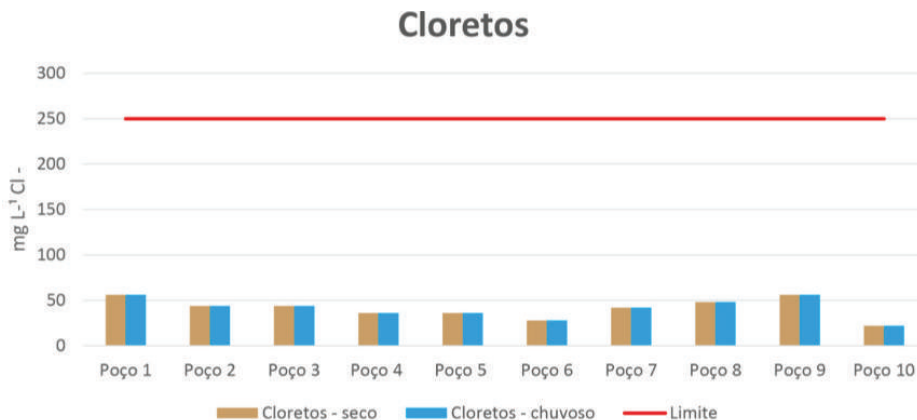


Figura 6 – Taxa de cloretos dos poços analisados em março e julho de 2010.

A dureza total é definida como o somatório das concentrações dos íons de cálcio e magnésio, ambos sendo expressos como carbonato de cálcio, em miligramas por litros. Conforme a figura 7 observa-se que as águas dos poços analisados apresentam concentrações menores do que os indicadores máximos permitidos, que são de 500mg/L. Caso apresentassem concentrações acima do indicado pela portaria em questão, a água se caracterizaria como muito dura, podendo ocasionar problemas à saúde humana, como cáries infantis e problemas de coagulação sanguínea. Verificou-se a existência de um o maior nível de dureza no período seco, que corresponde a 400 mg/L, 360 mg/L e 320 mg/L, que foram encontrados nos respectivos poços 3, 1 e 10.

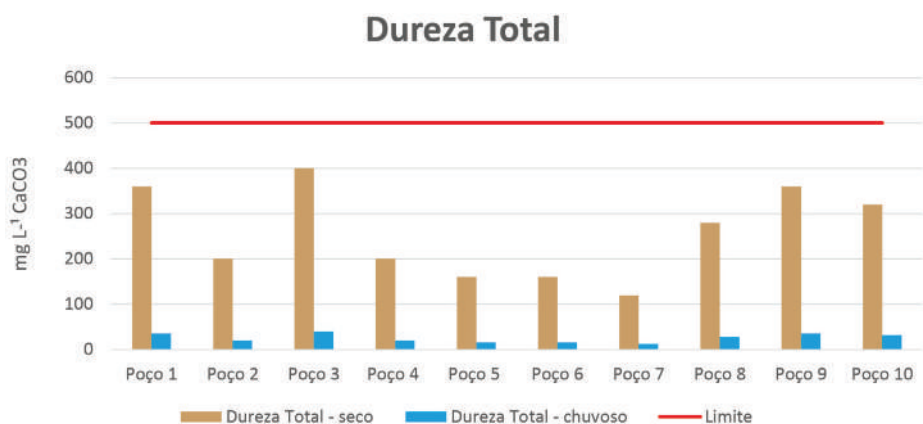


Figura 7 – Taxa de dureza total dos poços analisados em março e julho de 2010.

O ferro, encontrado em teores superiores a 0,3mg/L, pode causar nódoas em roupas e objetos de porcelana, e em concentrações superiores a 0,5mg/L pode acusar um gosto característico na água. A figura 8 representa a quantidade de ferro encontrada nas duas análises realizadas nos poços. O máximo permitido de ferro é de 0,3mg/L, porém, de acordo com os resultados pode-se perceber que os poços 6, 7 e 5 apresentam as maiores taxas de ferro, sendo respectivamente: 4 mg/L, 2,5mg/L e 0,5 mg/L, indicando dessa forma a concentração de altos níveis de ferro. Pressupõe-se que a estrutura geológica do terreno onde esses poços estão localizados está composta por sedimentos ricos em ferro. Os outros poços apresentam-se dentro dos limites estabelecidos pela portaria nº 518 do Ministério da Saúde.

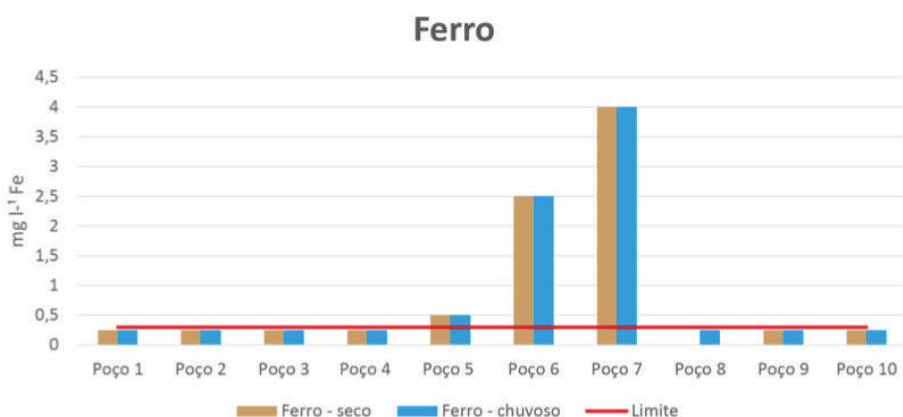


Figura 8 – Taxa de ferro dos poços analisados em março e julho de 2010.

O aquífero predominante advém do Grupo Barreiras, que se caracteriza por sua média potencialidade, baixa profundidade e qualidade da água variável. O maior comprometimento dessas águas refere-se à diluição de óxido de ferro proveniente das camadas dos sedimentos do Grupo Barreiras com maior concentração deste. Essa contaminação química é popularmente denominada de “capa rosa”.

O pH é um parâmetro usado para indicar o grau de alcalinidade ou acidez de um líquido ou solução e refere-se ao logaritmo da concentração de íons-hidrogênio existente. Na escala de Sorensen, o pH de uma solução, que varia entre 0 e 14, permite classificá-la como ácida, se o pH for menor que 7, básica ou alcalina, se o pH for maior que 7, e neutra, se o pH for igual a 7. O pH está diretamente ligado ao gás carbônico dissolvido e à alcalinidade da água. As medidas de pH são de extrema utilidade, pois indicam se a água tem caráter básico ou ácido e fornecem inúmeras informações a respeito da qualidade da água. Freitas et al. (2001, p.653) mostram a estreita relação do pH com metais dissolvidos na água.

Metais na água são absorvidos pelo organismo humano através do trato gastrointestinal. Esta absorção pode ser afetada pelo pH, pelas taxas de movimentação no trato digestivo e pela presença de outros materiais; com-

binações particulares desses fatores podem contribuir para fazer a absorção de metais ser muito alta ou muito baixa no homem.

Os poços estudados apresentaram limites que variam de 6 a 9, 5, portanto, dentro do tolerável, como indicam as informações presentes na figura 9.

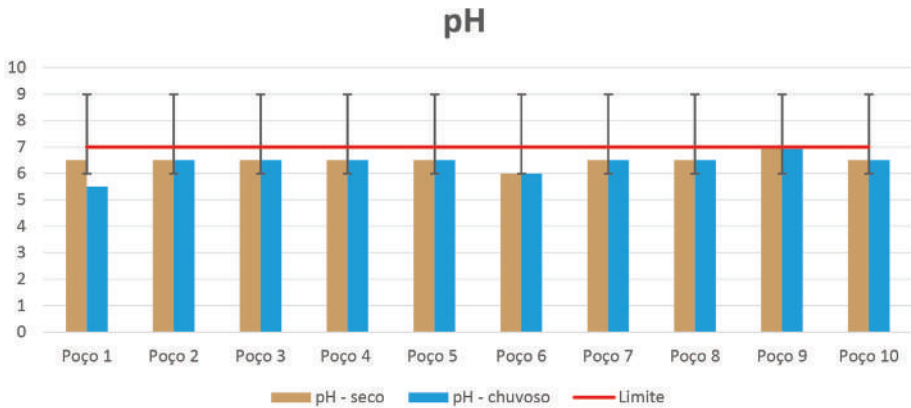


Figura 9 – Taxa de pH dos poços analisados em março e julho de 2010.

A figura 10 diz respeito ao parâmetro microbiológico analisado que diz respeito aos coliformes termotolerantes, bactérias que são consideradas os principais indicadores de contaminação fecal. O uso deste parâmetro para indicar poluição sanitária mostra-se mais significativo que o uso da bactéria coliforme “total”, visto que as bactérias fecais estão restritas ao trato intestinal de animais de sangue quente. Pôde-se verificar que os limites estabelecidos pelo Ministério da Saúde para Unidades Formadoras de Colônia (UFC)(ausência UFC/100mL) no período chuvoso são extrapolados nos poços 1, 4, 8, 5, 10, 9, 2, 7, 6 e 3, com os respectivos valores: UFC/1.920mL, UFC/1.320mL, UFC/865mL, UFC/780mL, UFC/540mL, UFC/120mL, UFC/120mL, UFC/120 mL, UFC/60mL, UFC/60mL. As causas de contaminação hídrica nos poços com coliformes são a proximidade do poço com fossas negras, presença de vacarias (decomposição e incorporação de fezes pelo solo) e ausência de saneamento básico na comunidade.

A emissão direta de esgotos domésticos sem tratamento prévio é constante na comunidade devido à inexistência de saneamento básico, comprometendo a qualidade hídrica. Os efluentes lançados infiltram no solo até atingir o lençol subterrâneo. No período seco, é possível destacar os poços 5, 4, 1, 6, 10, 2, 7, 3, 9 e 8, com os respectivos níveis coliformes termotolerantes: UFC/2.234 mL, UFC/1.912 mL, UFC/1.230 mL, UFC/1.335 mL, UFC/524 mL, UFC/381 mL, UFC/140 mL, UFC/109 mL, UFC/90 mL, UFC/0 mL.

Coliformes Termotolerantes

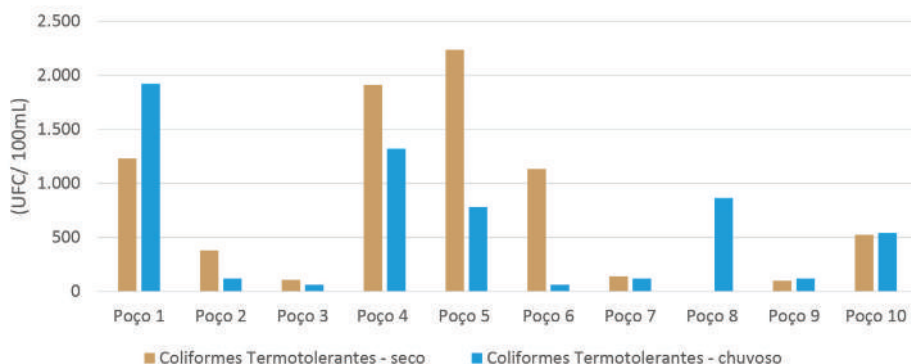


Figura 10 – Taxa de coliformes termotolerantes dos poços analisados em março e julho de 2010.

A determinação da concentração dos coliformes totais assume importância como parâmetro indicador da possibilidade da existência de microrganismos patogênicos, responsáveis pela transmissão de doenças de veiculação hídrica, tais como febre tifoide, febre paratifoide, disenteria bacilar e cólera. Nesse sentido, Mota (2008) esclarece que os microrganismos potencialmente presentes em esgoto doméstico não tratado são bactérias, protozoários, helmintos e vírus, os quais, alcançando a água, podem transmitir muitas doenças às pessoas que fazem uso desse recurso.

Na figura 11 é possível verificar os resultados das análises relacionadas à presença de coliformes totais, onde pode-se visualizar que, no período chuvoso, nove dos dez poços estudados apresentam concentrações de coliformes totais acima dos níveis permitidos, sendo que os poços 5, 1, 4, 6, 10, 3, 8, 2 e 9 possuem os respectivos níveis de contaminação: UFC/2.340mL, UFC/2.040mL, UFC/1.800mL, UFC/1.681mL, UFC/1.020mL, UFC/540mL, UFC/240mL, UFC/240mL, UFC/240mL e UFC/120mL.

Coliformes Totais

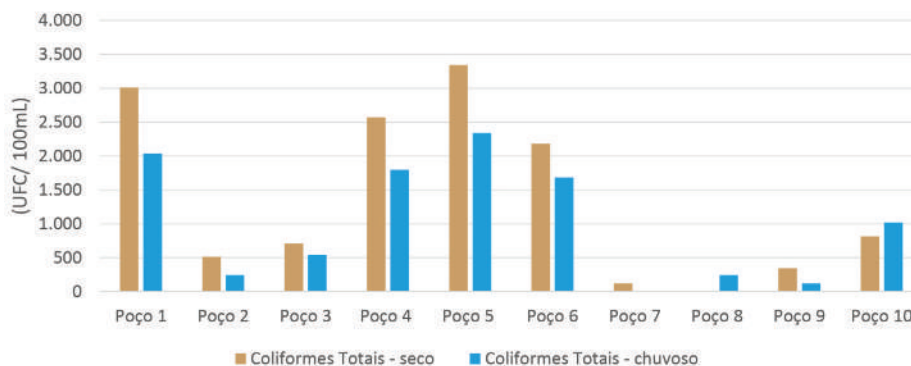


Figura 11 – Taxa de coliformes totais dos poços analisados em março e julho de 2010.

No período seco, nove poços encontravam-se contaminados por coliformes totais, o que demonstra que a qualidade sanitária da água dos poços avaliados é inadequada, refletindo a situação de risco em que se encontra a população da comunidade Trairussu que utiliza essas águas. Esse resultado mostra-se relevante, porque a má qualidade da água tem sido diretamente associada às doenças diarreicas de veiculação hídrica. A ausência de tampa de vedação e a criação de animais próximo aos poços facilitam o contato das fezes e excrementos de animais com a água, contribuindo para os altos níveis de contaminações verificados.

Os poços 5, 1, 4, 6, 10, 3, 2, 9 e 7 apresentam os respectivos níveis de contaminação: UFC/3.340mL, UFC/3.010mL, UFC/2.572mL, UFC/2.181mL, UFC/816mL, UFC/710mL, UFC/512mL, UFC/345mL, UFC/120mL.

Considerações Finais

A comunidade do Trairussu apresenta um acentuado processo de adensamento populacional, provocado por construções residenciais, que resulta em impactos ambientais relativos à contaminação de águas superficiais. Alguns fatores podem ser responsáveis pela contaminação da água dos poços, dentre eles destacam-se: (i) emissão de efluentes domésticos sem tratamento (tal fato causa a contaminação do aquífero subterrâneo); (ii) falta de manutenção do reservatório; (iii) inexistência de serviços de saneamento básico; e (iv) deposição de resíduos sólidos em áreas inapropriadas, tendo em vista que inexistente coleta de lixo pelo poder público.

Os poços exercem um papel vital no fornecimento de água para a comunidade. Por esta razão, recomenda-se a sua proteção, com eliminação das possíveis causas contaminantes, bem como a filtração e desinfecção para reduzir a possibilidade de transmissão de patógenos. Diante do exposto, é fundamental a conscientização das pessoas para a importância da manutenção dos poços e fossas. Desde a sua construção, os poços devem seguir os padrões técnicos e operacionais, para evitar contaminações, e as fossas devem ser limpas periodicamente, para a remoção do lodo, de modo a prevenir vazamentos do efluente, que podem comprometer a qualidade das águas subterrâneas, oferecendo risco à saúde das pessoas.

Como indicam os resultados obtidos por meio das análises, os poços apresentam problemas referentes à qualidade físico-química e biológica da água, sobretudo relacionados à alta concentração de ferro, presença de coliformes termotolerantes e coliformes totais, que estão presentes nas águas dos poços analisados.

A comunidade Trairussu necessita urgentemente de melhorias no sistema de saneamento básico, haja vista que as instalações sanitárias encontram-se próximas aos poços de captação de água utilizada para o consumo doméstico. As péssimas condições e a ausência de proteção dos poços investigados tornam as águas dos poços um fator prejudicial à saúde dos moradores. As análises contínuas de amostras de água fazem necessárias para o monitoramento da qualidade da água consumida pela comunidade, como também para a verificação dos níveis de contaminação. Cabe ao poder público tomar providências cabíveis para que esse problema de contaminação hídrica seja resolvido, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias que compõem a comunidade Trairussu.

Agradecimentos

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUN-CAP) pela concessão de bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Gostaria ainda de tecer agradecimentos ao grupo de pesquisa do Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental pela colaboração no desenvolvimento da pesquisa.

Referências Bibliográficas

A.W.W.A. American Water Works Assu. *Processos simplificados para exame e análise de água*. Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. Método Indicador. 1970.

BRASIL. Portaria 518, de 25 de março de 2004. Norma de qualidade da água para consumo humano. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 de março 2004.

_____. *Conselho Nacional do Meio Ambiente*. Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008. 2.ed. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Conama, 2008.

BRANDÃO, R. L. *Diagnóstico geoambiental e os principais problemas de ocupação do meio físico da Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Projeto SINFOR/CPRM, 1995.

CARDOSO, E. S. Análise das condições ambientais do litoral de Iguape e Barro Preto – Aquiraz – Ceará. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2002.

CARVALHO, A. M.; COUTINHO, P. N.; MORAIS, J. O. Caracterização geoambiental e dinâmica costeira da região de Aquiraz na costa leste do estado do Ceará. *Fortaleza. Revista de Geologia*, [s.l.], Deptº de Geologia/UFC, v.7, p.55-68, 1994.

DINIZ, M. T. M.; VASCONCELOS, F. P. Análise da dinâmica da ocupação e uso do solo como subsídio a Gestão Integrada de Zonas Costeiras: estudo de caso na Região Metropolitana de Fortaleza. *Scientia Plena*, [s.l.], v.5, p.25-402, 2009.

EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação*. Rio de Janeiro, 1999.

FREIRAS, M. B.; BRILHANTE, O. M.; ALMEIDA, L. M. Importância da análise de água para a saúde pública em duas regiões do Estado do Rio de Janeiro: enfoque para coliformes fecais, nitrato e alumínio. *Rev. de Saúde Pública*, [s.l.], v.17, n.3, p.651-60, 2001.

FOSTER, S. *Determinação do risco de contaminação das águas subterrâneas: um método baseado em dados existentes*. São Paulo: Instituto Geológico, 1993.

Landim Neto, F. O., Silva, E. V., Magalhães, G. B. e Pereira Filho, N. S.

IPECE. *Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará* – IPECE, Fortaleza, Ceará, 2009.

GUERRA, A. J. T.; MENDONÇA, J. K. S. Erosão dos solos e a questão ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, J. T. (orgs.). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LANDIM NETO, F. O.; SILVA, E. V.; DAMASCENO, M. F. B. Análise e gestão ambiental dos recursos hídricos na comunidade de Trairussu – litoral leste do estado do Ceará, Brasil. *Boletim Campineiro de Geografia*, [s.l.], v.2, p.302-21, 2012.

MOTA, S. *Gestão Ambiental de recursos hídricos*. 3. ed., atual. e ver. Rio de Janeiro: ABES, 2008.

SOUZA, M. J. N. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do estado do Ceará. Fortaleza: *Revista de Geologia*, [s.l.], v.1, p.73-91, jun. 1988.

NIMER, E. *Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

VON SPERLING, M. *Princípios do tratamento biológico de águas residuárias: introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. 2.ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – DESA; Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. v.1.

Recebido em: 22/3/2012

Aceito em: 21/3/2013

¹Na região do Nordeste brasileiro, onde se inserem o estado do Ceará e a comunidade estudada, o sistema atmosférico de maior importância corresponde à Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que, de acordo com Nimer (1989), é responsável pela quadra chuvosa, fazendo-se sentir de modo expressivo a partir de meados do verão e atingindo sua maior frequência no outono (março/abril), quando alcança sua posição mais meridional.

